

VOL. I – CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO E REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA



IMAGEM RETIRADA DO SITE www.sapabuildingsystem.com

• ESCOLA SECUNDÁRIA BRAAMCAMP FREIRE • PONTINHA • PRÉMIO DE ARQUITETURA WAN2013

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Gabriel Caetano – Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social

Grupo de Trabalho:

Isabel Dias (Coordenação Técnica) – DECS/ Divisão de Educação

Ana Rita Rosado – Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais

Diogo Barreiras – DGOU/DPU/Setor de Informação Geográfica

Sónia Camponez – DOMH/Setor de Estudos e Projetos

Colaboração Técnica:

Lúcia Inês – DOMH/Setor de Estudos e Projetos

Paulo Russo – DOMH/Setor de Estudos e Projetos

Vítor Ferreira - DOMH/Setor de Estudos e Projetos

Nelson Simões - Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais

Graça Serra - Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais

Apoio Geral:

DECS/Divisão de Educação

DOMH/Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais

Câmara Municipal de Odivelas

Novembro de 2019

VOLUME I

Índice de Figuras	5
Índice de Tabelas	8
INTRODUÇÃO	10
I. Território e População	14
1. Enquadramento territorial	14
2. Evolução demográfica recente	15
3. Estrutura etária da população	19
4. Evolução e caracterização da população estrangeira	22
5. Nível de escolaridade da população residente	24
6. Caracterização do tecido económico	25
II. Caracterização Geral do Sistema Educativo	29
1. Organização do sistema educativo	29
2. Rede escolar e da oferta formativa	41
2.1. Educação Pré-Escolar	41
2.2. Ensino Básico	49
2.2.1. 1º Ciclo do Ensino Básico	49
2.2.2. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	58
2.3. Ensino Secundário	64
2.4. Ensino Profissional	67
2.5. Educação de Adultos	71
2.6. Centros de Apoio à Aprendizagem	73
2.7. Rede de Bibliotecas Escolares	75
3. Rede privada	78
3.1. Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário	78
3.2. Ensino Superior	84
3.3. Outras Ofertas Formativas	86
III. Caracterização Geral da População Escolar – Rede Pública	92
1. Evolução da população escolar a frequentar os estabelecimentos de educação e ensino	92
1.1. Alunos por nível de educação e ensino	95
1.2. Alunos com ASE	112
1.3. Evolução do número de alunos com necessidades educativas específicas	113
1.4. Alunos com nacionalidade estrangeira	115
1.5. Alunos por sexo	118
1.6. Alunos a frequentar a educação de adultos	119
2. Evolução do pessoal docente e do pessoal não docente em funções nas escolas	122
2.1. Pessoal docente (PD)	123
2.2. Pessoal não docente (PND)	124
IV. Resultados Escolares	130
1. Evolução das taxas de sucesso educativo nos diferentes níveis de educação e ensino	130
1.1. 1º Ciclo do ensino básico (1º CEB)	130
1.2. 2º Ciclo do ensino básico (2º CEB)	133
1.3. 3º Ciclo do ensino básico (3º CEB)	135
1.4. Ensino secundário	138
1.5. Resultados dos Exames Nacionais	140
1.5.1. 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB)	140
1.5.2. 2º Ciclo do Ensino Básico (2º CEB)	142

1.5.3.	3.º Ciclo do Ensino Básico (3.º CEB)	144
1.5.4.	Ensino Secundário	146
1.6.	Taxas de sucesso educativo de alunos com ASE e de alunos sem ASE	149
1.7.	Percursos diretos de sucesso (rede pública e rede privada)	151
2.	Medidas de apoio e complemento educativo em contexto escolar	160
V.	Integração dos estabelecimentos de educação e ensino no território	167
1.	Caraterização geral dos equipamentos escolares	167
1.1.	Antiguidade do parque escolar	168
1.2.	Arquitetura escolar	171
2.	Mobilidade dos alunos no território	175
2.1.	Transporte público coletivo	180
2.2.	Transportes Escolares	182
VI.	Reordenamento da Rede Educativa	186
1.	Execução das medidas previstas no documento da primeira revisão da Carta Educativa	186
2.	Evolução da organização da rede escolar	188
3.	Delimitação das áreas de influência dos estabelecimentos de educação e ensino	191
VII.	Evolução do Sistema Educativo (cenário prospetivo)	194
1.	Evolução futura da população residente	195
2.	Cenários prospetivos de oferta-procura	200
2.1.	Projeção da oferta – cenários a curto e médio prazo	202
2.2.	Reordenamento das unidades organizacionais	205
3.	SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações	206
VIII.	Programação de Novas Intervenções	213
1.	Cronograma das intervenções	213
2.	Identificação de terrenos com potencial para construção de equipamentos escolares	214
3.	Programação orçamental das intervenções de construção/ampliação	218
IX.	Metodologia de Monitorização	220
	ANEXOS	223
	Bibliografia e fontes eletrónicas	223
	Glossário	225
	Legislação de referência	228
	Siglas utilizadas	230

Índice de Figuras

Figura 1. Enquadramento Regional de Odivelas	14
Figura 2. Taxa de variação populacional 1991-2001, 2001-2011, 2011-2018 (%) Portugal, AML e Odivelas	16
Figura 3. Nados-vivos em Odivelas (por local de residência da mãe) 2011-2018	18
Figura 4. Pirâmide etária da população, 2018 Odivelas	20
Figura 5. Pirâmide etária da população, 2018 Portugal, AML	20
Figura 6. Peso da população jovem (0-14 anos) em Portugal, AML e Odivelas (%) 2018	21
Figura 7. Peso da população idosa (65 e mais anos) em Portugal, AML e Odivelas (%) 2018	21
Figura 8. População residente estrangeira em Portugal e no Distrito de Lisboa 2011-2018	22
Figura 9. População residente por nível de escolaridade em Portugal, AML e Odivelas (%) 2011	25
Figura 10. População empregada por sector de atividade económica em Portugal, AML e Odivelas (%) 2011	26
Figura 11. Distribuição de empresas com sede no município de Odivelas 2012	27
Figura 12. Empresas com sede no município de Odivelas, por sector de atividade (%) 2012, 2015	28
Figura 13. Evolução do número de estabelecimentos de educação e ensino, por tipologia	31
Figura 14. Unidades orgânicas a funcionar na atualidade – AE/ENA	33
Figura 15. Organização da rede educativa local (AE/ENA)	35
Figura 16. N.º de alunos que integram as diferentes unidades orgânicas (ensino diurno)	38
Figura 17. N.º de alunos das unidades orgânicas, por nível de educação e ensino (ensino diurno)	39
Figura 18. Evolução da oferta de pré-escolar (2012/2013 a 2018/2019)	42
Figura 19. N.º Salas do pré-escolar por AE (2018/2019)	43
Figura 20. Distribuição dos estabelecimentos de educação pré-escolar pelo território	45
Figura 21. Evolução do número de crianças que não acederam ao pré-escolar numa primeira opção/abertura anual de novas salas de atividade	47
Figura 22. Evolução da capacidade de resposta no pré-escolar em função da procura	48
Figura 23. Localização dos estabelecimentos de ensino do 1º CEB no território	50
Figura 24. Dimensão das escolas do 1º CEB	51
Figura 25. N.º de salas com atividades letivas nas escolas do 1º CEB	52
Figura 26. Evolução dos regimes de funcionamento nas escolas do 1º CEB	53
Figura 27. Taxa de ocupação das escolas do 1º CEB	56
Figura 28. Distribuição de estabelecimentos com 2.º CEB pelo território	59
Figura 29. Distribuição dos estabelecimentos com 3.º CEB pelo território	60
Figura 30. Taxas de ocupação das escolas do 2.º e 3.º ciclos (26A/T)	62
Figura 31. Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino básico	63
Figura 32. Distribuição dos estabelecimentos de ensino secundário pelo território	65
Figura 33. Distribuição da percentagem de alunos inscritos por área, nos CCH	66
Figura 34. Áreas de ensino profissional onde estão inscritos os alunos nas escolas do concelho	67
Figura 35. Taxas de ocupação escolas secundárias (26 A/T- ensino diurno)	70
Figura 36. Evolução das taxas brutas de escolarização no ensino secundário	71

Figura 37. Evolução do número de alunos inscritos na rede privada, por nível de educação e ensino	83
Figura 38. Evolução do número de alunos no ensino superior (ISCE), por ano letivo	85
Figura 39. Percentagem de alunos inscritos no ensino superior (ISCE), com residência no concelho	85
Figura 40. Evolução do número de ações de formação e de formandos no CFPSA (2013-2017)	86
Figura 41. Evolução do número de alunos inscritos no CMDD (2013/2014-2018/2019)	88
Figura 42. Percentagem de alunos inscritos nos cursos oficiais de música, por concelho de residência	89
Figura 43. Percentagem de alunos inscritos nos cursos livres, por concelho de residência	90
Figura 44. Alunos inscritos nos cursos de dança, por concelho de residência	90
Figura 45. Evolução do número total de alunos (pré-escolar ao ensino secundário)	93
Figura 46. Distribuição dos alunos por nível de educação e ensino	94
Figura 47. Evolução da dimensão das turmas, por nível de educação e ensino	95
Figura 48. Evolução do número de crianças inscritas no pré-escolar	96
Figura 49. Evolução do número de crianças inscritas no pré-escolar, por idade	97
Figura 50. Evolução do número de crianças inscritas no pré-escolar, por AE	98
Figura 51. Evolução do número de alunos no 1.º CEB	99
Figura 52. Evolução do número de alunos inscritos no 1.º CEB, por AE	101
Figura 53. Evolução do número de alunos no 2.º CEB	102
Figura 54. Evolução do número de alunos inscritos no 2.º CEB, por AE	103
Figura 55. Evolução do número de alunos inscritos no 3.º CEB	104
Figura 56. Evolução do número de alunos inscritos no 3.º CEB	105
Figura 57. Evolução do número de alunos no ensino básico - outras modalidades de formação	106
Figura 58. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CCH/CP)	108
Figura 59. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CCH/CP), por AE	108
Figura 60. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (por modalidade de formação)	109
Figura 61. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CCH), por unidade	110
Figura 62. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CP), por unidade	111
Figura 63. Evolução da percentagem de alunos com ASE, por nível de educação e ensino	112
Figura 64. Evolução da percentagem de alunos com necessidades educativas específicas, por nível de educação e ensino	114
Figura 65. Evolução de alunos estrangeiros a frequentar os diferentes níveis de educação e ensino	115
Figura 66. Evolução de alunos estrangeiros, por nível de educação e ensino	116
Figura 67. Evolução de alunos estrangeiros, por nacionalidade	117
Figura 68. Evolução da distribuição de alunos, por sexo	118
Figura 69. Distribuição dos alunos por sexo e por nível de educação e ensino	119
Figura 70. Evolução do número de alunos a frequentar cursos EFA e ensino recorrente	120
Figura 71. Evolução do número de alunos a frequentar cursos EFA e ensino recorrente, por AE	121
Figura 72. Evolução do número de alunos a frequentar a oferta de PPFOL	122
Figura 73. Evolução do número de professores em funções nas escolas, por vínculo	123
Figura 74. Distribuição do pessoal docente, por sexo	124
Figura 75. Evolução do n.º de pessoal não docente em funções nas escolas, por vínculo	125

Figura 76. Evolução do pessoal não docente em funções nas escolas, por entidade empregadora	126
Figura 77. Evolução do pessoal não docente em funções nas escolas, por categoria	127
Figura 78. Distribuição do pessoal não docente, por sexo	128
Figura 79. Pessoal não docente por escalão etário	128
Figura 80. Evolução das taxas de transição/conclusão e retenção/não conclusão no 1.º CEB	131
Figura 81. Evolução das taxas de excluídos/retidos por faltas, e outras situações, no 1.º CEB	132
Figura 82. Evolução das taxas de abandono escolar no 1.º CEB	132
Figura 83. Evolução das taxas de transição/conclusão e retenção/não conclusão no 2.º CEB	133
Figura 84. Evolução das taxas de alunos excluídos/retidos por faltas e outras situações, no 2.º CEB	134
Figura 85. Evolução das taxas de abandono escolar no 2.º CEB	135
Figura 86. Evolução das taxas de transição/conclusão e retenção/não conclusão no 3.º CEB	136
Figura 87. Evolução das taxas de excluídos/retidos por faltas e outras situações, no 3.º CEB	137
Figura 88. Evolução das taxas de abandono escolar, no 3.º CEB	137
Figura 89. Evolução das taxas de transição/conclusão e retenção/não conclusão no ensino secundário	139
Figura 90. Evolução das taxas de excluídos/retidos por faltas e outras situações, no ensino secundário	139
Figura 91. Evolução das médias nas provas de Matemática – 4.º ano – 1.º CEB	141
Figura 92. Evolução das médias das provas de Português – 4.º ano – 1.º CEB	142
Figura 93. Evolução das médias nas provas de Matemática - 6.º ano – 2.º CEB	143
Figura 94. Evolução das médias nas provas de Português – 6.º ano – 2.º CEB	144
Figura 95. Evolução das médias nas provas de Matemática - 9.º ano – 3.º CEB	145
Figura 96. Evolução das médias nas provas de Português - 9.º ano – 3.º CEB	146
Figura 97. Taxas de transição/conclusão de alunos com ASE e alunos sem ASE	150
Figura 98. Percursos diretos de sucesso – 1.º CEB (P/P)	152
Figura 99. Percursos diretos de sucesso – 2.º CEB (P/P)	153
Figura 100. Percursos diretos de sucesso – 3.º CEB (P/P)	154
Figura 101. Percursos diretos de sucesso no ensino secundário – CCH (P/P)	154
Figura 102. Taxas de retenção e desistência no 1.º CEB (P/P), por comparação com a média nacional	156
Figura 103. Taxas de retenção e desistência no 2.º CEB (P/P), por comparação com a média nacional	157
Figura 104. Taxas de retenção e desistência no 3.º CEB (P/P), por comparação com a média nacional	158
Figura 105. Taxas de retenção e desistência dos alunos nos CCH/ensino secundário (P/P), por comparação com a média nacional	159
Figura 106. Georreferenciação dos códigos postais dos locais de residência dos alunos que frequentam as escolas do 2.º e 3.º CEB	178
Figura 107. Georreferenciação dos códigos postais dos locais de residência dos alunos que frequentam as escolas do ensino secundário, com 3.º CEB	179
Figura 108. Estabelecimentos de ensino da rede pública servidos por transporte público (TP)	180
Figura 109. Estabelecimentos de ensino da rede pública servidos por transporte público (TP)	181
Figura 110. Delimitação das subsecções estatísticas – concelho de Odivelas	192
Figura 111. Evolução da população residente e Odivelas para o horizonte temporal da Carta Educativa Odivelas, segundo a projeção aritmética	197

Figura 112. Evolução da população residente e Odivelas para o horizonte temporal da Carta Educativa Odivelas, segundo a projeção geométrica 197

Figura 113. Identificação de áreas com potencial acréscimo demográfico, em Odivelas 199

Índice de Tabelas

Tabela 1.	Evolução da população residente, Portugal, AML e Odivelas 1991, 2001, 2011, 2018	15
Tabela 2.	Saldo natural em Portugal, AML e Odivelas 2011-2018	16
Tabela 3.	Saldo migratório em Portugal, AML e Odivelas 2011 - 2018	17
Tabela 4.	Taxa bruta de natalidade (‰), Portugal, AML e Odivelas 2011-2018	18
Tabela 5.	Variação da população residente por grupos etários (%), Portugal, AML e Odivelas 2011-2018	19
Tabela 6.	Índice de envelhecimento em Portugal, AML e Odivelas (%) 2018	22
Tabela 7.	População residente estrangeira em Portugal e no Distrito de Lisboa 2011-2018	23
Tabela 8.	População estrangeira residente em Odivelas 2011-2018	23
Tabela 9.	Principais países de origem da população estrangeira no concelho de Odivelas 2013-2018	24
Tabela 10.	Organização dos níveis de educação e ensino (do pré-escolar ao ensino secundário)	30
Tabela 11.	Organização das unidades orgânicas até ao final do Ano letivo 2012/2013	32
Tabela 12.	Organização do sistema educativo a partir do Ano letivo 2013/2014	32
Tabela 13.	Distribuição dos estabelecimentos de educação e ensino, por tipologia e AE	37
Tabela 14.	Abertura de novas salas de pré-escolar, por AE	44
Tabela 15.	Ocupação das salas de 1º CEB	55
Tabela 16.	Oferta formativa de 2.º e 3.º ciclos – ensino regular	58
Tabela 17.	Evolução de outras ofertas formativas no ensino básico, por escola	61
Tabela 18.	Evolução da oferta de cursos profissionais por escola, e por ano letivo – abertura de turmas	68
Tabela 19.	Evolução da oferta de educação de adultos	72
Tabela 20.	Evolução da Criação de UAE - Unidades de Apoio Especializado	74
Tabela 21.	Evolução da criação de UEE - Unidades de Ensino Estruturado	75
Tabela 22.	Escolas com Biblioteca na RBE	76
Tabela 23.	Identificação das instituições particulares de solidariedade social (IPSS ou equiparadas)	79
Tabela 24.	Resposta de pré-escolar nas IPSS ou equiparadas	80
Tabela 25.	Identificação dos estabelecimentos de ensino particular (do pré-escolar ao ensino secundário)	81
Tabela 26.	Estabelecimentos de ensino particular com contrato de apoio às famílias (Ano 2018)	82
Tabela 27.	Níveis e áreas de formação disponibilizadas pelo ISCE – ensino superior	84
Tabela 28.	Evolução dos resultados dos exames do ensino secundário, por comparação com a média da região e com a média nacional	147
Tabela 29.	Taxas de abandono escolar e de alunos retidos/excluídos por faltas (alunos com ASE e alunos sem ASE)	151
Tabela 30.	Percursos diretos de sucesso no ensino secundário – cursos profissionais	155

Tabela 31.	Medidas de apoio e complemento socioeducativo em contexto escolar	162
Tabela 32.	Projetos socioeducativos desenvolvidos pelo município em contexto escolar	163
Tabela 33.	Antiguidade do Parque Escolar (EB 1º CEB e JI)	168
Tabela 34.	Antiguidade do Parque Escolar (EB 2.º e 3.º CEB e Escolas Secundárias)	170
Tabela 35.	Arquitetura Escolar (EB 1º CEB/JI)	171
Tabela 36.	N.º alunos com atribuição de passe a frequentar escolas dentro do concelho	182
Tabela 37.	N.º alunos com atribuição de passe a frequentar escolas fora do concelho	183
Tabela 38.	N.º alunos com atribuição de transporte por circuito especial - Olival Basto/Póvoa de Santo Adrião	184
Tabela 39.	N.º de Alunos com apoio em transporte escolar a estudar em escolas fora do concelho de Odivelas, por freguesia	185
Tabela 40.	Programação de prioridades (Cenário 2013 - 2018)	187
Tabela 41.	Programação de prioridades (Cenário 2018-2022)	188
Tabela 42.	Organização da rede escolar pública	189
Tabela 43.	Percursos escola – habitação dos alunos (tempos preferenciais para deslocação)	193
Tabela 44.	Percursos dos alunos - Sequencialidade de níveis de educação e ensino (cenário atual)	193
Tabela 45.	Fogos novos, por freguesia e por tipologia Odivelas, junho 2015 – dezembro 2018	199
Tabela 46.	Rede escolar – cenário prospetivo	203
Tabela 47.	Reordenamento das unidades organizacionais – cenário prospetivo	206
Tabela 48.	Antecipação de necessidades de oferta de qualificações intermédias - Grande Lisboa	208
Tabela 49.	Antecipação de necessidades de oferta de qualificações intermédias - Grande Lisboa	209
Tabela 50.	Cronograma de intervenção	214
Tabela 51.	Programa orçamental para construção/ampliação do parque escolar	218

INTRODUÇÃO

A Carta Educativa de Odivelas foi homologada pelo Ministério da Educação em maio de 2007, depois da discussão e emissão de parecer pelo Conselho Municipal de Educação e a aprovação dos órgãos municipais competentes (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), tendo a sua primeira revisão ocorrida durante 2012, com aprovação pelos órgãos municipais, durante o primeiro semestre de 2013.

A Carta Educativa, entendida como instrumento fundamental e dinâmico de intervenção no planeamento e ordenamento da rede educativa, inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, carece de avaliação periódica com o objetivo de, identificar desvios face ao previsto inicialmente e, se necessário, introduzir fatores de correção.

O procedimento para a revisão da Carta Educativa está previsto na legislação que enquadra esta matéria (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), estando também previsto, no novo enquadramento legal de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação (Decreto Lei n.º 21/3019, de 30 de janeiro).

Volvidos que são seis anos desde que se operou o processo referente à primeira revisão da Carta Educativa do Município de Odivelas, é chegado o momento de proceder a uma segunda revisão, que considere a evolução das dinâmicas demográficas e socioeconómicas do território e as transformações verificadas no sistema educativo e na evolução da população escolar, de modo a tornar o parque escolar mais em consonância não só com a realidade presente, mas fundamentalmente para estar preparado para a realidade que se antecipa a curto/médio prazo.

A revisão da Carta Educativa visa, assim, promover o acompanhamento e atualização das dinâmicas ocorridas no sistema educativo e a sua adequação à realidade do concelho de Odivelas, de modo a apoiar a conceção de estratégias para a intervenção municipal nesta área e a própria implementação das mesmas, materializadas sob a forma de ações e intervenções concretas, que respondam de forma consistente, atual e realista aos desafios e necessidades do desenvolvimento educativo, numa perspetiva de coesão territorial e sustentabilidade socioeconómica.

Trata-se de um documento de planeamento que, para além de caraterizar e diagnosticar o presente e o passado recente (últimos seis anos), inclui também projeções para ajudar a identificar as tendências e necessidades a curto e médio prazo, tendo subjacente a concretização do princípio de reordenamento e de requalificação da rede escolar do ensino básico e secundário e da educação pré-escolar, através da identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos do parque escolar existente, da necessidade da sua

modernização, consubstanciada na construção de novos estabelecimentos de educação e ensino e/ou requalificação e ampliação dos já existentes.

O documento está estruturado em dois volumes: o primeiro volume (Volume I) integra a recolha, sistematização e interpretação de informação estatística e de indicadores que permitem caracterizar o território e as suas dinâmicas, o funcionamento do sistema educativo no concelho de uma forma global e, de forma mais particular e sistematizada, a evolução da rede pública de educação e ensino, do pré-escolar ao ensino secundário, a avaliação dos resultados das intervenções em relação ao que foram os objetivos de partida do documento da primeira revisão da Carta Educativa, e a formulação de propostas de reordenamento e/ou requalificação da rede escolar a curto/médio prazo; o segundo volume (Volume II) integra uma caracterização exaustiva das condições físicas e funcionais do parque escolar público (fragilidades e pontos fortes), independentemente da entidade responsável pela sua manutenção/requalificação e ou construção.

As propostas apresentadas tiveram por base a informação disponível relativa à dinâmica populacional do concelho, o diagnóstico sobre o funcionamento do sistema educativo local, nomeadamente, o percurso evolutivo nos últimos seis anos letivos nos diferentes níveis de educação e ensino, a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos no que respeita à qualificação e valorização física dos equipamentos escolares da rede pública e sua adequabilidade às necessidades presentes, a identificação da evolução dos resultados escolares a nível municipal e, sempre que foi possível, recorrendo a uma comparação direta com o contexto regional e nacional.

Metodologia de Trabalho

Tratando-se de um documento com caráter multidisciplinar e prospetivo, carecendo por isso de informação técnica especializada proveniente de vários domínios e áreas de intervenção municipal a sua construção, exigiu o contributo de diferentes unidades orgânicas municipais, tendo sido criado um Grupo de Trabalho para desenvolver os trabalhos, coordenado pelo Departamento de Educação e Coesão Social/ Divisão de Educação, e com a integração de elementos das seguintes unidades: GPEPE – Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais, Departamento de Obras Municipais/Setor de Estudos e Projetos, Divisão de Planeamento Urbanístico/SIG – Sistema de Informação Geográfica.

Foi realizada uma reunião com o senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo para dar a conhecer a pretensão da Câmara Municipal de avançar com o processo de revisão da Carta Educativa, ficando definida a importância de ser nomeado um interlocutor técnico por parte do Ministério da Educação

para fazer o acompanhamento do desenvolvimento do processo com o Grupo de Trabalho da Câmara Municipal, tendo sido efetivado o referido acompanhamento, através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (Serviço de Gestão da Rede).

No âmbito do funcionamento do Conselho Municipal de Educação, enquanto instância de coordenação e consulta da política educativa a nível municipal, foi criada uma Comissão de Acompanhamento para este processo, que de forma programada, reuniu com o Grupo de Trabalho, constituindo momentos importantes de partilha e de troca de informação, discussão e reflexão conjunta, e que contou com representantes dos diretores de agrupamento de escolas e das escolas não agrupadas da rede pública, representantes da rede privada (rede particular e rede solidária), representante do ensino superior, e representante dos encarregados de educação.

No que diz respeito aos indicadores estatísticos, contemplaram-se várias dimensões ao longo do período em análise, nomeadamente: indicadores do território e da população residente; da rede escolar e da evolução da população a escolarizar, na dupla vertente de oferta/procura; das taxas de sucesso educativo, de retenção e abandono escolar; das taxas de escolarização e de pré-escolarização; dos recursos humanos afetos; das ações socioeducativas de apoio aos alunos e famílias, entre outros.

A informação estatística, constitui-se como a principal fonte no desenvolvimento do documento, uma vez que ela permite traçar os contornos da situação no presente, mas, também, identificar dinâmicas e tendências marcantes num passado mais recente, oferecendo pistas para antecipar cenários de futuro.

Feito o percurso por números, indicadores, variáveis, normativos legais, e narrativas institucionais (Sítios institucionais), o arco temporal que foi alvo de análise no documento situa-se entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2018/2019 (ano letivo em curso), uma vez que a primeira e única revisão da Carta Educativa do Município de Odivelas, ocorreu durante o Ano letivo 2012/2013.

Para se enquadrar e interpretar as tendências de evolução no tempo, recorreu-se a uma diversidade de fontes, e foram consultadas bases de dados de diferentes instituições públicas e privadas (umas de consulta livre, outras de consulta reservada), sendo as mais relevantes, as dos diferentes serviços do Ministério da Educação, os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas, o INE, a PORDATA, e a AML. Para além destas, foram ainda consultados vários estudos e relatórios disponíveis quer em sítios institucionais quer em outros endereços eletrónicos, dos quais destacamos, os estudos sobre o “*Estado da Educação*” do CNE (Conselho Nacional de Educação).

Face à variedade de informação recolhida, e dada a diversidade de fontes, optou-se por coligir os dados em grandes temas: território e população; sistema educativo; população escolar; resultados escolares; integração dos estabelecimentos de educação e ensino no território; reordenamento da rede educativa; evolução do sistema educativo (cenário prospetivo); programação de novas intervenções.

No que respeita às opções metodológicas para apresentação dos dados ao longo do documento, vamos referir aqui só algumas, pela sua especificidade e ou natureza de tratamento mais particular, a saber:

- Enquadramento demográfico e socioeconómico do concelho, a partir dos Censos 2011 e Estatísticas Anuais da População Residente, com tratamento de dados saldo populacional e estatísticas de população estrangeira até 2017, a partir de dados mais atualizados do INE e SEF;
- Caraterização da população escolar inscrita na rede pública a partir do Ano letivo 2013/2014 até ao presente, sendo a caraterização organizada por unidade organizacional em termos do binómio oferta/procura, mas a nível da caraterização dos alunos – alunos abrangidos por medidas de ASE, alunos com necessidades educativas específicas, alunos estrangeiros - só é feita por nível de educação e ensino (pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º CEB, e secundário);
- A evolução do número de alunos inscritos nos diferentes níveis de educação e ensino foram aferidos com base nos dados reportados à DGEEC referentes ao mês de outubro de cada ano letivo para o pré-escolar (para permitir uma análise mais real da idade de acesso), e com base no mês de janeiro (dados mais consolidados), para os restantes níveis de ensino;
- Dada a dificuldade em obter dados da rede privada, de natureza particular, enquanto resposta complementar à rede pública, optou-se por identificar todos os estabelecimentos a quem foi atribuído Código/Escola pelos Serviços Competentes do Ministério da Educação, sendo a caraterização da população escolar, a nível da procura, aferida com base nos dados da PORDATA;
- A utilização da metodologia de georreferenciação das moradas dos alunos a frequentar as escolas de 2.º e 3.º CEB e ensino secundário da rede pública para permitir visualizar a dinâmica da oferta e procura nestes níveis de ensino, sendo esta informação complementada pela informação concreta e crítica disponibilizada pelas diferentes unidades orgânicas (agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas);
- A apresentação de um sistema de antecipação das necessidades de qualificação de nível intermédio para a região da Grande Lisboa, onde se inclui o concelho de Odivelas, a partir de um estudo encomendado pela AML, que permitiu identificar os indicadores de relevância e de saturação das mesmas, através da combinação do indicador de volume e dinamismo do emprego jovem e de indicadores de procura das qualificações.

A identificação do enquadramento legislativo aplicado em cada área e a sua evolução foram acompanhando, sempre que se justificou, a análise dos dados apresentados.

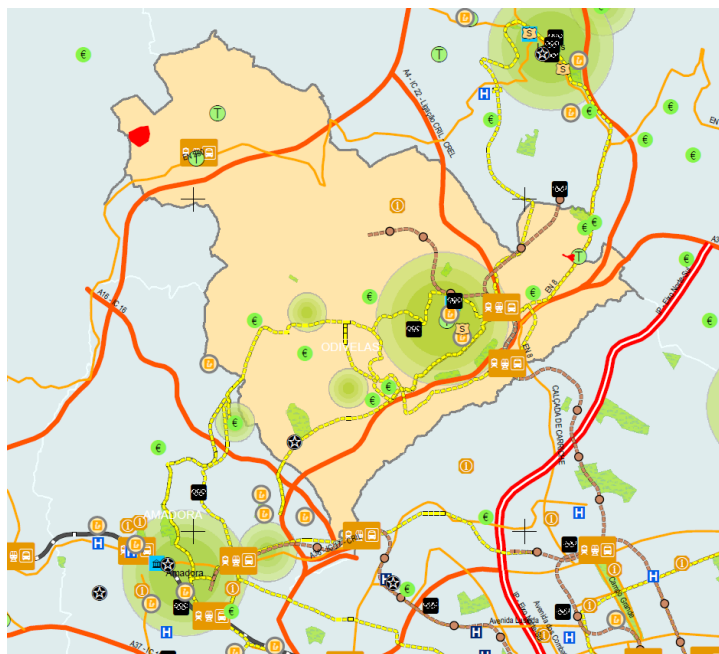
I. TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

1. Enquadramento territorial

Odivelas, inserido na Área Metropolitana de Lisboa, é um território predominantemente urbano, de elevada densidade populacional (cerca de 6.000 habitantes/Km²), com uma localização privilegiada na primeira coroa da capital, beneficiando de importantes infraestruturas rodoviárias (CREL, CRIL, IC16 e IC22) e de três estações de metropolitano (Odivelas, Senhor Roubado, Pontinha), o que configura uma situação geográfica de excelência no contexto regional e metropolitano.

“Embora o município ainda esteja, do ponto de vista funcional, bastante dependente da cidade de Lisboa, a implementação de uma nova estrutura rodoviária regional veio amenizar esta circunstância e reforçar o caráter de centralidade de Odivelas no sistema urbano metropolitano, pois permitiu encurtar distâncias aos municípios limítrofes”¹.

Figura 1. Enquadramento Regional de Odivelas



Fonte: PDM - Planta 13 | Planta do Enquadramento Regional, CMO (2015)

¹ CMO (2015), PDM – Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, p. 30.

2. Evolução demográfica recente

O município de Odivelas tem registado um aumento populacional nos últimos anos, com 159.602 habitantes estimados para 2018², o que representa uma taxa de crescimento de 10,4% entre 2011 e 2018.

Ao contrário da tendência nacional, de um ligeiro declínio populacional (-2,7%), ou de estagnação, se considerarmos o território metropolitano (0,9%), Odivelas tem mantido uma dinâmica demográfica crescente ao longo do século XXI, representando cerca de 5,6% do volume demográfico da AML.

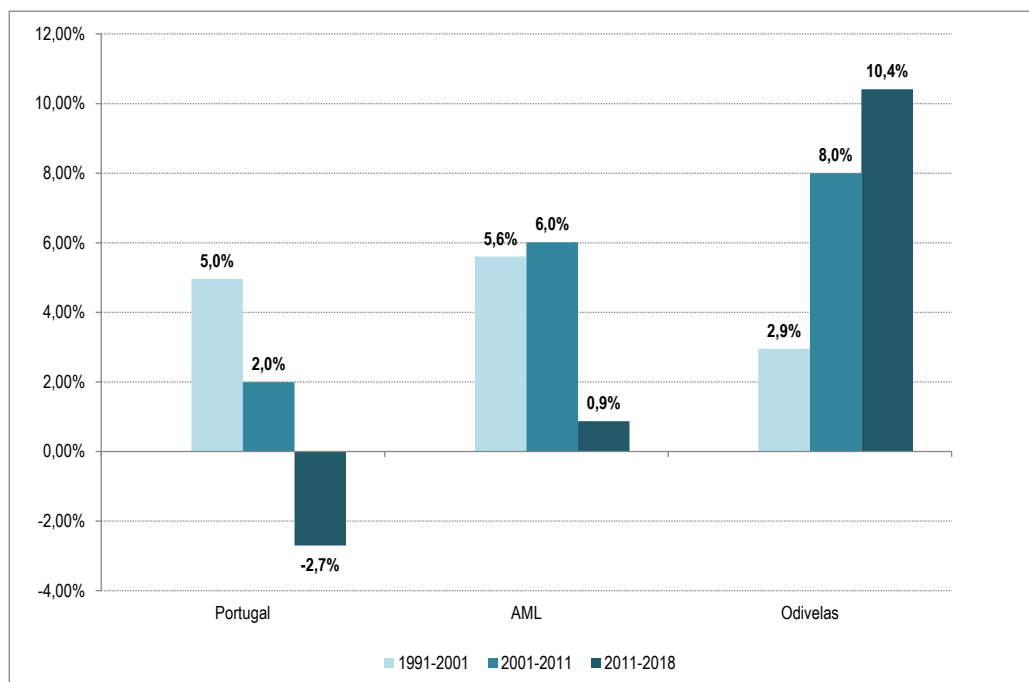
Tabela 1. Evolução da população residente, Portugal, AML e Odivelas | 1991, 2001, 2011, 2018

	População residente				Variação populacional		
	1991	2001	2011	2018	1991-2001	2001-2011	2011-2018
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.562.178	10.276.617	5,0%	2,0%	-2,7%
AML	2.520.708	2.661.850	2.821.876	2.846.332	5,6%	6,0%	0,9%
Odivelas	130.015	133.847	144.549	159.602	2,9%	8,0%	10,4%

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente, Censos

² INE, Estimativas anuais da população residente.

Figura 2. Taxa de variação populacional 1991-2001, 2001-2011, 2011-2018 (%) | Portugal, AML e Odivelas



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente, Censos

O saldo natural, ou seja, a diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, tem mantido alguma estabilidade em Odivelas, registando-se uma ligeira redução em 2013, tal como na AML, data a partir da qual se verificou um ligeiro aumento até 2017, fixando-se em 605 indivíduos em 2018. Pelo contrário, em Portugal este saldo tem sido negativo ao longo de todo o período em análise.

Tabela 2. Saldo natural em Portugal, AML e Odivelas | 2011-2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	-5992	-17757	-23756	-22423	-23011	-23409	-23432	-25980
Área Metropolitana de Lisboa	5807	3005	835	1616	1069	1473	1868	1013
Odivelas	770	689	582	619	606	646	660	605

Fonte: INE, Indicadores demográficos

O saldo migratório, isto é, a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, atingiu em 2011 o valor mais elevado em Odivelas, de 1.756 indivíduos. A partir dessa data tem vindo a decrescer ligeiramente até 2016, assistindo-se desde aí a um ligeiro aumento, com 1.168 indivíduos em 2018.

Nessa última data registaram-se também acréscimos em termos nacionais, com um saldo de 11.570 indivíduos, e metropolitanos, com 11.640 indivíduos.

Tabela 3. Saldo migratório em Portugal, AML e Odivelas | 2011 - 2018

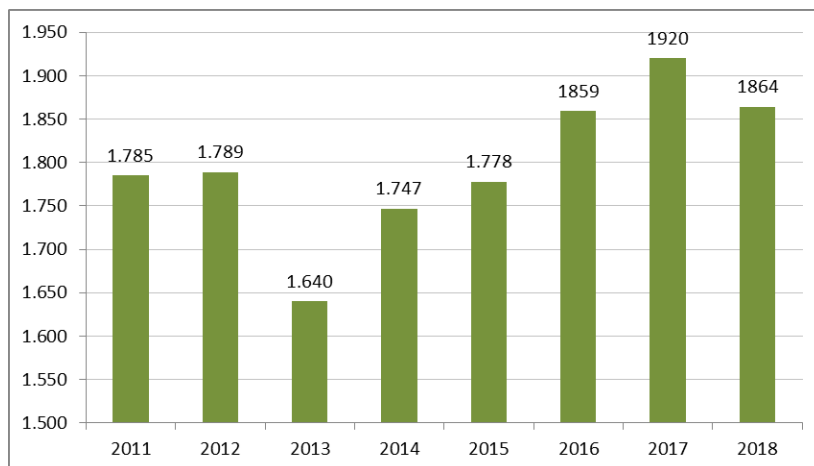
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	-24331	-37352	-36232	-30056	-10481	-8348	4886	11570
Área Metropolitana de Lisboa	-1518	-11667	-11698	27	2441	7198	10462	11640
Odivelas	1756	1132	1046	1209	1016	975	1086	1168

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Odivelas apresenta uma taxa de variação populacional positiva, como resultado da conjugação das duas componentes da variação de população, saldo natural e saldo migratório, sempre positivas ao longo de todo o período em análise.

Analisando o número de nados vivos em Odivelas, com base nos dados disponibilizados pelo INE entre 2011 e 2018, é possível constatar que em 2013 houve um ligeiro decréscimo, mas nos anos seguintes voltou a verificar-se uma tendência crescente, atingindo 1.864 nascimentos em 2018.

Figura 3. Nados-vivos em Odivelas (por local de residência da mãe) | 2011-2018



Fonte: INE, Nados-Vivos

Com efeito, o município de Odivelas detém uma taxa de bruta de natalidade bastante favorável, quando comparada com o contexto nacional (8,5‰) e metropolitano (10,4‰), sendo o segundo município do país onde este valor é mais elevado³: 11,7‰ em 2018.

Tabela 4. Taxa bruta de natalidade (‰), Portugal, AML e Odivelas | 2011-2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	9,2	8,5	7,9	7,9	8,3	8,4	8,4	8,5
AML	11,0	10,4	9,7	9,9	10,1	10,3	10,3	10,4
Odivelas	12,2	12,0	10,9	11,5	11,6	12,0	12,2	11,7

Fonte: INE, Indicadores demográficos

³ O município de Ribeira Grande (Região Autónoma dos Açores) detém a taxa bruta de natalidade mais elevada em 2018 (11,8‰), seguido de Odivelas e Albufeira, ambos com 11,7‰.

3. Estrutura etária da população

A tendência de envelhecimento da população registada na década anterior mantém-se no período 2011-2018, com um peso relativo crescente dos residentes com mais de 65 anos.

A diminuição do peso das camadas mais jovens em termos nacionais (-10,5%) não se verifica em Odivelas, que registou uma taxa de crescimento do grupo etário 0-14 anos de cerca de 20% entre 2011 e 2018.

Tabela 5. Variação da população residente por grupos etários (%), Portugal, AML e Odivelas | 2011-2018

	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos
Portugal	-10,5%	-4,9%	-5,1%	11,6%
Área Metropolitana de Lisboa	3,3%	-2,5%	-5,8%	21,0%
Odivelas	19,8%	-2,2%	1,7%	41,1%

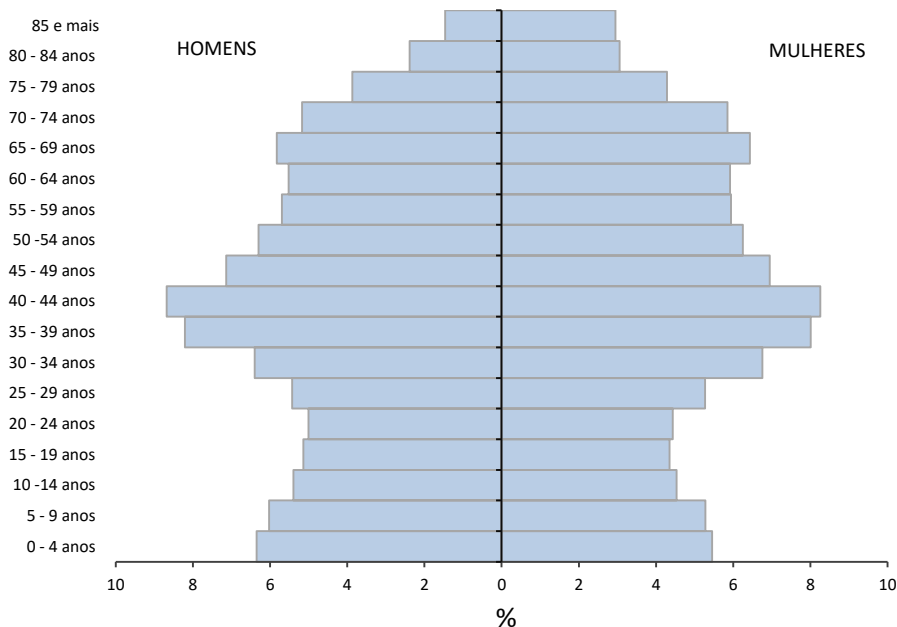
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

De facto, numa análise mais detalhada da estrutura etária da população de Odivelas, é possível observar um ligeiro alargamento da base da pirâmide, tanto da classe 0-4 como da 5-9 anos, contrariamente ao verificado no país ou na AML.

Verificam-se, também, um peso menos expressivo dos jovens adultos e um aumento de idosos (a partir dos 65 anos), dominando as classes dos residentes com 35-39 e 40-44 anos.

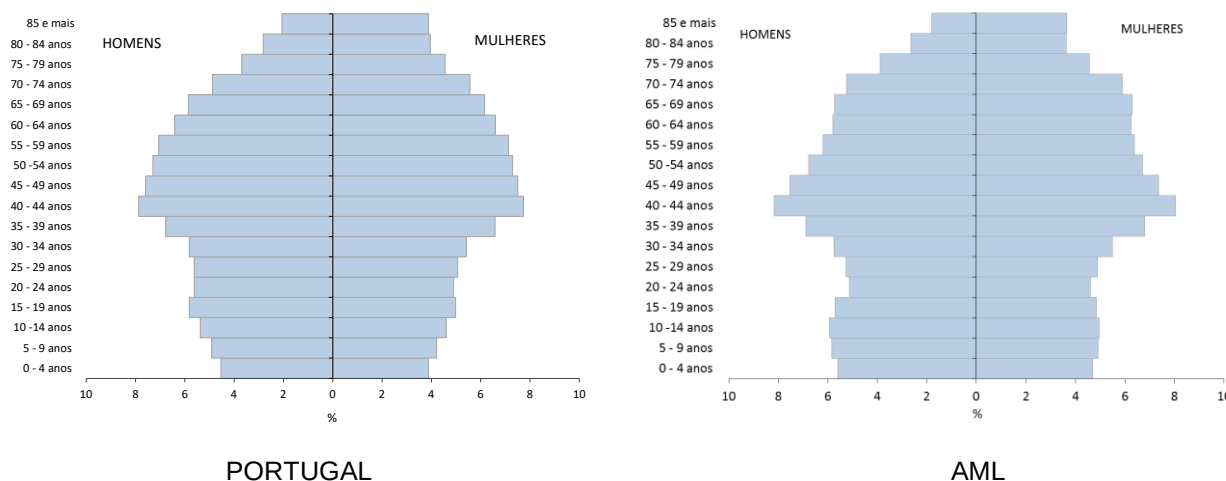
Ainda que sejam evidentes os sinais de envelhecimento demográfico, Odivelas não apresenta uma tendência tão acentuada como a AML ou o país, com pirâmides etárias idosas ou decrescentes, com duplo envelhecimento (na base e no topo).

Figura 4. Pirâmide etária da população, 2018 | Odivelas



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Figura 5. Pirâmide etária da população, 2018 | Portugal, AML



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Com efeito, a população jovem, ou seja, com menos de 15 anos tem um peso relativo em Odivelas (16,3%) superior ao do país (13,8%) e ao da AML (15,9%).

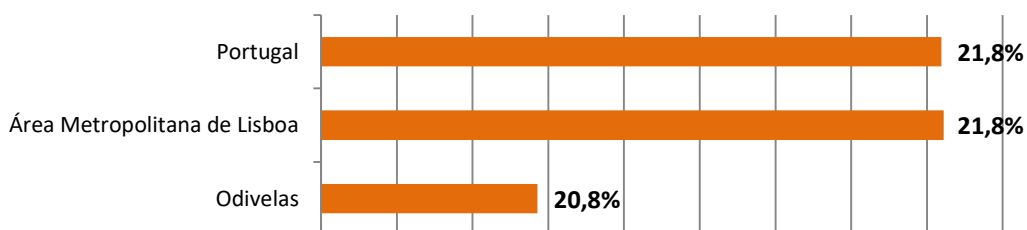
Figura 6. Peso da população jovem (0-14 anos) em Portugal, AML e Odivelas (%) | 2018



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente, Censos

Contrariamente, a população idosa (com 65 e mais anos) possui uma menor expressão, na medida em que representa 20,8% do total da população residente em Odivelas, quando comparada com o valor nacional ou metropolitano, em ambos os casos de 21,8%.

Figura 7. Peso da população idosa (65 e mais anos) em Portugal, AML e Odivelas (%) | 2018



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente, Censos

O índice de envelhecimento⁴ da população do município tem vindo a agravar-se: de 107,3% em 2011 passou para 126,3% em 2018, ainda que seja um valor inferior ao do país (159,4%) e ao da AML (137,5%).

Tabela 6. Índice de envelhecimento em Portugal, AML e Odivelas (%) | 2018

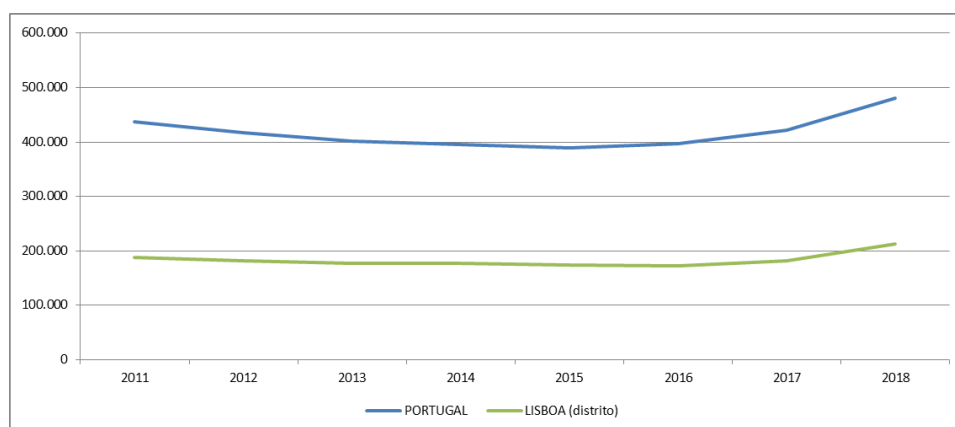
	2011	2018
Portugal	127,8%	159,4%
Área Metropolitana de Lisboa	117,3%	137,5%
Odivelas	107,3%	126,3%

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente, Censos

4. Evolução e caracterização da população estrangeira

Em relação à população estrangeira residente em Portugal, existiam 436.822 indivíduos estrangeiros em 2011, dos quais cerca de 43% residiam no distrito de Lisboa. Este valor foi diminuindo gradualmente até 2015 e, a partir dessa data, o número de estrangeiros tem vindo a registar um aumento gradual, tanto em termos nacionais como metropolitanos, sendo de relevar o valor nacional alcançado em 2018, o mais elevado desde que há registo, de 480.300 indivíduos.

Figura 8. População residente estrangeira em Portugal e no Distrito de Lisboa | 2011-2018



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

⁴ Índice de Envelhecimento - (Pop 65 e mais anos / Pop 0-14 anos)*100

Tabela 7. População residente estrangeira em Portugal e no Distrito de Lisboa | 2011-2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PORTUGAL	436.822	417.042	401.320	395.195	388.731	397.731	421.711	480.300
LISBOA (distrito)	188.259	181.901	176.963	176.927	173.521	173.118	182.105	213.065

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Em 2011 residiam no município de Odivelas 14.446 imigrantes, data a partir da qual este valor veio a decrescer gradualmente até 2017, ano em que se registaram 12.015 indivíduos estrangeiros.

No último ano verificou-se um significativo aumento (18,7%) da população estrangeira residente em Odivelas: 14.266 indivíduos, o que representa cerca de 9% da população total, segundo os dados disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A situação espelhada nas estatísticas oficiais não corresponde à realidade verificada, uma vez que a chegada de população estrangeira a Odivelas tem sido crescente, como tem sido notado pela pressão sentida nos estabelecimentos de ensino da rede pública, sobretudo deste o ano letivo 2015/2016.

Tabela 8. População estrangeira residente em Odivelas | 2011-2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Estrangeiros residentes	14.446	13.629	13.276	13.189	12.802	12.078	12.015	14.266
Total residentes	147.563	149.384	151.012	152.840	154.462	156.083	157.829	159.602

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, INE, Estimativas anuais da população residente, Censos

Em termos de nacionalidade, a maior expressão de estrangeiros residentes em Odivelas em 2018 é proveniente do Brasil, Índia, Guiné Bissau e Angola, com 3.033, 1.650, 1.478 e 1.407 indivíduos, respetivamente. São, aliás, estes os países de origem dominantes da população escolar estrangeira, com uma clara predominância do Brasil.

Tabela 9. Principais países de origem da população estrangeira no concelho de Odivelas | 2013-2018

Posição	2018		2017		2016		2015		2014	
	País	Pop.	País	Pop.	País	Pop.	País	Pop.	País	Pop.
1º	Brasil	3.033	Brasil	2.467	Brasil	2.490	Brasil	2.680	Brasil	2.864
2º	Índia	1.650	Guiné Bissau	1.378	Guiné Bissau	1.454	Guiné Bissau	1.644	Guiné Bissau	1.694
3º	Guiné Bissau	1.478	Angola	1.170	Angola	1.217	Angola	1.353	Angola	1.481
4º	Angola	1.407	Índia	995	Ucrânia	978	Cabo Verde	1.037	Cabo Verde	1.105
5º	Cabo Verde	935	Ucrânia	917	Cabo Verde	931	Ucrânia	1.030	Ucrânia	1.074
6º	Paquistão	889	Cabo Verde	884	Índia	873	Roménia	862	Roménia	945
7º	Ucrânia	871	Roménia	826	Roménia	834	São Tomé e Pr	585	Índia	790
8º	Roménia	825	Paquistão	673	Paquistão	685	Índia	852	São Tomé e Pr	617
9º	São Tomé e Pr	503	São Tomé e Pr	476	São Tomé e Pr	521	Paquistão	684	Paquistão	597
10º	China	431	China	388	China	391	China	388	China	362

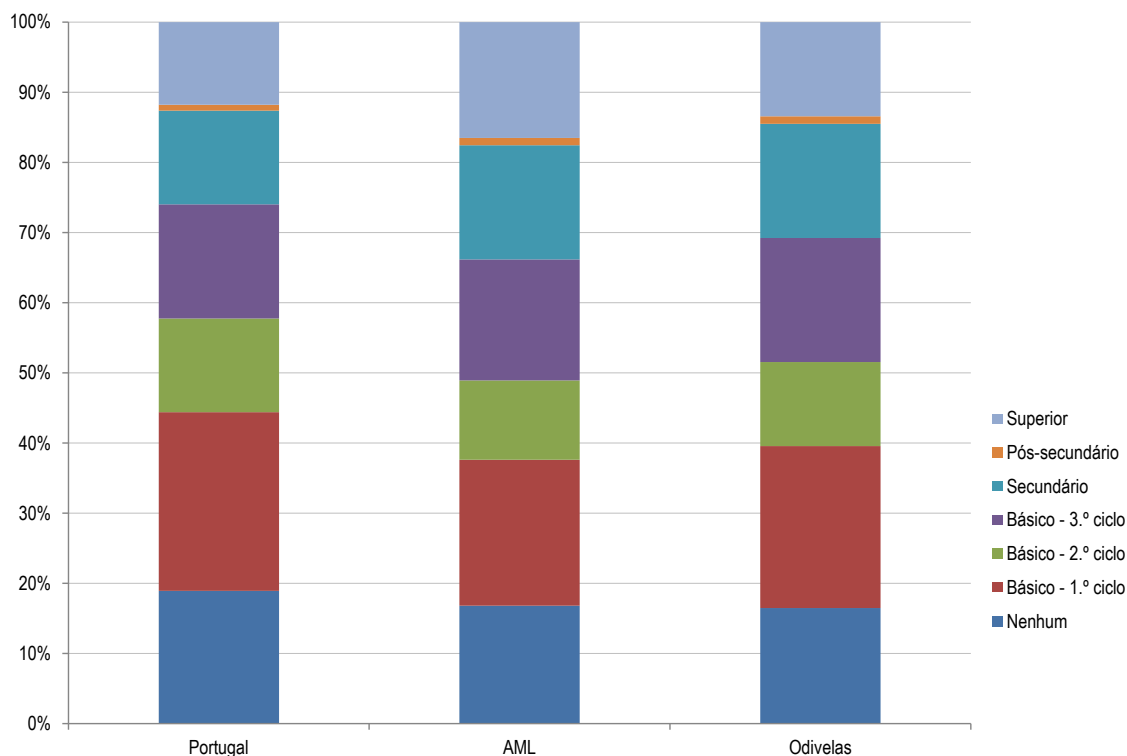
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

5. Nível de escolaridade da população residente

Em termos de nível de escolaridade da população residente, cerca de 13,4% do total concluiu um curso superior, valor ligeiramente inferior à média da AML (16,5%), mas superior à média nacional (11,8%).

Pelo contrário, Odivelas apresenta o peso relativo mais baixo de população com nenhum nível de escolaridade (16,5%), enquanto na AML este valor é de 16,8% e em Portugal é de 18,9%.

Figura 9. População residente por nível de escolaridade em Portugal, AML e Odivelas (%) | 2011



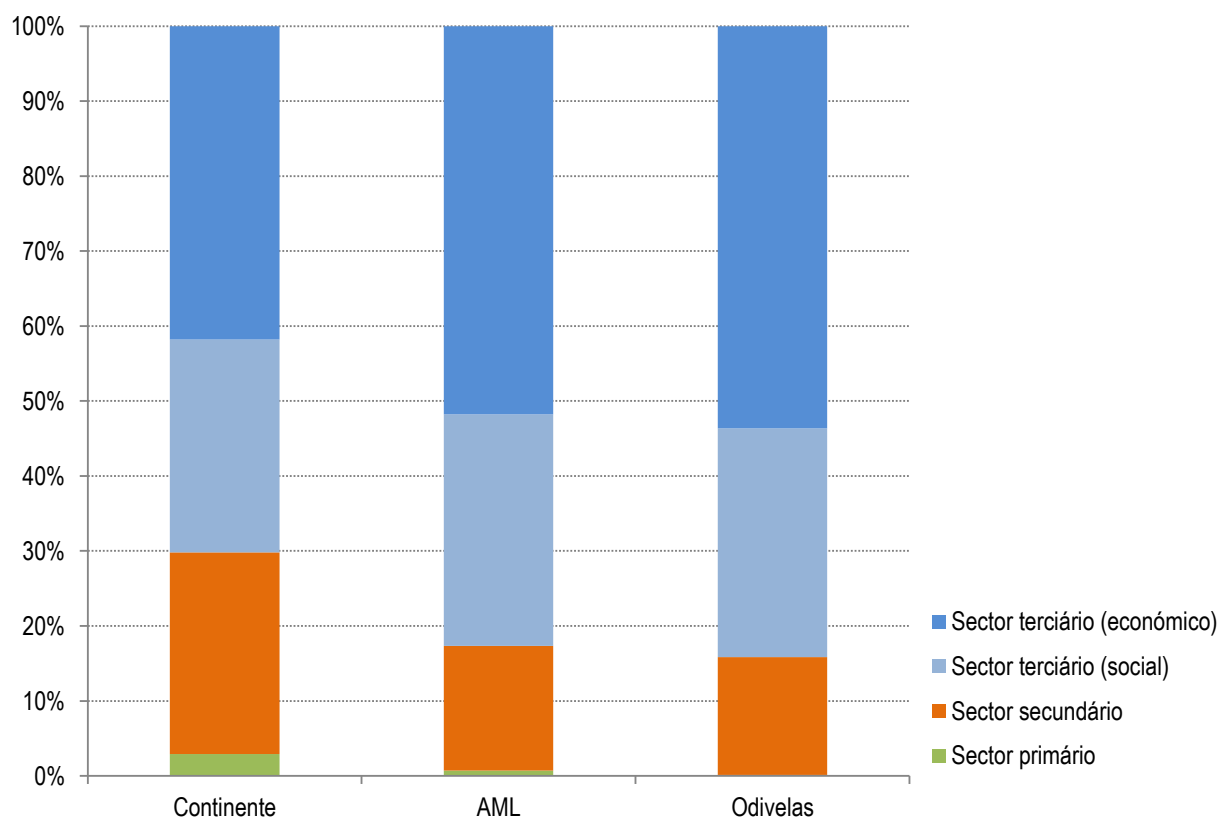
Fonte: INE, Censos 2011

6. Caracterização do tecido económico

Em Odivelas, o sector terciário apresenta um evidente predomínio no conjunto das atividades económicas, empregando quase 85% da população residente, com destaque para o terciário económico com cerca de 54%.

O sector secundário representa 15% e o sector primário é praticamente inexistente, com um valor residual de 0,1%, situação semelhante à verificada na AML.

Figura 10. População empregada por sector de atividade económica em Portugal, AML e Odivelas (%) | 2011

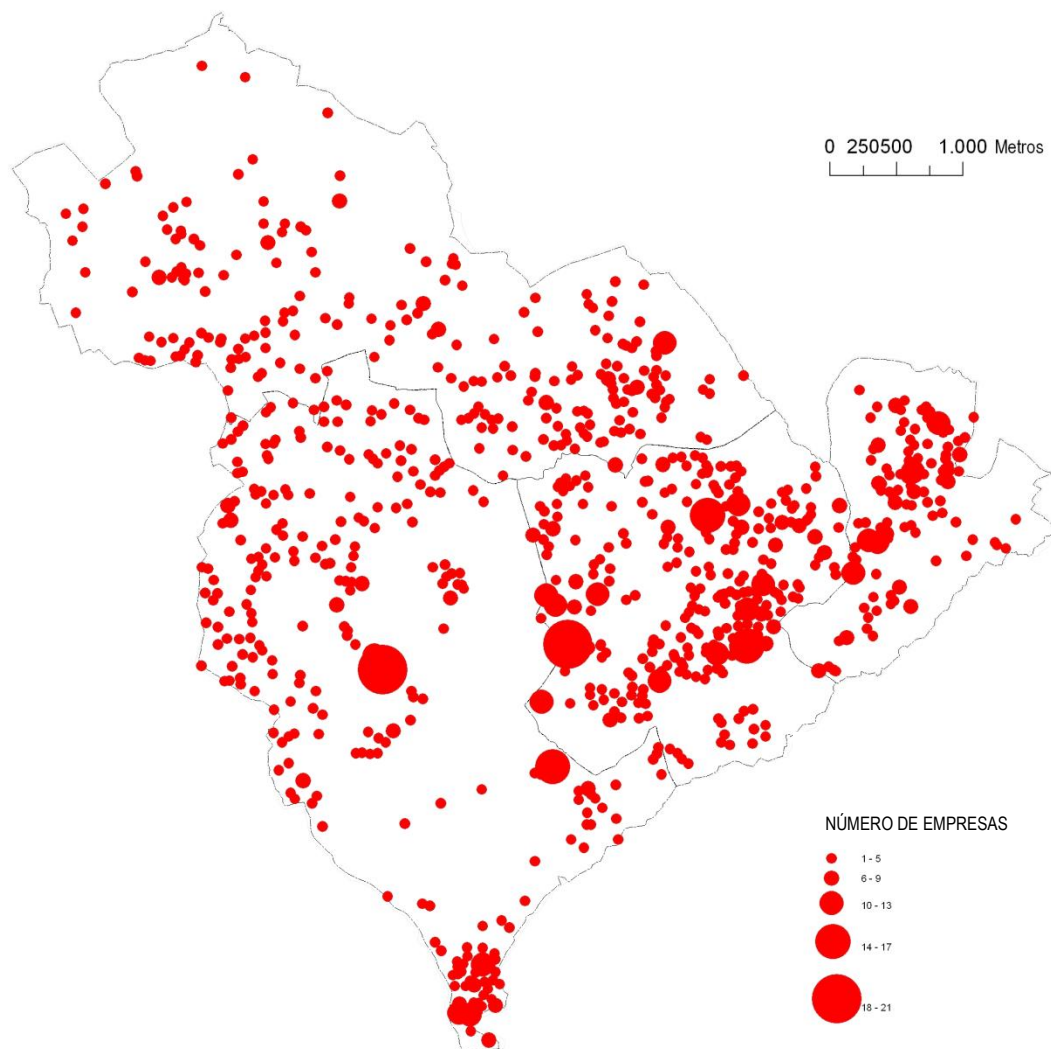


Fonte: INE, Censos 2011

Em 2012, existiam 2.424 empresas⁵ com sede no município, sendo possível constatar alguma concentração empresarial nas áreas mais densamente urbanizadas, com destaque para Odivelas, freguesia onde estão sedeadas perto de 40% do total de unidades, de acordo com a base de dados disponibilizada pela *eInforma*.

⁵ Os dados provêm dos *Quadros de Pessoal*, base estatística das empresas e do emprego da responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, pelo que contempla as empresas com trabalhadores por conta de outrem ao seu serviço, estando excluídos os trabalhadores por conta própria sem pessoas ao serviço e os trabalhadores independentes.

Figura 11. Distribuição de empresas com sede no município de Odivelas | 2012



Fonte: Base de Dados eInforma, setembro 2012

Entre 2012 e 2015, assistiu-se a um aumento do número de empresas que passaram de 2.424 para 2.784, o que representa uma taxa de crescimento de cerca de 15%.

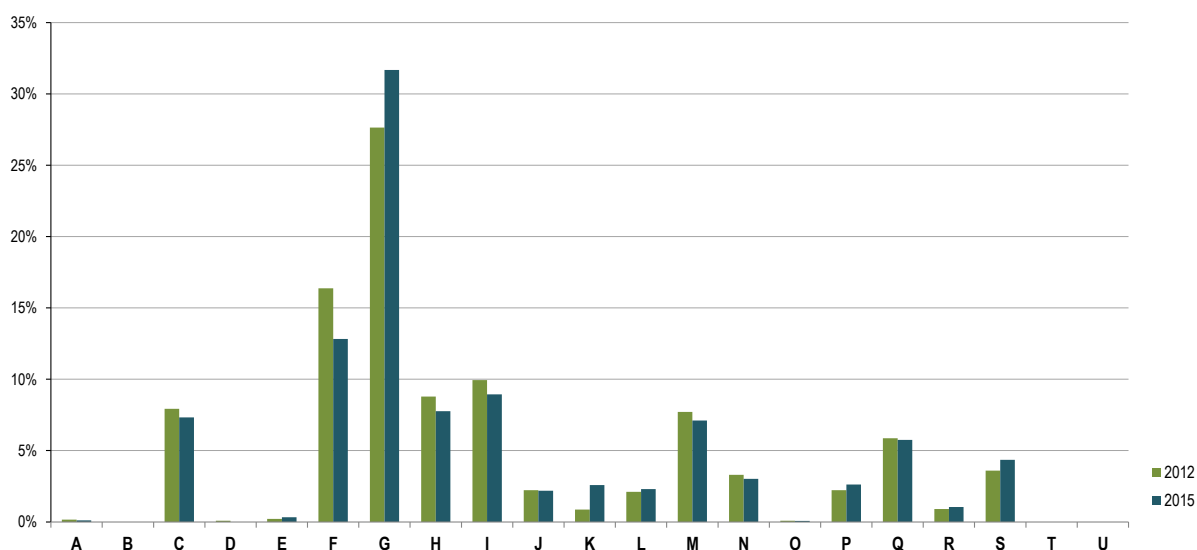
Em termos de sectores de atividade, é notório o predomínio de atividades de *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* com quase um terço do total de empresas com sede em Odivelas.

Quanto ao número de empresas por sectores de atividade entre 2012 e 2015, os aumentos mais significativos registaram-se em “Atividades financeiras e de seguros”, “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, “Educação”, “Captação, tratamento e distribuição de água;

saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, “Outras atividades de serviços”, “Atividades imobiliárias” e “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”.

Pelo contrário, foram a “Construção”, os “Transportes e armazenagem”, “Alojamento, restauração e similares” e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” os sectores cujo peso relativo diminuiu ao longo do período em análise.

Figura 12. Empresas com sede no município de Odivelas, por sector de atividade (%) | 2012, 2015



Atividades económicas, por secção (CAE — Rev. 3)	
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
B	Indústrias extractivas
C	Indústrias transformadoras
D	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
H	Transportes e armazenagem
I	Alojamento, restauração e similares
J	Actividades de informação e comunicação
K	Actividades financeiras e de seguros
L	Actividades imobiliárias
M	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
N	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
O	Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória
P	Educação
Q	Actividades de saúde humana e apoio social
R	Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
S	Outras actividades de serviços
T	Actividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico e act.de produção das famílias para usos próprio
U	Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

II. CARATERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA EDUCATIVO

O direito geral à educação, consignado nas leis fundamentais nacionais e em tratados e convenções internacionais, é assumido como um bem social e eixo fundamental do desenvolvimento das sociedades, contribuindo para a igualdade de oportunidades, para a promoção da cidadania e dos valores comuns da liberdade e da tolerância⁶.

A educação como um dos principais motores do desenvolvimento social e económico das sociedades tem como consequência evidente a constante mutação do sistema educativo, para acompanhar e dar resposta às necessidades educativas da sua população.

1. Organização do sistema educativo

No concelho de Odivelas a rede escolar pública (do pré-escolar ao ensino secundário) é constituída por jardins – de - infância, escolas básicas, escolas secundárias, e uma escola profissional, conforme definido no articulado do Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de agosto, quando refere: *“os estabelecimentos da rede pública são designados em função do nível de educação ou de ensino ou da modalidade que exclusiva ou prioritariamente ministram.”*

Nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) as crianças podem entrar no sistema a partir dos três anos de idade, através da frequência da educação pré-escolar, que tem um carater facultativo, dentro de um percurso regular, entre esta e a idade de ingresso no ensino básico.

As crianças que completem 6 anos de idade até 15 de setembro ingressam no ensino básico, no qual permanecem até aos 14 anos de idade, completando três ciclos sequenciais, sendo o 1.º ciclo de quatro anos (dos 6 aos 9 anos), o 2.º ciclo de dois anos (dos 10 aos 11 anos) e, o 3.º ciclo de três anos (dos 12 aos 14 anos); o ensino secundário integra três anos de escolaridade (dos 15 aos 17 anos)⁷.

A Tabela abaixo, ilustra a organização e a composição dos diferentes níveis de educação e ensino, sendo que esta é a estrutura normal identificada nos documentos normativos mas, por motivos diversos, nem todas as crianças e jovens percorrem estas diferentes fases de forma linear, podendo verificar-se interrupções e ou

⁶ EURYDICE, 2016

⁷ Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

atrasos nos seus percursos escolares, mantendo-se no sistema por um período de tempo mais alargado do que o espectável - contextos de aprendizagem desfavoráveis, insucesso escolar, necessidades educativas específicas, entre outras.

Tabela 10. Organização dos níveis de educação e ensino (do pré-escolar ao ensino secundário)

Níveis de educação e ensino	Composição	
Pré-escolar	De frequência facultativa, destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no 1º ciclo do ensino básico. ⁸	
1º CEB – Primeiro ciclo do ensino básico	Divide-se por 4 anos de escolaridade: 1º Ano; 2º Ano; 3º Ano; 4º Ano.	
2º CEB – Segundo ciclo do ensino básico	Divide-se por 2 anos de escolaridade: 5º Ano; 6º Ano.	
3º CEB – Terceiro ciclo do ensino básico	Divide-se por 3 anos de escolaridade, com 2 opções: - Ensino regular (7º Ano; 8º Ano; 9º Ano), e CEF – Cursos de Educação e Formação.	
Ensino Secundário	Divide-se por 3 anos de escolaridade, com duas opções: CCH e CP.	
	CCH (cursos científico-humanísticos): 10º Ano; 11º Ano; 12º Ano.	CP (cursos profissionais): 1º Ano; 2º Ano; 3º Ano.

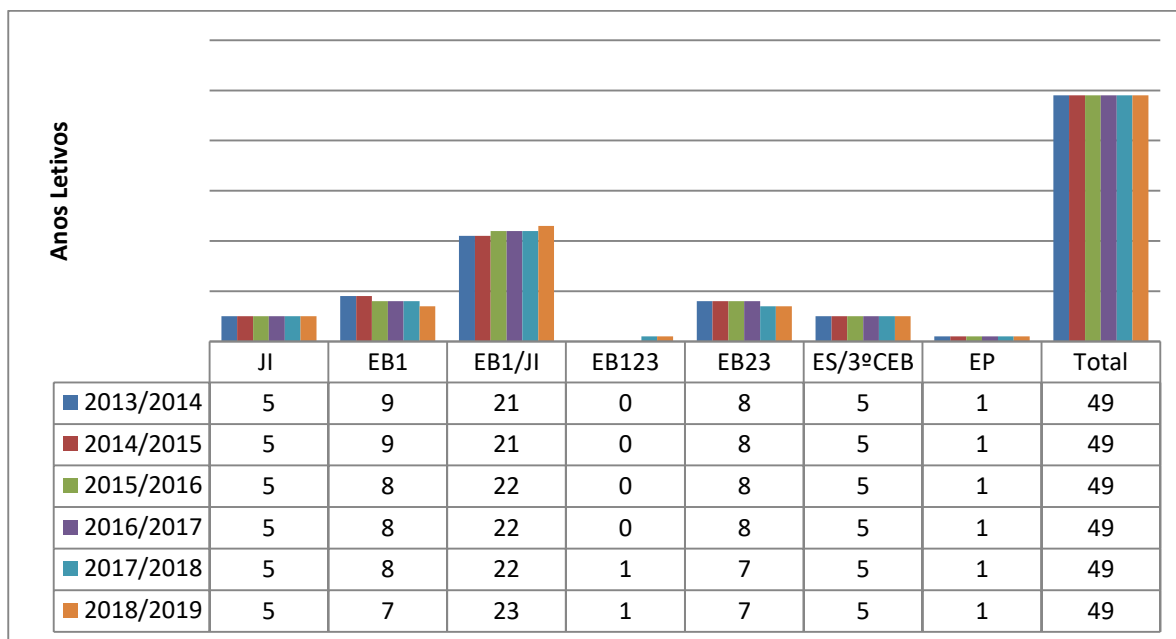
Conforme identificado na Figura que se segue, a rede de escolas públicas é constituída por 49 estabelecimentos de educação e ensino, sendo que no período em análise (entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2018/2019), o número total de estabelecimentos de educação e ensino manteve-se sempre constante.

No entanto, e no âmbito do movimento anual da rede escolar (MARE), de forma a satisfazer as necessidades educativas da população residente no concelho de Odivelas, em idade escolar, verificaram-se algumas alterações no reordenamento e reajustamento de algumas das tipologias dos estabelecimentos, de educação e ensino nomeadamente, no que diz respeito ao reordenamento de escolas do 1º ciclo do ensino básico (EB1) que passaram a escolas básicas de 1º ciclo do ensino básico com integração de pré-escolar (EB1/JI) - Escola Básica Maria Costa (Ano letivo 2015/2016) e Escola Básica Maria Máxima Vaz (Ano letivo

⁸ Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril.

2018/2019), e integração de resposta de 1º ciclo do ensino básico numa escola que só oferecia 2.º e 3.º ciclos (Escola Básica Carlos Paredes - Ano letivo 2017/2018).

Figura 13. Evolução do número de estabelecimentos de educação e ensino, por tipologia



Fonte: CMO/DE

Na atualidade, a rede de escolas públicas do concelho de Odivelas, distribui-se pelas seguintes tipologias de oferta:

- 5 Jardins - de - infância;⁹
- 23 Escolas básicas do 1º ciclo com resposta de pré-escolar integrado;
- 7 Escolas básicas só com 1º ciclo;
- 1 Escola básica com 1º, 2.º e 3.º ciclos;
- 7 Escolas básicas com 2.º e 3.º ciclos;
- 5 Escolas secundárias com 3.º ciclo integrado;
- 1 Escola profissional.

Estas escolas integram por sua vez unidades organizacionais denominadas por agrupamentos de escolas (AE) e escolas não agrupadas (ENA) sendo, que até ao final do Ano letivo 2012/2013, funcionavam no concelho de Odivelas, oito agrupamentos de escolas de menor dimensão (com integração do pré-escolar até ao 9º ano de escolaridade) e seis escolas não agrupadas, conforme Tabela abaixo.

⁹ 6 JI a partir de setembro de 2019 – Jardim de Infância Francisco Vieira Caldas, Caneças

Tabela 11. Organização das unidades orgânicas até ao final do Ano letivo 2012/2013

AE (com integração do pré-escolar ao 9º ano)	ENA
AE a Sudoeste de Odivelas	ES Braamcamp Freire
AE Avelar Brotero	ES Caneças
AE Caneças	ES Odivelas
AE D. Dinis	ES Pedro Alexandrino
AE Moinhos Arroja	ES Ramada
AE Pontinha	EPADD-Paiã
AE Póvoa Santo Adrião	
AE Vasco Santana	

Fonte: CMO/DE

Os agrupamentos de escolas são unidades organizacionais, dotados de órgãos próprios de administração e gestão, constituídos pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de educação e ensino, numa lógica de articulação vertical entre níveis de escolaridade¹⁰.

No Ano letivo 2013/2014 verificaram-se algumas alterações no que respeita a esta organização, naquilo que diz respeito à distribuição das unidades orgânicas de educação e de ensino por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, passando a existir dois tipos de agrupamento de escolas - agrupamentos de escolas com integração desde o pré-escolar até ao 9º ano de escolaridade e agrupamentos de escolas com integração do pré-escolar até ao 12.º ano de escolaridade -; a partir desta nova reconfiguração, as escolas não agrupadas passaram de seis unidades organizacionais para duas unidades, conforme Tabela e Figura que se seguem.

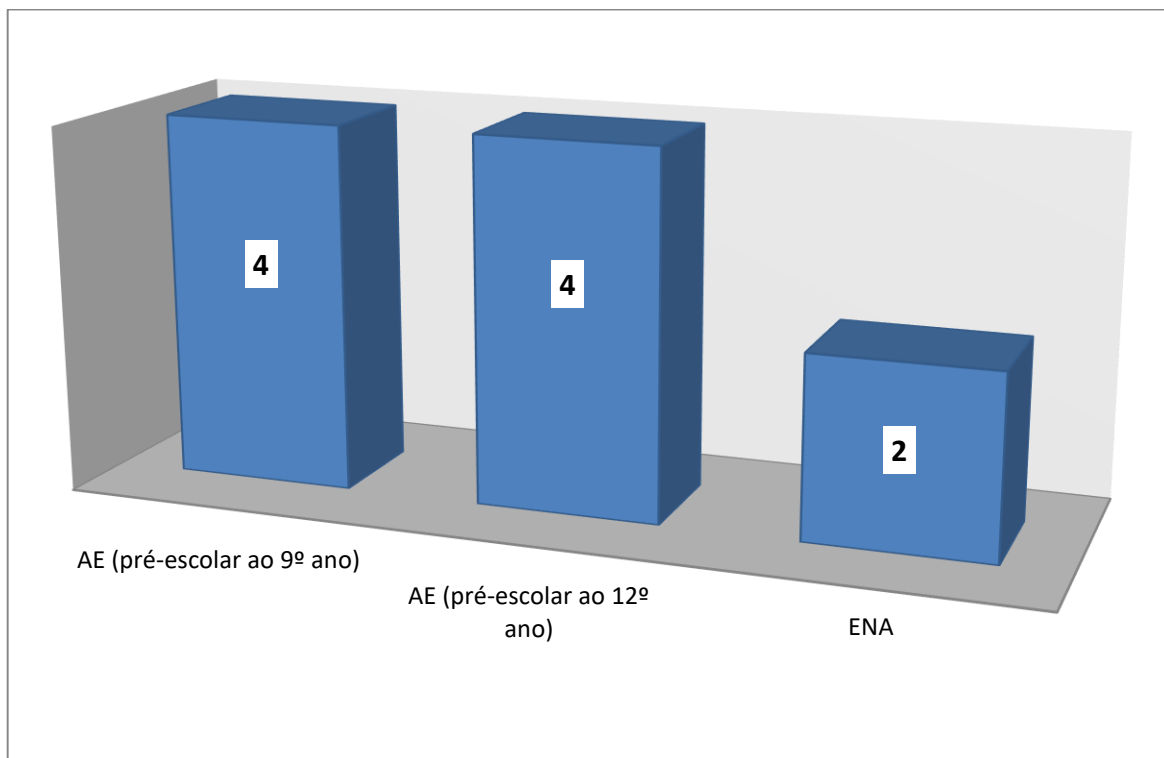
Tabela 12. Organização do sistema educativo a partir do Ano letivo 2013/2014

AE (do pré-escolar ao 9º ano)	AE (do pré-escolar ao 12.º ano)	ENA
AE a Sudoeste de Odivelas	AE Adelaide Cabette	ES Ramada
AE D. Dinis	AE Braamcamp Freire	EPADD-Paiã
AE Moinhos Arroja	AE Caneças	
AE Vasco Santana	AE Pedro Alexandrino	

Fonte: CMO/DE

¹⁰ Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho

Figura 14. Unidades orgânicas a funcionar na atualidade – AE/ENA



Fonte: CMO/DE

Com a constituição das quatro novas unidades de gestão, por agregação de escolas não agrupadas com agrupamentos de escolas já existentes, constituindo-se em agrupamentos de escolas de maior dimensão, assiste-se à reconfiguração do modelo organizacional existente, passando para um modelo que tem como pressupostos, a criação de um território educativo constituído por diferentes escolas, onde são ministrados os diferentes ciclos e níveis de educação e ensino, desde o pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Com este novo modelo organizativo, quatro escolas secundárias (que também respondem ao 3.º ciclo do ensino básico) passaram a assumir a função de escola-sede de agrupamento, onde ficaram instalados os órgãos de direção e os serviços administrativos, que gerem e coordenam todos os estabelecimentos de educação e ensino que os integram, ficando os restantes quatro agrupamentos de escolas sedeados em escolas que ministram o 2.º e o 3.º ciclo do ensino básico.

No que se refere às denominações das unidades organizacionais verificaram-se duas alterações, após a sua criação, nos Agrupamentos de Escolas Odivelas N.º 1 (agora Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire-Pontinha) e Odivelas N.º 4 (atualmente Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas).

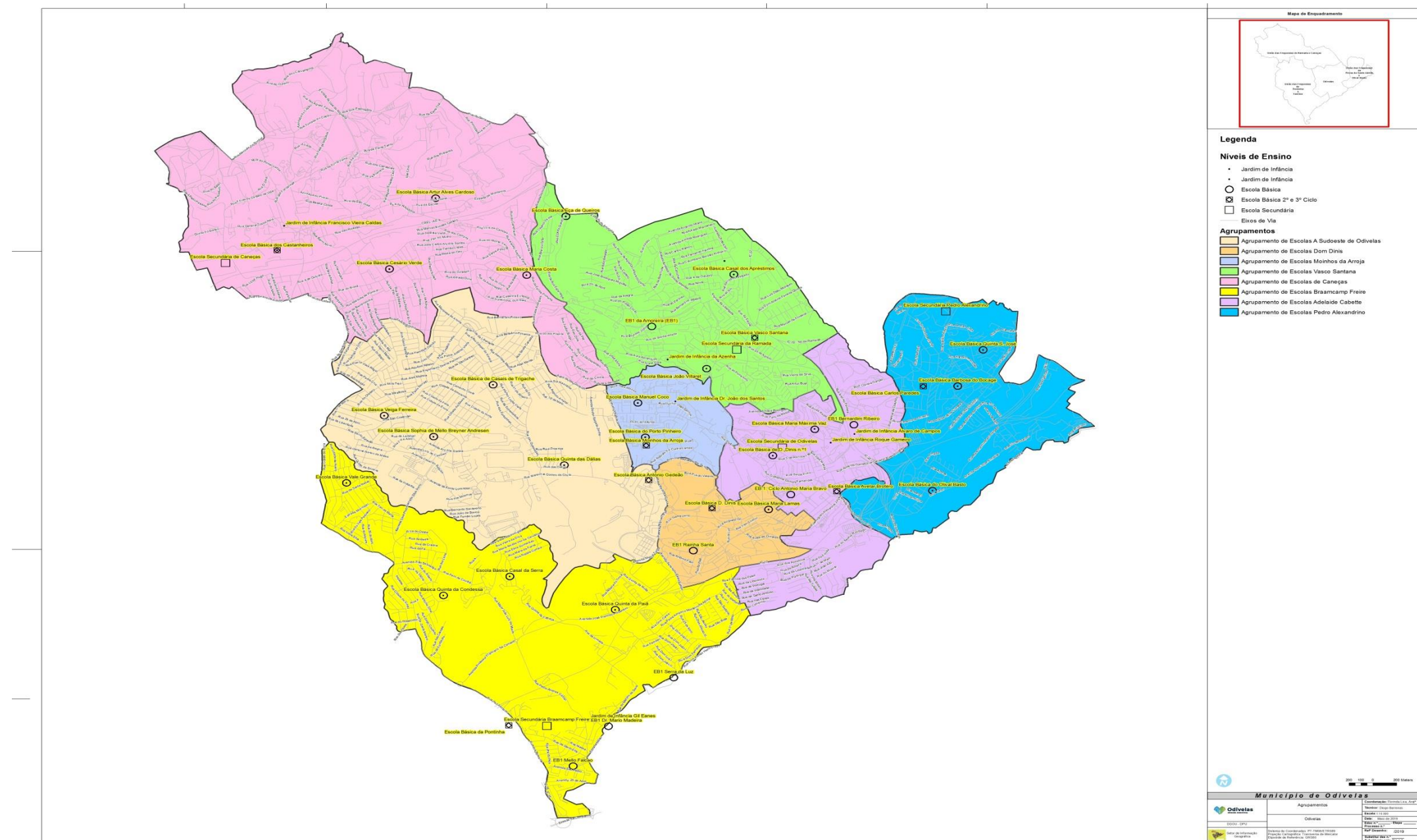
Esta alteração de denominação dos dois agrupamentos de escolas está prevista na legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de dezembro e Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de agosto), e foi proposta pelos órgãos de gestão dos mesmos agrupamentos de escolas.

Relativamente à composição das unidades/agrupamentos de escolas, verificou-se uma alteração na composição de dois agrupamentos de escolas a partir do Ano letivo 2014/2015, com a integração da Escola Básica Professora Maria Costa no Agrupamento de Escolas Caneças (deixando de estar integrada no Agrupamento de Escolas Vasco Santana), situação já prevista no documento da primeira revisão da Carta Educativa de Odivelas, aprovado pelos Órgãos Municipais em 2013, e que teve como fundamento os princípios gerais previstos no Despacho n.º 5634 – F/2012, de 26 de abril de 2012: a dimensão dos dois agrupamentos de escolas ficou mais equilibrada e racional no que concerne ao número de escolas básicas do 1º ciclo que os integram, assim como, quanto ao número de alunos inscritos neste nível de ensino que os integram.

Como fundamentação específica, a referida alteração, teve por base os seguintes elementos:

- A Escola Básica Professora Maria Costa tinha vindo a perder alunos nos últimos anos letivos, numa altura em que as três escolas básicas do 1º ciclo que integravam o Agrupamento de Escolas de Caneças estavam sobrelotadas, e a funcionar em regime duplo e/ou misto;
- A referida escola, fica localizada numa área de fronteira entre as Vilas de Caneças e da Ramada (que atualmente pertencem à mesma freguesia), a partir da qual o percurso dos alunos, em transporte público, se faz com maior facilidade para a sede do Agrupamento de Escolas de Caneças do que para a sede do Agrupamento de Escolas Vasco Santana;
- O percurso académico dos alunos que frequentam esta escola fica facilitado, nos ciclos de ensino subsequentes ao 1º ciclo, pelo facto de haver uma maior capacidade de resposta nas escolas que dão resposta ao 2.º e 3.º ciclos e ao ensino secundário no Agrupamento de Escolas de Caneças do que na Escola Básica Vasco Santana ou na Escola Secundária da Ramada (ambas em situação de sobrelotação).

Figura 15. Organização da rede educativa local (AE/ENA)



Fonte: CMO/DE/DPU/SIG

Na sequência da introdução deste novo modelo, o sistema educativo local ficou organizado, da seguinte forma:

- Quatro agrupamentos de escolas de maior dimensão, que incluem todos os níveis de educação e ensino desde o pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória de 12 anos: AE Adelaide Cabette, Odivelas; AE Braamcamp Freire, Pontinha; AE de Caneças, e AE Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião;
- Manutenção de quatro agrupamentos de escolas, que incluem os níveis de educação e ensino desde o pré-escolar até ao final do ensino básico: AE a Sudoeste de Odivelas; AE D. Dinis, Odivelas; AE Moinhos da Arroja, Odivelas; AE Vasco Santana, Ramada;
- Duas escolas não agrupadas, uma de ensino profissional, e uma outra, de ensino secundário com resposta integrada de 3.º ciclo - Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã e Escola Secundária da Ramada.

A sede de concelho, pela sua densidade populacional, integra três agrupamentos de escolas, que respondem à procura interna (AE Adelaide Cabette, AE D. Dinis, e AE Moinhos da Arroja), tendo ainda aí localizada a Escola Básica António Gedeão, que por ficar situada a sudoeste de Odivelas, se constituiu como sede de agrupamento de escolas, com integração dos estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e do 1º CEB da zona de Famões; todos os restantes agrupamentos de escolas respondem, em termos gerais, a uma determinada área geográfica em termos de áreas de influência (AE Braamcamp Freire – Pontinha; AE de Caneças – Caneças; AE Pedro Alexandrino – Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto; AE Vasco Santana – Ramada).

Estas unidades de gestão apresentam uma composição variada, quer no que respeita ao número de estabelecimentos que as integram e níveis de educação e ensino que oferecem quer no que se refere ao número de alunos que as frequentam, conforme Tabela e Figura abaixo.

Tabela 13. Distribuição dos estabelecimentos de educação e ensino, por tipologia e AE

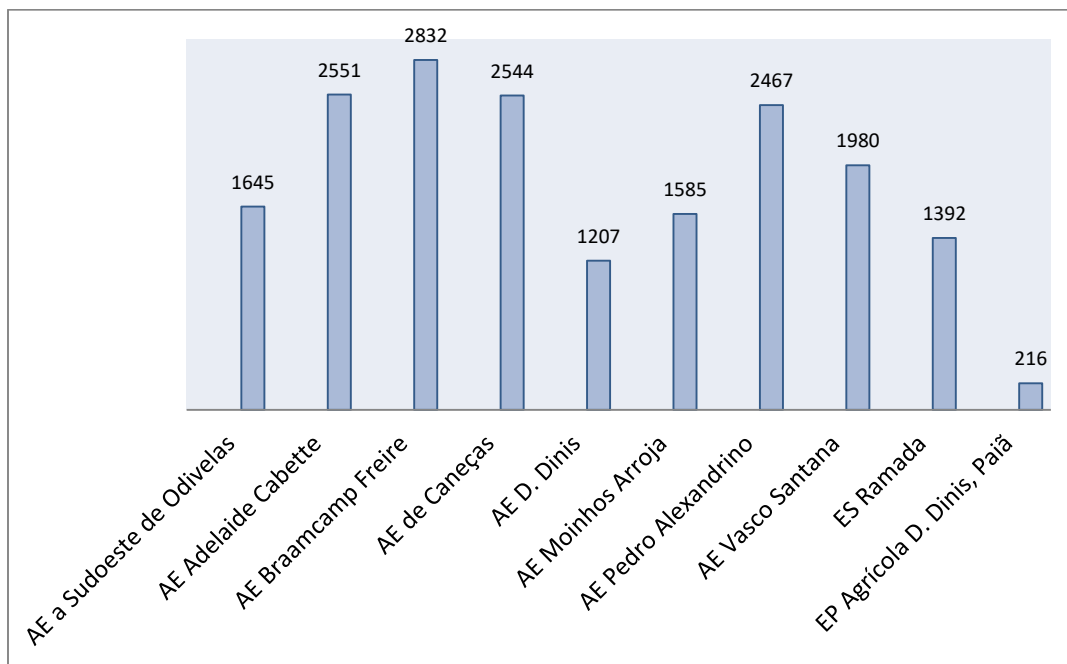
Agrupamentos Escolas	JI	EB1	EB1/JI	EB123	EB23	ES/3.ºCEB	Total
AE a Sudoeste de Odivelas	0	0	4	0	1	0	5
AE Adelaide Cabette	2	2	2	0	1	1	8
AE Braamcamp Freire	1	3	4	0	1	1	10
AE Caneças	1 ¹¹	0	4	0	1	1	7
AE D. Dinis	0	1	1	0	1	0	3
AE Moinhos Arroja	1	0	2	0	1	0	4
AE Pedro Alexandrino	0	0	3	1	0	1	5
AE Vasco Santana	1	1	3	0	1	0	6

Fonte: CMO/DE

O agrupamento de escolas com menor número de estabelecimentos de educação e ensino integrados - três estabelecimentos – é o AE D. Dinis/Odivelas e, o que tem o maior número de estabelecimentos integrados, é o AE Braamcamp Freire/Pontinha com dez estabelecimentos; os restantes agrupamentos de escolas integram um número de estabelecimentos que se situa no intervalo entre quatro e oito estabelecimentos de educação e ensino, por unidade organizacional.

¹¹ A partir de setembro de 2019

Figura 16. N.º de alunos que integram as diferentes unidades orgânicas (ensino diurno)



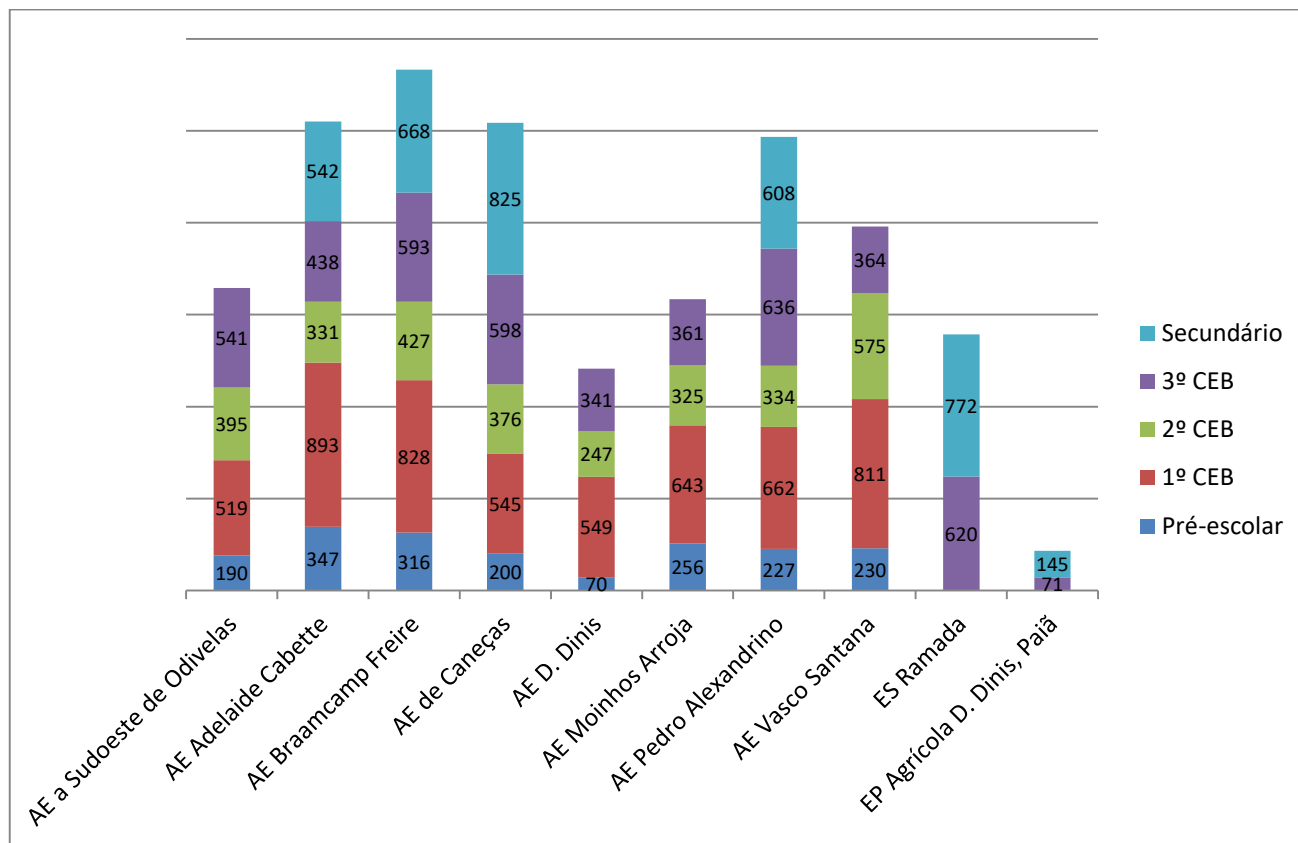
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME – Referência ao Ano letivo 2018/2019 (março 2019)

Conforme Figura acima, e no que se refere ao número de alunos inscritos (dados de referência do Ano letivo 2018/2019) verifica-se que, os quatro agrupamentos de escolas de maior dimensão - que integram desde o pré-escolar até ao 12.º ano de escolaridade - registam todos mais de 2000 alunos, variando entre um mínimo de 2.467 alunos no AE Pedro Alexandrino e um máximo de 2.832 alunos no AE Braamcamp Freire; os agrupamentos de escolas de menor dimensão - que integram desde o pré-escolar até ao 9º ano de escolaridade - apresentam todos mais de 1000 alunos inscritos, num intervalo que varia entre 1.207 alunos no AE D. Dinis e 1.980 alunos no AE Vasco Santana.

As escolas não agrupadas, dadas as suas características específicas - a Escola Secundária da Ramada oferece ensino secundário e 3.º ciclo, e a Escola Profissional Agrícola D. Dinis oferece exclusivamente cursos de natureza profissional numa área muito especializada -, registam uma frequência muito dispare entre si, 1.392 alunos na primeira e 216 alunos na segunda, respetivamente.

A Figura abaixo, apresenta a dimensão de cada uma das unidades orgânicas, tendo em conta o número de alunos inscritos nas diferentes modalidades de educação e ensino que as integram - pré-escolar, 1º CEB, 2.º CEB, 3.º CEB, ensino secundário -, por referência ao Ano letivo 2018/2019.

Figura 17. N.º de alunos das unidades orgânicas, por nível de educação e ensino (ensino diurno)



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (março 2019)

Assim, e numa leitura mais detalhada da Figura verificamos, que os agrupamentos de escolas com maior capacidade de resposta a nível do pré-escolar, são os Agrupamentos de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas, com 347 crianças inscritas, e o AE Braamcamp Freire, Pontinha, com 316 crianças inscritas; o agrupamento de escolas com menor capacidade de oferta, neste nível de educação, é o Agrupamento de Escolas D. Dinis, Odivelas, com 70 crianças inscritas; os restantes agrupamentos de escolas situam-se, num intervalo, que varia entre as 190 e as 256 crianças inscritas.

A nível do 1º CEB, temos uma dimensão mais equilibrada, com cinco agrupamentos de escolas com um número de alunos inscritos entre os 519 e os 662 (AE a Sudoeste de Odivelas – Odivelas, AE D. Dinis - Odivelas, AE Caneças, AE Pedro Alexandrino - Póvoa de Santo Adrião, e AE Moinhos da Arroja - Odivelas); e depois, três agrupamentos de escolas, com uma dimensão mais significativa, com um número de alunos inscritos, que varia entre 811 e 893 (AE Vasco Santana – Ramada, AE Braamcamp Freire – Pontinha, e AE Adelaide Cabette - Odivelas).

No 2.º CEB, temos um mínimo de 247 alunos inscritos no Agrupamento de Escolas D. Dinis, Odivelas, e um máximo de 575 alunos no Agrupamento de Escolas Vasco Santana, Ramada, ficando os restantes seis agrupamentos de escolas, com um número de alunos inscritos, que se situa num intervalo entre 325 e 427 alunos.

No 3.º CEB, aparecem os Agrupamentos de Escolas D. Dinis, Odivelas, e Moinhos da Arroja, Odivelas, com o menor número de alunos inscritos (341 e 361 alunos, respetivamente), e o Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião e a Escola Secundária da Ramada, com o maior número de alunos inscritos neste nível de ensino (636 e 620 alunos, respetivamente); os restantes agrupamentos de escolas situam-se, num intervalo médio, entre 438 e 598 alunos inscritos.

No que se refere ao ensino secundário, o intervalo varia entre um mínimo de 542 alunos no Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas, e um máximo de 825 alunos no Agrupamento de Escolas de Caneças, situando-se as restantes unidades orgânicas (incluindo a Escola Secundária da Ramada), num intervalo que varia entre 608 alunos e 772 alunos.

A Escola Profissional Agrícola D. Dinis, da Paiã, que oferece 3.º ciclo (cursos de educação e formação) e cursos profissionais de nível secundário, apresenta um número mais reduzido de alunos inscritos (71 alunos no 3.º CEB e 145 alunos nos cursos de nível secundário).

2. Rede escolar e da oferta formativa

Numa sociedade e economia baseadas no conhecimento, na aprendizagem, no saber e no seu reconhecimento, a educação é, simultaneamente, condição de empregabilidade e condição fundamental para a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades.

A educação é uma dimensão central no desenvolvimento de cada jovem, preenchendo, a escolaridade obrigatória, grande parte da sua infância e da sua adolescência, pelo que a criação de condições de acesso, permanência e sucesso de todos os alunos no sistema educativo, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, é condição indispensável para o desenvolvimento sustentável das sociedades.

Ora, o alargamento da escolaridade obrigatória implica, a diversificação pedagógica e curricular, tendo em vista incluir com êxito todas as crianças e jovens, alargando por mais tempo a sua formação académica e, oferecendo, uma gama mais diversificada de opções formativas para que se ajustem cada vez melhor aos perfis, necessidades e ou capacidades de cada um.

Este novo paradigma implica, a necessidade de diversificar o leque de modalidades formativas para que, quando se verificam constrangimentos no percurso escolar dos alunos, que ocasionem situações de insucesso educativo ou risco de exclusão social, se encontrem modalidades alternativas ao sistema “regular”, com encaminhamento para outras ofertas formativas que se ponderem ser mais ajustadas a cada situação, individualmente considerada.

2.1. Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento pessoal e social da criança, fomentando a sua inserção em grupos sociais diversos, contribuindo para a igualdade de oportunidades, estimulando o desenvolvimento global, a expressão e a comunicação, despertando a curiosidade e o pensamento crítico e, permitindo, identificar o mais precocemente possível, as dificuldades e necessidades específicas.¹²

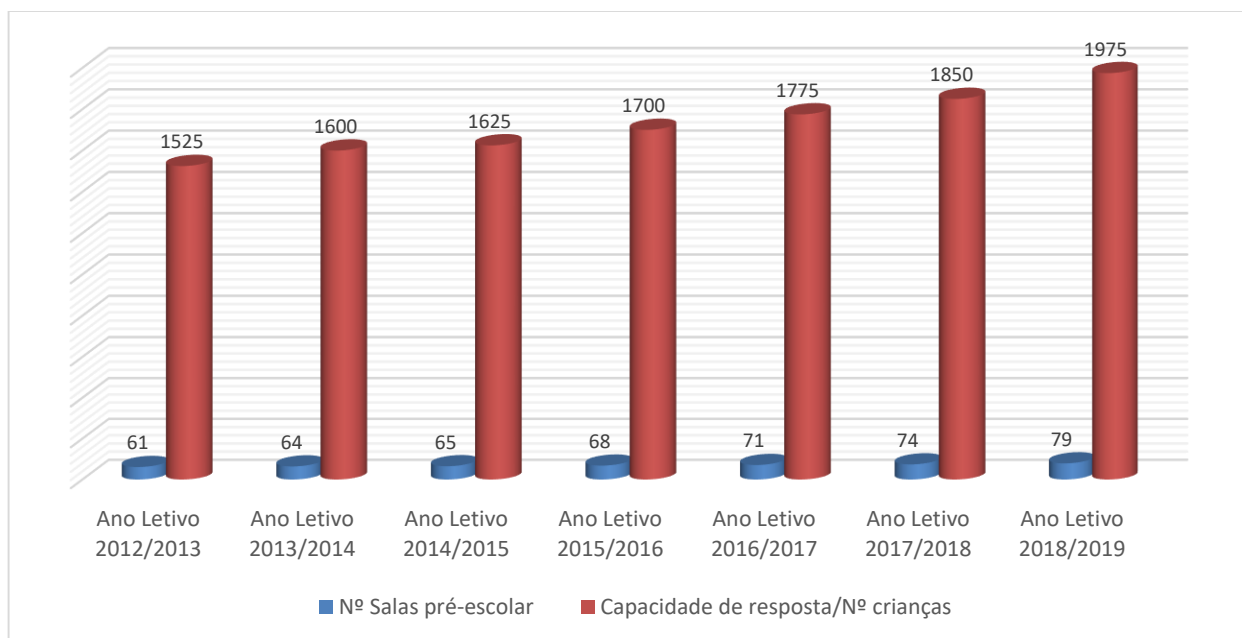
¹² In Lei Quadro n.º 5/97, de 10 de fevereiro.

Mantendo a frequência de natureza facultativa¹³, a educação pré-escolar destina-se a crianças entre os 3 anos de idade e a idade de ingresso no ensino básico, tendo sido consagrada a sua universalidade para todas as crianças a partir do ano que perfazem os 4 anos de idade, através da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho.

Pese embora a natureza facultativa da sua frequência, não poderá deixar de se ter em conta, aquilo que são as conclusões de vários estudos de natureza nacional e internacional, em que a educação é referenciada como o principal fator de desenvolvimento humano e social, não havendo nenhuma fase da vida em que a mesma não seja crucial considerando-se por isso, que uma atitude permanente de disponibilidade para aprender, se deve cultivar o mais cedo possível.

Na Figura abaixo, apresenta-se a evolução do número de salas de pré-escolar da rede pública, em funcionamento, entre o Ano letivo 2012/2013 e o Ano letivo 2018/2019, assim como, a evolução da capacidade de acolhimento do número de crianças neste tipo de rede verificando-se que, no período em análise, houve um aumento da capacidade instalada que se traduziu em mais 18 salas de atividade, com o correspondente aumento da capacidade de resposta, nesta oferta educativa.

Figura 18. Evolução da oferta de pré-escolar (2012/2013 a 2018/2019)

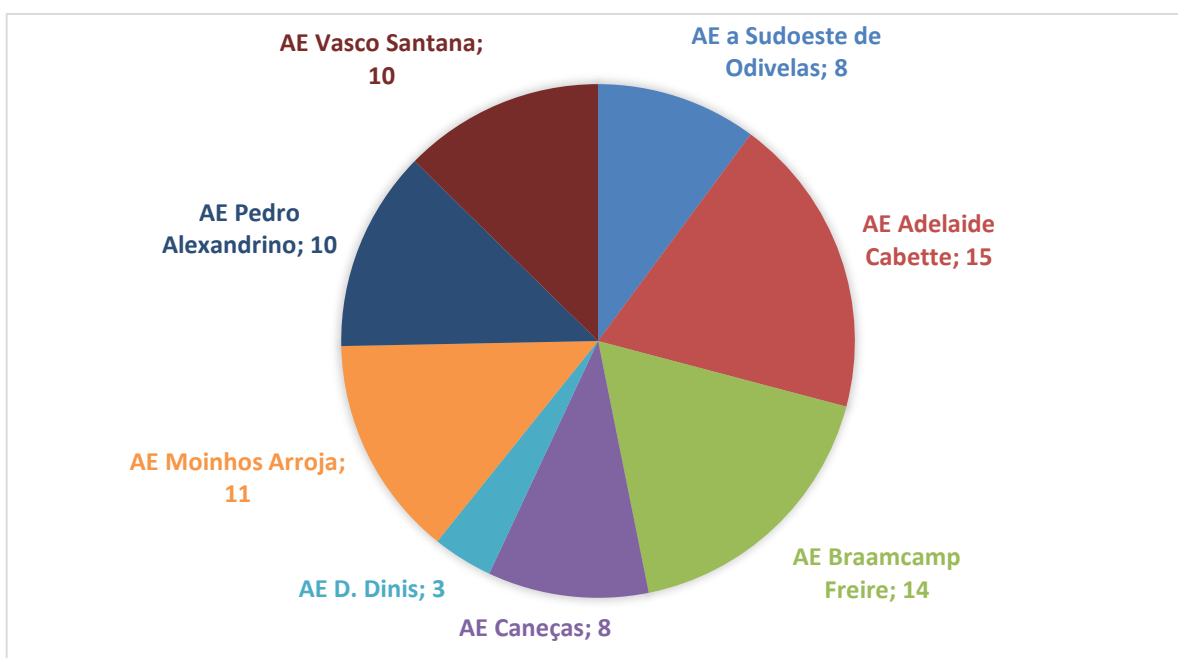


Fonte: CMO/DE

¹³ Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril

Na leitura desta Figura, ter ainda em atenção, que de acordo com a legislação em vigor, o aumento da capacidade instalada, no período em análise, daria resposta a mais 450 crianças (18 salas x 25 crianças = 450 lugares criados) mas, com a integração no sistema regular de um número significativo de crianças com necessidades educativas específicas, os grupos de integração reduzem de 25 crianças/sala para 20 crianças/sala¹⁴ pelo que, a capacidade real de resposta destas salas, diminui.

Figura 19.N.º Salas do pré-escolar por AE (2018/2019)



Fonte: CMO/DE

Quando olhamos para o universo da oferta do pré-escolar da rede pública no concelho, verificamos que a mesma está presente em todos os agrupamentos de escolas constituídos, conforme Figura acima, sendo que o número de salas que os integra varia entre um número mínimo de 3 salas de atividade por agrupamento de escolas (Agrupamento de Escolas D. Dinis, Odivelas) e um número máximo de 15 salas por agrupamento de escolas (Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas), situando-se os restantes seis agrupamentos de escolas, num intervalo entre 8 e 14 salas de atividade de pré-escolar.

¹⁴ Despacho normativo n.º 1-B72017, de 17 de abril.

Tabela 14. Abertura de novas salas de pré-escolar, por AE

Anos Letivos	Abertura de salas novas (N.º)	Agrupamentos de Escolas
Ano letivo 2013/2014	3	a Sudoeste de Odivelas; Caneças.
Ano letivo 2014/2015	1	D. Dinis.
Ano letivo 2015/2016	3	Adelaide Cabette; Caneças; Pedro Alexandrino.
Ano letivo 2016/2017	3	Braamcamp Freire; Vasco Santana.
Ano letivo 2017/2018	3	Moinhos Arroja; Pedro Alexandrino.
Ano letivo 2018/2019	5	Adelaide Cabette; Moinhos Arroja.

Fonte: CMO/DE

No que se refere à criação de novas valências de pré-escolar, e mobilizando os dados relativos ao período em análise, há a registar a criação de novas salas de atividade na totalidade dos oito agrupamentos de escolas do concelho, conforme Tabela acima.

Estas novas salas de pré-escolar foram abertas, em diferentes escolas do 1º ciclo, por vias diferenciadas: reconversão de outros espaços (EB Francisco Vieira Caldas - Caneças; EB D. Dinis n.º1 - Odivelas; EB Maria Lamas - Odivelas; EB casal dos Apréstimos - Ramada; EB Manuel Coco – Odivelas); reconversão de salas de aula do 1º ciclo, sempre que o reordenamento da rede escolar o permitiu e, não punha em causa o regime de funcionamento normal dessas mesmas escolas (EB Maria Costa, Ponte da Bica - Ramada, EB Sofia de Mello Breyner – Famões, EB Quinta da Paiã - Pontinha); reordenamento da rede de pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico (EB Barbosa du Bocage - Póvoa de Santo Adrião, EB Quinta de S. José - Póvoa de Santo Adrião, EB Maria Máxima Vaz - Odivelas); e também, por aumento da capacidade de resposta em alguns jardins-de infância onde tal se revelou possível, através de obras de ampliação ou adaptação do edificado (JI Álvaro de Campos - Odivelas e JI Dr. João dos Santos - Odivelas).

Figura 20.Distribuição dos estabelecimentos de educação pré-escolar pelo território



Fonte: CMO/DE/SIG.

Conforme Figura acima, a distribuição dos estabelecimentos de educação pré-escolar, da rede pública, no território, concentra-se nas principais localidades e aglomerados populacionais aproveitando, as instalações das escolas do 1º CEB - por aumento do número de salas ou reconversão da sua funcionalidade - e, em casos mais pontuais, recorrendo a construções de raiz mais antigas no tempo - constituídas por equipamentos escolares isolados - que só respondem a este nível de educação.

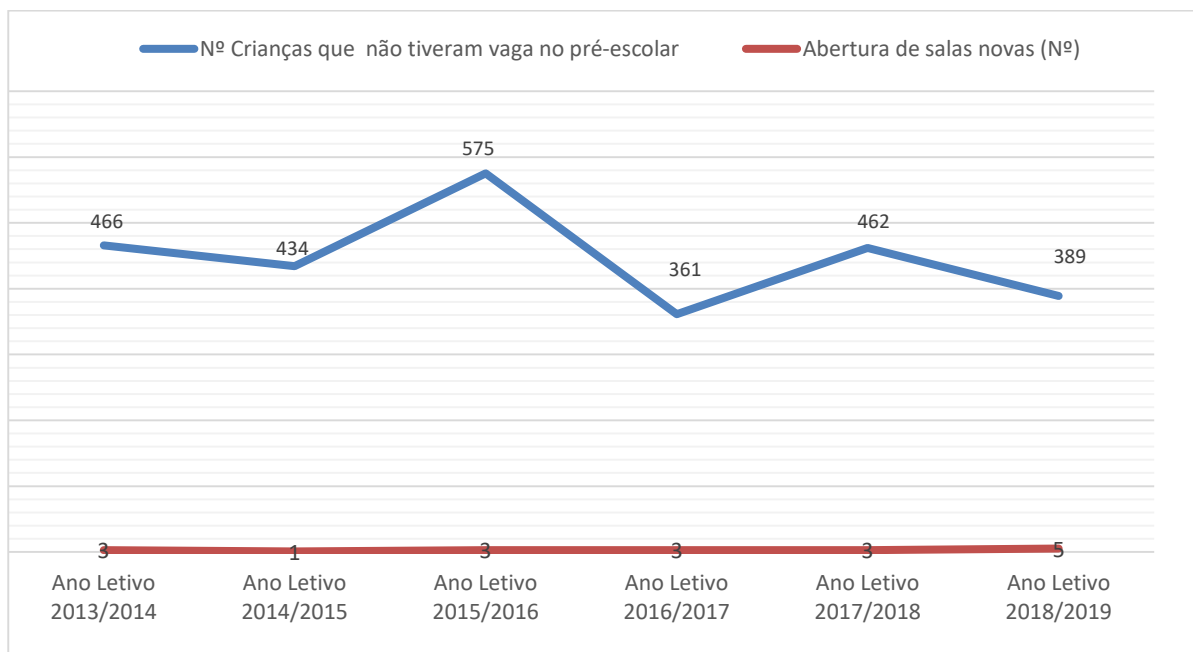
Como referido anteriormente e apesar, da abertura anual de novas salas de pré-escolar no concelho, permitindo reduzir os défices de cobertura e diminuir as desigualdades no acesso continua a verificar-se, a existência um conjunto alargado de crianças, cujos encarregados de educação manifestaram interesse em que os seus educandos frequentassem um estabelecimento de educação pré-escolar da rede pública e que, ainda não conseguem resposta a esta pretensão - sobretudo crianças de 3 anos de idade e algumas de 4 anos.

Apesar dos números apresentados na Figura abaixo, é importante referir que, o número de crianças aqui sinalizadas como não tendo tido vaga no pré-escolar em cada ano letivo são aquelas que, não acederam a este nível de educação num determinado agrupamento de escolas e ou estabelecimento de educação pré-escolar, numa primeira opção e ou fase de colocação, não querendo isto dizer, que as mesmas não possam ter sido colocadas numa segunda ou terceira opção num outro estabelecimento de educação pré-escolar de um outro agrupamento de escolas do concelho.

De facto, de acordo com os normativos de matrícula que definem as prioridades de acesso das crianças ao pré-escolar os encarregados de educação podem escolher até cinco estabelecimentos de educação e ensino da sua preferência¹⁵ - podendo estes pertencer a diferentes agrupamentos de escolas - e, uma criança pode não ter vaga de acordo com as diferentes prioridades no agrupamento de escolas que escolhe como primeira opção mas, ter vaga num outro agrupamento de escolas, que escolheu como segunda ou outra prioridade.

¹⁵ Em vigor, Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril.

Figura 21. Evolução do número de crianças que não acederam ao pré-escolar numa primeira opção/abertura anual de novas salas de atividade



Fonte: CMO/DE – Dados fornecidos pelos AE no início de cada ano letivo

Referir também, que no quadro legal em vigor, não existe a “figura de lista de espera” para aceder ao pré-escolar, quando muito pode ter implícita uma possível “lista de preferências”, que poderá ser utilizada numa situação de “vagas recuperadas”, isto é, vagas inicialmente preenchidas, mas cujas crianças que as tinham preenchido, desistem, mudam de estabelecimento, mudam de residência, ou outras situações similares.

Mencionar ainda, aquelas crianças, cujos encarregados de educação só escolhem um único estabelecimento de educação pré-escolar da rede pública e, caso não obtenham vaga no mesmo, optam pela rede particular ou por instituições particulares de solidariedade social¹⁶.

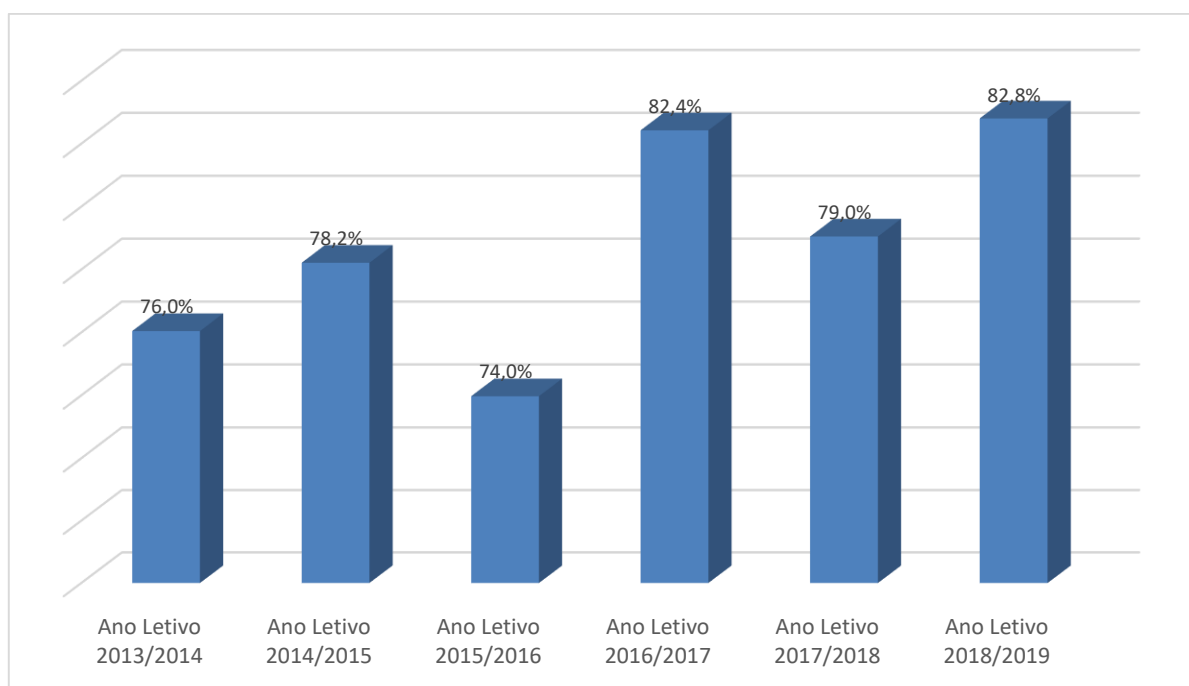
Quando olhamos para a Figura acima verificamos que, o número de crianças que não acederam ao pré-escolar da rede pública oscila, no período em análise, de ano para ano, não se verificando à partida, uma correspondência imediata entre o número de novas salas de atividade abertas em cada ano letivo e a consequente diminuição do número de crianças que não acederam, numa primeira fase, a este nível de educação na rede pública, havendo um conjunto alargado de fatores que podem contribuir para esta

¹⁶Referir que as vagas existentes em cada estabelecimento de educação pré-escolar são preenchidas de acordo com um conjunto de prioridades, sendo a idade – crianças com 5 anos- a primeira dessas prioridades.

situação: diferentes padrões de comportamento da fecundidade, da mortalidade e das migrações num determinado período temporal; as opções das famílias; e outras.

No entanto e, numa análise simplista, se partirmos do pressuposto, que a maioria das mães tende a manter o local de residência no concelho de Odivelas, era expectável uma forte pressão na procura de pré-escolar, sobretudo de crianças de 3 anos de idade, ou seja, nascidas em 2012, ano em que se registou o valor mais elevado de nados vivos neste período temporal (1.789), podendo esta evidência ter tido uma influencia direta, num maior número de crianças que não acederam ao pré-escolar da rede pública do concelho, passados que foram 3 anos sobre esta ocorrência (Ano letivo 2015/2016).

Figura 22. Evolução da capacidade de resposta no pré-escolar em função da procura



Fonte: AE/Tratamento CMO

A Figura acima retrata, a evolução da capacidade de resposta dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho de Odivelas em função da procura manifestada em cada ano letivo pelos encarregados de educação, considerando-se para efeitos da aferição destes valores, o número total de crianças a frequentar os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública versus o número total de crianças que manifestaram interesse em frequentar a mesma modalidade neste tipo de rede em cada ano letivo, independentemente, de terem obtido vaga ou não (uma vez que se trata de um nível de educação cuja frequência é de natureza facultativa).¹⁷

¹⁷ Despacho Normativo n.º 6/2018 de 12 de abril (ponto 2, artigo 4º).

Estes dados merecem, contudo, uma chamada de atenção pela sua vulnerabilidade e reduzida robustez, tratando-se mais, de um exercício de análise complementar, quer porque algumas das crianças que inicialmente não obtiveram vaga podem ter sido entretanto colocadas numa segunda fase quer porque a experiência nos diz, que há encarregados de educação que não “arriscam” a inscrição de crianças de 3 anos de idade na rede pública, por considerarem logo à partida que não conseguem aceder à mesma, tendo em conta os critérios de entrada¹⁸, o que poderá distorcer os dados apresentados.

Referir a este propósito, que de acordo com dados tornados públicos pela DGEEC/Ministério da Educação relativos ao Ano letivo 2016/2017 e, atualizados em outubro de 2018, a taxa real de pré-escolarização no concelho de Odivelas situava-se, num valor médio, inferior a 80,7%.¹⁹

2.2. Ensino Básico

O ensino básico é uma oferta formativa de frequência obrigatória, que pretende garantir a formação geral dos cidadãos, e que se destina a crianças e jovens que frequentam o sistema de ensino, entre os 6 e os 14/15 anos de idade.

Este nível de ensino constituído por três ciclos sequenciais (1.º, 2.º e 3.º ciclos), compreendendo o ensino básico geral (também designado como ensino regular), cursos de ensino especializado e, outras ofertas formativas para jovens - mais flexíveis e adaptadas aos interesses e necessidades dos alunos (Cursos de Educação e Formação – CEF; Percursos Curriculares Alternativos – PCA; Programas Integrados de Educação e Formação - PIEF).

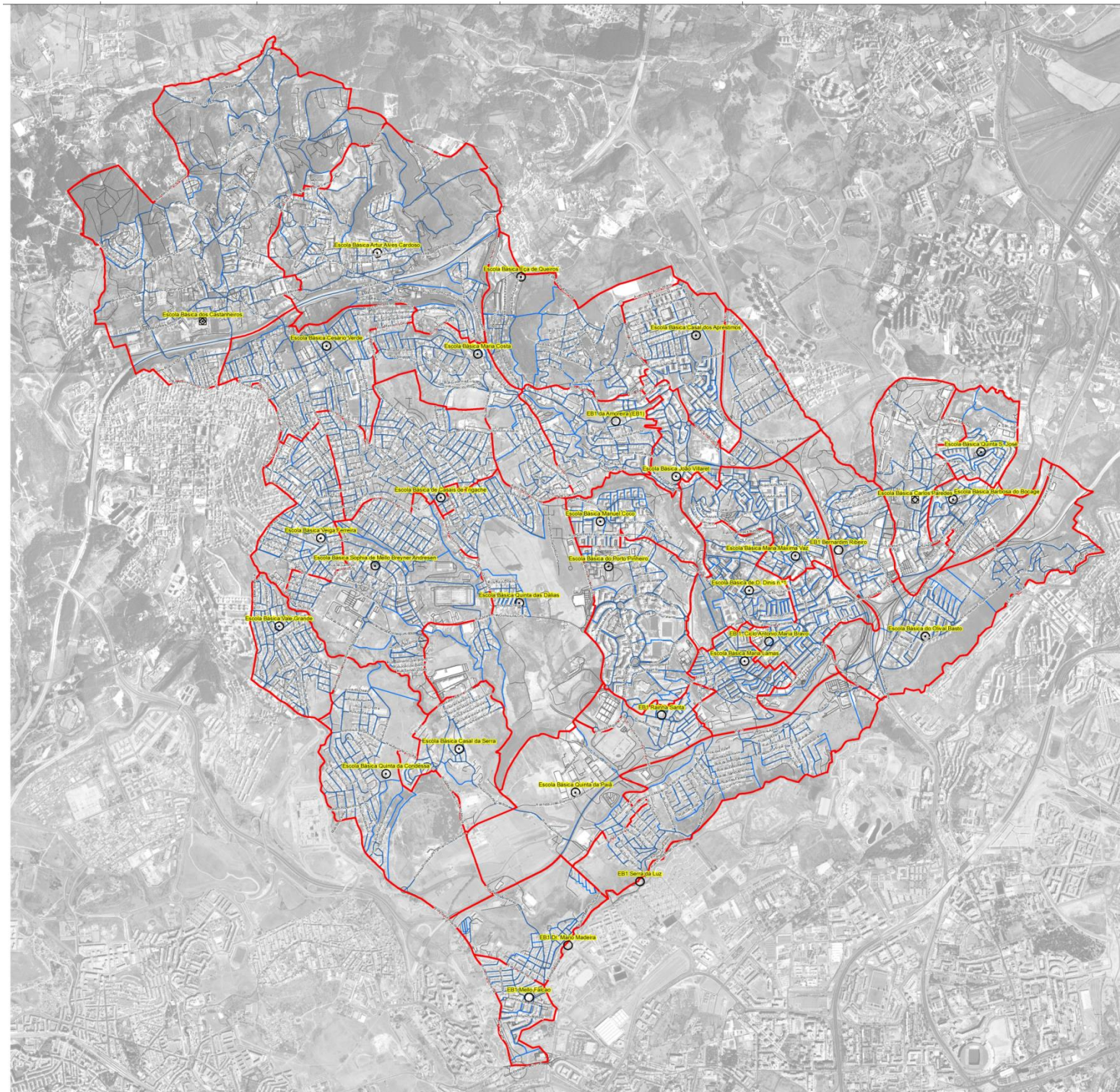
2.2.1.1º Ciclo do Ensino Básico

O número de estabelecimentos de ensino que oferecem o 1º ciclo do ensino básico no concelho de Odivelas manteve-se constante até ao Ano letivo 2017/2018 (30 estabelecimentos de ensino); a partir deste ano letivo, o número de estabelecimentos que respondem a este nível de ensino aumentou, passando para 31, por via da reorganização da rede escolar de oferta, em que para fazer face ao aumento intempestivo de alunos nesta faixa etária, a Escola Básica Carlos Paredes, que integra o Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, na Póvoa de Santo Adrião, passou a oferecer o 1º ciclo do ensino básico para além da sua tradicional oferta formativa - 2.º e 3.º ciclos.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

Figura 23. Localização dos estabelecimentos de ensino do 1º CEB no território

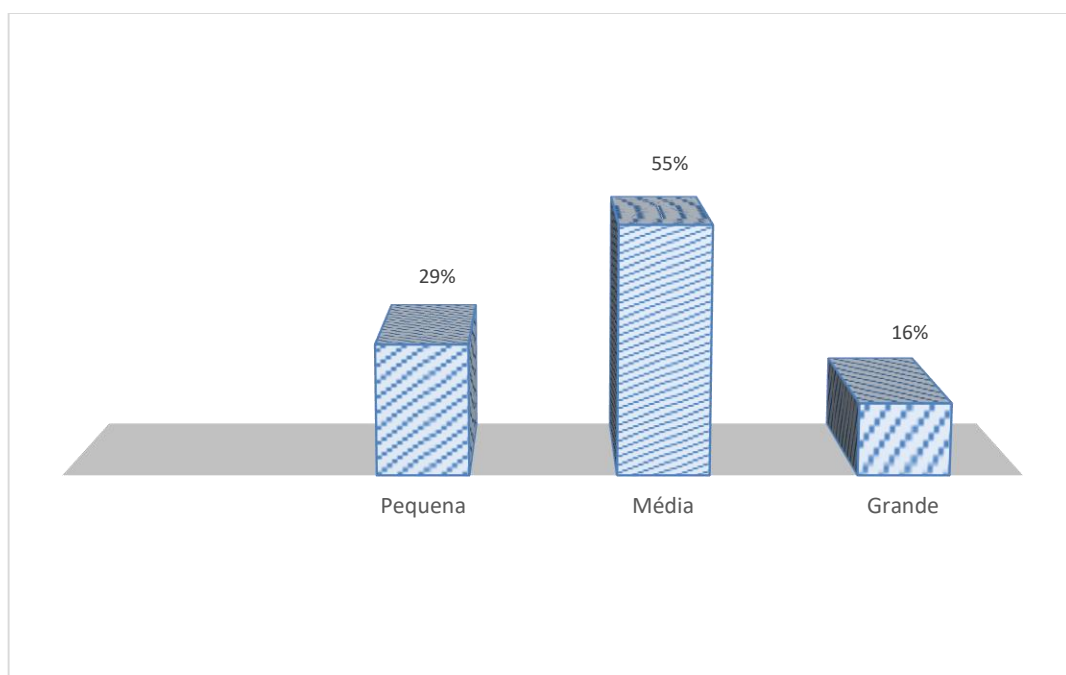


Fonte: CMO/DE/SIG

Em termos de dimensão dos estabelecimentos de ensino e, tendo por base o número de salas de aula e ou o número de turmas que acolhem - se considerarmos só este nível de ensino - verificamos que, na sua maioria, as escolas do 1º ciclo da rede pública do concelho de Odivelas são de pequena ou de média dimensão, pese embora a instalação de novas salas de aula que foram instaladas nos logradouros de algumas destas escolas, nos dois últimos anos letivos (modelo monobloco, com carácter provisório), para fazer face ao aumento do número de alunos e permitir a manutenção generalizado do regime normal de funcionamento, neste nível de ensino.

Conforme se pode ver na Figura abaixo, a percentagem de escolas consideradas de pequena dimensão concentra 29% das unidades (escolas com um número de salas de aula de 1º CEB que varia entre 2 e 5); mais de metade das unidades (55% das escolas) é de média dimensão, isto é, funciona com um número de salas de aula de 1º ciclo, que variam entre as 6 e as 12 salas; e as restantes escolas (16% das unidades), poderão ser consideradas grandes, funcionando com 12, ou mais salas de aula.

Figura 24. Dimensão das escolas do 1º CEB

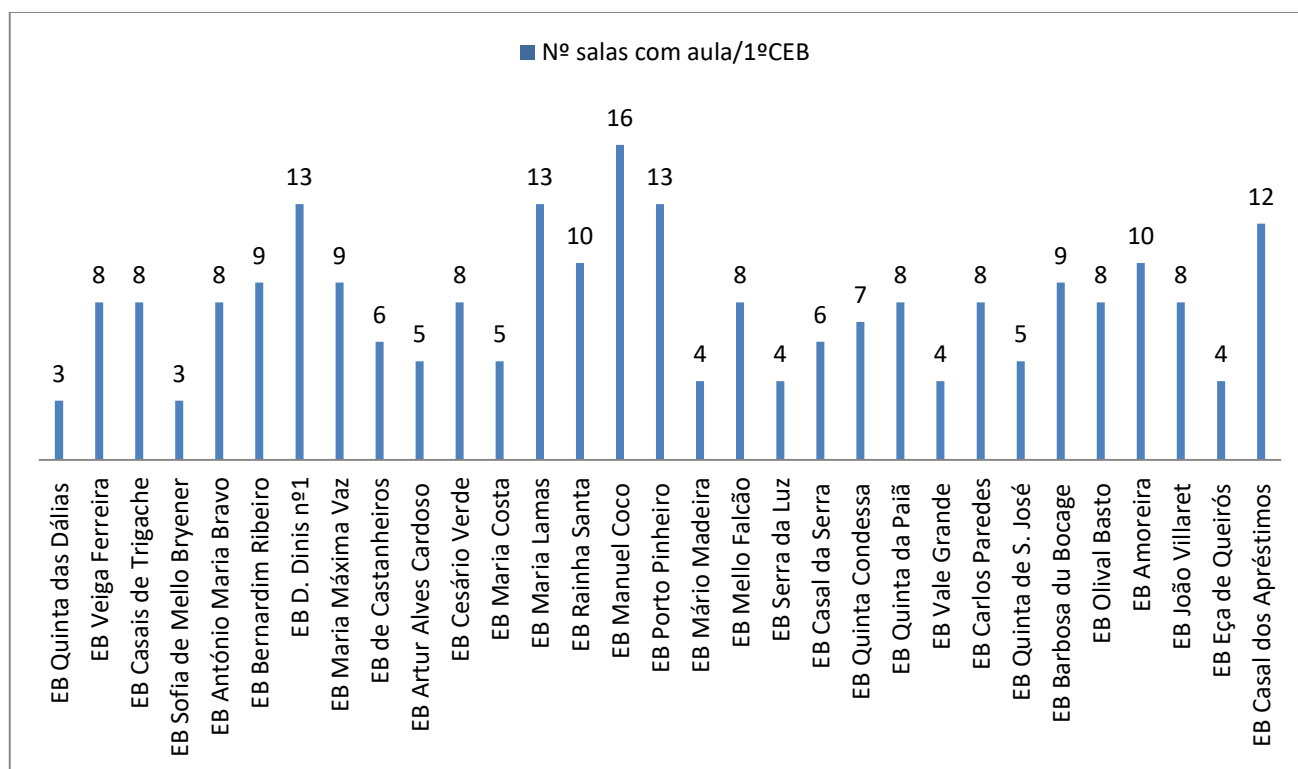


Fonte: CMO/DE

As escolas de 1º CEB de pequena e média dimensão, distribuem-se um pouco por todo o concelho, sendo que as unidades de maior dimensão (12 ou mais salas de aula) se concentram, sobretudo, na freguesia de Odivelas - EB D. Dinis n.º1/AE Adelaide Cabette, EB Manuel Coco e EB Porto Pinheiro/AE Moinhos Arroja, EB Maria Lamas/AE D. Dinis -, e uma delas, na zona da Ramada – EB Casal dos Apréstimos/AE Vasco Santana - conforme Figura abaixo.

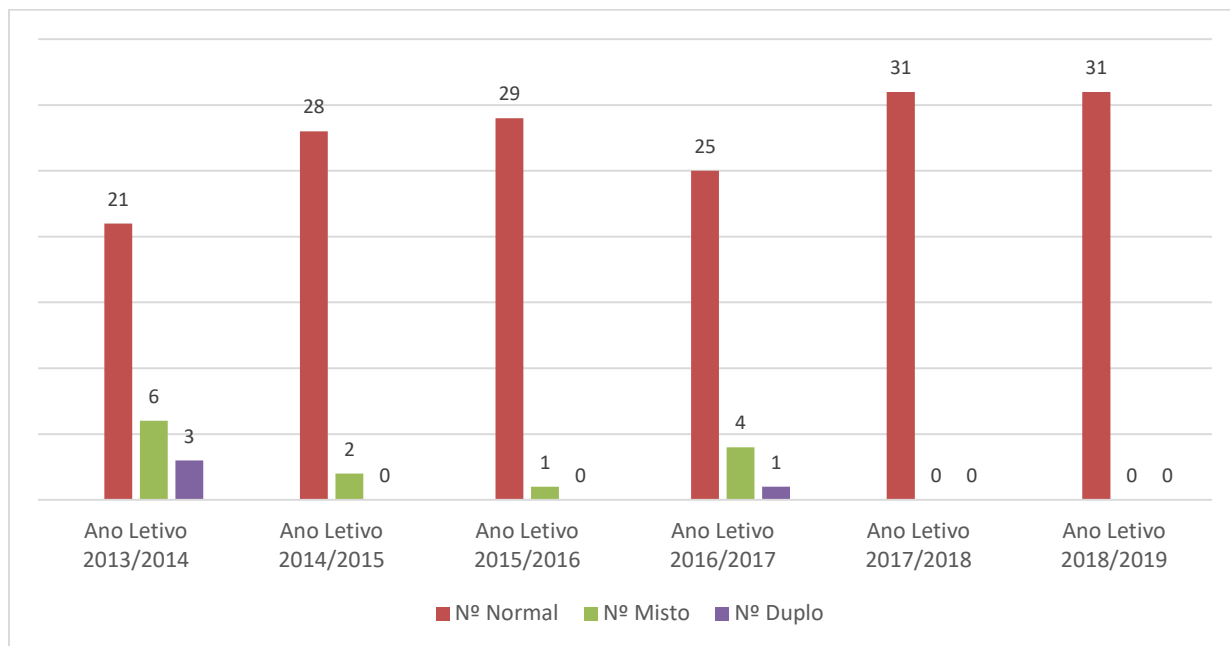
Estas escolas de maior dimensão, trata-se de escolas novas e ou ampliadas, intervencionadas num período temporal mais ou menos recente e, localizadas, em zonas onde a pressão da procura se tem feito sentir de forma mais acentuada.

Figura 25. N.º de salas com atividades letivas nas escolas do 1º CEB



Fonte: CMO/DE – Referência Ano letivo 2019/2020.

Figura 26. Evolução dos regimes de funcionamento nas escolas do 1º CEB



Fonte: CMO/DE

No que respeita à evolução do regime de funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico e, mobilizando os dados do período que estamos a estudar, verificamos que o número de unidades a funcionar em regime normal aumentou, de forma significativa, entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2015/2016 (de 21 escolas em 2013/2014 passou-se para 29 escolas em 2015/2016), verificando-se depois, um novo decréscimo, no Ano letivo 2016/2017 (25 escolas a funcionar em regime normal), passando a partir desta altura, ao regime de funcionamento normal, em 100% das escolas do concelho (Anos Letivos 2017/2018 e 2018/2019).

Em termos gerais e, como se pode verificar na Figura acima, nos Anos Letivos 2013/2014 e 2014/2015, para além de escolas a funcionar em regime duplo, também havia escolas que funcionavam com acumulação dos dois tipos de regime – turmas a funcionar em regime normal e turmas a funcionar em regime duplo -, consideradas para o efeito, como escolas a funcionar em regime misto.

A diminuição do número de alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico, nos três primeiros anos letivos do período em análise, acaba por ter influência na alteração dos regimes de funcionamento das escolas – com aumento do número de escolas a funcionar em regime normal - uma sala/uma turma - apesar de esta, não

ser a única variável, a contribuir para esta equação; também a reorganização da rede escolar e, o aumento do número de alunos por turma (passando de 24 alunos/turma para 26 alunos/turma no Ano letivo 2012/2013²⁰), se constituem como variáveis que tiveram influência nesta situação.

Por se considerar que o regime normal de funcionamento neste nível de ensino é o mais adequado, em termos pedagógicos, para a aprendizagem dos alunos e, considerando que a partir do Ano letivo 2016/2017 se iniciou um novo ciclo de aumento significativo do número de alunos no 1º ciclo do ensino básico nas escolas do concelho de Odivelas, influenciado por um conjunto alargado de variáveis (aumento do número de nascimentos no concelho nos anos 2011 e 2012, entrada de novos residentes – incluindo residentes estrangeiros, transição de alunos da rede privada para a rede pública, e outras), tornou-se necessário tomar um conjunto de medidas, umas de natureza mais reativa e outras de natureza preventiva, no sentido de dar resposta a todos os alunos que acediam ao sistema e, de preferência, não recorrendo ao funcionamento das escolas em regime duplo.

Estas medidas passaram por, utilizar todas as salas disponíveis nas escolas, como salas de aula - mesmo as que estavam transitoriamente com outras funções – AEC, CAF, salas de projetos etc.-; colocar estruturas de natureza provisória em escolas com potencial de crescimento e com espaço de logradouro disponível, aumentando assim o número de salas de aula por esta via, em cinco escolas do concelho – dez salas de aula; reordenamento da rede (sempre que tal se revelou possível), utilizando salas de aula de um outro nível de ensino (Escola Básica Carlos Paredes, na Póvoa de Santo Adrião).

Quando analisamos a situação da rede do 1º ciclo do ensino básico, no que respeita às suas taxas de ocupação, teve-se em conta, duas situações distintas (mantendo uma coerência com aquilo que é o grande princípio norteador da criação de equipamentos escolares com bons níveis de conforto, segurança e salubridade), ou seja: ter uma escola a funcionar em regime normal (uma sala/uma turma) ou em regime duplo (uma sala/duas turmas – uma turma no período da manhã e uma turma no período da tarde), independentemente das salas utilizadas para atingir este objetivo; e consideração exclusiva, das salas que foram concebidas de origem para funcionarem como salas de aula.

Dentro desta metodologia de análise, considerou-se uma ocupação superior a 100%, sempre que a escola utiliza salas de aula consideradas como de “caráter provisório” para responder ao aumento intempestivo de alunos (salas em monobloco colocadas nos logradouros, salas pré-fabricadas, ou salas concebidas inicialmente para atividades da componente de apoio à família); e com uma ocupação a 100% ou menos, quando as escolas só utilizam as salas de aula concebidas de raiz para este fim.

²⁰ Despacho n.º 5106-A/2012, de 12 de abril.

Na Tabela abaixo, faz-se um retrato exaustivo da ocupação das salas de aula nas escolas do 1º CEB, no Ano letivo 2019/2020.

Tabela 15. Ocupação das salas de 1º CEB

Escolas	N.º Salas com aula (no presente)	N.º Salas de aula com outras funções	N.º Salas de aula provisórias	Observações:
EB Quinta das Dálías	3	1	0	1 Sala JI.
EB Veiga Ferreira	8	0	2	2 Salas de monobloco (provisório).
EB Casais de Trigache	8	1	1	1 Sala de ATL como sala de aula; 1 Sala de aula com UAE.
EB Sofia de Mello Breyner	3	1	0	1 Sala JI.
EB António Maria Bravo	8	0	0	
EB Bernardim Ribeiro	9	1	2	1 Sala de aula com UEE; 2 salas em monobloco (provisório).
EB D. Dinis n.º1	13	1	0	1 Sala Biblioteca/RBE.
EB Maria Máxima Vaz	9	1	2	1 Sala de aula com Biblioteca/RBE; 2 Salas de monobloco (provisório).
EB de Castanheiros	6	0	0	
EB Artur Alves Cardoso	5	1	0	1 Sala Biblioteca/RBE.
EB Cesário Verde	8	2	2	2 Salas de monobloco (provisório); 2 Salas JI.
EB Maria Costa	5	1	0	1 Sala JI.
EB Maria Lamas	13	1	0	1 Sala JI.
EB Rainha Santa	10	0	2	2 Salas de monobloco (provisório).
EB Manuel Coco	16	0	3	1 Sala de ATL como sala de aula; 2 salas pré-fabricado leve.
EB Porto Pinheiro	13	0	1	1 Sala AAAF como sala de aula.
EB Mário Madeira	4	2	2	1 Sala como refeitório; 1 Sala polivalente; 2 salas em monobloco.
EB Mello Falcão	8	0	0	
EB Serra da Luz	4	0	0	
EB Casal da Serra	6	0	0	
EB Quinta Condessa	7	1	0	1 Sala UAE.
EB Quinta da Paiã	8	4	0	1 Sala Biblioteca/Rede; 1 Sala UEE; 2 Salas JI.
EB Vale Grande	4	0	0	
EB Carlos Paredes	8	0	0	
EB Quinta de S. José	5	3	0	3 Salas JI.
EB Barbosa du Bocage	9	2	0	1 Sala UEE; 1 sala JI.
EB Olival Basto	8	0	0	
EB Amoreira	10	0	2	2 Salas de monobloco (provisório); sala UAE no Centro Recursos.
EB João Villaret	8	0	0	

Escolas	N.º Salas com aula (no presente)	N.º Salas de aula com outras funções	N.º Salas de aula provisórias	Observações:
EB Eça de Queirós	4	0	0	
EB Casal dos Apréstimos	12	1	1	1 Sala de 1º ciclo em sala ATL para criar 1 sala de JI em sala de 1º CEB.

Fonte: DE/AE

Numa leitura mais exaustiva da Tabela verificamos que, das 31 escolas, que oferecem este nível de ensino, oito delas, têm estruturas em monobloco nos logradouros a funcionar com salas de aula, sendo que em cinco delas se trata de estruturas de aluguer para fazer face ao aumento intempestivo de alunos no Ano letivo 2017/2018 (EB Amoreira, EB Cesário Verde, EB Maria Máxima Vaz, EB Rainha Santa, EB Veiga Ferreira); uma escola tem 2 salas em estrutura de aluguer para fazer face à diminuição do número de alunos por turma (EB Bernardim Ribeiro, Odivelas - Ano letivo 2019/2020); e uma escola tem salas em estrutura de monobloco instaladas desde 1999, para fazer face a aumento de alunos na zona da Arroja/Odivelas (EB Manuel Coco).

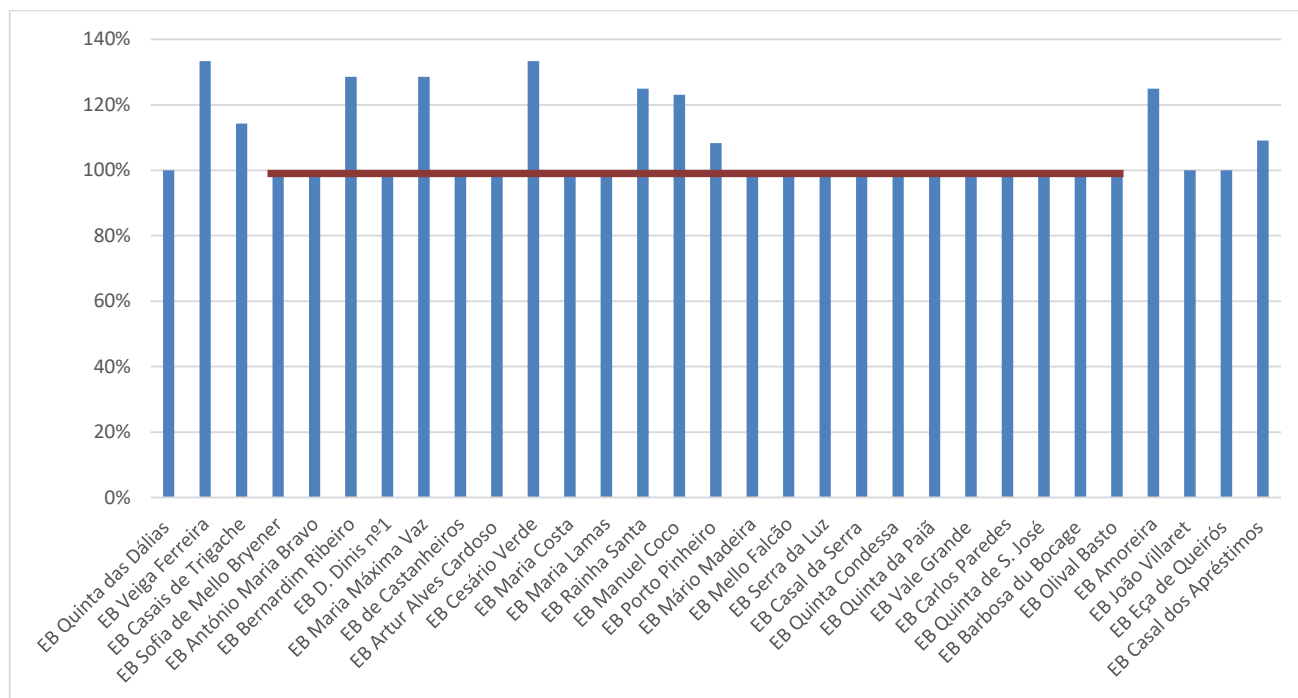
A ocupação de salas de aula de 1º ciclo do ensino básico com outras funções é uma realidade que está presente num número significativo de escolas, conforme se pode verificar na mesma Figura, quer por via da reconversão de salas para funcionamento do pré-escolar (numa altura em que os alunos do 1º ciclo estavam a decrescer de ano para ano) quer por via da instalação de unidades de apoio á integração de crianças com necessidades educativas específicas quer ainda, por instalação de Bibliotecas Escolares (com integração na RBE²¹).

Referir ainda, o caso de duas escolas, em que salas concebidas inicialmente para a função de prolongamento de horários (ATL²²), foram afetas a salas de aula para responder a aumento do número de alunos inscritos, evitando deste modo, o recurso previsto na legislação em vigor, de alteração do regime de funcionamento das mesmas (EB Casal dos Apréstimos, Ramada, e EB Casal de Trigaches, Famões).

Figura 27. Taxa de ocupação das escolas do 1º CEB

²¹ Rede de Bibliotecas Escolares

²² Atividades de Tempos Livres



Fonte: DE/AE (referência Ano letivo 2019/2020)

A Figura acima, apresenta a taxa de ocupação das escolas do 1º CEB, por referência à ocupação do presente ano letivo (2019/2020).

Em termos de metodologia e, como já foi referido anteriormente considerou-se, para efeitos de cálculo das taxas de ocupação acima dos 100%, escolas com estruturas provisórias em monobloco a serem utilizadas como salas de aula e ou salas concebidas para outras funções a serem utilizadas como salas de aula; e, abaixo dos 100%, escolas com salas de aula ocupadas com outras funções, que não as afetas às atividades letivas (não se considerou nesta última situação, salas reconvertidas para pré-escolar, salas afetas às tradicionais unidades de apoio (UAE e UEE), e salas afetas a Bibliotecas integradas na RBE.

Face a este entendimento metodológico e, apesar de na atualidade 100% das escolas do 1º CEB funcionarem em regime normal (1 turma/1 sala) consideramos que, em termos de uma análise mais fina, de natureza mais qualitativa, 32% das escolas que respondem a este nível de ensino, apresentam uma ocupação superior à sua capacidade funcional de partida.

2.2.2.2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

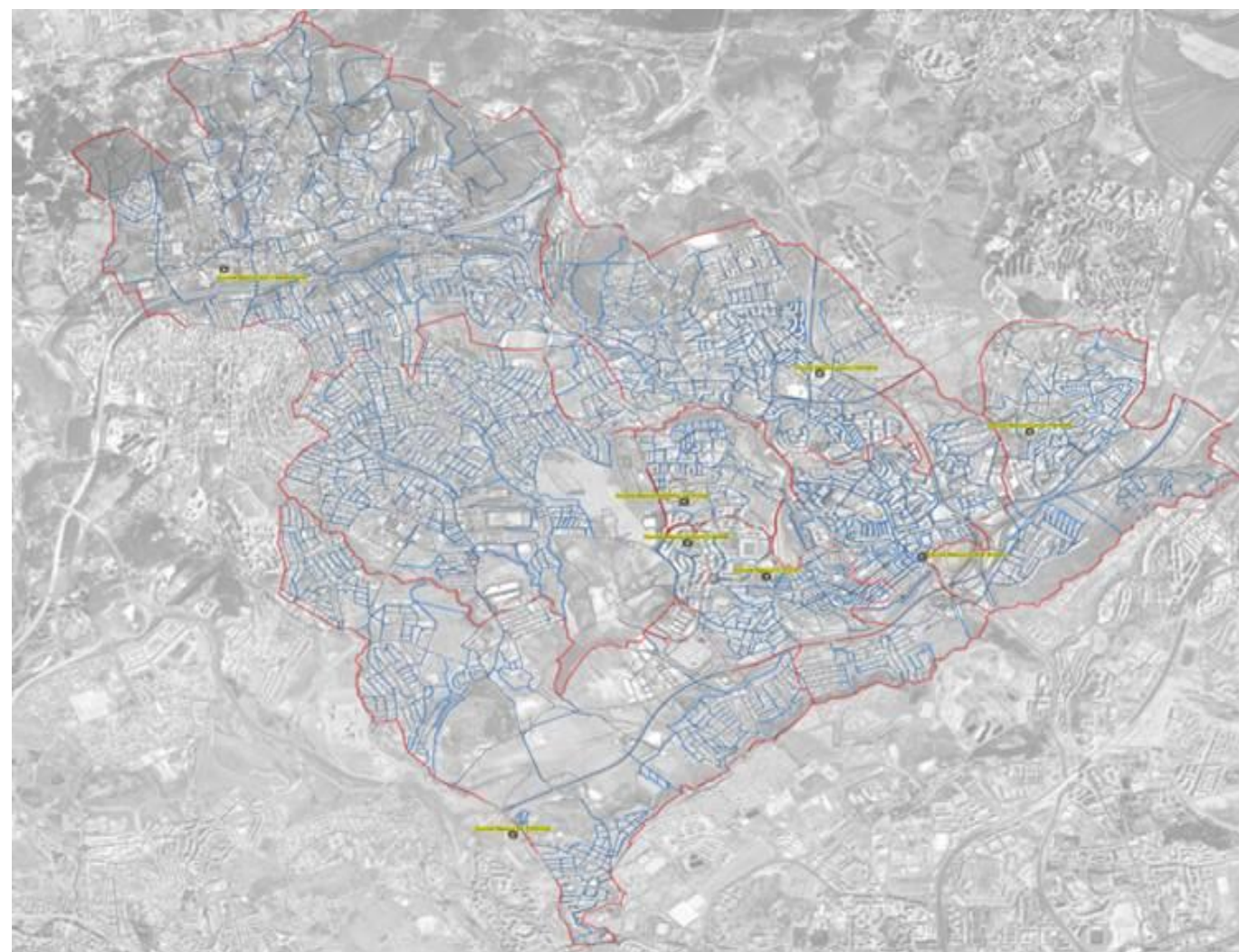
Conforme Tabela abaixo, no concelho de Odivelas existem 8 estabelecimentos de ensino, da rede pública, que oferecem o 2.º ciclo do ensino básico sendo que, todos estes estabelecimentos funcionam de forma integrada, respondendo também ao 3.º ciclo do ensino básico; as cinco escolas secundárias também respondem ao 3.º ciclo do ensino básico.

Tabela 16. Oferta formativa de 2.º e 3.º ciclos – ensino regular

Escolas	Tipo de oferta	
	2.º CEB	3.º CEB
EB António Gedeão	x	x
EB Avelar Brotero	x	x
EB Carlos Paredes	x	x
EB Castanheiros	x	x
EB D. Dinis	x	x
EB Moinhos Arroja	x	x
EB Pontinha	x	x
EB Vasco Santana	x	x
ES Braamcamp Freire		x
ES Caneças		x
ES Odivelas		x
ES Pedro Alexandrino		x
ES Ramada		x

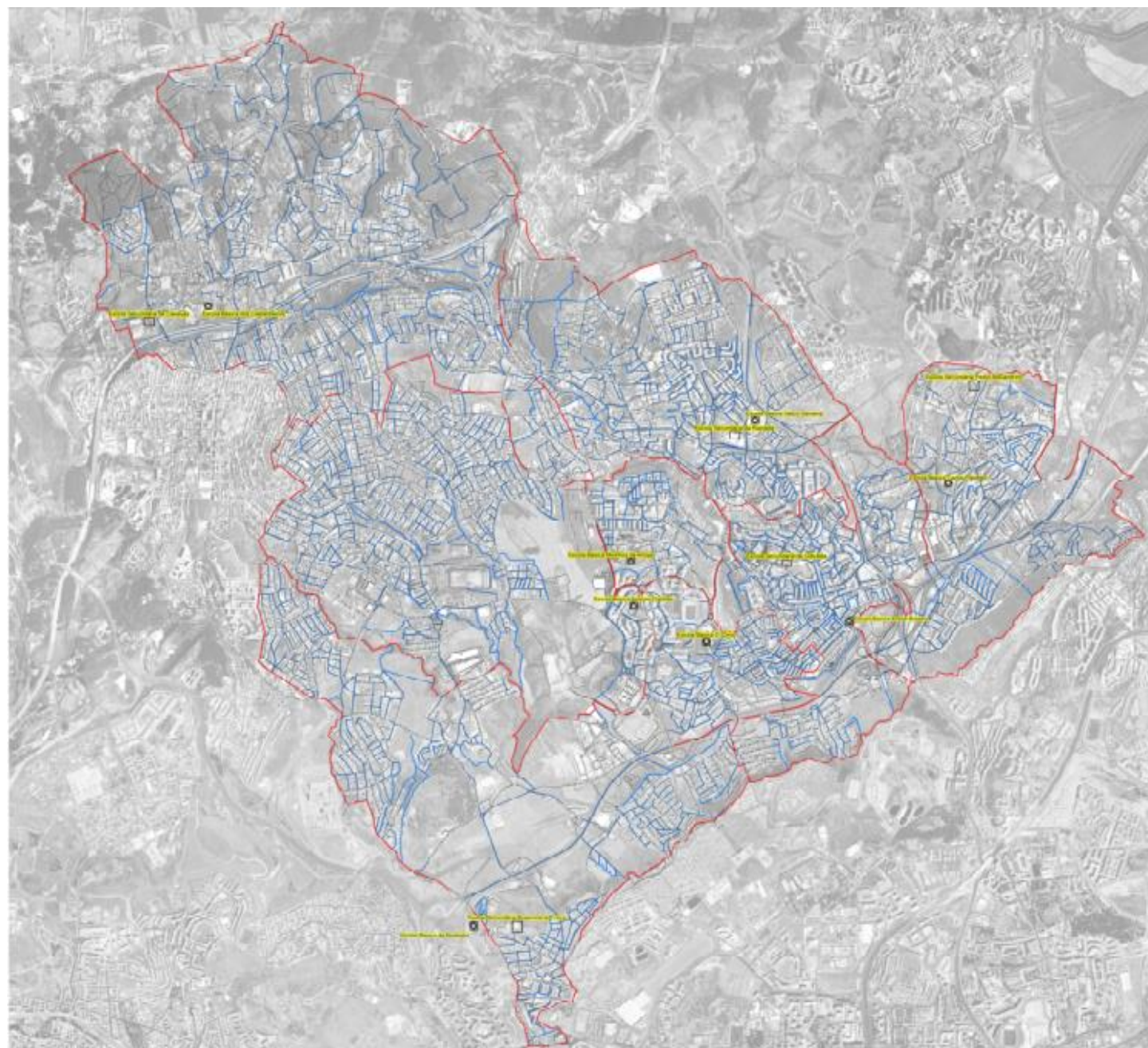
Fonte: CMO/DE

Figura 28. Distribuição de estabelecimentos com 2.º CEB pelo território



Fonte: CMO/DE/DPU/SIG

Figura 29. Distribuição dos estabelecimentos com 3.º CEB pelo território



Fonte: CMO/DE/DPU/SIG

Conforme se pode verificar na primeira Figura, acima, as escolas deste nível de ensino distribuem-se pelo território de forma desigual, com uma maior concentração desta resposta na sede do concelho - 4 estabelecimentos de ensino - apesar de, todas as atuais freguesias, contarem com este tipo de oferta formativa.

A segunda Figura, acima, ilustra a distribuição da oferta de 3.º CEB no concelho onde, para além das oito escolas que também respondem ao 2.º CEB, são identificadas as cinco escolas secundárias do concelho que também integram a resposta de 3.º CEB, e que funcionam como escolas secundárias com integração de 3.º ciclo do ensino básico.

No período em análise, não se verificaram alterações relativamente à localização da oferta formativa de 2.º e 3.º CEB verificando-se apenas, a deslocalização de turmas do 3.º ciclo do ensino básico - sobretudo de 8º e 9º anos de escolaridade -, de algumas escolas de 2.º e 3.º ciclo para as escolas secundárias, por força da criação dos quatro agrupamentos de escolas de maior dimensão que passaram a fazer uma gestão mais integrada dos seus recursos humanos e físicos (AE Adelaide Cabette, AE Braamcamp Feire, AE Caneças, e AE Pedro Alexandrino).

Tabela 17. Evolução de outras ofertas formativas no ensino básico, por escola

AE/ENA	Ano Letivo 2013/2014				Ano Letivo 2014/2015				Ano Letivo 2015/2016				Ano Letivo 2016/2017				Ano Letivo 2017/2018				Ano Letivo 2018/2019			
	CEF	CV	PCA	PIEF	CEF	CV	PCA	PIEF	CEF	CV	PCA	PIEF	CEF	CV	PCA	PIEF	CEF	CV	PCA	PIEF	CEF	CV	PCA	PIEF
AE a Sudoeste Odivelas	x		x		x	x	x			x				x										
AE D. Dinis	x		x		x	x	x			x	x			x	x				x					
AE Moinhos Arroja		x	x			x	x			x				x					x		x		x	
AE Vasco Santana																								
AE Braamcamp Freire	x	x		x	x	x		x		x	x	x			x	x	x			x				x
AE Caneças	x					x	x			x	x			x	x									
AE Adelaide Cabette		x			x	x	x		x	x			x				x				x			
AE Pedro Alexandrino	x				x	x				x			x	x			x				x			
ES Ramada																								
EPADD, Paiã	x	x			x	x				x			x	x			x				x			

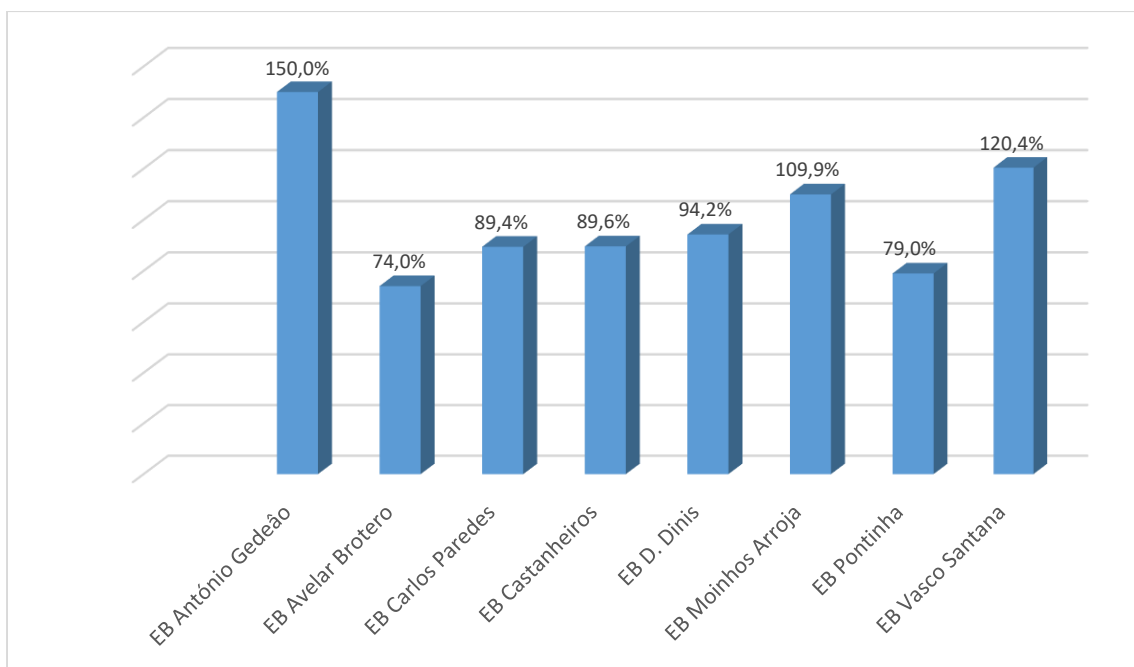
Fonte: Plataforma BIME – EDU - AE/ENA

Conforme Figura acima, para além do ensino regular, algumas destas escolas oferecem outro tipo de oferta formativa - a oferta de segunda oportunidade para alunos com maiores dificuldades de aprendizagem e com problemas de insucesso escolar repetido, ou em risco de abandono escolar -, variando de ano para ano e de escola para escola (CEF, CV, PCA, PIEF).

Das dez unidades organizacionais existentes no concelho - oito agrupamentos de escolas e duas escolas não agrupadas - apenas o Agrupamento de Escolas Vasco Santana e a Escola Secundária da Ramada não apresentam esta resposta formativa; a oferta formativa (PIEF) só tem resposta, no período em análise e, de forma ininterrupta, no Agrupamento e Escolas Braamcamp Freire, na Pontinha.

De seguida, apresenta-se o cenário relativo ao cálculo das taxas de ocupação das escolas que oferecem estes níveis de ensino no concelho - 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário -, construído a partir de uma referência de carga média – 26 alunos/turma - tendo em conta aquilo que são os parâmetros mínimos e máximos considerados na legislação em vigor, para os diferentes anos de escolaridade que integram estes níveis de ensino.²³

Figura 30. Taxas de ocupação das escolas do 2.º e 3.º ciclos (26A/T)



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados de referência Ano letivo 2018/2019 - março 2019)

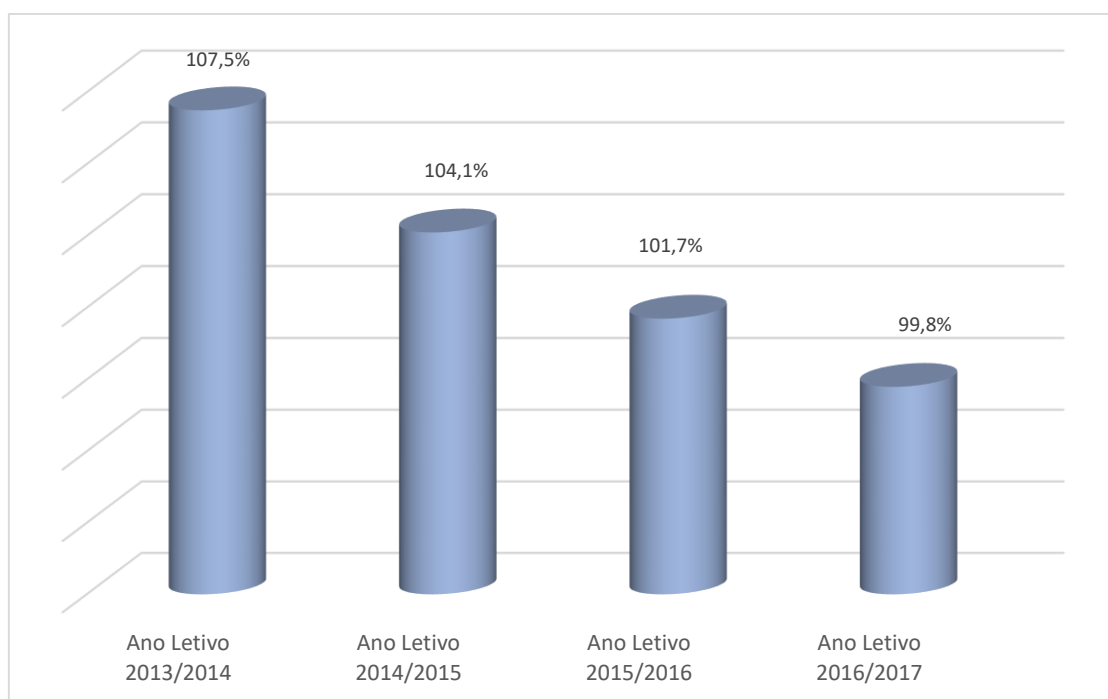
²³ Despacho Normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 672018, de 12 de abril.

No cenário de ocupação média e, conforme Figura acima, verificamos que, 3 das 8 escolas que oferecem o 2.º e 3.º CEB no concelho de Odivelas, apresentam uma taxa de ocupação superior a 100% - EB António Gedeão, EB Vasco Santana e EB Moinhos da Arroja - destacando-se com taxas de ocupação mais relevantes, a EB António Gedeão (localizada no Bairro das Colinas do Cruzeiro, em Odivelas) e a EB Vasco Santana (localizada no Jardim da Radial, na Ramada).

No que se refere às escolas com taxas de ocupação abaixo dos 100%, evidenciar as escolas EB da Pontinha e a EB Avelar Brotero, Odivelas, com taxas de ocupação inferiores a 80%.

Na Figura abaixo, é apresentada uma breve abordagem à evolução das taxas brutas de escolarização no ensino básico, a partir dos dados disponibilizados no Site do INE.²⁴

Figura 31. Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino básico



Fonte: INE (maio 2019).

²⁴ Alunos matriculados no ensino básico/população residente com idades entre os 6 e os 14 anos de idade.

Numa primeira análise concluir que, as taxas brutas de escolarização, têm vindo a diminuir no período em que foi possível recolher dados – entre o Ano letivo 2013/2014 e 2016/2017.

Numa segunda abordagem, destacar que, nos três primeiros anos letivos em análise, as taxas de escolarização apuradas apresentam valores superiores a 100%, para idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos de idade, o que se traduz num indicador de que as escolas do concelho de Odivelas são frequentadas por alunos que residem noutros concelhos - podendo ser por via do local de trabalho dos encarregados de educação, por exemplo -, podendo estes valores ser ainda explicados pelos efeitos das taxas de retenção, que leva a que crianças e jovens frequentem níveis de ensino fora da “idade ideal”, isto é, a idade convencionada nos normativos orientadores para a frequência de determinado nível de ensino..

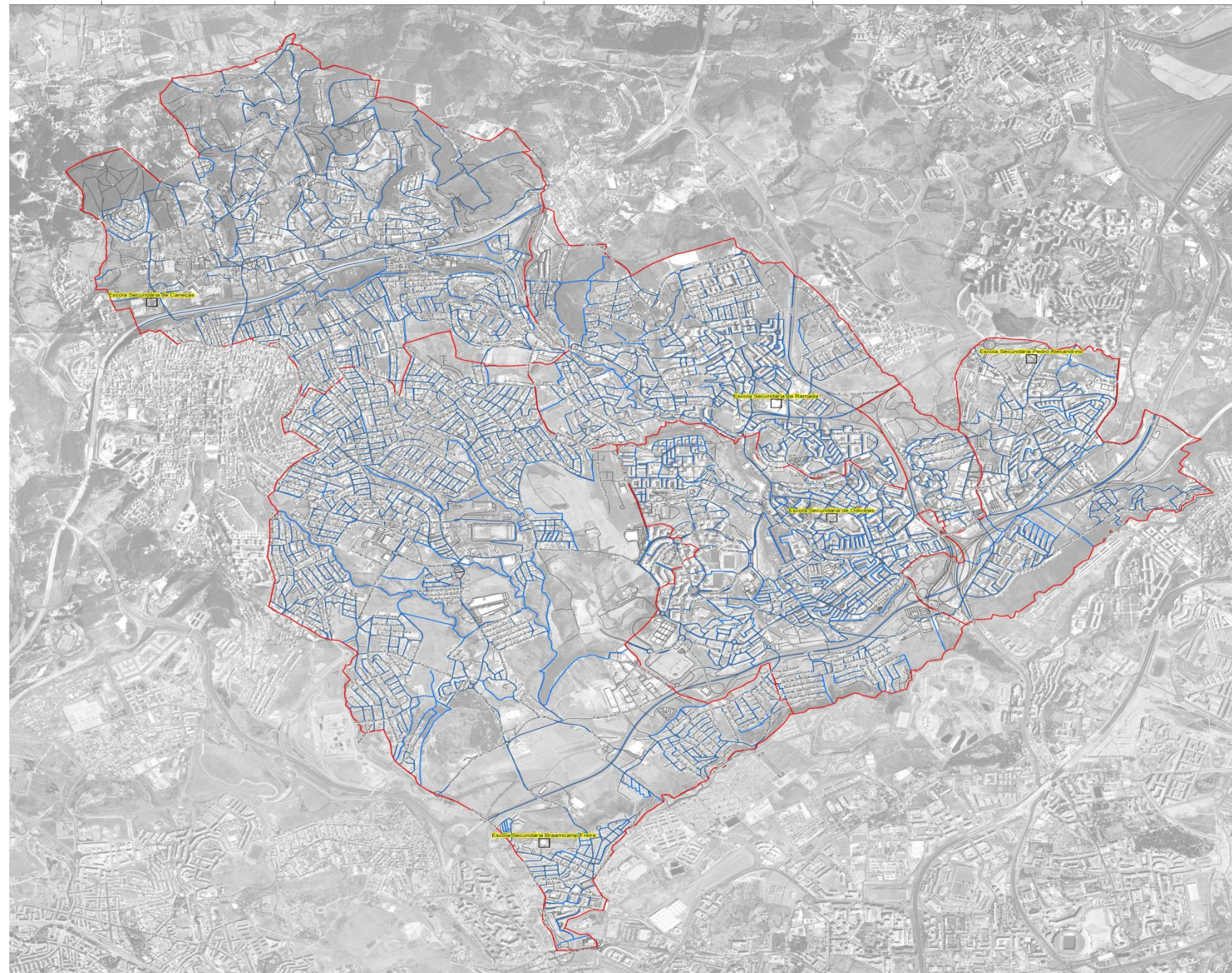
2.3. Ensino Secundário

As escolas secundárias da rede pública, no que respeita á oferta de nível de ensino secundário oferecem cursos científico-humanísticos (CCH) e, cursos profissionais de nível de qualificação 4 (CP).

No concelho de Odivelas, estão localizadas cinco escolas secundárias (que também oferecem 3.º ciclo como referido no ponto anterior), e uma escola profissional (Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã) que oferece cursos de ensino profissional de nível secundário, para além de cursos de educação e formação de nível básico (3.º CEB): ES de Odivelas; ES Braamcamp Freire, Pontinha; ES Caneças, Caneças; ES Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião; ES Ramada, Ramada.

As escolas secundárias estão distribuídas por todo o território do concelho, havendo este tipo de resposta em todas as freguesias - uma escola por freguesia, com exceção do território que integra a União das Freguesias de Ramada e Caneças que tem duas escolas aí localizadas -, conforme se verifica na Figura abaixo.

Figura 32. Distribuição dos estabelecimentos de ensino secundário pelo território

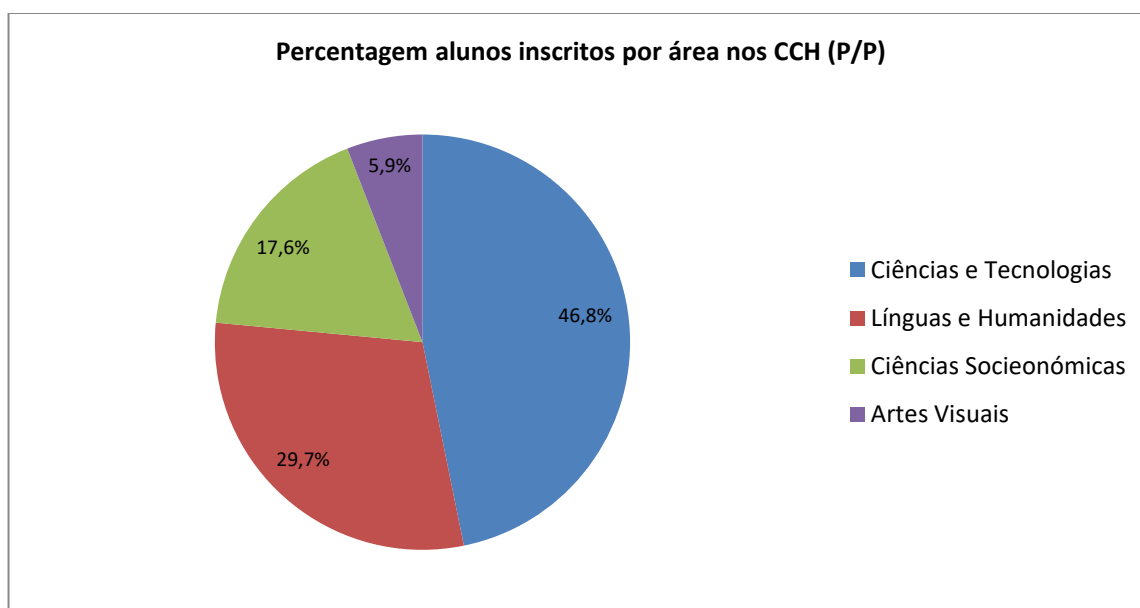


Fonte: CMO/DE/DPU/SIG

Os CCH (cursos científico-humanísticos) constituem uma oferta educativa vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior, universitário ou politécnico, tem a duração de 3 anos de escolaridade (10.º, 11.º, 12.º ano), e conferem diploma de conclusão do ensino secundário, bem como o nível 3 no âmbito do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

A distribuição dos alunos pelas áreas destes cursos é feita de forma desigual, conforme Figura abaixo, com a área das ciências e tecnologias a liderar o número de alunos inscritos (46,8%), seguida da área de línguas e humanidades (com 29,7% de alunos inscritos), ciências socioeconómicas (17,6%) e, com uma expressão muito reduzida, a área de artes visuais (5,9% de alunos). Esta distribuição dos alunos pelas diferentes ofertas formativas, dos CCH, também inclui os alunos do ensino secundário que frequentam instituições particulares, de natureza privada.

Figura 33. Distribuição da percentagem de alunos inscritos por área, nos CCH



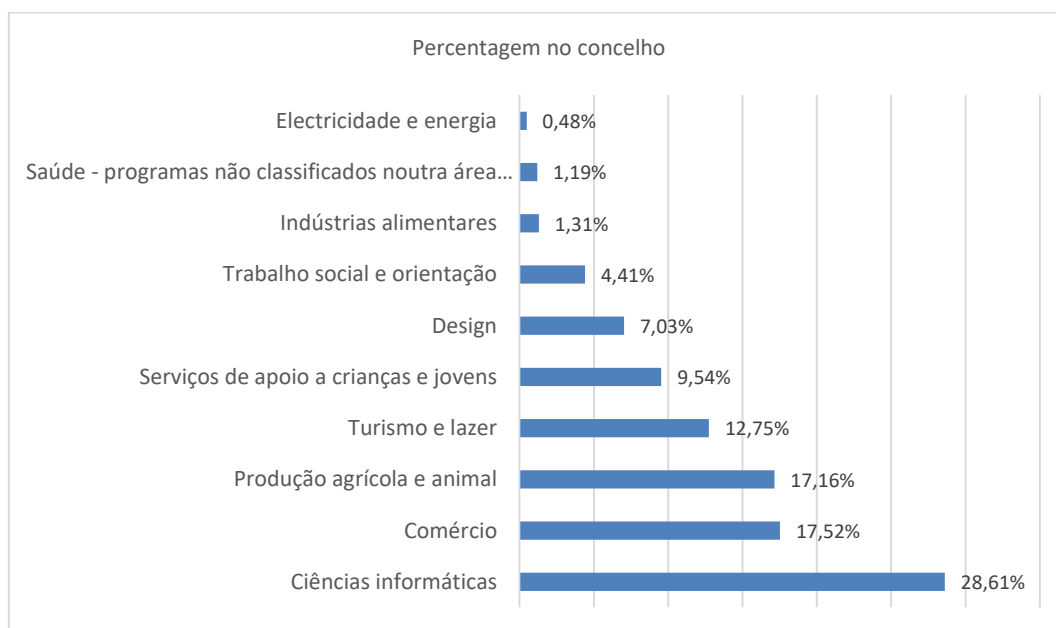
Fonte: Infoescolas.mec.pt (referência Ano letivo 2016/2017)

2.4. Ensino Profissional

Os cursos profissionais (CP) constituem uma oferta formativa para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho mas, permitindo igualmente, o prosseguimento de estudos no ensino superior²⁵. Trata-se de cursos de dupla certificação e duração de três anos curriculares (1.º, 2.º e 3.º ano), conferem diploma de conclusão do ensino secundário, e certificação profissional do nível 4 de qualificação (QNQ).²⁶

Conforme Figura abaixo, as áreas dos cursos profissionais onde estão inscritos os alunos que frequentam escolas no concelho de Odivelas distribuem-se genericamente e, por ordem decrescente, pelas ciências informáticas, comércio, produção agrícola e animal (neste caso, por via da especialidade dos cursos oferecidos pela Escola Profissional Agrícola D. Dinis, da Paiã), turismo e lazer, apoio a crianças e jovens, design, trabalho social; com uma expressão mais residual, aparece a indústria alimentar, a saúde, eletricidade e energia.

Figura 34. Áreas de ensino profissional onde estão inscritos os alunos nas escolas do concelho



Fonte: Infoescolas.mec.pt (referência Ano letivo 2016/2017)

²⁵ Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

²⁶ Quadro Nacional de Qualificações.

Tabela 18. Evolução da oferta de cursos profissionais por escola, e por ano letivo – abertura de turmas

Escolas Secundárias	Ano letivo 2013/2014	Ano letivo 2014/2015	Ano letivo 2015/2016	Ano letivo 2016/2017	Ano letivo 2017/2018	Ano letivo 2018/2019
	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais
Escola Secundária Odivelas	Mecatrónica Automóvel	Mecatrónica Automóvel	Mecatrónica Automóvel	Mecatrónica Automóvel	Mecatrónica Automóvel	Mecatrónica Automóvel
	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
	Auxiliar de Saúde	Auxiliar de Saúde	Auxiliar de Saúde	Design de Equipamentos	Design de Equipamentos	
	Design de Equipamentos	Design de Equipamentos	Design de Equipamentos			
Escola Secundária de Caneças	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo
	Apoio à Infância	Vendas	Vendas	Vendas	Vendas	Vendas
	Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância
		Auxiliar de Saúde	Auxiliar de Saúde	Auxiliar de Saúde	Auxiliar de Saúde	Auxiliar de Saúde
		Apoio à Infância	Apoio à Infância			
Escola Secundária Braamcamp Freire	Banca e Seguros	Comércio	Comércio	Apoio Psicossocial	Comércio	Comércio
	Secretariado	Secretariado	Secretariado	Eletrónica	Secretariado	Desporto
	Apoio à Gestão Desportiva	Apoio à Gestão desportiva	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos
	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância
	Eletrotecnia	Eletrotecnia	Apoio Psicossocial		Apoio Psicossocial	Apoio Psicossocial
			Eletrotecnia			
Escola Secundária Pedro Alexandrino	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio
	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo
	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão Equipamentos Informáticos	Informática de Gestão
	Informática de Gestão	Informática de Gestão	Informática de Gestão	Informática de Gestão	Informática de Gestão	
	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos				
	Organização de Eventos					
	Gestão					
	Apoio à Gestão Desportiva					
	Mecânica Automóvel					
Escolas Não Agrupadas						
Escola Secundária da Ramada	Informática de Gestão	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos	
	Energias Renováveis	Energias Renováveis				
Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã	Produção Agrária	Produção Agrária	Produção Agrária	Produção Agrária	Produção Agropecuária	Produção Agropecuária
	Gestão Equina	Gestão Equina	Gestão Equina	Gestão Equina	Gestão Equina	Gestão Equina
	Processamento e Controle da Qualidade Alimentar	Processamento e Controle da Qualidade Alimentar	Processamento e Controle da Qualidade Alimentar	Processamento e Controle da Qualidade Alimentar	Processamento e Controle da Qualidade Alimentar	Processamento e Controle da Qualidade Alimentar
	Gestão Ambiental	Jardinagem e Espaços Verdes	Produção Agropecuária	Produção Agropecuária		
	Jardinagem e Espaços Verdes					

Fonte: DGEEC/AE

A oferta de ensino profissional divide-se entre os cursos profissionais oferecidos pelas escolas secundárias e, os cursos de âmbito mais específico, oferecidos pela Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã.

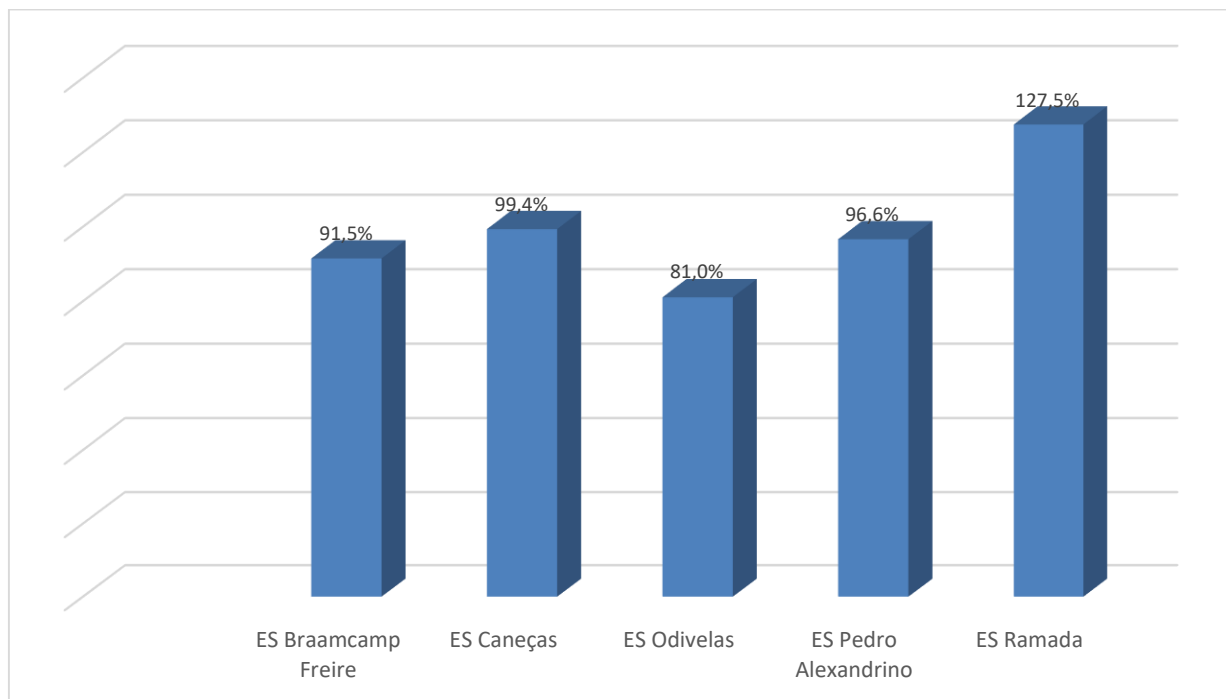
No que se refere aos cursos profissionais oferecidos pelas escolas secundárias e, também pela Escola Profissional Agrícola D. Dinis, da Paiã, como alternativa aos cursos científico-humanísticos (CCH), referir que todas as escolas com nível secundário oferecem este tipo de cursos no período em análise, conforme Tabela acima.

Se analisarmos a situação a nível individual, escola a escola, verificamos que se trata de uma oferta formativa que se tem mantido em termos das áreas de oferta que tem vindo a privilegiar, sendo que a Escola Secundária da Ramada é a que tem uma oferta mais limitada em termos do número de cursos e consequente diversidade de áreas ao longo do período em análise e, a Escola Secundária Braamcamp Freire, na Pontinha, é a que apresenta uma maior diversidade de oferta no período em análise; as restantes escolas, apresentam uma oferta a este nível, mais ou menos estável, ao longo do período em estudo.

Numa análise mais detalhada, referir as situações em que a oferta do mesmo tipo de cursos se mantém sem interrupções, nomeadamente: o caso da Escola Secundária de Odivelas, que ao longo de todo o período, oferece o curso de mecatrónica automóvel (que requer condições físicas próprias para a sua oferta) e o curso de gestão de programação de sistemas; a Escola Secundária de Caneças, que mantém nos seis anos letivos em análise, o curso de turismo e o curso de apoio à infância; a Escola Secundária Braamcamp Freire, que oferece o curso de apoio à infância sem interrupções; a Escola Secundária Pedro Alexandrino, com os cursos de comércio e turismo; e a Escola Profissional Agrícola D. Dinis, da Paiã, que mantém durante todos estes anos, a oferta dos cursos de gestão equina e processamento e controle da qualidade alimentar.

No que se refere às taxas de ocupação das escolas secundárias - que inclui a frequência de alunos do 3.º ciclo do ensino básico, mas não considera os alunos do ensino de adultos -, considerando um número médio de 26 alunos/turma, e conforme Figura abaixo, verificamos que das cinco escolas em presença, só uma delas - ES Ramada - apresenta uma taxa de ocupação superior a 100%, sendo que quer a ES Pedro Alexandrino quer a ES de Caneças, apresentam taxas de ocupação muito próximas desta percentagem (96,6% e 99,4%, respetivamente).

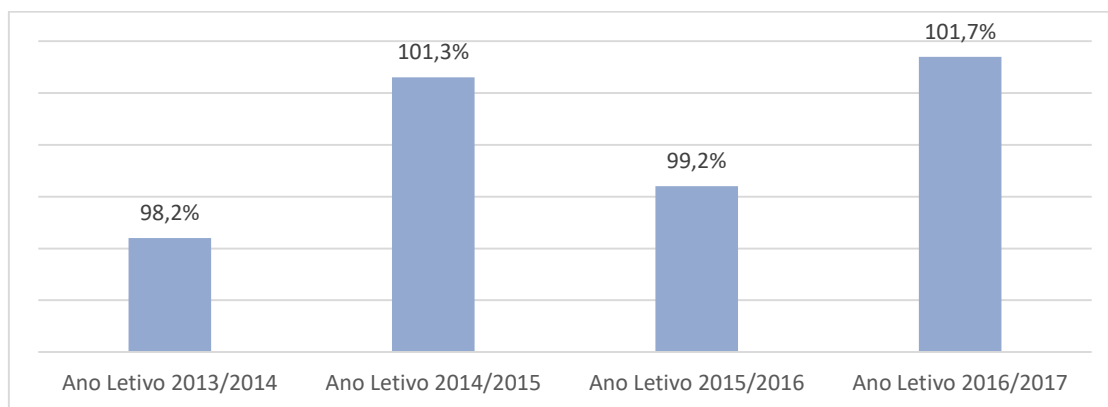
Figura 35. Taxas de ocupação escolas secundárias (26 A/T- ensino diurno)



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (março 2019)

Numa primeira leitura da Figura abaixo referir, taxas brutas de escolarização no ensino secundário acima dos 100%, em dois anos letivos (2014/2015 e 2016/2017) e, muito próximas dos 100%, nos dois restantes anos letivos em análise (2013/2014 e 2015/2016).

Figura 36. Evolução das taxas brutas de escolarização no ensino secundário



Fonte: INE (maio 2019)

Mais uma vez, ressaltar, o peso dos fluxos intermunicipais - o que no ensino secundário é muito frequente, uma vez que pela sua própria natureza as escolas secundárias têm uma dinâmica de frequência que extravasa muito os limites físicos de qualquer concelho -, a acrescentar às taxas de retenção, que também neste nível de ensino apresentam uma expressão de destaque, como se poderá verificar no ponto próprio referente a esta matéria.

2.5. Educação de Adultos

No que se refere à educação de adultos é de referir que, em 2013, os Centros de Novas Oportunidades (CNO) foram extintos e substituídos pelos Centros para a Qualificação e para o Ensino Profissional (CQEP) que, por sua vez, em 2016, foram substituídos pelos Centros Qualifica.²⁷

Os Centros Qualifica, assim designados desde 2016, definem-se como entidades especializadas na qualificação de adultos, vocacionados para a informação, o aconselhamento e o encaminhamento para

²⁷ Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto.

ofertas de educação e formação profissional de adultos com idade igual ou superior 18 anos, e que procuram uma qualificação.

Estes Centros têm funcionado, durante o período em análise, em duas das três escolas secundárias, que têm a funcionar modalidades formativas de educação de adultos - ES de Caneças e ES de Odivelas.

Tabela 19. Evolução da oferta de educação de adultos

Escolas	Educação de Adultos					
	Ano letivo 2013/2014	Ano letivo 2014/2015	Ano letivo 2015/2016	Ano letivo 2016/2017	Ano letivo 2017/2018	Ano letivo 2018/2019
Escola Secundária Caneças	EFA	EFA	EFA	EFA	EFA	EFA
	ER	ER	ER	ER	ER	ER
					FM	FM
	PPE			PPE	PFOL	PFOL
Escola Secundária Odivelas	EFA	EFA	EFA	EFA	EFA	EFA
	PPE	ER		PPE	FM	FM
					PFOL	PFOL
Escola Secundária Pedro Alexandrino			EFA	EFA	EFA	EFA
					PFOL	FM
						PFOL

Fonte: Agrupamentos de Escolas

Conforme Tabela acima constata-se que, a maior relevância desta oferta formativa de adultos, se situa nas Escolas Secundárias de Caneças (AE de Caneças) e de Odivelas (AE Adelaide Cabette, Odivelas); a Escola Secundária Pedro Alexandrino (AE Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião) só oferece este tipo de oferta a partir do Ano letivo 2015/2016; a oferta de ensino secundário recorrente só é oferecida no Agrupamento de Escolas de Caneças, com formação presencial e formação à distância.

Desde o Ano letivo 2017/2018 que, estes três agrupamentos de escolas oferecem o PFOL (Português Para Falantes de Outras Línguas), sendo que no Ano letivo 2013/2014 e no Ano letivo 2016/2017, a Escola Secundária de Odivelas e a Escola Secundária de Caneças, ofereceram PPE (Português Para Estrangeiros).

Os Cursos de Português Para Falantes de Outras Línguas (CPFOL)²⁸ tem como objetivo dar resposta ao requisito de conhecimento da Língua Portuguesa previsto nos regimes jurídicos para aquisição de nacionalidade portuguesa, concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração, bem como, a promoção do domínio da Língua Portuguesa no âmbito da leitura e da escrita, no sentido de facilitar a integração dos públicos migrantes na sociedade portuguesa.

2.6. Centros de Apoio à Aprendizagem

A promoção de uma escola inclusiva, onde os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que apresentassem acentuadas limitações no domínio cognitivo, associadas a limitações acentuadas no domínio motor e/ou no domínio sensorial pudessem ser integrados, independentemente da sua situação de partida, levou à criação de Unidades Especializadas para Apoio à Inclusão de Alunos com Multideficiência e de Unidades de Ensino Estruturado para apoio à integração de crianças com o espectro do autismo, em escolas ou agrupamentos de escolas do concelho, sempre que o número de alunos com estas características, na escola ou no grupo de escolas limítrofes o justificava, e se propiciaram condições para esse efeito.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de junho, que revoga o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, estas unidades de apoio mantiveram-se a funcionar nas mesmas escolas, e passaram a integrar os recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, com vista ao cumprimento daquilo que são os princípios gerais enunciados por este diploma legal, no que concerne a dar resposta à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um das crianças e jovens, ao longo do seu percurso escolar.

²⁸ Portaria n.º 216-B/2012, que altera a Portaria n.º 126272009, de 15 de outubro.

Tabela 20. Evolução da Criação de UAE - Unidades de Apoio Especializado

Agrupamentos de Escolas/Escolas com Unidades	Unidade de Apoio Especializado à Integração de Crianças com Multideficiência					
	Ano Letivo 2013/2014	Ano Letivo 2014/2015	Ano Letivo 2015/2016	Ano Letivo 2016/2017	Ano Letivo 2017/2018	Ano Letivo 2018/2019
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas						
Escola Básica Casais de Trigache	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB
Escola Básica António Gedeão						2º CEB
Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire						
Escola Básica Quinta da Condessa	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB
Escola Básica da Pontinha	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º CEB
Escola Secundária Braamcamp Freire					3º CEB	3º CEB
Agrupamento de Escolas Vasco Santana						
Escola Básica Eça de Queirós	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	
Escola Básica Amoreira						1º CEB

Fonte: Agrupamentos de Escolas

Conforme se verifica na Tabela acima, no período em análise, e no que se refere às Unidades Especializadas de Apoio à Integração de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, instaladas em seis escolas da rede pública do concelho de Odivelas, verificou-se a abertura de duas novas unidades, uma para dar resposta às crianças que frequentam o 2.º ciclo do ensino básico na EB António Gedeão - para dar continuidade ao apoio das crianças que frequentavam a Unidade da EB Casal de Trigaches no 1º ciclo do ensino básico -, e outra, na ES Braamcamp Freire, Pontinha, para o 3.º ciclo do ensino básico - para dar continuidade/acompanhamento aos alunos que transitam da Unidade da Escola Básica da Pontinha do 2.º ciclo.

No que respeita às UAE, que respondem ao 1º CEB, verificou-se uma alteração, com a transição da Unidade instalada na Escola Básica Eça de Queirós para a EB da Amoreira no início do Ano letivo 2018/2019, por se considerar que esta escola reunia melhores condições para integrar a mesma, facilitando também, a eliminação progressiva de turmas mistas na EB Eça de Queirós, uma vez que passou a ter capacidade para funcionar com 4 salas de aula (1 sala para cada ano de escolaridade).

Referir a este propósito que, a EB da Amoreira foi a escola onde esta Unidade iniciou as suas funções, numa sala de aulas normal identificada como “Sala dos Golfinhos”, no final da década de 90, ficando ali instalada até ao final do Ano letivo 2009/2010 - altura em que transitou para a EB Eça de Queirós.

Tabela 21. Evolução da criação de UEE - Unidades de Ensino Estruturado

Agrupamentos de Escolas/Escolas com Unidades	UEE - Unidade de Ensino Estruturado					
	Ano Letivo 2013/2014	Ano Letivo 2014/2015	Ano Letivo 2015/2016	Ano Letivo 2016/2017	Ano Letivo 2017/2018	Ano Letivo 2018/2019
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas						
Escola Básica Bernardim Ribeiro	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB
Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire						
Escola Básica Quinta da Paiã					1º CEB	1º CEB
Escola Básica da Pontinha					2º CEB	2º CEB
Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino						
Escola Básica Barbosa du Bocage	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB
Escola Básica Carlos Paredes	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º CEB
Escola Secundária Pedro Alexandrino					3º CEB/SEC	3º CEB/SEC
Agrupamento de Escolas Vasco Santana						
Escola Básica Vasco Santana	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º CEB	2º/3º CEB	2º/3º CEB
Escola Básica Casal dos Apréstimos	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB	1º CEB

Fonte: Agrupamentos de Escolas

A Figura acima, identifica as UEE de apoio à integração de crianças com o espectro do autismo, localizadas em oito escolas da rede pública do concelho, e que integram quatro agrupamentos de escolas.

Relativamente a este tipo de resposta, oferecida nas escolas do concelho de Odivelas verificamos que, no período em análise, foram criadas três novas Unidades de Apoio no Ano letivo 2017/2018: uma unidade de apoio ao 1º CEB, na EB da Paiã, AE Braamcamp Freire, Pontinha - onde não havia este tipo de resposta; uma de apoio ao 2.º CEB, na EB Pontinha/AE Braamcamp Freire, Pontinha; e uma de apoio ao 3.º CEB e ensino secundário, na ES Pedro Alexandrino/AE Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião.

2.7. Rede de Bibliotecas Escolares

Criado em 1996, pelo Ministério da Educação, o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) tem como principal objetivo instalar bibliotecas escolares, nas escolas do ensino básico e secundário, com afetação de profissionais qualificados (professor bibliotecário), a quem compete gerir de forma integrada as bibliotecas dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, enquanto espaços agregadores de conhecimento e, disponibilização de recursos diversificados de leitura e uso e produção de informação em diferentes suportes.

A evolução da RBE tem-se processado ao longo do tempo, por candidatura apresentada ao Ministério da Educação pelos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas, sendo selecionadas as escolas que apresentam melhores condições e projetos mais consistentes, quer para a instalação quer para a criação de serviços de biblioteca.

Tabela 22. Escolas com Biblioteca na RBE

Escolas/Níveis de Ensino	Bibliotecas Escolares na RBE					
	Ano letivo 2013/2014	Ano letivo 2014/2015	Ano letivo 2015/2016	Ano letivo 2016/2017	Ano letivo 2017/2018	Ano letivo 2018/2019
Agrupamentos de Escolas /Bibliotecas Escolares na RBE						
Agrupamento de Escolas A Sudoeste Odivelas						
Escola Básica António Gedeão	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Casais de Trigaches	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Veiga Ferreira	x	x	x	x	x	x
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette						
Escola Secundária de Odivelas	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Avelar Brotero	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Maria Máxima Vaz	x	x	x	x	x	x
Escola Básica D. Dinis n.º 1	x	x	x	x	x	x
Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire						
Escola Secundária Braamcamp Freire	x	x	x	x	x	x
Escola Básica da Pontinha	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Casal da Serra	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Quinta da Condessa	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Quinta da Paíã	x	x	x	x	x	x
Escola Básica do vale Grande	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Mário Madeira (*)	x	x	x	x	x	x
Agrupamento de Escolas Caneças						
Escola Secundária Caneças	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Castanheiros	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Artur Alves Cardoso	x	x	x	x	x	x
Agrupamento de Escolas D. Dinis						
Escola Básica D. Dinis	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Maria Lamas	x	x	x	x	x	x
Agrupamento de Escolas Moinhos Arroja						
Escola Básica Moinhos Arroja	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Manuel Coco	x	x	x	x	x	x
Escola Básica Porto Pinheiro	x	x	x	x	x	x

Escolas/Níveis de Ensino	Bibliotecas Escolares na RBE					
	Ano letivo 2013/2014	Ano letivo 2014/2015	Ano letivo 2015/2016	Ano letivo 2016/2017	Ano letivo 2017/2018	Ano letivo 2018/2019
Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino						
Escola Secundária Pedro Alexandrino	X	X	X	X	X	X
Escola Básica Carlos Paredes	X	X	X	X	X	X
Escola Básica Barbosa du Bocage	X	X	X	X	X	X
Escola Básica Olival Basto	X	X	X	X	X	X
Agrupamento de Escolas Vasco Santana						
Escola Básica Vasco Santana	X	X	X	X	X	X
Escola Básica dos Apréstimos	X	X	X	X	X	X
Escola Básica Eça de Queirós (*)	X	X	X	X	X	X
Escolas Não Agrupadas/Bibliotecas Escolares - REBE						
Escola Secundária Ramada	X	X	X	X	X	X
Escola Profissional Agrícola D. Dinis; Paiã	X	X	X	X	X	X

(*) Tem espaço de Biblioteca, mas não integra a RBE.

Fonte: Gabinete RBE/ME.

Numa leitura atenta da Tabela acima verificamos que, vinte e oito escolas do concelho, desde o 1º CEB ao ensino secundário, têm biblioteca escolar integrada na RBE e, que todas as escolas sede de agrupamento e as escolas não agrupadas, oferecem este tipo de serviço.

No conjunto das vinte e oito escolas integradas neste Programa destacar, a totalidade das escolas de 2.º, 3.º CEB, e escolas do ensino secundário, a Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã, e catorze escolas do 1º CEB.

Referir ainda a existência, de mais três escolas do 1º CEB, para além das catorze escolas já referidas anteriormente, com biblioteca/centro de recursos a funcionar, apesar de, por não cumprirem os requisitos exigidos pelo Ministério da Educação em área disponível ou outro, não integrarem esta Rede (EB Mário Madeira, EB Maria Lamas, EB Eça de Queirós).

3. Rede privada

A coexistência de vários tipos de oferta educativa é consagrada na LBSE²⁹, sendo as orientações legais aí vertidas objeto de sucessivas reconfigurações, nomeadamente através da aprovação, já em 2013, do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.³⁰

A rede escolar privada integra os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, bem como, os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionam em instituições particulares de solidariedade social e outras instituições sem fins lucrativos, sob a tutela técnica conjunta dos Ministérios da Educação e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - a designada “rede solidária”.

É na educação pré-escolar que o ensino privado assume, no concelho de Odivelas, à semelhança do resto do país³¹, maior expressão em todo o sistema educativo.

3.1. Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

As IPSS, são instituições particulares de solidariedade Social, constituídas por iniciativa exclusiva de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público³².

Conforme Tabela abaixo, no concelho de Odivelas, existem doze IPSS - ou com estatuto equiparado³³- com a valência da educação - resposta de pré-escolar -, sendo que uma destas instituições, localizada na sede do Município (Jardim Escola João de Deus), para além do pré-escolar, também oferece resposta de 1º CEB.

²⁹ Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986.

³⁰ DL 152/2013, de 4 de novembro.

³¹ CNE. O Estado da Educação 2017. 2018.

³² DL n.º 172-A/2014 de 14 de novembro.

³³ DGEstE/ME e Carta Social 2018/MTSSS.

Ao longo do período em análise não se verificaram alterações, quer no que respeita ao número de instituições existentes - aumento ou decréscimo - quer nas respostas educativas que oferecem.

Tabela 23. Identificação das instituições particulares de solidariedade social (IPSS ou equiparadas)

Instituições	Natureza	Código DGEEC/ME	Tipo de resposta	
			Pré-escolar	1º CEB
AMOVALFLOR - Jardim de Infância - Odivelas	IPSS ou equiparada	1116111	x	
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	IPSS ou equiparada	1107419	x	
Associação Infantil Juvenil "O Nosso Recreio" - Odivelas	IPSS ou equiparada	1107489	x	
Associação de Solidariedade Social dos Moradores do Bairro das Patameiras - Odivelas	IPSS ou equiparada	1107685	x	
Centro Comunitário e Paroquial de Famões	IPSS ou equiparada	1116797	x	
Centro Comunitário e Paroquial da Ramada	IPSS ou equiparada	1116671	x	
Centro Infantil de Odivelas	IPSS ou equiparada	1107828	x	
Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	IPSS ou equiparada	1116630	x	
Jardim Escola João de Deus - Odivelas	IPSS ou equiparada	1116420	x	x
Jardim Infantil Popular da Pontinha	IPSS ou equiparada	1107322	x	
IPPI - Instituto Português de Pedagogia Infantil – Póvoa de Santo Adrião	IPSS ou equiparada	1107555	x	
NI_NÓ_NI - Centro Infantil da Cruz Vermelha – póvoa de Santo Adrião	IPSS ou equiparada	1116026	x	

Fonte: DGEstE/DGEEC/ME

Na Tabela abaixo, faz-se uma apresentação individual, das taxas de ocupação destas instituições, tendo por base a frequência de crianças na educação pré-escolar, com dados trabalhados a partir da atualização, em janeiro de 2019, do Site da Carta Social 2018 (MTSSS).

Desta leitura, conclui-se que, das doze instituições localizadas no concelho de Odivelas, cinco apresentam uma taxa de ocupação de 100% (capacidade de acolhimento/número de crianças inscritas); duas apresentam uma taxa de ocupação entre 95% e 97%; uma delas, apresenta uma taxa de ocupação superior a 100% (Centro Comunitário e Paroquial da Ramada); e finalmente, quatro destas instituições, apresentam uma taxa de ocupação mais modesta, entre 65% e 80%, todas elas localizadas na freguesia de Odivelas (AMOVALFLOR, Centro Infantil de Odivelas, Associação de Moradores do Bairro das Patameiras, O Nosso Recreio).

Tabela 24. Resposta de pré-escolar nas IPSS ou equiparadas

Instituições	Natureza	Capacidade de acolhimento	Número de Crianças Inscritas	Taxas de ocupação
AMOVALFLOR – Jardim de Infância	IPSS ou equiparada	75	49	65,3%
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	IPSS ou equiparada	75	73	97,3%
Associação Infantil Juvenil "O Nosso Recreio"	IPSS ou equiparada	75	60	80,0%
Associação de Solidariedade Social dos Moradores do Bairro das Patameiras	IPSS ou equiparada	125	94	75,2%
Centro Comunitário e Paroquial de Famões	IPSS ou equiparada	46	44	95,7%
Centro Comunitário e Paroquial da Ramada	IPSS ou equiparada	92	112	121,7%
Centro Infantil de Odivelas	IPSS ou equiparada	125	93	74,4%
Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	IPSS ou equiparada	22	22	100,0%
Jardim Escola João de Deus	IPSS ou equiparada	148	148	100,0%
Jardim Infantil Popular da Pontinha	IPSS ou equiparada	110	110	100,0%
IPPI - Instituto Português de Pedagogia Infantil	IPSS ou equiparada	124	124	100,0%
NI_NÓ_NI - Centro Infantil da Cruz Vermelha	IPSS ou equiparada	30	30	100,0%

Fonte: Carta Social 2018/GEP/MTSSS – janeiro 2019.

Referir que, apesar de se verificar uma maior concentração destas instituições na freguesia de Odivelas, também sede do concelho, todas as restantes freguesias, contam no seu território, com a localização de respostas educativas desta natureza a nível da educação pré-escolar.

Na Tabela abaixo apresentam-se, os estabelecimentos de educação e ensino privados, de natureza particular (com fins lucrativos), sedeados no concelho de Odivelas e que, respondem, aos níveis de educação e ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, com base no registo (Código de Escola) efetuado nos serviços do Ministério da Educação, a quem compete propor a concessão de autorização provisória ou definitiva de funcionamento da rede dos estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos e, acompanhar as suas condições de funcionamento e organização administrativa.³⁴

³⁴ Portaria n.º 30/2013, de 29 de janeiro.

Tabela 25. Identificação dos estabelecimentos de ensino particular (do pré-escolar ao ensino secundário)

Instituições	Tipo de resposta					Natureza	Código ME-Escola
	Pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário		
Colégio das Colinas - Odivelas	x					Particular	800458
Colégio do Mimo - Ramada	x					Particular	800484
Creche e jardim de Infância Colinas do Cruzeiro - Odivelas	x					Particular	1116773
Duende Mágico - Odivelas	x					Particular	803835
Externato Flôr do Campo - Ramada	x	x	x	x	x	Particular	502340
Externato Jardim do Sol - Odivelas	x					Particular	505043
Externato O Pirlampo - Odivelas	x	x				Particular	803216
Externato Pica-Pau - Ramada	x	x				Particular	504464
Externato Primário Rainha Santa - Odivelas		x				Particular	803250
Externato Santo Adrião – Póvoa de Santo Adrião	x	x				Particular	501669
Instituto de Ciências Educativas - Ramada			x	x	x	Particular	803336
Jardim de Infância Academia dos Peixinhos - Odivelas	x					Particular	803695
Jardim de Infância Boneca de Corda - Odivelas	x					Particular	1116604
Jardim de Infância O Alicerce - Odivelas	x					Particular	501736
Jardim de Infância O Mundo das Tropelias - Odivelas	x					Particular	803793
Jardim de Infância O Ruca - Pontinha	x					Particular	803805
Jardim de Infância O Sonho dos Pestinhas - Odivelas	x					Particular	803809
Jardim de Infância Pião Mágico - Caneças	x	x				Particular	803840
Jardim de Infância Pipo & Bibas - Odivelas	x					Particular	803839
Jardim de Infância Quina - Ramada	x					Particular	803842
Jardim de Infância Timena - Odivelas	x					Particular	522820
Jardim Infantil O Bolinha - Odivelas	x					Particular	502169
Jardim Infantil O Palhaço Azul - Caneças	x					Particular	501967
Jardim Infantil "O Pintainho"- Odivelas	x	x				Particular	504543
Jardim Infantil O Pónei - Odivelas	x					Particular	504622
Jardim Infantil Sandrinha - Pontinha	x					Particular	504920
Os Ilustres - Odivelas	x					Particular	804190
Os Pitruquinhas - Odivelas	x					Particular	806226
Os Trombinhas - Odivelas	x					Particular	804191
Pequenos e Divertidos - Odivelas	x					Particular	804197

Fonte: DGEEC/IGeFE (março 2019)

Conforme se verifica na Figura acima funcionam, trinta e um estabelecimentos de educação e ensino da rede privada, de natureza particular, no concelho de Odivelas, sendo que vinte e nove deles, oferecem resposta de pré-escolar; o 1º ciclo do ensino básico é oferecido em sete estabelecimentos de ensino; e o 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, em dois estabelecimentos de ensino (Externato Flôr do Campo e Instituto de Ciências Educativas, estando os dois localizados na Ramada).

Tabela 26. Estabelecimentos de ensino particular com contrato de apoio às famílias (Ano 2018)

Estabelecimentos Particulares:	CS – Contrato Simples de Apoio à Família CD – Contrato de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
Externato Flôr do Campo	CS; CD.
Externato Pirlampo	CS; CD.
Externato Primário Rainha Santa	CS.
Jardim Infantil O Pintainho	CS; CD.
Jardim Infantil O Bolinha	CD.
Jardim Infantil O Palhaço Azul	CD.
Externato Santo Adrião	CD;CS.

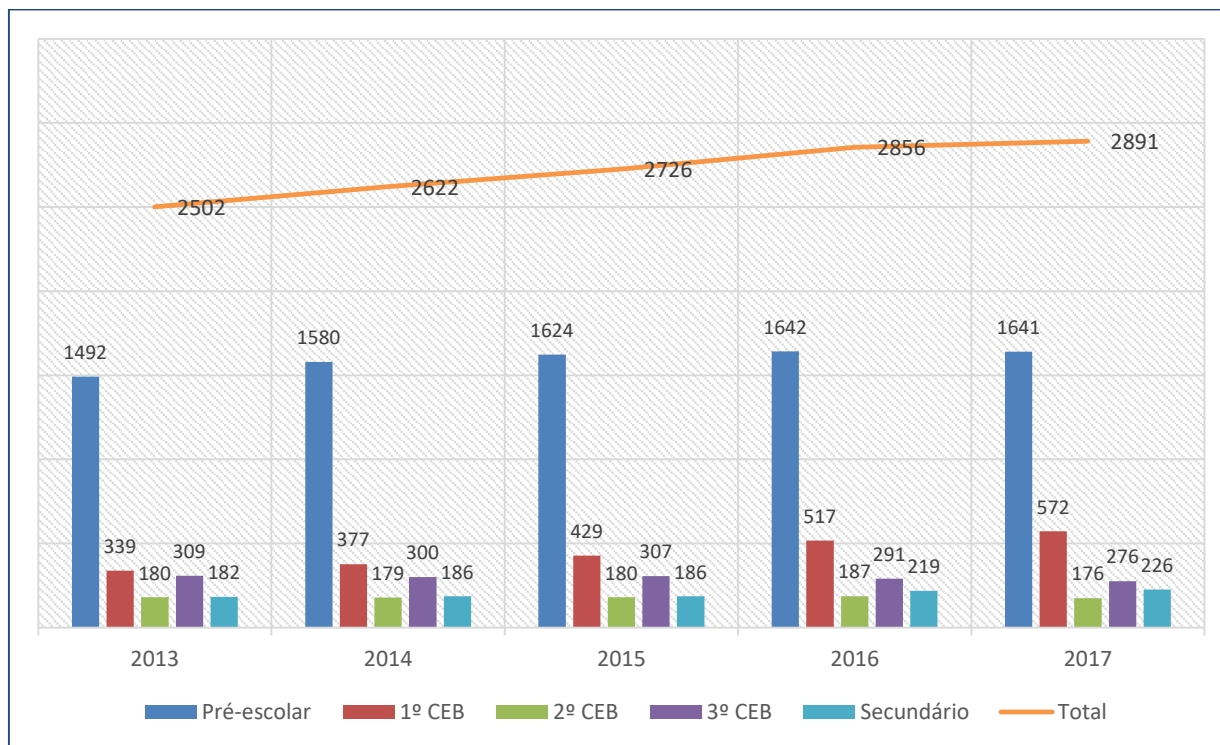
Fonte: DGAE /ME (março 2019)

Relativamente ao financiamento destes estabelecimentos, e nos termos do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro de 2013, o apoio financeiro concedido para o tipo de contratos celebrados com estes estabelecimentos de ensino e, enunciados na Tabela acima, visa operacionalizar a concessão de apoio financeiro às famílias, tendo por objetivo apoiar as mesmas, em particular as menos favorecidas economicamente, que no exercício do direito de escolha do processo educativo dos seus filhos, queiram optar pela sua inserção em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Na Tabela acima, são identificados os estabelecimentos de ensino particular que, no ano 2018, estabeleceram contratos com o Estado para receber financiamentos de apoio, quer através dos contratos simples de apoio à família quer através dos contratos de desenvolvimento da educação pré-escolar.

Existe ainda, a figura dos contratos de associação, dos estabelecimentos de ensino particulares com o Ministério da Educação, que enquadram os normativos que possibilitam a frequência das escolas do ensino particular e cooperativo em condições idênticas às do ensino ministrado nas escolas públicas, sendo que no concelho de Odivelas, não existe nenhuma instituição com este tipo de contrato.

Figura 37. Evolução do número de alunos inscritos na rede privada, por nível de educação e ensino



Fonte: PORDATA (janeiro 2019)

A Figura acima apresenta, a evolução do número de alunos inscritos nos estabelecimentos de educação e ensino da rede privada, do pré-escolar ao ensino secundário, entre o ano 2013 e o ano 2017.

Numa análise mais detalhada dos dados disponibilizados pela PORDATA, relativamente à procura nesta rede no período identificado anteriormente e, se considerarmos o número total dos alunos inscritos, verificamos uma evolução crescente no seu comportamento, em todo o período em análise.

Se considerarmos essa evolução, por nível de educação e ensino, concluímos que, na educação pré-escolar existe uma evolução positiva entre 2013 e 2016, estabilizando a procura entre 2016 e 2017; o 1º CEB apresenta sempre uma evolução positiva e constante, no mesmo período; o 2.º CEB apresenta pequenas oscilações, mas sem grande significado; o 3.º CEB apresenta pequenas oscilações nos três primeiros anos (2013, 2014 e 2015), diminuindo a partir de 2016 e, mantendo o decréscimo para 2017; o ensino secundário apresenta um cenário estável nos três primeiros anos em análise, apresentando depois um ligeiro crescimento, nos dois últimos anos (2016 e 2017).

3.2. Ensino Superior

O ensino superior está representado no concelho de Odivelas por uma instituição de ensino politécnico, de natureza privada, o Instituto Superior de Ciências Educativas, localizado na Ramada.

Trata-se de uma instituição particular de ensino superior, que se integra na Rede Nacional do Ensino Superior Politécnico oferecendo, atualmente, cursos de formação de profissionais de educação (docentes e não docentes): educadores de infância, professores do ensino básico - 1.º e 2.º CEB, educadores sociais e animadores culturais.

O ISCE, confere os graus de Licenciatura, Mestrado, Pós-Graduação, e Cursos Tecnológicos (ensino superior profissional), num conjunto alargado de áreas, conforme Tabela abaixo.

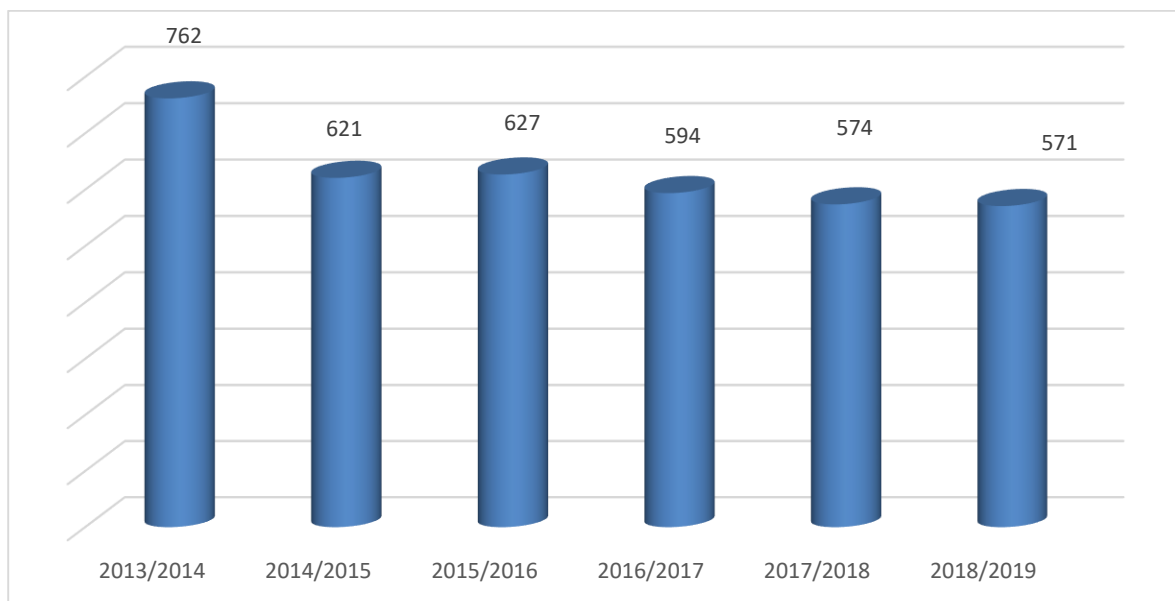
Tabela 27. Níveis e áreas de formação disponibilizadas pelo ISCE – ensino superior

CTESP – Cursos Tecnológicos de Ensino Superior Profissional	LICENCIATURAS	MESTRADOS	PÓS-GRADUAÇÕES
Apoio a Crianças e Jovens	Animação Sociocultural	Administração e Gestão Escolar	Educação Especial: Intervenção Precoce
Desenvolvimento de Produtos Multimédia	Educação Básica	Educação Especial: (Domínio Cognitivo e Motor)	Educação Especial: Surdez e Perturbações da Comunicação
Gestão Hoteleira e Alojamento	Educação Digital e Multimédia	Educação Pré-Escolar	Educação Social: Intervenção com Crianças e Jovens em Risco
Turismo Desportivo e de Aventura	Educação Física e Desporto	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico	Educação Social: Intervenção Socioeducativa e Gerontologia
Serviço Familiar e Comunitário	Educação Social	Educação Social: Intervenção com Crianças e Jovens em Risco	
	Turismo	Educação Social: Intervenção Socioeducativa e Gerontologia	
		Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores	
		Treino Desportivo: Especialização em Futebol ou Futsal	

Fonte: Sítio do ISCE (fevereiro 2019)

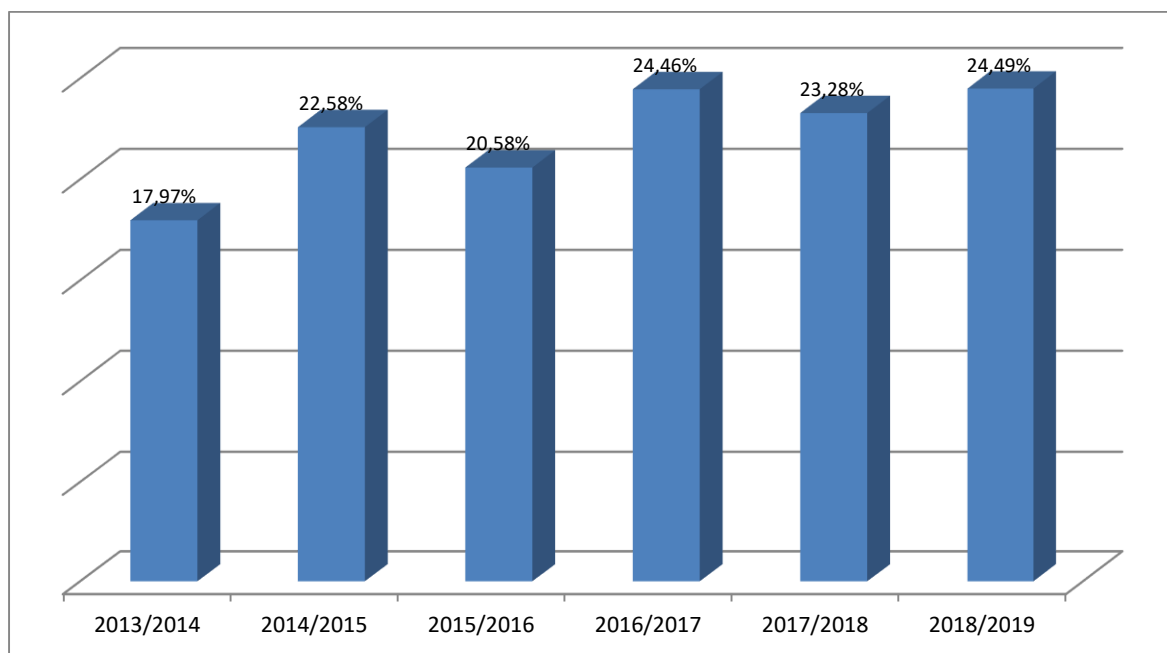
No período em análise (entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2018/2019), o ISCE viu, o número global de alunos inscritos decrescer, conforme Figura abaixo.

Figura 38. Evolução do número de alunos no ensino superior (ISCE), por ano letivo



Fonte: ISCE

Figura 39. Percentagem de alunos inscritos no ensino superior (ISCE), com residência no concelho



Fonte: ISCE

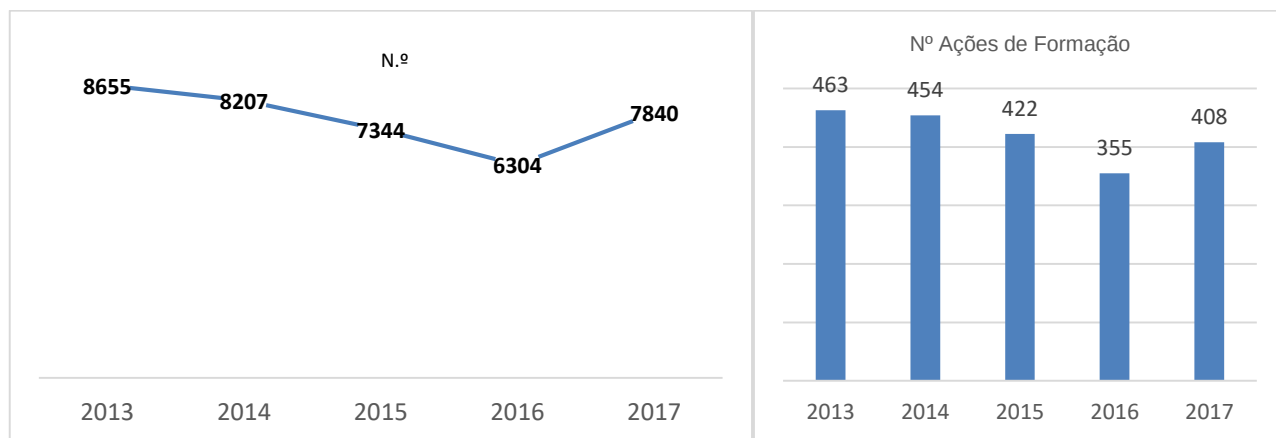
No que se refere à percentagem de alunos inscritos nesta instituição de ensino superior, a residir no concelho de Odivelas, verificamos que existem oscilações no período em análise, conforme Figura acima, verificando-se uma ligeira subida nos três últimos anos letivos, com um impacto médio, na ordem dos 24% do universo total de alunos inscritos.

3.3. Outras Ofertas Formativas

Centro Formação Profissional Para o Setor Alimentar (Pontinha)

O Centro de Formação Profissional Para o Setor Alimentar – CFPSA – foi fundado em 1984, tem sede na Pontinha, concelho de Odivelas, e tem como entidades Outorgantes: IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional; ACIP – Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares; ACCCLO – Associação dos Comerciantes de Carnes do Concelho de Lisboa e Outros; AIPAN – Associação de Industriais de Panificação, Pastelaria e Similares do Norte; AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal; e SITESE – Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços. Funcionalmente, o CFPSA é uma instituição de ensino vocacionada para a formação profissional e, acreditada desde 1998, pelas entidades competentes.

Figura 40. **Evolução do número de formandos e de ações de formação no CFPSA - entre 2013 e 2017**



Fonte: Sítio do CFPSA (janeiro 2019)

A sua área de formação distribui-se pelos cursos de pastelaria/panificação, hotelaria e restauração, cozinha, serviço de mesa/bar, receção hoteleira, serviço de andares, preparação e transformação de produtos cárneos, e controlo de qualidade alimentar.

A sua oferta formativa é centrada na dupla certificação - sistema de aprendizagem e de educação e formação de adultos -, destinada a públicos jovens, mas também adultos - sobretudo sem qualificações profissionais ou que procuram reconversão e sem a escolaridade obrigatória -, e ou profissionais no ativo, que procuram especializações e aumento de competências na sua área técnica e se fixam na formação modular certificada.

Ao analisarmos a Figura acima verificamos que, entre 2013 e 2016, o CFPSA viu o número de formandos e de ações de formação decrescer de ano para ano, mas, em 2017, apresenta, novamente, uma recuperação significativa, passando de 6304 formandos para 7840 formandos e de 355 ações de formação para 408 ações, conforme dados disponibilizados publicamente.

Conservatório de Música D. Dinis – CMDD

O Conservatório de Música D. Dinis está instalado na Vila da Póvoa de Santo Adrião, concelho de Odivelas, e obteve autorização definitiva de funcionamento, pelo Ministério de Educação, em 1991, o que lhe confere autonomia pedagógica para ministrar o ensino artístico, pelo que os cursos de música ali lecionados são reconhecidos oficialmente. Para além dos cursos oficiais, o CMDD oferece ainda, cursos livres de instrumento e aulas de dança (ballet clássico e dança contemporâneo). Tem Contrato de Patrocínio com o Ministério de Educação³⁵.

Os cursos ministrados pelo CMDD, são:

Música:

- Iniciação (Pré – Iniciação – JI e Iniciação Musical - 1º ao 4º ano);
- Curso Básico de Música 1º ao 5º grau – Regime Articulado (5º ao 9º ano), e regime supletivo;
- Curso Secundário de Música 6º ao 8º grau – Regime Articulado (10ª ao 12ª ano), e regime supletivo.

Cursos lecionados: Clarinete; Percussão; Violino; Flauta Transversal; Bateria; Violoncelo; Fagote; Formação Musical; Viola d'Arco ou Violeta; Oboé; Piano; Contrabaixo; Saxofone; Acordeão; Trombone; Trompete; Guitarra (Viola dedilhada); Trompa.

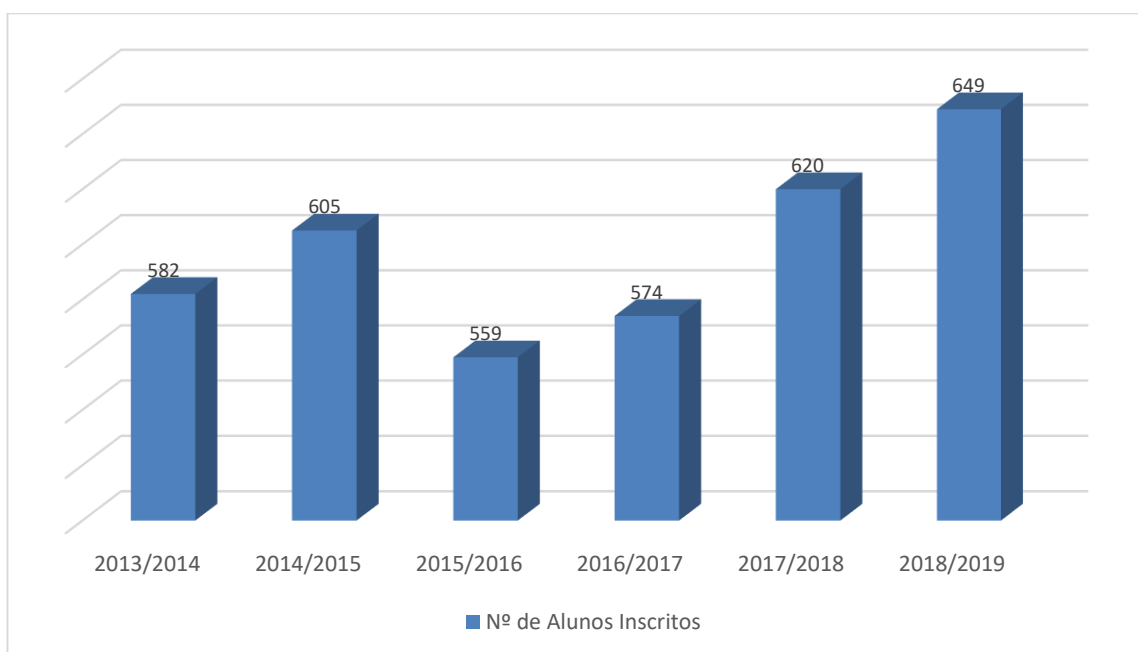
³⁵ Regulado pela Portaria n.º 224-A/2015, de 29 de julho.

Dança:

- Pré- Iniciação ao Ballet – 3 aos 5 anos;
- Iniciação ao Ballet – 6 aos 9 anos;
- Nível Intermédio (Ballet) – 10 aos 14 anos;
- Nível elementar (Ballet) – maiores de 14 anos;
- Dança Criativa (Iniciações);
- Estudo Coreográfico (Intermédio e Elementar);
- Dança Contemporânea (Elementar);
- Ballet para Adultos – maiores de 18 anos sem experiência de dança.

Na Figura abaixo, podemos analisar, o número de alunos inscritos no CMDD desde o Ano letivo 2013/2014 até ao Ano letivo 2018/2019, verificando-se que o número de alunos inscritos se tem mantido relativamente constante, com pequenas oscilações - ora ascendentes ora descendentes -, notando-se, no entanto, um crescimento nos últimos dois anos letivos (2017/2018 e 2018/2019).

Figura 41. Evolução do número de alunos inscritos no CMDD (2013/2014-2018/2019)



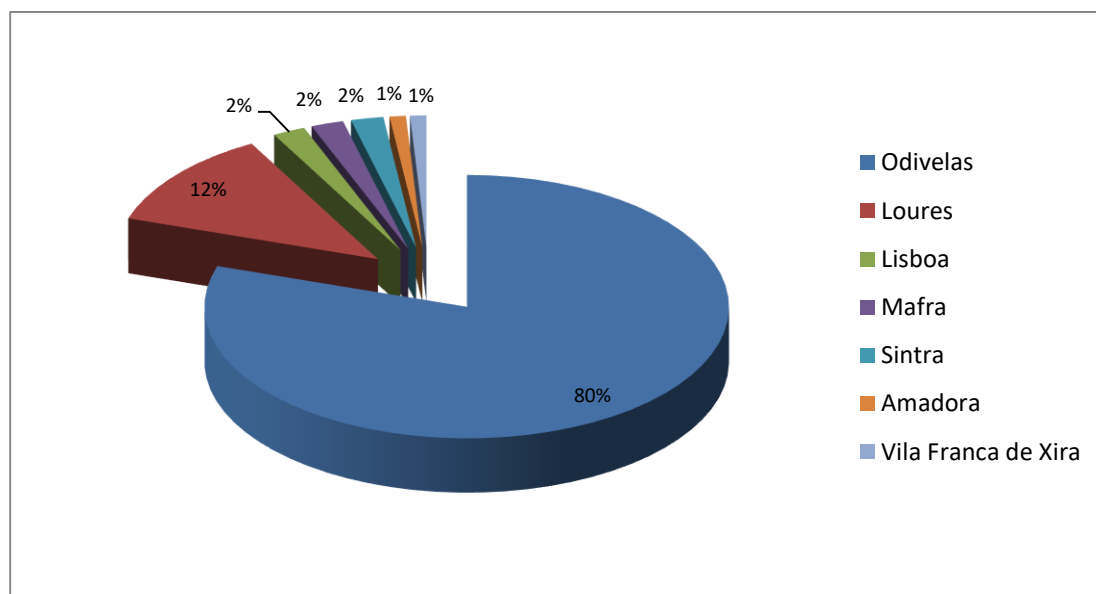
Fonte: CMDD

De forma a receber alunos nos cursos básico e secundário de Música, em regime articulado, o Conservatório tem Protocolos estabelecidos com a totalidade dos oito agrupamentos de escolas do concelho de Odivelas, e com um agrupamento de escolas do concelho de Loures (Agrupamento de Escolas João Villaret, Loures).

O CMDD tem ainda um Protocolo estabelecido com o Jardim-Escola João de Deus – Odivelas, desde o Ano letivo 2017/2018, com o objetivo de captar e preparar alunos para a entrada do 2.º ciclo no estudo da música, em articulado.

Da totalidade dos alunos inscritos nos cursos oficiais de música, a distribuição dos mesmos pelo concelho de residência é a apresentada na Figura abaixo verificando-se que, 80% destes residem no concelho de Odivelas, seguindo-se o concelho de Loures com 12% e, depois, uma percentagem residual de alunos oriundos de outros concelhos limítrofes (Amadora, Lisboa, Mafra, Sintra, e Vila Franca de Xira).

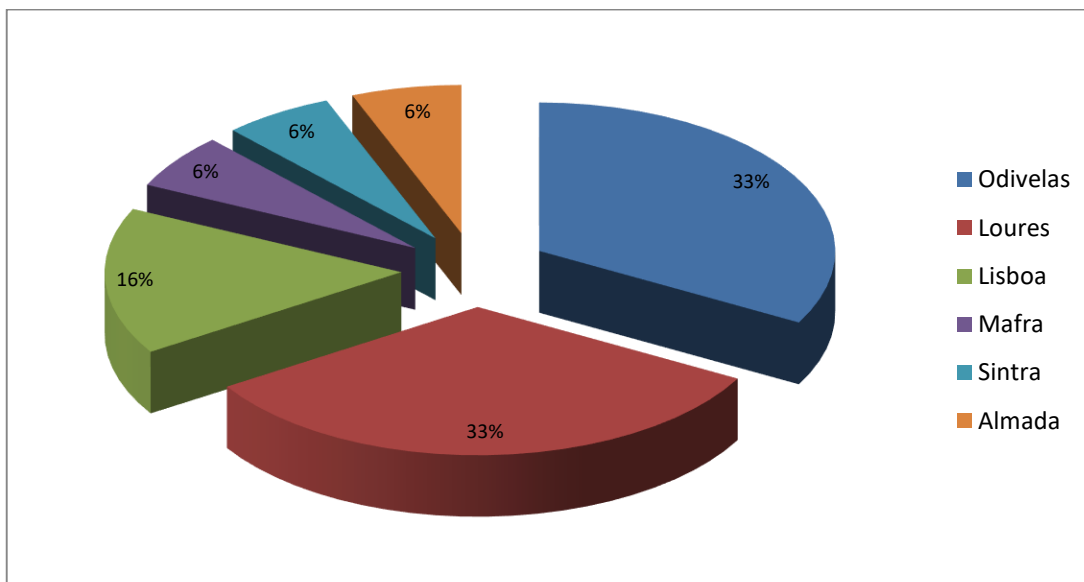
Figura 42. Percentagem de alunos inscritos nos cursos oficiais de música, por concelho de residência



Fonte: CMDD

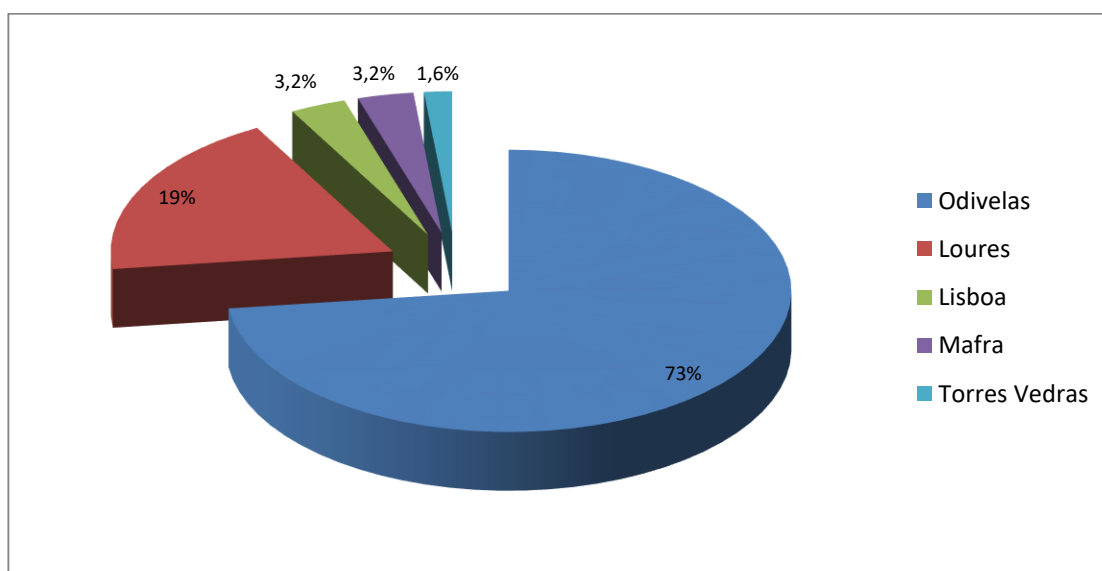
Nos cursos livres, onde se inclui o curso de canto musical/pop/jazz, a distribuição dos alunos inscritos por concelho de residência é a apresentada na Figura abaixo, com uma distribuição equilibrada entre os concelhos de Loures e Odivelas (33%), 16% do concelho de Lisboa e, depois, uma distribuição de 6% por cada um dos restantes concelhos identificados - Almada, Mafra e Sintra.

Figura 43. Percentagem de alunos inscritos nos cursos livres, por concelho de residência



Fonte: CMDD

Figura 44. Alunos inscritos nos cursos de dança, por concelho de residência



Fonte: CMDD

No caso dos alunos inscritos nos cursos de dança, a distribuição geográfica dos mesmos, e de acordo com a Tabela acima, faz-se de uma forma muito similar à descrita para os cursos de música: 73% dos alunos são oriundos do concelho de Odivelas; 19% do concelho de Loures; e depois, um peso residual de alunos provenientes de três concelhos limítrofes – Lisboa, Mafra e Torres Vedras.

III. CARATERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ESCOLAR – REDE PÚBLICA

Os fenómenos demográficos registados na última década, com destaque para o declínio e ou aumento da fecundidade e a persistência de fluxos migratórios significativos, funcionam como variáveis que influenciam diretamente a redução e ou o aumento do total de alunos matriculados no sistema de ensino fazendo sentir-se, de forma mais particular, no que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

A este propósito referir que, de acordo com os indicadores demográficos do INE, no concelho de Odivelas, entre 2001 e 2009, os valores do saldo natural - diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos - se mantiveram estagnados, verificando-se, no entanto, um aumento deste indicador, a partir de 2010.

Neste contexto, para além da distribuição da oferta importa agora conhecer como se comporta a procura e, como se distribui a população escolar pelos diferentes níveis de educação e ensino, nas escolas da rede pública do concelho de Odivelas.

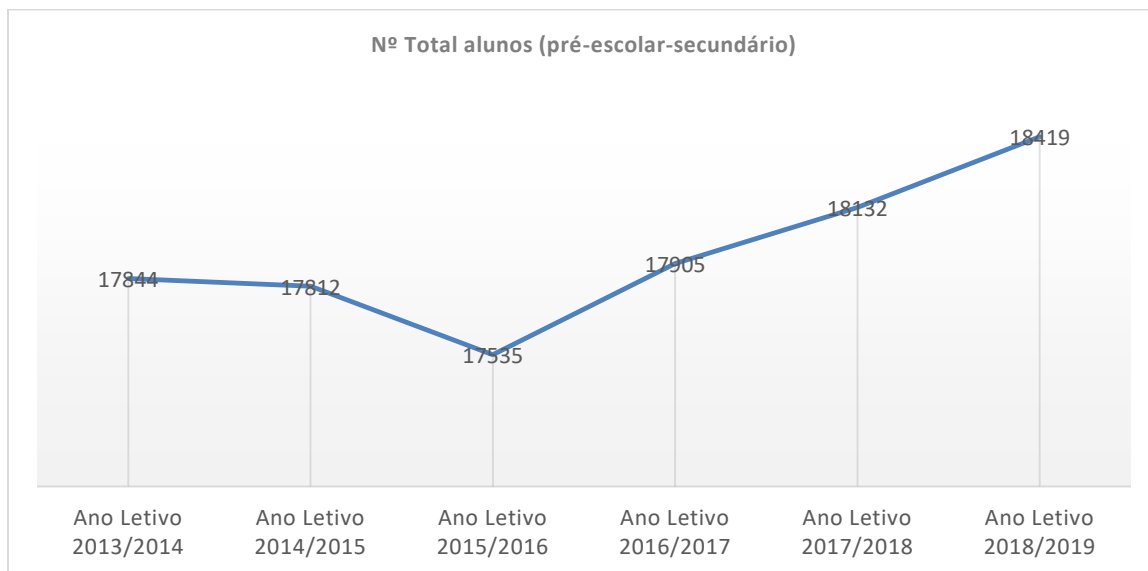
As Figuras que se seguem apresentam a dimensão e evolução da procura no sistema educativo, no concelho de Odivelas, no seu global e, por nível de educação e ensino

1. Evolução da população escolar a frequentar os estabelecimentos de educação e ensino

A evolução do número total de alunos que se inscreveu/frequentou os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, no concelho de Odivelas, do pré-escolar ao ensino secundário, no ensino diurno, nos últimos 6 anos letivos - período temporal compreendido entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2018/2019 - tem apresentado um comportamento oscilatório, com algum significado.

Quando analisamos a Figura abaixo verificamos que, no conjunto da população escolar destes níveis de educação e ensino, se verificou um decréscimo acentuado entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2015/2016 - menos 309 alunos -, começando a inverter esta tendência a partir deste último ano, com um grande aumento de alunos nos três anos letivos seguintes – 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019 (mais 370, 227, 287 alunos, respetivamente).

Figura 45. Evolução do número total de alunos (pré-escolar ao ensino secundário)

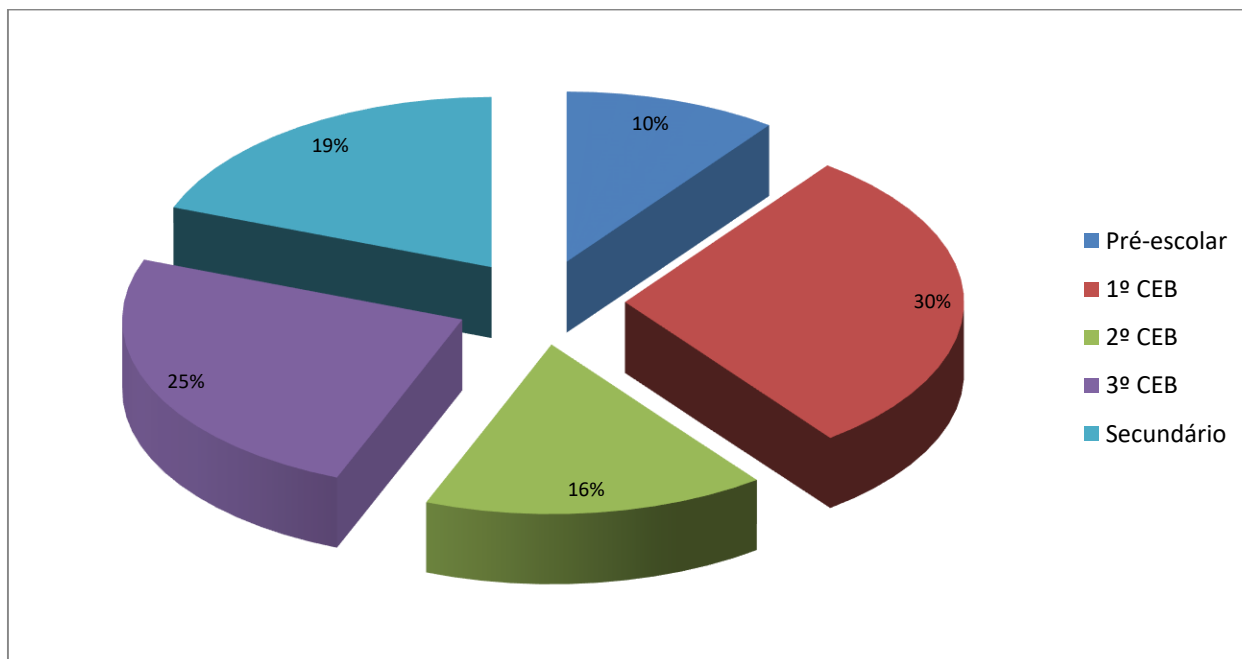


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME/AE (dados aferidos com base no mês de janeiro de cada ano letivo)

A Figura abaixo apresenta, a distribuição percentual da população escolar inscrita nas escolas da rede pública do concelho, pelos diferentes níveis de educação e ensino.

Numa análise mais detalhada verificamos que, o 1º CEB apresenta a maior expressão (30%), o que se justifica plenamente uma vez que é o nível de ensino que integra mais anos de escolaridade (4 anos de escolaridade); segue-se o 3.º CEB (25%); ensino secundário (19%); 2.º CEB (16%); e por último, a educação pré-escolar, que representa a expressão mais reduzida - 10% da população escolar inscrita.

Figura 46. Distribuição dos alunos por nível de educação e ensino



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME/AE (dados aferidos com base no mês de janeiro do ano letivo 2018/2019)

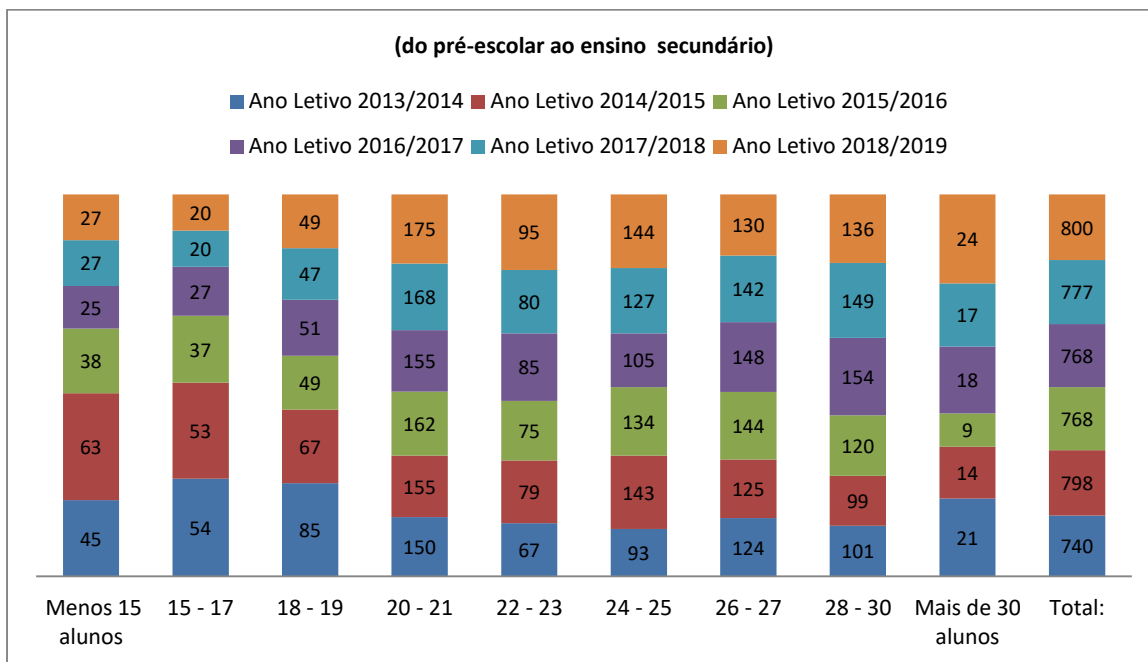
Anualmente, o Ministério da Educação, publica um Despacho Normativo que define o número mínimo e máximo de alunos por turma, em cada nível de ensino e ou ano de escolaridade, assim como, as condições excecionais que condicionam e ou justificam, o aumento ou a redução do seu número³⁶.

Apesar da evidência que os dados nos fornecem, nem sempre o número de turmas que se formam em cada ano letivo cresce ou diminui em linha com o aumento/diminuição do número de alunos inscritos no sistema - podendo dar-se o exemplo do Ano letivo 2014/2015 relativamente ao Ano letivo 2013/2014, em que o número de alunos diminuiu e no entanto aumentou o número de turmas -, uma vez que esta equação da correspondência entre o número de alunos inscritos e o número de turmas criadas é muito condicionada por outros fatores, designadamente: integração de alunos com necessidades educativas específicas, criação de turmas com mais de um ano de escolaridade, criação de turmas para responder a outros percursos formativos - como PCA, CEF, PIEF, entre outros.

Na Figura abaixo apresentamos, a evolução do número de turmas e sua dimensão nas escolas da rede pública do concelho, desde o pré-escolar ao ensino secundário, no período que está a ser alvo de análise.

³⁶ Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril.

Figura 47. Evolução da dimensão das turmas, por nível de educação e ensino



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (março 2019)

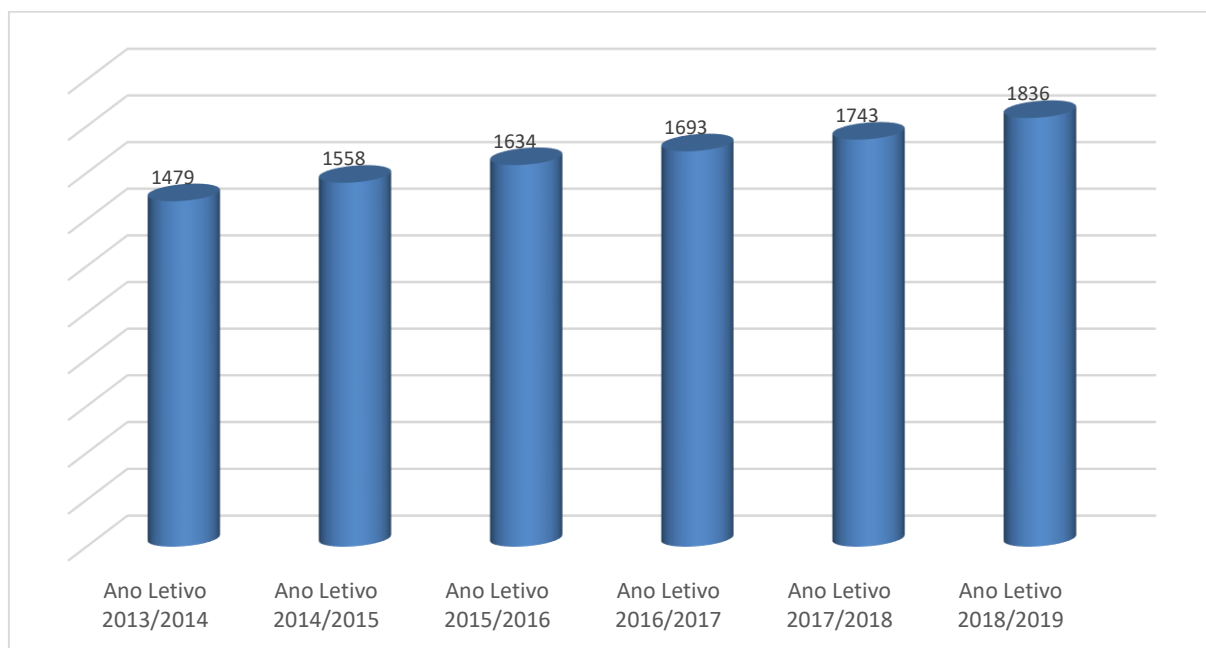
Se fizermos uma leitura mais detalhada desta Figura concluímos que, apesar de encontrarmos um número estatisticamente relevante de turmas com menos de 20 alunos ou com mais de 30 alunos, é no intervalo entre os 20 e os 30 alunos, que foi constituído o maior número de turmas, durante o período em análise.

1.1. Alunos por nível de educação e ensino

Pré-Escolar

A frequência da educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no 1º ciclo do ensino básico, e é de natureza facultativa.

Figura 48. Evolução do número de crianças inscritas no pré-escolar



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME/AE (dados aferidos com base no mês de janeiro de cada ano letivo)

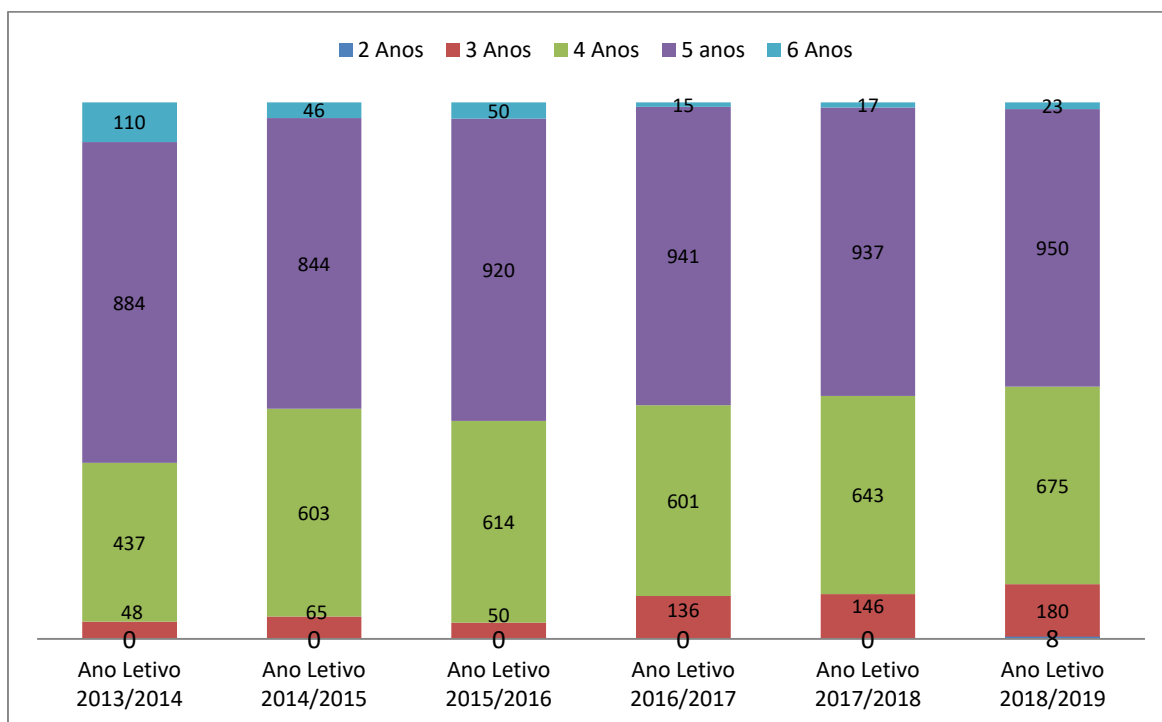
Quando analisamos a Figura acima verificamos que, o número de crianças inscritas no pré-escolar da rede pública foi sempre aumentando, de ano para ano, em consonância com aquilo que foi a abertura anual de novas salas de atividade nesta valência, o que, em termos práticos, se traduziu num aumento de mais 357 crianças inscritas no sistema, neste período temporal.

No que se refere à idade de acesso, e conforme normativos em vigor, verificamos que o maior número de crianças a aceder ao pré-escolar da rede pública têm, maioritariamente, 5 e 4 anos de idade.

Conforme Figura abaixo, o número de crianças de 3 anos de idade, que conseguiram ter vaga neste nível de educação, foi mais significativo nos três últimos anos letivos (2016/2017 a 2018/2019), sendo que no Ano letivo 2018/2019, e porque o Despacho Normativo em vigor o permitia, ainda acederam ao pré-escolar, 8 crianças que ainda não tinham completado os 3 anos de idade na altura da matrícula - crianças que completavam 3 anos de idade entre 15 de setembro e 31 de dezembro.

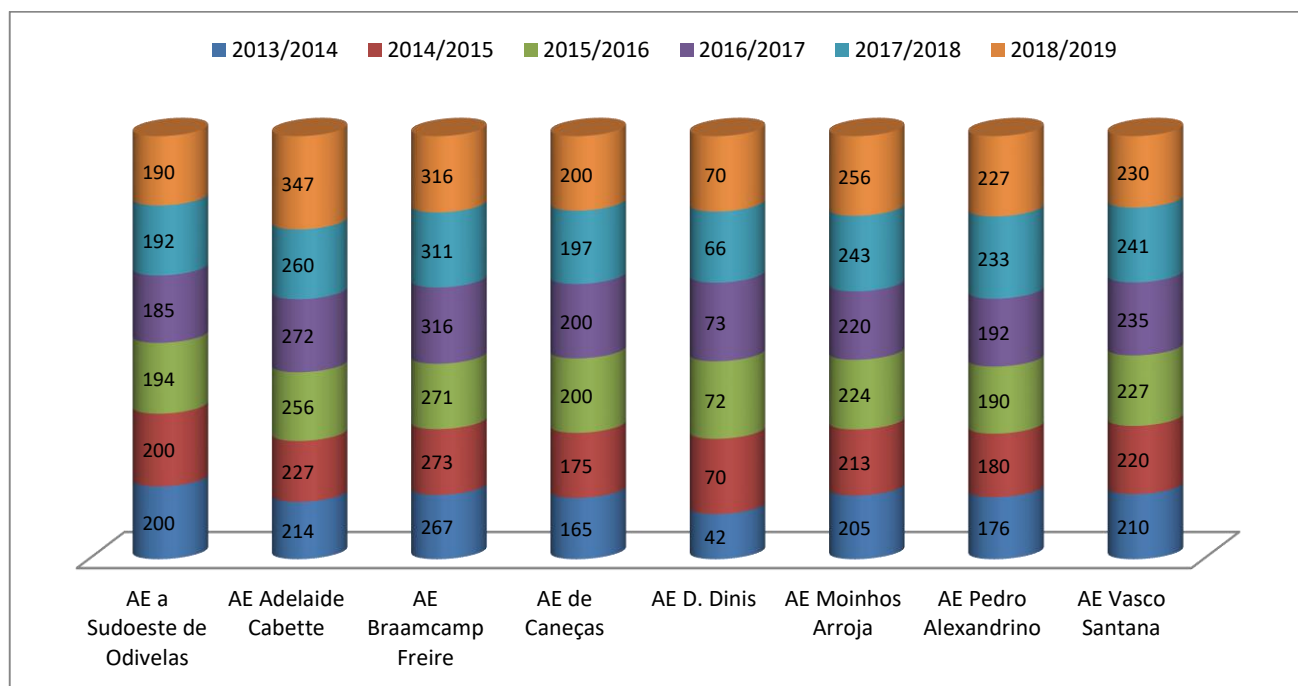
A frequência do pré-escolar por crianças de 6 anos de idade viu-se reduzida nos três últimos anos letivos, o que leva a concluir, que os encarregados de educação cujos educandos perfazem os 6 anos de idade entre 15 de setembro e 31 de dezembro têm optado, pela sua entrada mais precoce, no 1º CEB - alunos condicionais -, situação prevista na legislação em vigor no caso de existirem vagas disponíveis.

Figura 49. **Evolução do número de crianças inscritas no pré-escolar, por idade**



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME/AE (dados aferidos com base no mês de outubro de cada ano letivo)

Figura 50. Evolução do número de crianças inscritas no pré-escolar, por AE



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME/AE (dados aferidos com base na frequência do mês de janeiro de cada ano letivo)

Na Figura acima apresentamos, uma imagem geral da evolução do número de crianças inscritas no pré-escolar, por unidade organizacional - agrupamento de escolas -, durante o período em análise.

Numa leitura mais detalhada verificamos que, dos oito agrupamentos de escolas constituídos, sete deles viram o número de crianças a frequentar o pré-escolar aumentar durante este período - por força da abertura de uma ou mais salas de atividade -, pese embora o facto, de se verificarem oscilações de ano para ano (crescimento ou decréscimo), por força da maior ou menor redução dos grupos constituídos por via da integração de crianças com necessidades educativas específicas. O Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas, como não aumentou a sua oferta neste período, mantém um número de crianças mais estabilizado, apesar de sofrer da mesma dinâmica anual de variação em função da existência ou não de grupos reduzidos.

Em termos de capacidade de oferta, verificamos que os Agrupamentos de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas e Braamcamp Freire, Pontinha, são os que apresentam maior capacidade de oferta e, o Agrupamento de Escolas D. Dinis, Odivelas, o que apresenta uma capacidade mais modesta, apresentando os restantes cinco agrupamentos de escolas, uma oferta mais ou menos equilibrada.

1º CEB

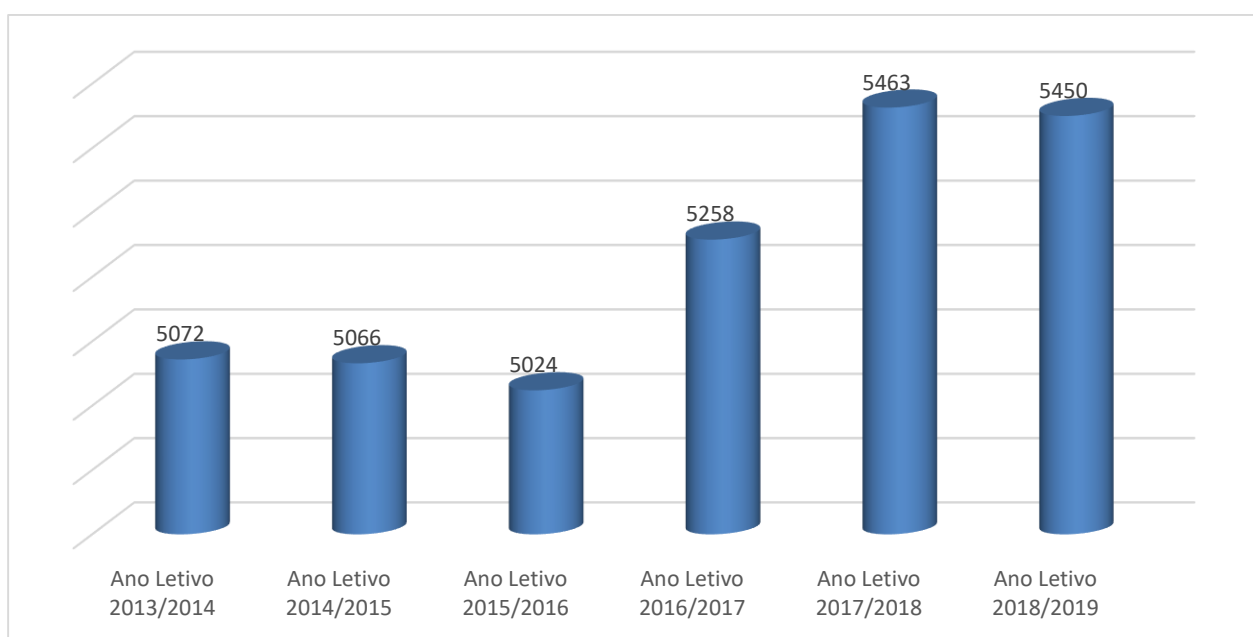
A rede educativa não é estática, havendo necessidade de adequar a oferta de novas salas de aula aos normativos da política educativa nacional, às alterações que se vão registando no território, e à evolução da procura dos públicos escolares, implicando por isso, um processo de ajustamento permanente na estrutura de planeamento/programação.

O 1º CEB é constituído por quatro anos de escolaridade (1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos), e a dinâmica de crescimento do número de alunos inscritos no sistema, no concelho de Odivelas, apresenta-se retratada na Figura abaixo.

Numa leitura mais detalhada desta Figura percebe-se, uma tendência geral de decréscimo de alunos no sistema, nos 3 primeiros anos letivos em análise (2013/2014 a 2015/2016), à semelhança daquilo que era a tendência geral de perda de alunos neste nível de ensino, a nível nacional; o período compreendido entre o Ano letivo 2015/2016 e o Ano letivo 2016/2017 apresenta-se com uma tendência de crescimento disruptivo - aumento abrupto do número de alunos, com mais 234 alunos -, aumento esse, que se continua a verificar no Ano letivo 2017/2018 (mais 205 alunos).

No Ano letivo 2018/2019 a tendência é, de estabilização do número de alunos inscritos, verificando-se mesmo, um ligeiro decréscimo (menos 13 alunos).

Figura 51. Evolução do número de alunos no 1º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (referência janeiro de 2019)

Ainda dentro deste nível de ensino (1º ciclo), e olhando agora de forma mais focada para cada um dos oito agrupamentos de escolas, conforme Figura abaixo, permite-nos identificar as dinâmicas de maior ou menor crescimento ou de maior ou menor decréscimo, durante o período em análise, concluindo-se que, quer num período quer no outro (período de crescimento de alunos ou período de decréscimo de alunos), o comportamento da procura/admissão de alunos foi desigual, entre os diferentes agrupamentos de escolas do concelho.

Assim, ao fazermos uma leitura diacrónica desde o Ano letivo 2013/2014 até ao Ano letivo 2018/2019 verificamos que, a população escolar que frequenta as escolas do 1º CEB que integram os diferentes agrupamentos de escolas do concelho apresenta dinâmicas oscilantes, conforme Figura abaixo:

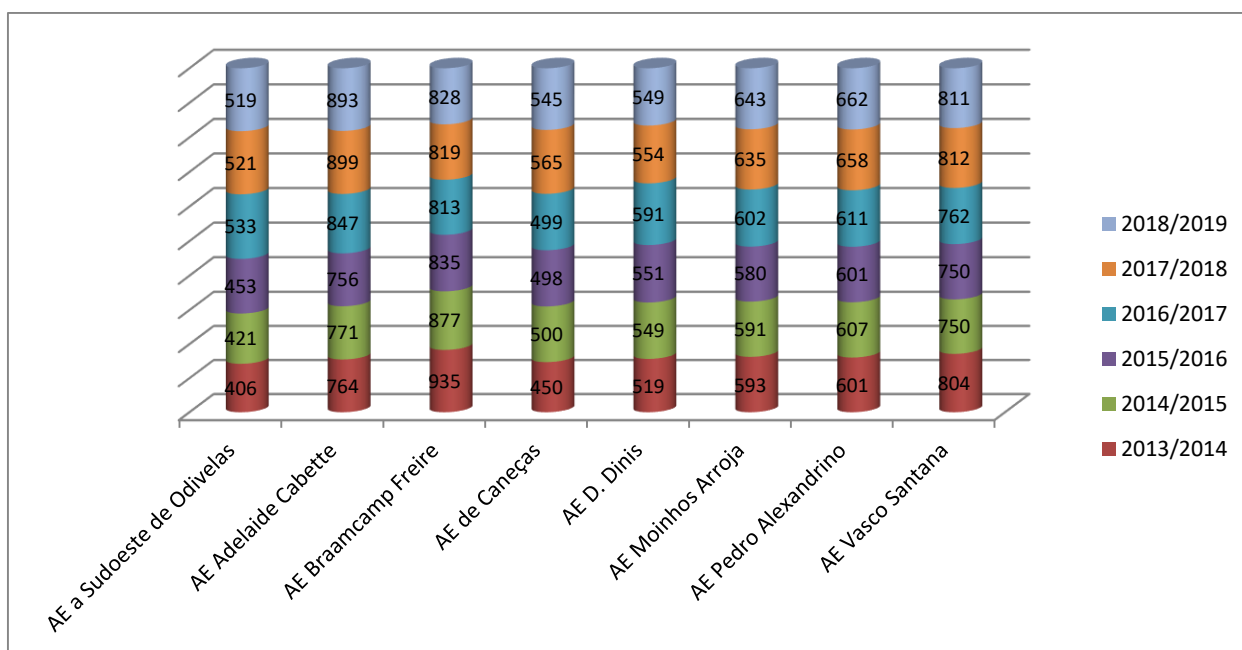
- Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas – Verificam-se ligeiras oscilações a nível global do número de alunos no agrupamento de escolas, sendo de ordem crescente nos quatro primeiros anos letivos e, com ligeiro decréscimo, nos dois últimos anos letivos;
- Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, Odivelas – Tendência geral de nível crescente, com exceção do Ano letivo 2015/2016, em que se verificou um ligeiro decréscimo; este agrupamento de escolas, pela centralidade da localização na cidade de Odivelas e sede de concelho de uma parte das suas escolas, viu a sua população escolar aumentar neste período, muito por via da fixação de novos residentes estrangeiros;
- Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire/Pontinha – Trata-se de um agrupamento de escolas que apresenta uma tendência decrescente gradual no período em análise, com exceção do último ano letivo em análise, em que a tendência se inverte ligeiramente;
- Agrupamento de Escolas de Caneças – Tendência geral de crescimento de alunos neste nível de ensino, sobretudo entre 2013/2014 e 2014/2015, assim como, nos dois últimos anos letivos (2017/2018 e 2018/2019); neste período temporal verificou-se uma inversão da tendência de decréscimo do número de alunos neste agrupamento de escolas, com a integração da Escola Básica Professora Maria Costa - que pertencia ao Agrupamento de Escolas Vasco Santana -, permitindo também, uma reorganização da oferta nas restantes escolas que o integram;
- Agrupamento de Escolas D. Dinis – Trata-se de um agrupamento de escolas que, no período em análise, apresenta sempre tendência crescente nos 4 primeiros anos letivos (2013/2014 até 2016/2017), apresentando a partir daí, um ligeiro decréscimo no número de alunos;
- Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja – Agrupamento de escolas que reflete a imagem aproximada daquilo que tem sido a tendência de crescimento/decrécimo de alunos do período em análise, com tendência de decréscimo global de alunos nos três primeiros anos letivos e, crescimento gradual, nos três últimos anos letivos;
- Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino/ Póvoa de Santo Adrião – Trata-se de um agrupamento de escolas em que se verifica uma tendência de estabilização global nos quatro primeiros anos

letivos em análise, invertendo-se a tendência, nos dois anos letivos subsequentes, com uma tendência de crescimento significativo, nos Anos Letivos 2017/2018 e 2018/2019;

- Agrupamento de Escolas Vasco Santana – Trata-se de um agrupamento de escolas que apresenta uma tendência de decréscimo entre o Ano letivo 2013/2014 e os dois anos letivos seguintes, invertendo a tendência, no Ano letivo 2016/2017 até ao presente, com um crescimento do número de alunos inscritos.

Em termos da dimensão da dinâmica procura/oferta verificamos que, os dois agrupamentos de escolas com maior número de alunos neste nível de ensino são o AE Adelaide Cabette e o AE Vasco Santana e, os dois agrupamentos de escolas com menor número de alunos inscritos neste nível de ensino, o AE a Sudoeste de Odivelas e o AE D. Dinis.

Figura 52. Evolução do número de alunos inscritos no 1º CEB, por AE



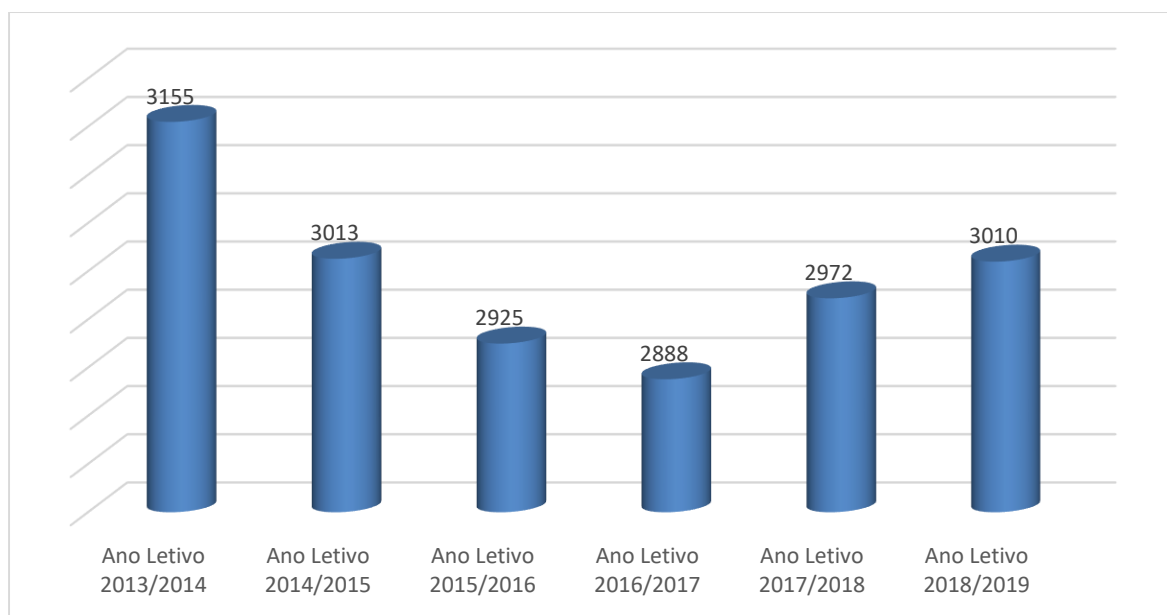
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (por referência a janeiro de cada ano letivo)

2.º CEB

O 2.º CEB, constituído por dois anos de escolaridade - 5º e 6º Anos - apresenta, no período em análise, um decréscimo gradual de alunos nos quatro primeiros anos letivos (decréscimo mais acentuado entre o Ano letivo 2013/2014 e 2014/2015), invertendo essa tendência de trajetória decrescente a partir do Ano letivo 2017/2018, ano letivo, a partir do qual, o número de alunos começou a aumentar neste nível de ensino, dentro daquilo que foi a tendência geral no concelho, conforme se verifica na Figura abaixo.

Referir que, entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2016/2017, o 2.º CEB perdeu 267 alunos e, depois, voltou a ganhar 122 alunos nos dois anos letivos subsequentes.

Figura 53. **Evolução do número de alunos no 2.º CEB**



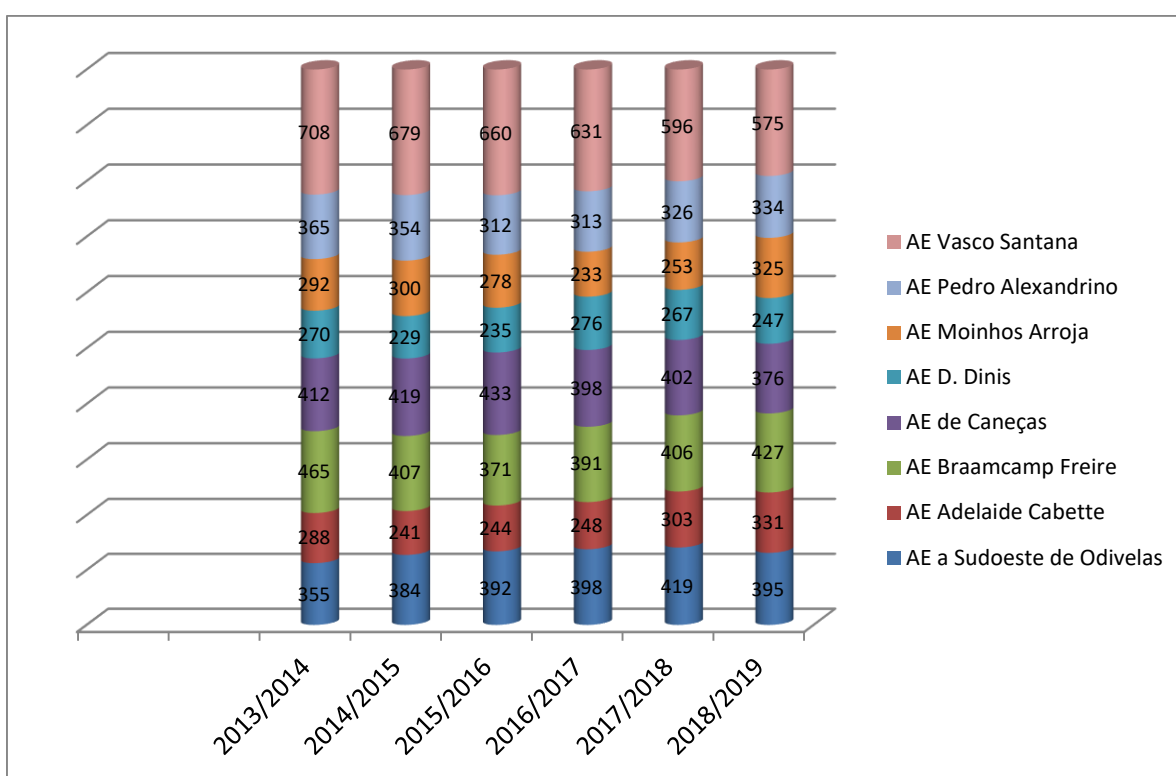
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

Se considerarmos cada uma das unidades organizacionais, individualmente, verificamos que o comportamento da procura não é homogêneo no período em análise, sendo que a maior parte dos agrupamentos de escolas apresentam oscilações nesta variável, ora ascendente ora descendente.

Conforme Figura abaixo, em termos globais, verificámos que o Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas apresenta um comportamento sempre crescente em termos da procura, com uma ligeira quebra no último ano letivo em análise (2018/2019) e, em contrapartida, o Agrupamento de Escolas Vasco Santana

apresenta uma tendência ligeiramente decrescente, em todo o período em análise; os AE Moinhos da Arroja, Pedro Alexandrino, e Adelaide Cabette, apresentam resultados com ligeiras oscilações nos primeiros quatro anos letivos, e aumento de alunos, nos dois últimos anos letivos; e os AE D. Dinis e Caneças apresentam resultados oscilantes, ora descendentes ora ascendentes.

Figura 54. Evolução do número de alunos inscritos no 2.º CEB, por AE



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

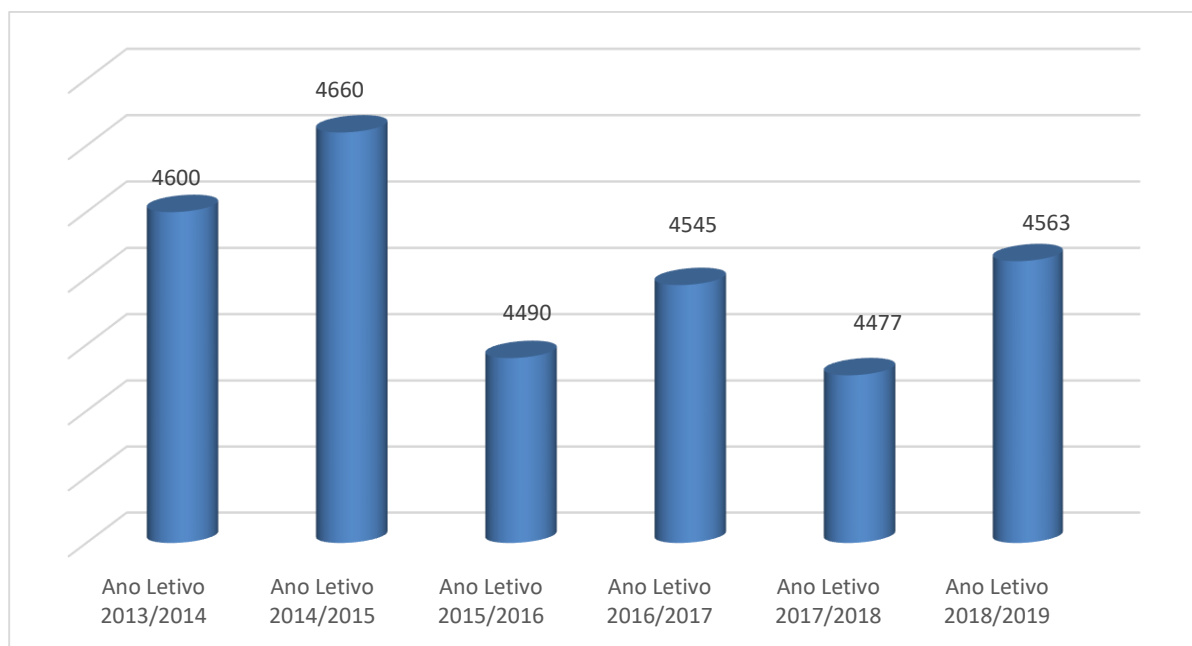
3.º CEB

O 3.º CEB é constituído por três anos de escolaridade (7º, 8º e 9º anos) e, de acordo com os dados apresentados na Figura abaixo, em termos globais, apresenta um comportamento oscilatório em termos do número de alunos inscritos, de ano letivo para ano letivo, em todo o período em análise.

Se considerarmos o início do ciclo em análise (Ano letivo 2013/2014) e o seu fim (Ano letivo 2018/2019) verificamos que, no cômputo dos seis anos letivos, se verificou uma perda de 37 alunos neste nível de

ensino, considerando a procura nos oito agrupamentos de escolas e nas duas escolas não agrupadas, sendo a tendência do ano último letivo em análise, de crescimento.

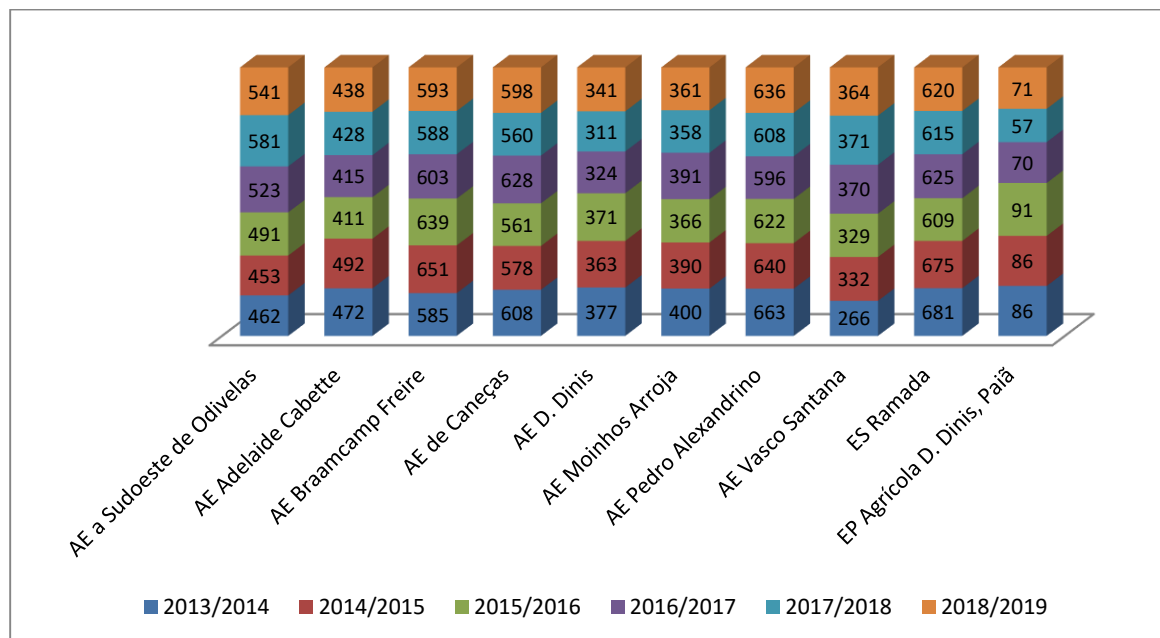
Figura 55. Evolução do número de alunos inscritos no 3.º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

Se considerarmos cada uma das unidades organizacionais, individualmente consideradas - agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas-, verificamos que, também elas, de uma forma generalizada apresentam flutuações, apesar de em algumas delas as oscilações serem mais significativas, conforme se verifica na Figura abaixo.

Figura 56. Evolução do número de alunos inscritos no 3.º CEB



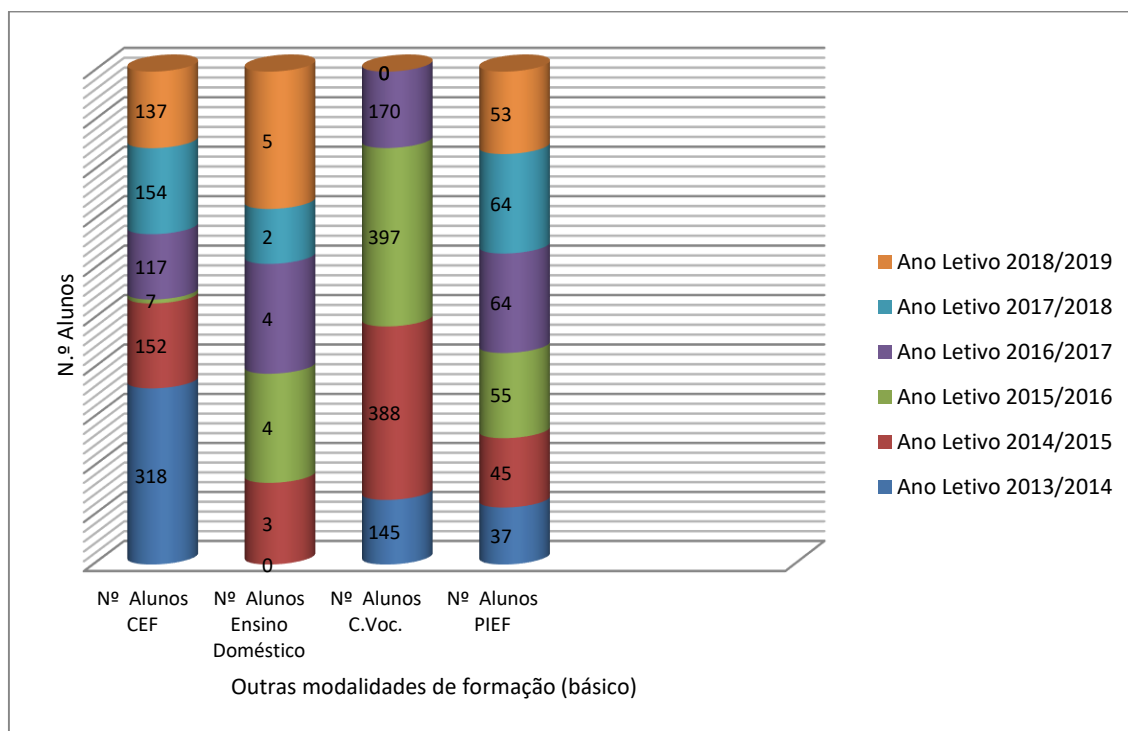
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

Se considerarmos apenas, os anos letivos de início e fim do período em análise (2013/2014 e 2018/2019) verificamos que, três das dez unidades organizacionais, ganharam alunos neste nível de ensino (AE a Sudoeste de Odivelas, AE Braamcamp Freire, AE Vasco Santana) e, sete delas, perderam alunos (AE Adelaide Cabette, AE Caneças, AE D. Dinis, AE Moinhos Arroja, AE Pedro Alexandrino, ES Ramada, EP Agrícola D. Dinis, Paiã).

Dentro da oferta formativa de nível básico e secundário, a funcionar nas escolas da rede pública do concelho, temos ainda de considerar os CEF - Cursos de Educação e Formação, a funcionar em escolas do 3.º ciclo do ensino básico e em escolas secundárias, e que constituem uma modalidade de oferta formativa criada com o objetivo de proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, devidamente certificadas. Estes cursos destinam-se a alunos com idade igual ou superior a 15 anos, sem qualificação profissional e, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a escola, antes de concluírem a escolaridade obrigatória de 12 anos.

Na Figura abaixo apresentamos, a evolução do número de alunos inscritos em outras modalidades de formação no ensino básico, nomeadamente CEF, Cursos Vocacionais, PIEF, e ensino doméstico.

Figura 57. Evolução do número de alunos no ensino básico - outras modalidades de formação



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

No que se refere aos cursos de educação e formação (CEF) verificamos que, no Ano letivo 2013/2014, havia um número significativo de alunos inscritos nesta modalidade formativa - 318 alunos -, vindo a sua procura diminuir, de forma significativa, nos anos letivos seguintes - menos de metade dos alunos em alguns anos letivos -, sendo que no Ano letivo 2015/2016 a frequência destes cursos viu-se reduzida, a 7 alunos.

Os cursos vocacionais tiveram o seu início de funcionamento no Ano letivo 2013/2014, com um universo global de 145 alunos inscritos, passando quase a triplicar nos dois anos letivos seguintes (2014/2015 e 2015/2016), diminuindo de forma significativa no ano letivo seguinte (2016/2017) e, tendo ficado sem expressão, a partir do Ano letivo 2017/2018, por extinção desta modalidade formativa.

O Programa PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) tem uma expressão restrita no concelho, até porque está localizado num único agrupamento de escolas (AE Braamcamp Freire, Pontinha), e tem mantido a sua procura num número que varia de ano para ano (37 alunos inscritos no Ano letivo 2013/2014 – número mais baixo, e 64 alunos nos Anos Letivos 2016/2017 e 2017/2018 – número mais elevado).

O ensino doméstico³⁷, pelas suas características próprias, e carácter excecional, não apresenta valores no concelho de Odivelas que se possam considerar estatisticamente relevantes, situando-se a sua procura, entre zero alunos no Ano letivo 2013/2014 e 5 alunos no Ano letivo 2018/2019.

Ensino Secundário

O ensino secundário constitui-se como a última etapa da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, decorrente do seu alargamento para 12 anos de escolaridade ou 18 anos de idade.³⁸

No nível de ensino secundário, os alunos podem optar por dois percursos formativos, cursos científico-humanísticos (CCH) e cursos profissionais (CP), como já referido anteriormente.

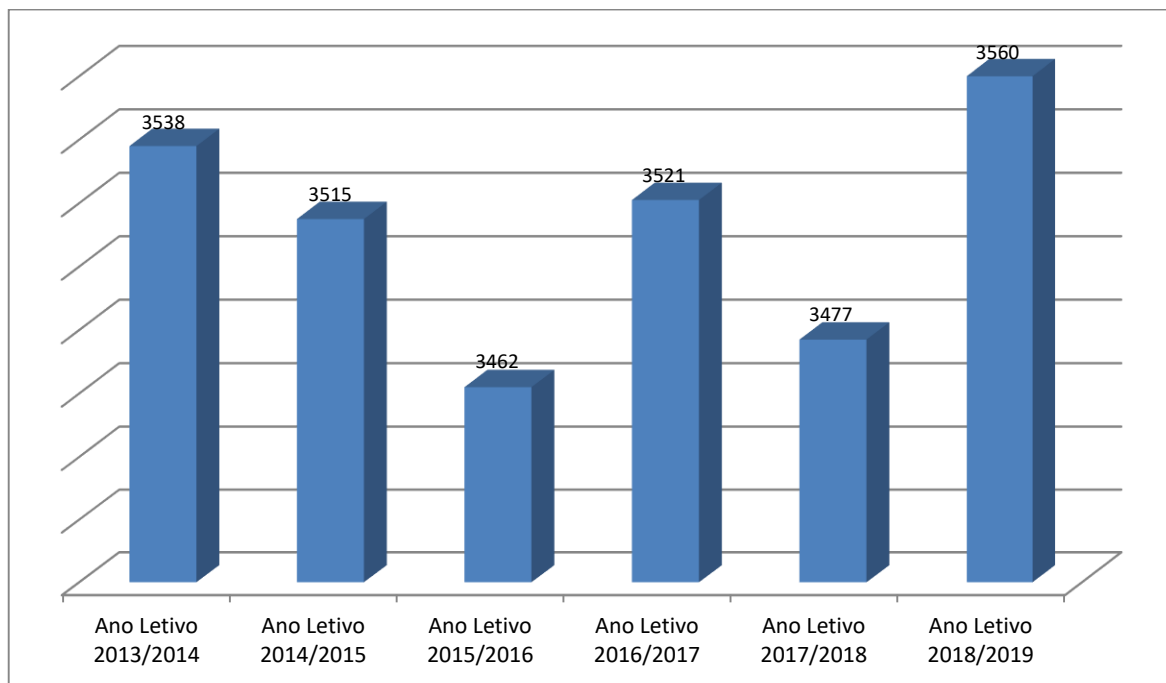
Na Figura, abaixo apresentamos, a evolução da procura no nível de ensino secundário, nas escolas do concelho de Odivelas, no conjunto da oferta - CCH e CP.

À semelhança do que já se verificava no 3.º CEB verificamos, que ocorreram oscilações na procura, quer com tendência crescente quer com tendência decrescente. Se compararmos apenas, os dois anos letivos de início e fim do período em análise (Ano letivo 2013/2014 e Ano letivo 2018/2019), concluímos que, se verificou um ganho de 22 alunos neste nível de ensino, podendo este crescimento dever-se, tanto à entrada de novos alunos como a eventuais repercussões provocadas pelas taxas de retenção.

³⁷ Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro.

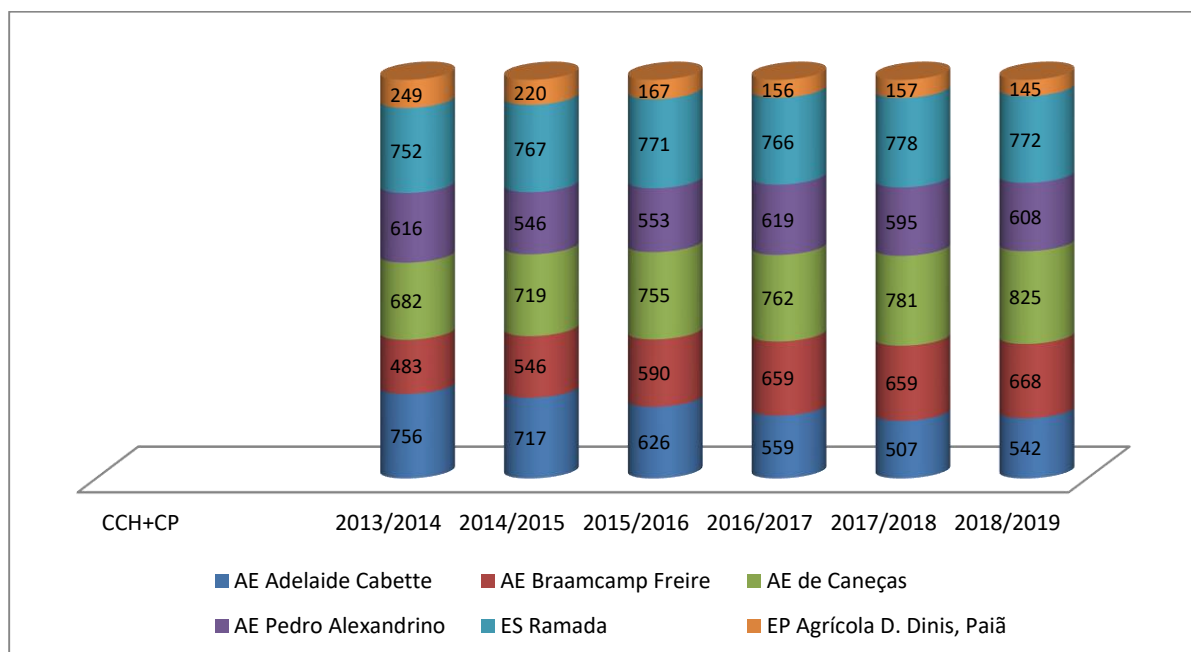
³⁸ Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.

Figura 58. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CCH/CP)



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

Figura 59. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CCH/CP), por AE

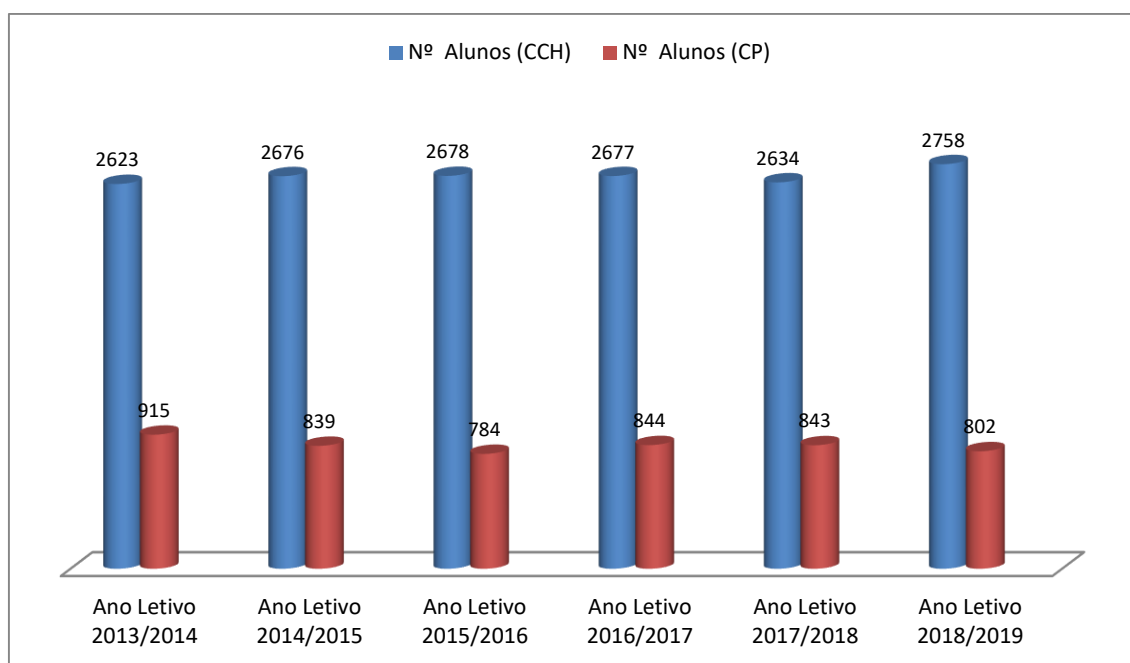


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

A Figura acima, apresenta a evolução do número de alunos pelas unidades organizacionais que oferecem o nível de ensino secundário no concelho - agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Numa análise global, e mais detalhada, verificamos que, conforme Figura acima, duas unidades organizacionais apresentam uma dinâmica de crescimento da procura no período em análise (AE Braamcamp Freire e AE Caneças); duas unidades apresentam oscilações ligeiras no mesmo período (AE Pedro Alexandrino e ES Ramada); uma unidade apresenta decréscimo da procura nos cinco primeiros anos letivos em análise, e inverte a tendência decrescente, no último ano letivo em análise (AE Adelaide Cabette); e a Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paíã, que apresenta uma tendência geral de decréscimo na procura, que se revela de forma mais acentuada, a partir do Ano letivo 2015/2016.

Figura 60. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (por modalidade de formação)



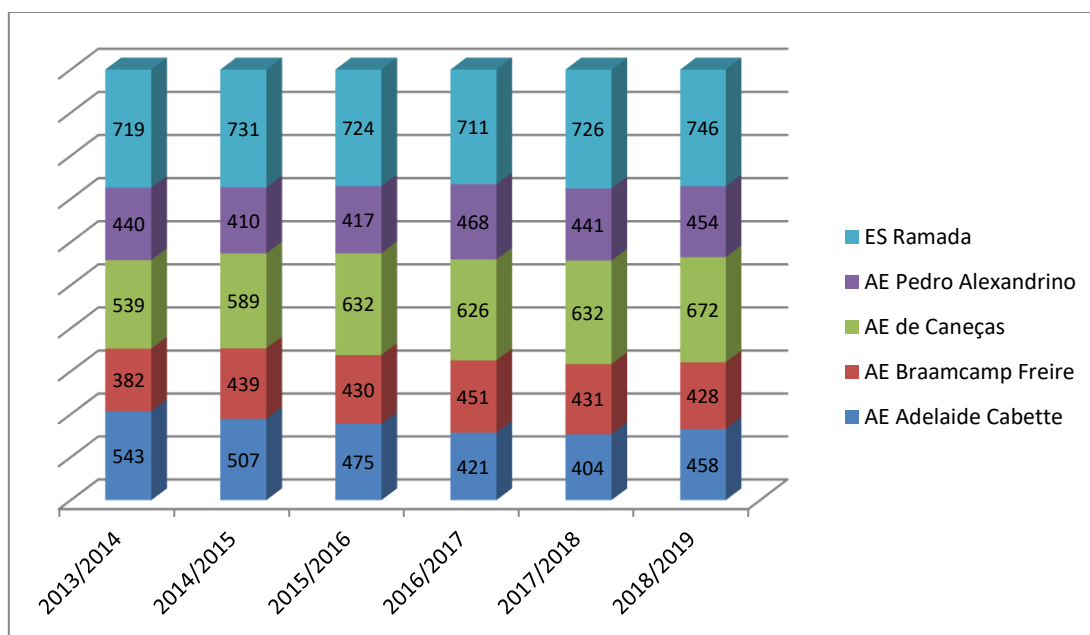
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

Conforme Figura acima, ao longo do período em análise, verifica-se que os alunos do ensino secundário optaram maioritariamente pela frequência dos cursos científico-humanísticos (CCH), enquanto oferta educativa mais vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior.

Se tivermos em conta a média da procura, durante os seis anos letivos refletidos na mesma Figura, a frequência cursos profissionais é, em média, de 44% dos estudantes nos países da OCDE³⁹, sendo no concelho de Odivelas de, apenas 24%.

Na figura abaixo apresentamos os dados, relativos à evolução do número de alunos por unidade, nos CCH, destacando-se a ES Ramada, como aquela que apresenta um maior número de alunos inscritos neste período; segue-se o AE de Caneças; e depois, dependendo dos anos letivos - uma vez que se verificam oscilações-, aparecem três unidades que vão alternando entre si, no maior ou menor número de alunos inscritos - AE Adelaide Cabette, AE Braamcamp Freire, e AE Pedro Alexandrino.

Figura 61. **Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CCH), por unidade**



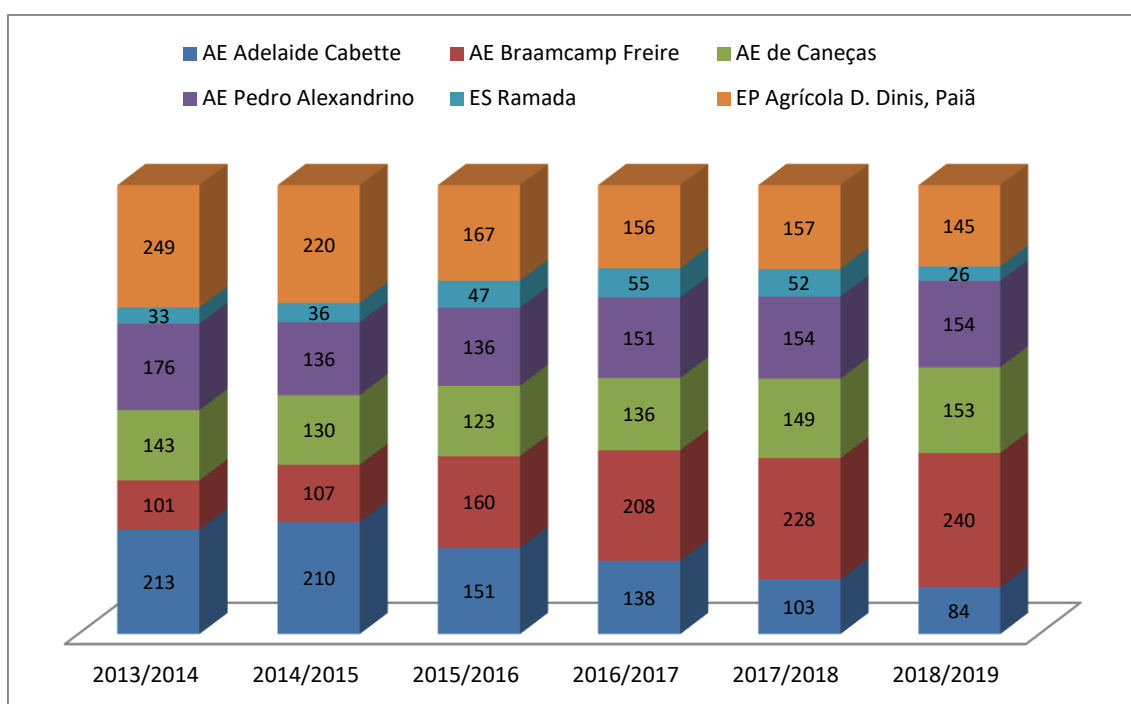
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

No que se refere ao número de alunos inscritos nos cursos profissionais, no período em referência, referir como casos isolados, a Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Paiã que só oferece este tipo de cursos, e a ES da Ramada, que é uma escola com oferta de cursos mais vocacionados para o prosseguimento de estudos, e que tem um número diminuto de alunos nos cursos profissionais, variando entre 26 de mínimo no Ano letivo 2018/2019 e, 55 no máximo, no Ano letivo 2016/2017.

³⁹ Estado da Educação 2017. CNE, 2018.

As restantes quatro unidades que oferecem cursos profissionais apresentam situações oscilantes, nomeadamente: o AE Adelaide Cabette que tem vindo a diminuir substancialmente a procura ao longo do período (de 213 em 2013/2014 passa para 84 no último ano letivo - 2018/2019); o AE Braamcamp Freire que apresenta um forte impulso na procura destes cursos, começando em 2013/2014 com 101 alunos e tendo inscritos no último ano letivo, 240 alunos; o AE de Caneças e AE Pedro Alexandrino que apresentam uma quebra nos anos letivos intermédios (2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017 no caso do AE de Caneças, e 2014/2015 e 2015/2016 no caso do AE Pedro Alexandrino), retomando a sua procura habitual nos anos letivos mais recentes.

Figura 62. Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário (CP), por unidade



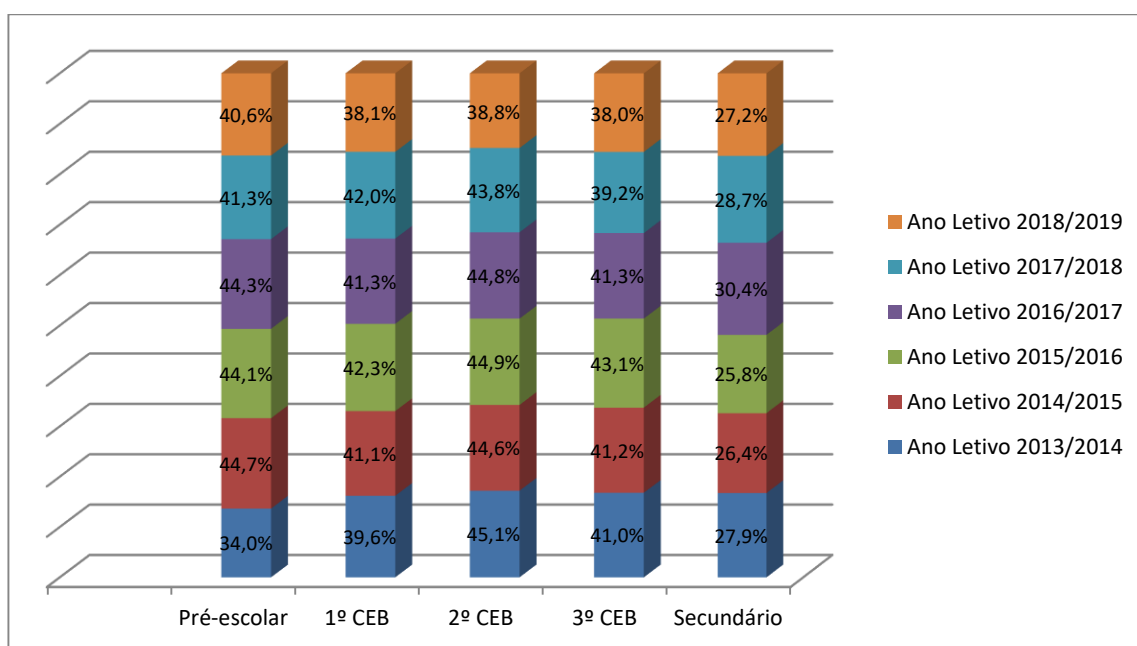
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (dados aferidos ao mês de janeiro de cada ano letivo)

1.2. Alunos com ASE

A equidade, em educação, constitui o grande desafio de integrar plenamente todos os alunos assegurando que cada um deles dispõe de oportunidades iguais no que diz respeito ao acesso, bem como, à possibilidade de aprender e atingir bons resultados académicos.

Sendo a percentagem de alunos integrados nos escalões de ação social escolar - alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica corresponde ao 1.º e 2.º escalão para efeitos de atribuição do abono de família -, uma das variáveis determinantes para caracterizar o contexto socioeconómico dos alunos que, por sua vez, poderá influenciar nos níveis de sucesso educativo dos mesmos, passa-se a apresentar, na Figura abaixo, a evolução da percentagem de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar, por nível de educação e ensino.

Figura 63. Evolução da percentagem de alunos com ASE, por nível de educação e ensino



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (março 2019)

Numa abordagem muito genérica da expressividade de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar (ASE) e, que frequentam as escolas da rede pública do concelho de Odivelas, por nível de educação e ensino, verificamos que: no pré-escolar, independentemente das oscilações verificadas em cada ano letivo, a percentagem de crianças abrangidas se situa num intervalo médio que varia entre os 34% e os 44%; no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º CEB) entre os 38% e os 45%; o ensino secundário apresenta um decréscimo

relativamente a estes valores, com percentagens mais modestas - entre os 25% e os 30% de alunos abrangidos neste nível de ensino.

Não se consegue aferir uma regularidade de comportamento desta variável, entre todos os níveis de educação e ensino e anos letivos em análise podendo, contudo, apontar-se uma tendência de decréscimo nos três últimos anos letivos, com exceção do 1º CEB, em que se verifica um ligeiro crescimento, no Ano letivo 2017/2018.

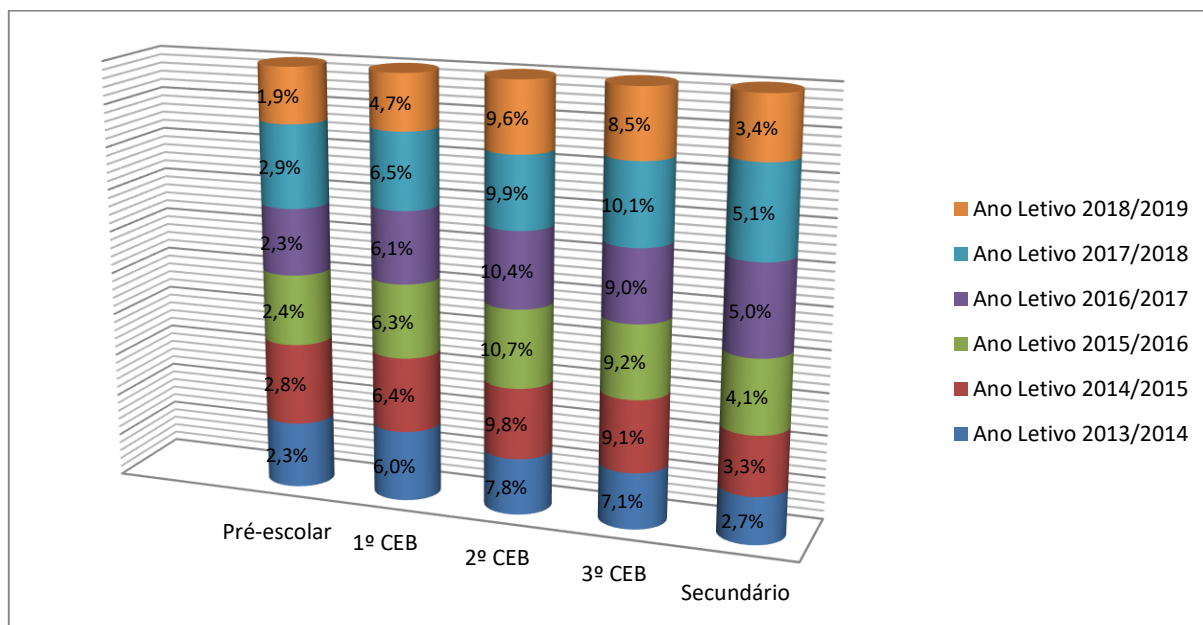
1.3. Evolução do número de alunos com necessidades educativas específicas

Até ao Ano letivo 2017/2018, o enquadramento dos apoios especializados a crianças e jovens com NEE (necessidades educativas especiais), estava definido no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 15 de janeiro, que tinha como princípio de atuação, a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, assistimos a partir do Ano letivo 2018/2019, a um enquadramento programático mais incisivo, no sentido de entender as escolas como espaços de inclusão, por natureza, no sentido de responderem “à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos”, independentemente das suas características, desvantagens, ou dificuldades, em percursos escolares de qualidade.

A Figura abaixo identifica, a percentagem de alunos com necessidades educativas específicas, integrados nos diferentes níveis de educação e ensino, nas escolas da rede pública do concelho de Odivelas.

Figura 64. Evolução da percentagem de alunos com necessidades educativas específicas, por nível de educação e ensino



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (março 2019)

Numa análise mais fina da Figura em apreço verifica-se que, é na educação pré-escolar e no ensino secundário, onde a expressão dos alunos com necessidades educativas específicas é mais reduzida - entre 2% e 3% no pré-escolar e entre 3% e 5% no ensino secundário -, encontrando-se no extremo oposto, por apresentarem uma expressão mais significativa, o 2.º e o 3.º CEB - entre 7% e 10% -; o 1º CEB, situa-se numa posição intermédia e, apresenta, valores mais regulares, de ano para ano - uma média de 6% de alunos sinalizados.

De assinalar, como regularidade, o Ano letivo 2018/2019 (ano da entrada em vigor do novo Deceto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), em que a percentagem de alunos integrados nas “necessidades educativas específicas”, diminuir em todos os níveis de educação e ensino.

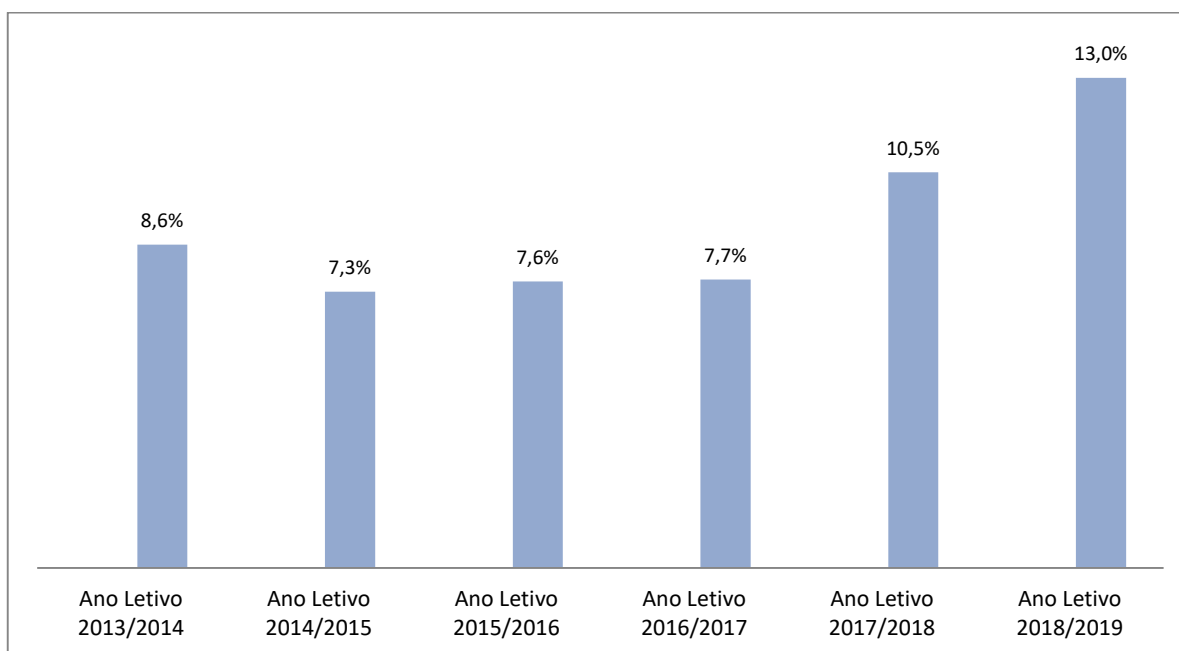
1.4. Alunos com nacionalidade estrangeira

A evolução do número de alunos com nacionalidade estrangeira que procura o sistema de ensino no concelho de Odivelas constitui uma variável incerta, que se prende com os movimentos migratórios supranacionais e, consequente comportamento demográfico dos mesmos condicionando, de certa forma, o diagnóstico da situação e a projeção da população a escolarizar, num período de curto/médio prazo.

As diferentes nacionalidades em presença na escola de hoje conferem um extraordinário crescimento da diversidade cultural e social ao seu ambiente que, enriquecendo o mesmo e multiplicando as possibilidades de partilha e cooperação interpela, também, toda a comunidade educativa para intervenção a levar a cabo com estes alunos e famílias, dada a consciência da complexidade desta problemática.

A Figura abaixo apresenta, a evolução da percentagem de alunos com nacionalidade estrangeira a frequentar as escolas da rede pública do concelho de Odivelas, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, no período em análise.

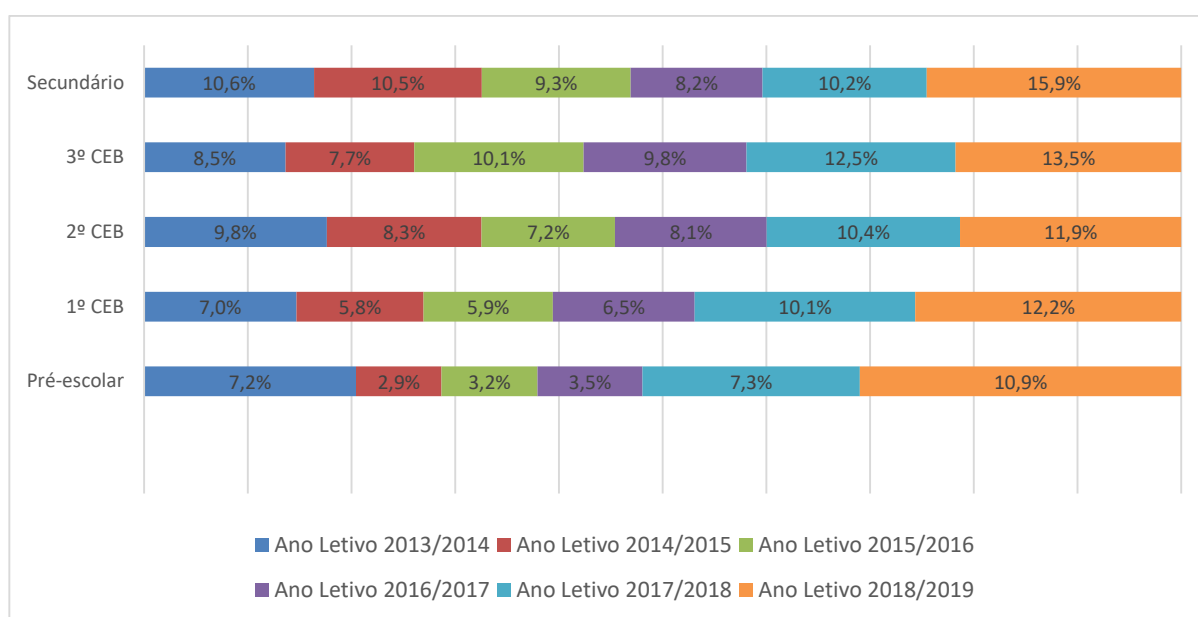
Figura 65. Evolução da percentagem total de alunos estrangeiros a frequentar os diferentes níveis de educação e ensino



Fonte: AE/ENA (tratamento CMO/DE)

Numa análise mais detalhada da Figura acima, verificamos que se assiste a um ligeiro decréscimo da percentagem de alunos estrangeiros entre o Ano letivo 2013/2014 e 2014/2015 - de 8,6% para 7,3% -, mantendo uma certa estabilidade nos dois anos letivos seguintes (2015/2016 e 2016/2017). Esta tendência inverte-se, a partir do Ano letivo 2017/2018 - com um valor de 10,5% -, continuando numa espiral de crescimento para o Ano letivo 2018/2019, com 13% de alunos com nacionalidade estrangeira.

Figura 66. Evolução de alunos estrangeiros, por nível de educação e ensino



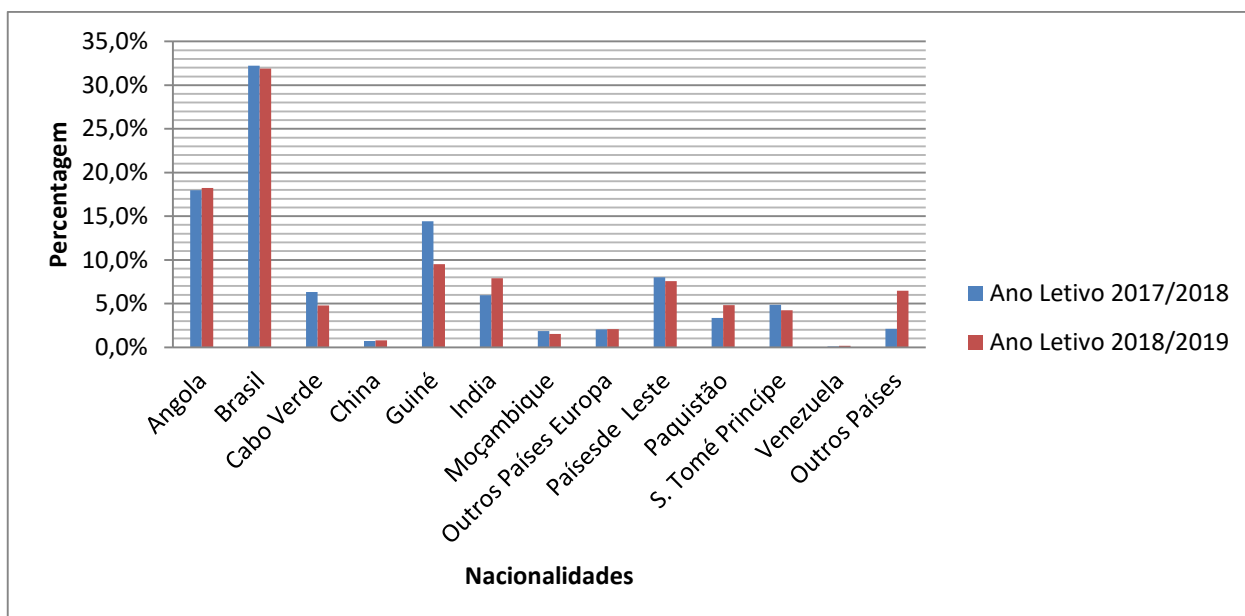
Fonte: AE/ENA (tratamento CMO/DE)

Se quisermos perceber o comportamento desta variável - alunos estrangeiros a frequentar as escolas da rede pública do concelho de Odivelas, por nível de educação e ensino, verificamos que, de um modo geral, salvo exceções pontuais, a percentagem de alunos estrangeiros no sistema vai aumentando à medida que vamos evoluindo em termos de níveis de ensino (pré-escolar com menos, seguido de 1.º, 2.º, 3.º CEB, e ensino secundário).

Ressalvar contudo, algumas situações em que essa tendência não se verifica: Ano letivo 2013/2014 em que a percentagem de alunos estrangeiros na educação pré-escolar é superior à percentagem no 1.º CEB (7,2% e 7,0%, respetivamente); Anos Letivos 2013/2014 e 2014/2015, em que o 2.º CEB apresenta, uma percentagem superior ao 3.º CEB (9,8% e 8,5%, 8,3% e 7,7%, respetivamente); Anos Letivos 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018, em que o 3.º CEB apresenta, um valor superior ao do ensino secundário (10,1% e

9,3%, 9,8% e 8,2%, 12,5% e 10,2%, respetivamente); Ano letivo 2018/2019, em que o 1.º CEB apresenta, valores superiores ao 2.º CEB (12,2% e 11,9%, respetivamente).

Figura 67. Evolução de alunos estrangeiros, por nacionalidade



Fonte: AE/ENA (tratamento CMO/DE)

Ao analisarmos as nacionalidades de proveniência dos alunos estrangeiros, tendo em conta dados disponíveis dos dois últimos anos letivos (2017/2018 e 2018/2019) e, conforme Figura acima, verificamos que o Brasil, como país de origem, se destaca claramente com mais de 30% dos alunos estrangeiros, seguido de Angola (18%), Guiné (14,4% e 9,5%), Países de Leste (8%, aproximadamente), Índia (6% e 7,9%), Cabo Verde (6,3 % e 4,8%), S. Tomé e Príncipe (4,9% e 4,2%), e Paquistão (3,4% e 4,8%); os restantes Países apresentam valores residuais.

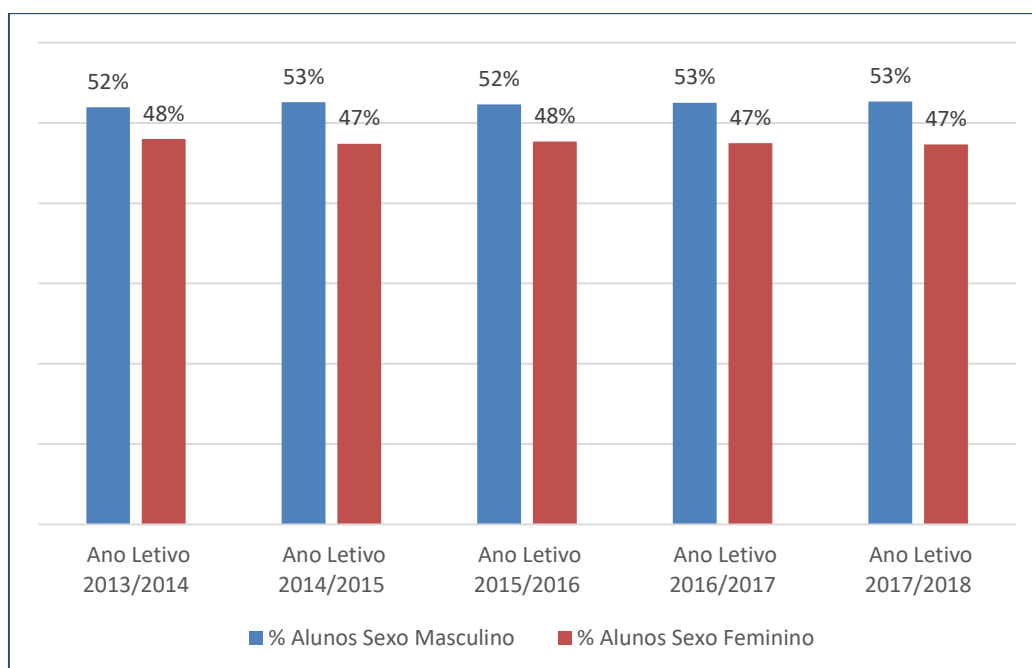
Em termos de evolução do primeiro para o segundo ano (2017/2018 para 2018/2019) constata-se que, houve uma evolução positiva - aumento de alunos - no que se refere à proveniência de Angola, Índia, Paquistão; e uma inversão da tendência, com ligeiro decréscimo, no que se refere aos restantes países identificados - Brasil, Guiné, Países de Leste, Cabo Verde, e S. Tomé e Príncipe.

1.5. Alunos por sexo

A Figura abaixo identifica, a distribuição dos alunos que frequentam as escolas da rede pública do concelho por sexo e, por nível de educação e ensino.

A partir da leitura desta Figura podemos concluir que, a percentagem de alunos do sexo masculino a frequentar as escolas da rede pública do concelho é mais elevada do que a percentagem de alunos do sexo feminino, em todo o período em análise, mantendo um intervalo mais ou menos regular, com uma diferença de aproximadamente 4pp.

Figura 68. **Evolução da distribuição de alunos, por sexo**

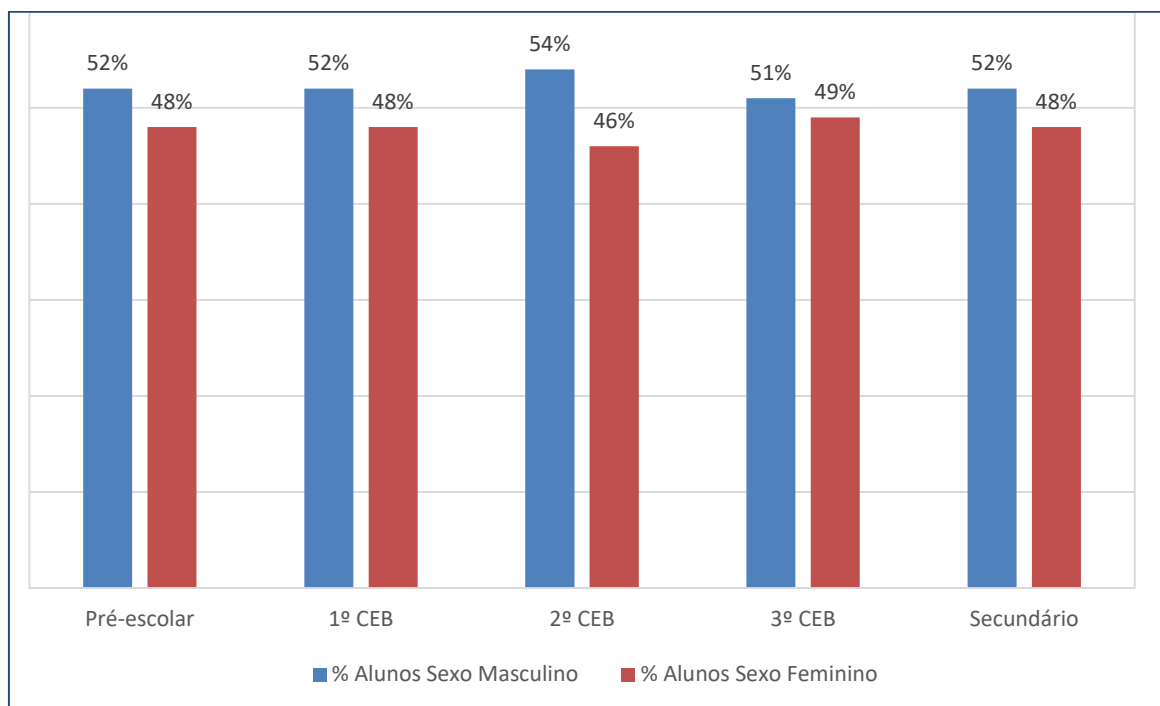


Fonte: AE/ENA (tratamento CMO/DE)

Para uma referenciação da distribuição da população escolar, por nível de educação e ensino e por sexo, utilizaram-se os dados disponíveis, referentes ao Ano letivo 2013/2014, para perceber se, a distribuição era uniforme em todos os níveis de educação e ensino, sendo que a partir da leitura da Figura abaixo se pode concluir que a tendência geral se mantém, e que a percentagem de alunos do género masculino é mais alta em todos os ciclos identificados - pré-escolar, 1.º CEB, 2.º CEB, 3.º CEB, ensino secundário.

O nível de ensino onde a predominância do género masculino é mais significativa é no 2.º CEB - 54% de alunos do sexo masculino e 46% do sexo feminino - e, menos significativa, no 3.º CEB - 51% de alunos do sexo masculino e 49% de alunos do sexo feminino.

Figura 69. Distribuição dos alunos por sexo e por nível de educação e ensino



Fonte: AE/ENA (referência Ano letivo 2013/2014) - tratamento CMO/DE)

1.6. Alunos a frequentar a educação de adultos

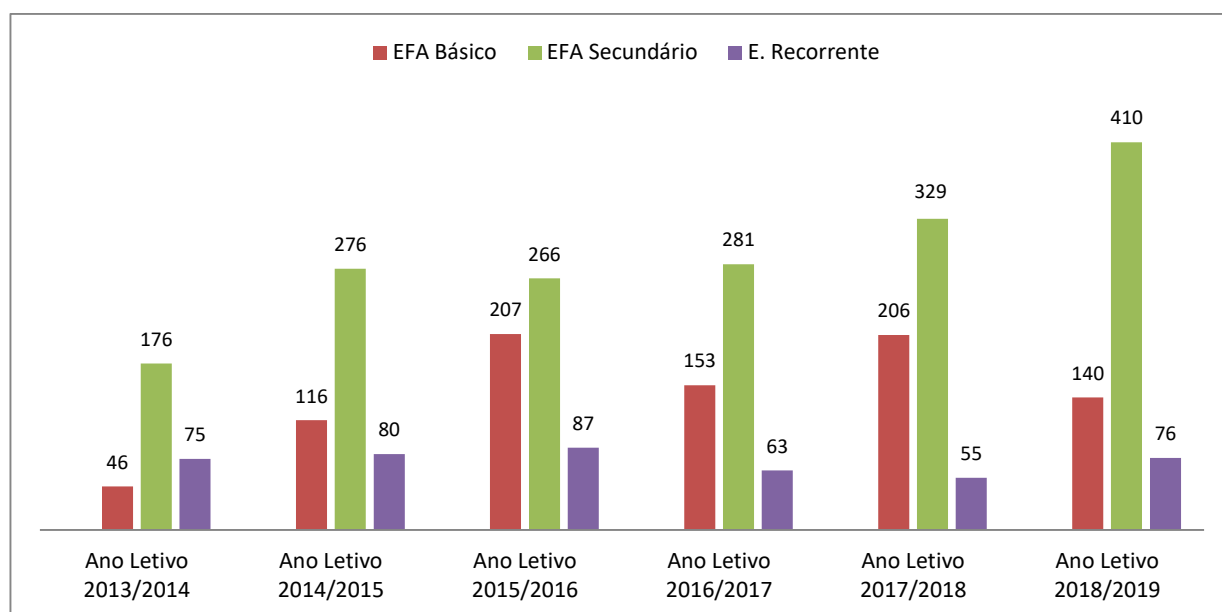
Pese embora a evolução positiva dos níveis de escolarização registados nas últimas décadas em Portugal, continuam a subsistir défices de qualificação significativos, na população adulta.

A análise que se propõe neste ponto incide, sobre a população com mais de 18 anos de idade, que se encontra inscrita e a frequentar ofertas educativas concebidas especificamente para todos os que pretendem adquirir ou desenvolver competências gerais ou profissionais e, realizando, aprendizagens passíveis de certificação no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

Conforme Figura abaixo, no período em análise, a inscrição/frequência em modalidades de educação de adultos sofreu oscilações, ora ascendentes ora descendentes, sendo que a modalidade que apresenta maior número de inscritos e, com uma regularidade de crescimento mais significativa, são os cursos EFA do ensino secundário.

Com um mínimo de 176 inscritos no Ano letivo 2013/2014, e um máximo de 410 inscritos no Ano letivo 2018/2019; segue-se a inscrição nos cursos EFA do ensino básico, com um número menos significativo de inscritos e com um comportamento mais irregular, – com um mínimo de 46 alunos inscritos no Ano letivo 2013/2014, e um máximo de 207 inscritos no Ano letivo 2015/2016; por último, com uma expressão mais modesta, aparecem os alunos que frequentam o ensino recorrente - com uma variação entre 55 e 87 alunos inscritos, por ano.

Figura 70. Evolução do número de alunos a frequentar cursos EFA e ensino recorrente

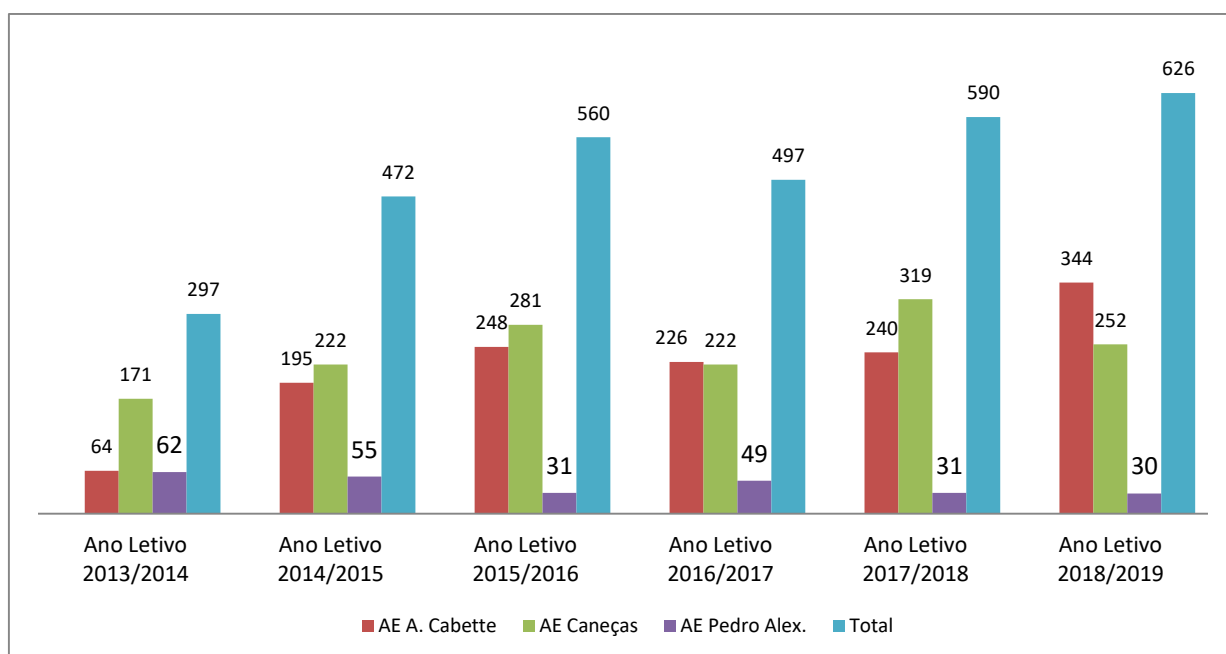


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME e AE/ENA (tratamento CMO/DE)

Dos três agrupamentos de escolas que oferecem este tipo de oferta formativa (AE Adelaide Cabette, AE de Caneças, e AE Pedro Alexandrino) e, conforme Figura abaixo, verificamos que, no conjunto das ofertas formativas em presença, o AE Pedro Alexandrino é o que tem uma procura mais reduzida, sendo que os restantes dois agrupamentos de escolas vão alternando no que concerne a uma maior ou menor procura (AE Adelaide Cabette, e AE Caneças), dependendo dos anos letivos em presença.

Para além da participação nas modalidades de formação de adultos enunciadas anteriormente, é ainda de referir as modalidades de educação de adultos promovidas pelos Centros Qualifica (processos RVCC e Formação Modular), modalidades oferecidas na Escola Secundária de Caneças e Escola Secundária de Odivelas, e que no Ano letivo 2018/2019 tinham centenas de alunos inscritos.

Figura 71. Evolução do número de alunos a frequentar cursos EFA e ensino recorrente, por AE

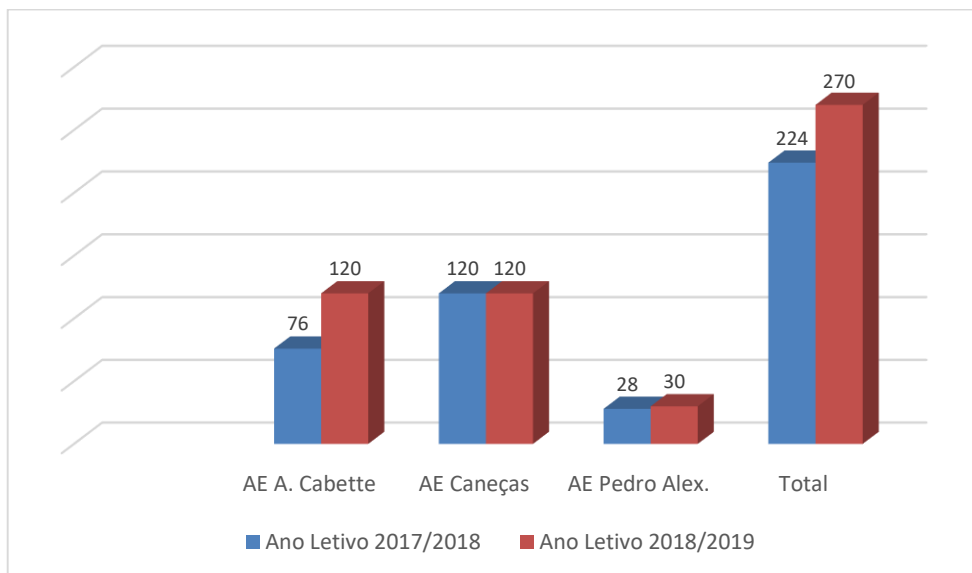


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME e AE/ENA (tratamento CMO/DE)

Na Figura abaixo apresenta-se a evolução, nos dois últimos anos letivos, do número de formandos inscritos na modalidade de Português Para Falantes de Outras Línguas (PPFOL)⁴⁰, nos três agrupamentos de escolas que oferecem este tipo de formação.

⁴⁰ Portaria n.º 216-B/2012, que altera a Portaria n.º 126272009, de 15 de outubro.

Figura 72. Evolução do número de alunos a frequentar a oferta de PPFOL



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME e AE/ENA (tratamento CMO/DE)

Se fizermos uma análise global dos dados apresentados nesta Figura concluímos que, o número de alunos inscritos nesta modalidade de formação, aumentou entre o Ano letivo 2017/2018 e o Ano letivo 2018/2019, passando de 224 para 270 inscritos.

2. Evolução do pessoal docente e do pessoal não docente em funções nas escolas

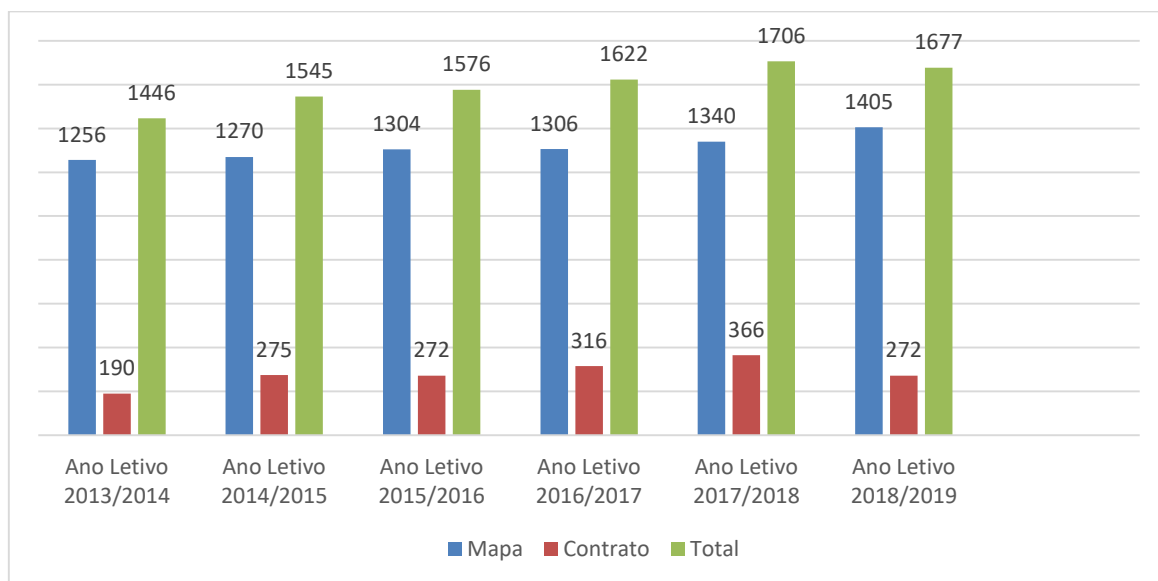
Neste ponto será feita uma caracterização geral do pessoal docente (PD) e do pessoal não docente (PND), a nível da distribuição por vínculo e por sexo, no primeiro caso e, por vínculo, categoria profissional e entidade empregadora, no segundo caso. Relativamente ao PND é, ainda apresentada, uma análise do escalão etário, por referência à situação do Ano letivo 2018/2019.

2.1. Pessoal docente (PD)

No período em análise e, fazendo uma retrospectiva diacrónica, verificamos que a afetação do número de elementos do pessoal docente (professores) tem vindo a aumentar de ano letivo para ano letivo nas escolas do concelho de Odivelas verificando-se, um ligeiro decréscimo, no Ano letivo 2018/2019, conforme Figura abaixo.

Se tivermos em conta o tipo de vínculo - pertença ao Mapa de Pessoal dos AE/ENA ou com vínculo de contrato a termo - verificamos que, a tendência geral, em todo o período em análise, é a de aumentar progressivamente e de forma contínua a afetação de professores aos Mapas de Pessoal, pese embora o facto de, também ter vindo a aumentar o número de professores contratados no mesmo período, verificando-se apenas, uma ligeira retração na modalidade de contrato, no Ano letivo 2018/2019.

Figura 73. Evolução do número de professores em funções nas escolas, por vínculo

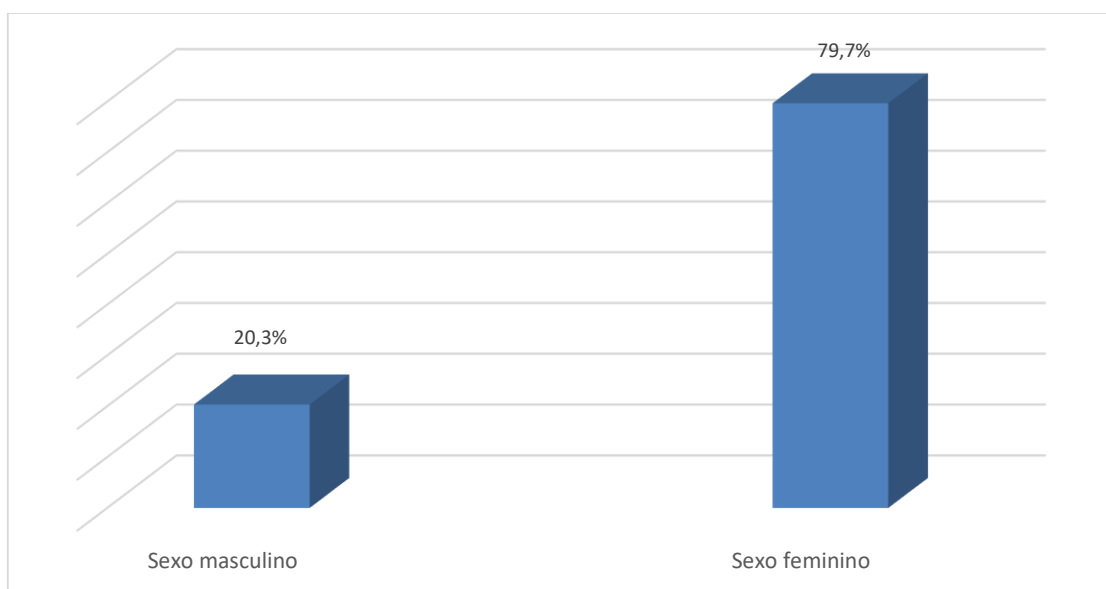


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

No conjunto global do número de professores que lecionam nas diferentes unidades organizacionais do concelho de Odivelas (rede pública) verifica-se que, a profissão docente continua a ser uma opção

tradicionalmente feminina, com uma percentagem de 79,7% de elementos do sexo feminino e de apenas 20,3% do sexo masculino, conforme Figura abaixo.

Figura 74. Distribuição percentual do pessoal docente, por sexo



Fonte: Dados fornecidos AE/ENA (por referência ao Ano letivo 2017/2018)

2.2. Pessoal não docente (PND)

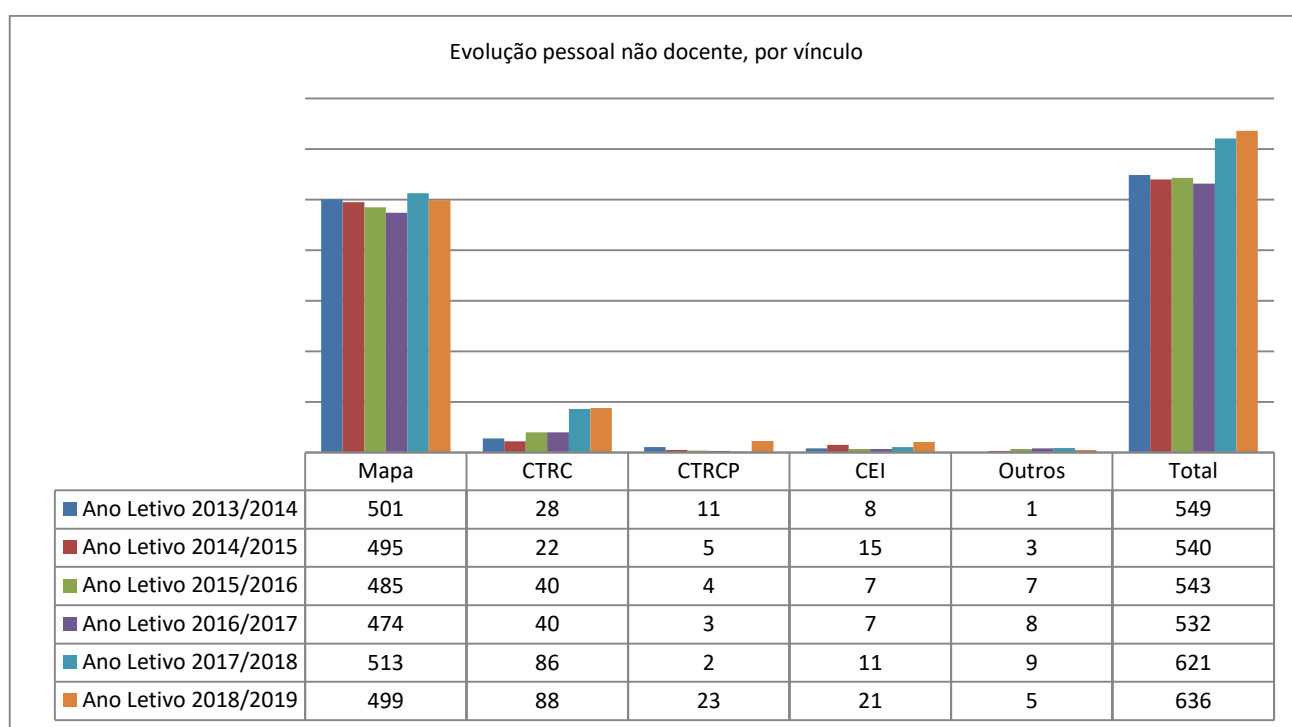
Os elementos do pessoal não docente (PND) são membros integrantes e ativos da comunidade escolar, e o desempenho das suas funções requer que interajam na escola, tanto com os professores como com os alunos e encarregados de educação, tendo um papel importante no contributo para a construção de um ambiente educativo acolhedor e seguro.

A afetação do número de elementos do PND (assistentes operacionais) às diferentes unidades organizacionais altera-se anualmente e, é feita com base num rácio calculado a partir de, um maior ou menor número de alunos em cada ano letivo, tipologia das escolas, regime de funcionamento, existência de

instalações desportivas, diversidade da oferta formativa, existência de unidades de apoio à integração de crianças com necessidades educativas específicas⁴¹.

A afetação dos assistentes técnicos tem por base, o número de alunos inscritos no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário, em cada uma das unidades de gestão (AE/ENA).

Figura 75. Evolução do n.º de pessoal não docente em funções nas escolas, por vínculo



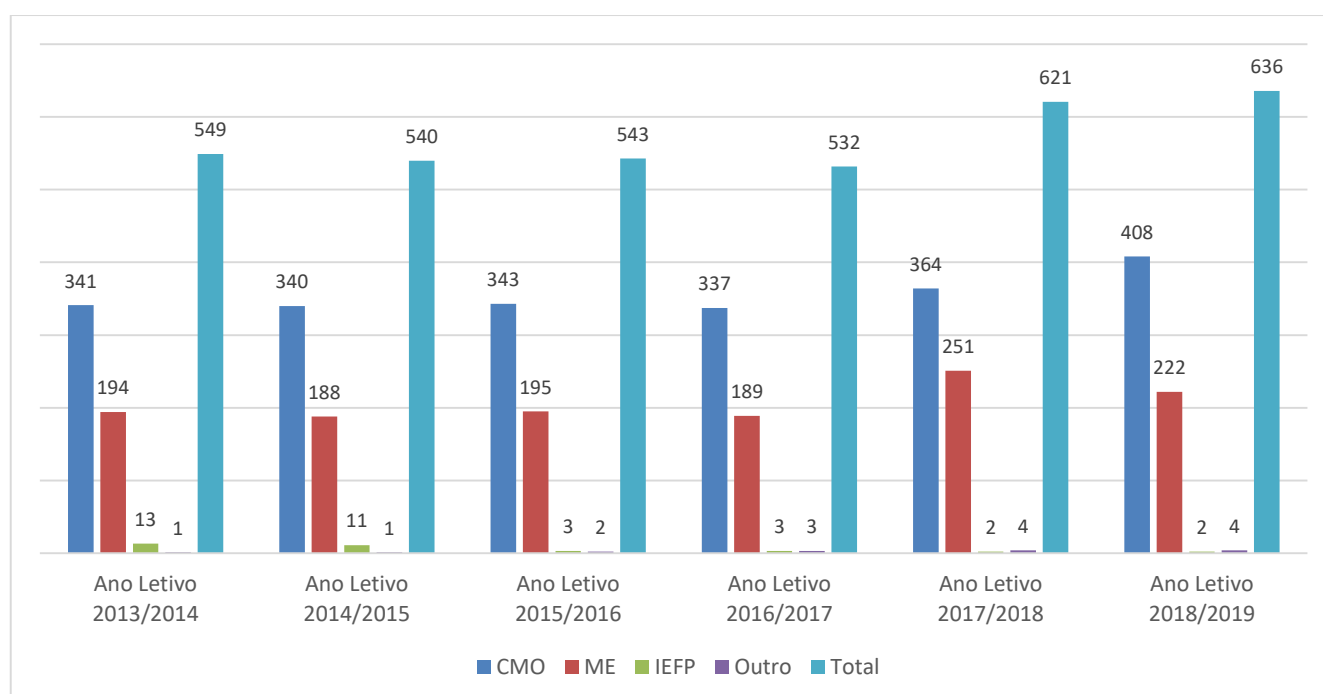
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

Se tivermos em conta o tipo de vínculo - pertencer ao mapa de pessoal, com contratos a termo certo, contratos a tempo parcial, e outros - verificamos que, existem oscilações no período em análise, mas, que o número de elementos que pertencem ao mapa de pessoal é, em todos os anos letivos, significativamente mais elevado do que as restantes figuras contratuais. Referir, contudo, o aumento de elementos contratados a tempo certo, nos dois últimos anos letivos, contribuindo para aumentar o número de elementos de PND no seu global, neste mesmo período temporal.

⁴¹ Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, alterada pela Portaria 272-A/2017 de 13 de setembro.

Na Figura abaixo apresenta-se, relativamente ao pessoal não docente - assistentes operacionais e assistentes técnicos -, uma distribuição relativamente ao número de elementos que dependem da Câmara Municipal de Odivelas e o número de elementos que dependem do Ministério da Educação, ao longo do período em análise, constatando-se que o peso de pessoal não docente dependente do Município é significativamente superior ao número de elementos que dependem do Ministério da Educação. Referir a este propósito que, estes últimos, apenas estão afetos, neste período temporal, às cinco escolas secundárias e à Escola Profissional Agrícola D. Dinis, da Paiã.

Figura 76. Evolução do pessoal não docente em funções nas escolas, por entidade empregadora



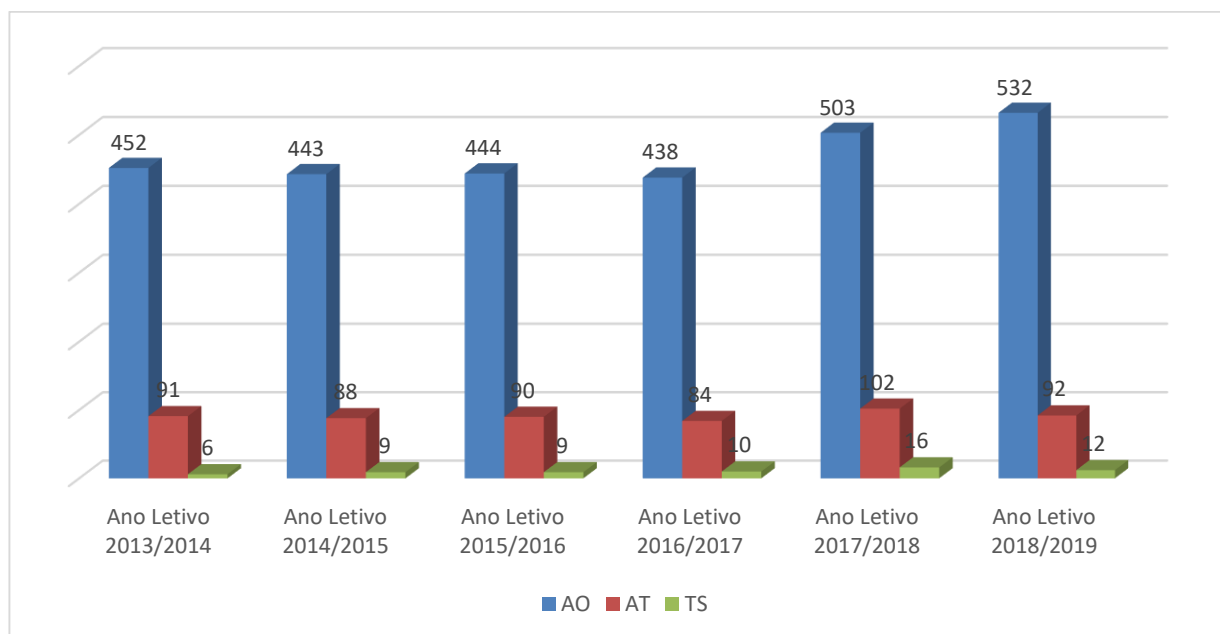
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

A Figura abaixo retrata, a distribuição do pessoal não docente por categoria profissional, sendo clara a preponderância que ocupam os assistentes operacionais (AO) no universo do pessoal não docente dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho de Odivelas, no período em análise; no seu total, o número de elementos varia entre 438 (Ano letivo 2016/2017) e 532 assistentes operacionais, no Ano letivo 2018/2019.

O número de assistentes técnicos (AT) varia, entre um número mínimo de 84 elementos no Ano letivo 2016/2017 e, um máximo de 102, no Ano letivo 2017/2018.

Referir ainda, o crescimento, nos três últimos anos letivos, do número de técnicos superiores (TS) a exercer funções nas diferentes unidades organizacionais - normalmente trata-se de psicólogos afetos aos SPO - Serviço de Psicologia e Orientação.

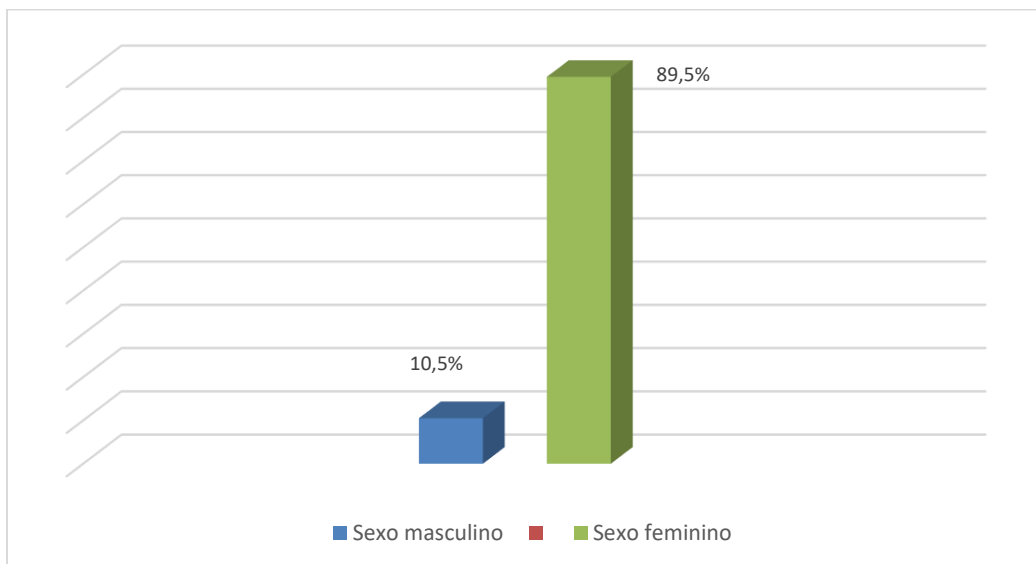
Figura 77. Evolução do pessoal não docente em funções nas escolas, por categoria



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

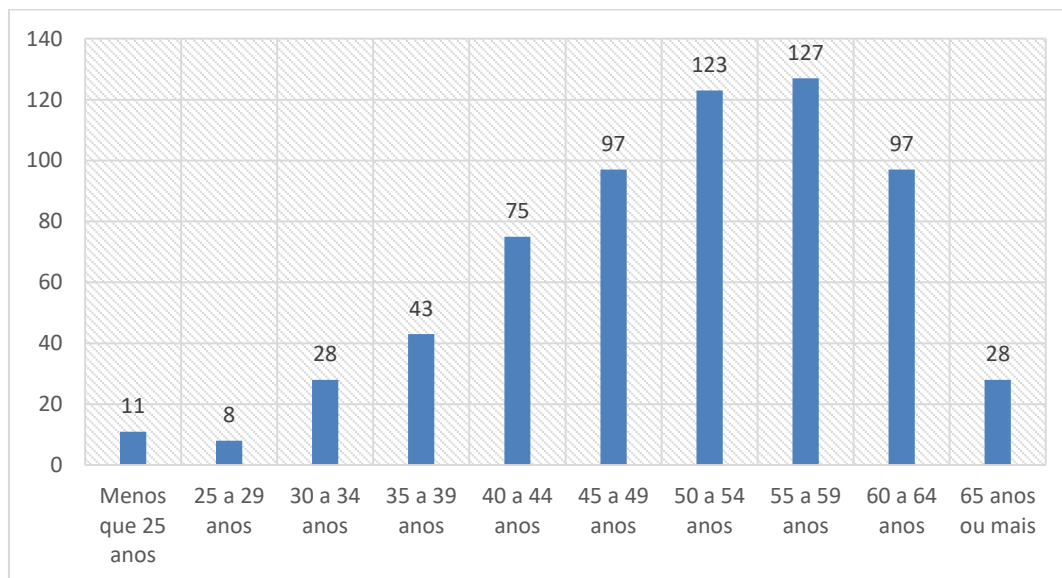
Conforme Figura abaixo, o pessoal não docente (PND) que trabalha nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino continua a pertencer, maioritariamente, ao sexo feminino, sendo de 10,5% a média de trabalhadores do sexo masculino, e de 89,5% de trabalhadores do sexo feminino.

Figura 78. Distribuição percentual do pessoal não docente, por sexo



Fonte: dados fornecidos AE/ENA (por referência ao Ano letivo 2017/2018)

Figura 79. Distribuição do pessoal não docente por escalão etário



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME – referência ao Ano letivo 2018/2019 (março 2019)

Fazendo um simples exercício, relativamente ao índice de envelhecimento do pessoal não docente e, conforme Figura acima, verificamos que, o número de elementos a exercer funções nas escolas do concelho de Odivelas começa a aumentar, de forma progressiva, a partir do escalão etário situado entre os 40 e os 44 anos de idade; atinge o seu máximo, nos escalões etários, entre os 50 e os 54 anos de idade (123 elementos); e os 55 e 59 anos de idade, com 127 elementos. Nos escalões etários mais elevados (60 - 64 anos e 65 ou mais anos), ainda aparece um número significativo de elementos em exercício de funções (97 e 28 elementos, respetivamente). Em termos globais, poderemos dizer, que cerca de 59% dos elementos do pessoal não docente a exercer funções nas escolas do concelho, têm mais de 50 anos de idade.

IV. RESULTADOS ESCOLARES

A escola para cumprir a sua missão tem que ser inclusiva e integradora, garantindo o direito à igualdade de oportunidades e à equidade e, a possibilidade de acesso e sucesso educativo, nos diferentes percursos educativos e formativos, a todos os alunos.

Garantir uma educação de qualidade para todos, com um acompanhamento mais personalizado do percurso escolar dos alunos - de forma a garantir a equidade e assegurar o cumprimento com sucesso da escolaridade obrigatória de 12 anos -, em estreita articulação com os serviços de apoio social à comunidade, é o grande desafio que se coloca à escola, enquanto principal entidade oficial de formação/educação das crianças e jovens.

As questões referentes ao sucesso/insucesso educativo são temas de grande atualidade, num momento em que, muitos estudiosos desta área começam a equacionar o próprio paradigma da intervenção nesta matéria - combater o insucesso escolar ou promover o sucesso escolar -, com as inevitáveis implicações nos modos de ensinar e de fazer aprender.

1. Evolução das taxas de sucesso educativo nos diferentes níveis de educação e ensino

Iniciamos esta análise pelos vários indicadores que se relacionam com as questões do sucesso/insucesso escolar, pelo nível mais baixo de escolaridade - o 1º CEB, percorrendo de seguida e de forma progressiva, os restantes níveis de ensino (2.º e 3.º CEB, e ensino secundário).

1.1. 1º Ciclo do ensino básico (1º CEB)

De uma forma geral e, se olharmos para a Figura abaixo constatamos que, as taxas de retenção/não conclusão no 1º CEB tem vindo a decrescer ao longo do período em análise e, de forma mais acentuada, nos Anos Letivos 2015/2016 e 2016/2017 - passando de 5,7% para 3,5% -, verificando-se contudo, um ligeiro crescimento no último ano letivo em análise (2017/2018), em que a percentagem de retenção/não conclusão no 1º CEB passou para 4,2%; por seu turno, as taxas de transição e conclusão apresentam tendências de melhoria no mesmo período (de 94,1%, foi subindo progressivamente até atingir 96,3% em 2016/2017, com uma ligeira descida de 0,8pp no Ano letivo 2017/2018, relativamente ao ano letivo anterior (2016/2017)).

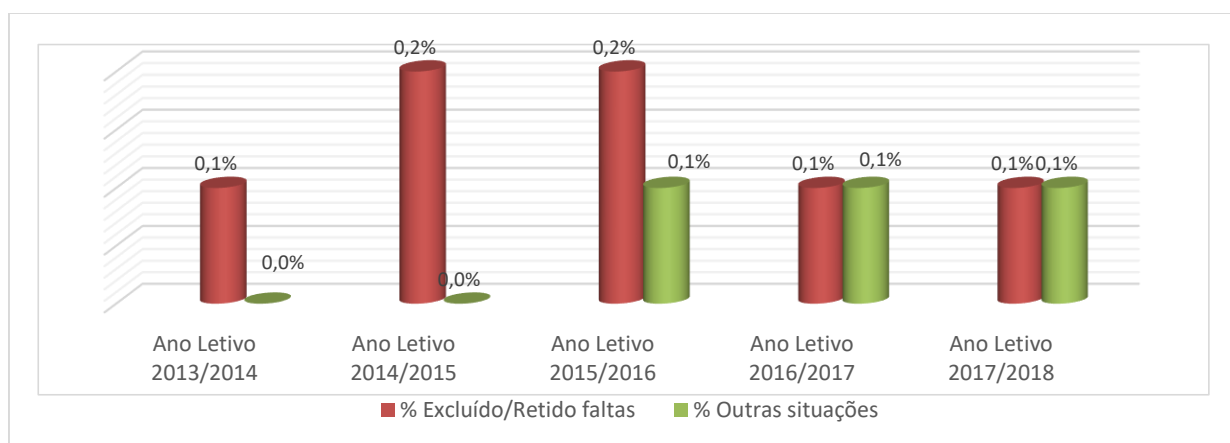
Figura 80. Evolução das taxas de transição/conclusão e taxas de retenção/não conclusão no 1º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

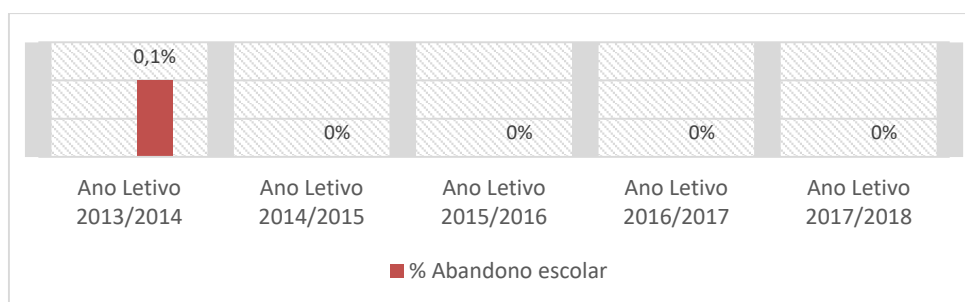
No que se refere aos valores referentes a alunos retidos/excluídos por faltas neste nível de ensino, conforme Figura abaixo, verificamos que, se trata de valores residuais em todo o período em análise (0,1% e 0,2%), o mesmo se passando com a variável “outras situações” - alunos que interrompem o percurso escolar, ou outros -, em que os valores variam entre zero e 0,1%.

Figura 81. Evolução das taxas de excluídos/retidos por faltas, e outras situações, no 1º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

Figura 82. Evolução das taxas de abandono escolar no 1º CEB



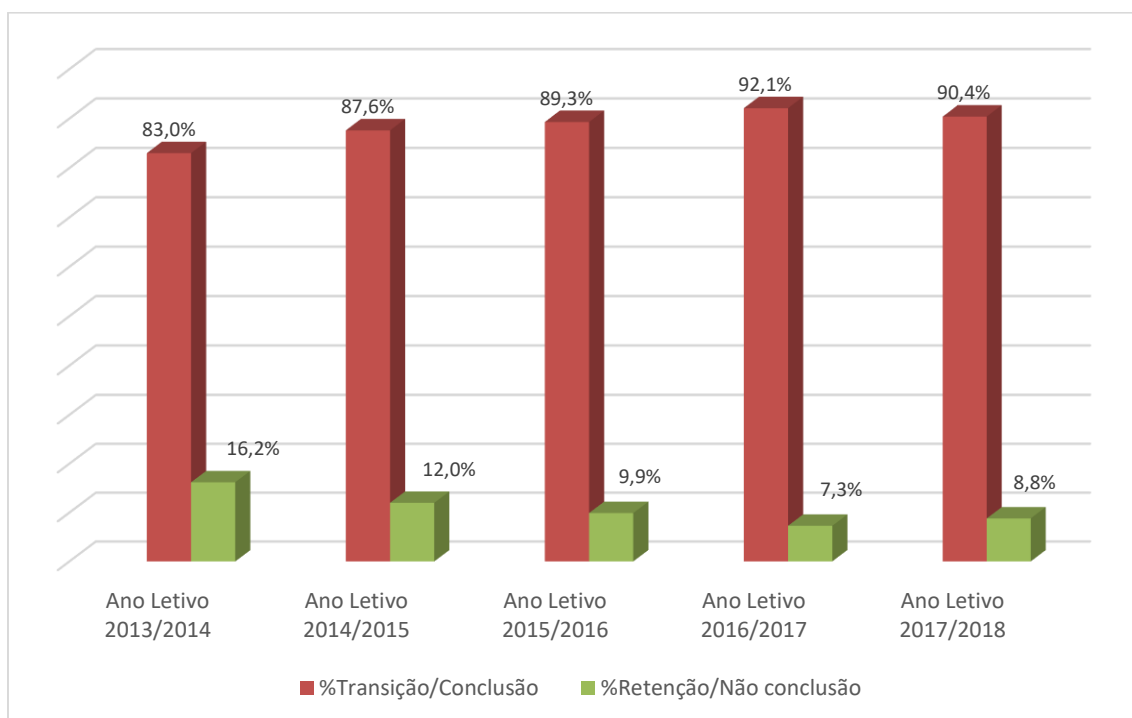
Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro de 2019)

No que respeita aos resultados médios de “abandono escolar” trata-se de valores sem expressão neste nível de ensino (1º CEB), uma vez que só no Ano letivo 2013/2014 esta variável aparece tipificada, mas com um valor sem relevância estatística (0,1%).

1.2. 2.º Ciclo do ensino básico (2.º CEB)

No conjunto do 2.º CEB verificamos que, se mantém a tendência de decréscimo das taxas de retenção/não conclusão nos primeiros quatro anos letivos do período em análise e, conseqüente crescimento, das taxas de transição/conclusão verificando-se, à semelhança do que aconteceu no 1º CEB, uma ligeira inversão desta tendência, no último ano letivo em análise (2017/2018), conforme Figura abaixo.

Figura 83. Evolução das taxas de transição/conclusão e retenção/não conclusão no 2.º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

Assim e, numa análise mais detalhada desta Figura, verificamos que nos quatro primeiros anos letivos deste período, os valores médios de transição/conclusão tiveram um crescimento de 9pp - passando de 83% no Ano letivo 2013/2014 para valores médios acima dos 90% (92,1%) no Ano letivo 2016/2017-, sendo que no

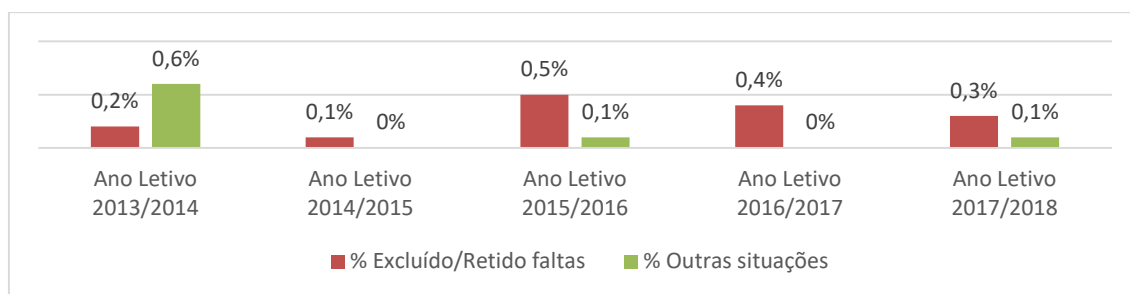
último ano letivo em análise (Ano letivo 2017/2018) as taxas médias de transição/conclusão diminuíram 1,7pp, ficando nos 90,4%.

Dentro da mesma linha de comportamento aparecem os valores referentes às taxas de retenção/não conclusão, do mesmo nível de ensino: descida acentuada nos quatro primeiros anos em análise (de aproximadamente 9pp) e, ligeira subida, no último ano (1,5pp).

No que se refere à percentagem de alunos retidos/excluídos por faltas e outras situações, conforme Figura abaixo, verificamos que no mesmo período se verificam oscilações nas duas variáveis, com um comportamento de decréscimo entre o primeiro e o segundo ano letivo em análise, com uma subida no Ano letivo 2015/2016 - no que se refere à percentagem de alunos retidos/excluídos por faltas- , voltando depois a descer progressivamente, nos dois últimos anos letivos, no que se refere à mesma variável.

A variável “outras situações” inicia este período com uma expressão mais significativa (0,6%), perde praticamente expressão nos anos letivos intermédios (2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017), voltando a apresentar um valor de 0,1%, no último ano letivo em análise (2017/2018).

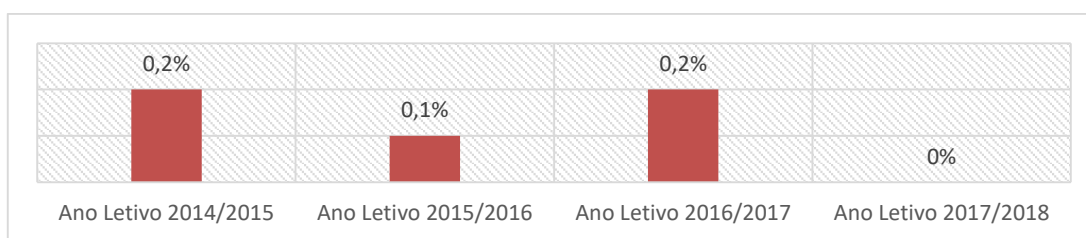
Figura 84. **Evolução das taxas de alunos excluídos/retidos por faltas e outras situações, no 2.º CEB**



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

No que se refere aos valores do abandono escolar neste nível de ensino - 2.º CEB - verificamos, conforme Figura abaixo, que se trata de valores estatisticamente irrelevantes - tendencialmente zero -, sendo de 0,2% a percentagem mais elevada, referente a dois anos letivos (2014/2015 e 2016/2017).

Figura 85. Evolução das taxas de abandono escolar no 2.º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

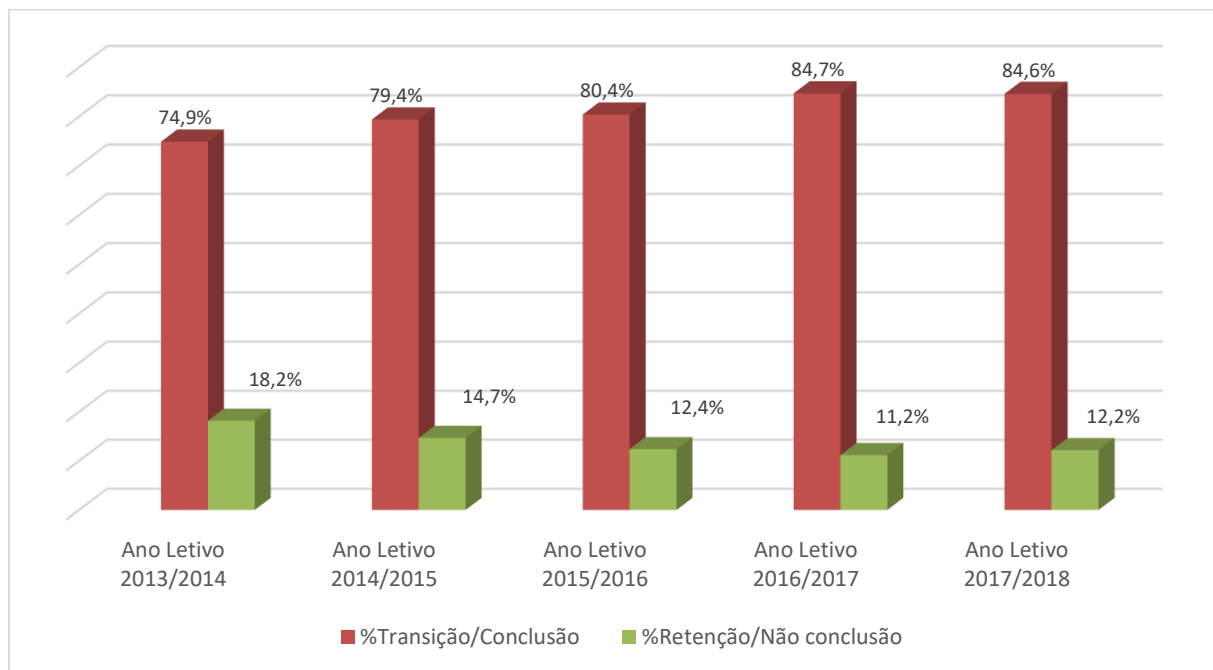
1.3. 3.º Ciclo do ensino básico (3.º CEB)

Na Figura abaixo apresenta-se, a evolução das taxas de transição/conclusão e de retenção/não conclusão, relativamente ao 3.º CEB, nos cinco anos letivos do período em análise – de 2013/2014 a 2017/2018.

Numa leitura mais detalhada da Figura, verifica-se que as taxas de transição/conclusão mais elevadas se situam nos dois últimos anos letivos deste período - na ordem dos 84% -, sendo que, entre o primeiro ano letivo (2013/2014) e o último ano letivo em análise (2017/2018) as taxas de transição/conclusão sobem na ordem dos 10pp.

No que se refere à evolução das taxas de retenção/não conclusão, no mesmo nível de ensino e período temporal, verifica-se um decréscimo de ano para ano, entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2016/2017, com uma ligeira inversão no último ano letivo (2017/2018), em que a taxa de retenção/não conclusão sobe novamente - apesar de esse crescimento ser de 1pp.

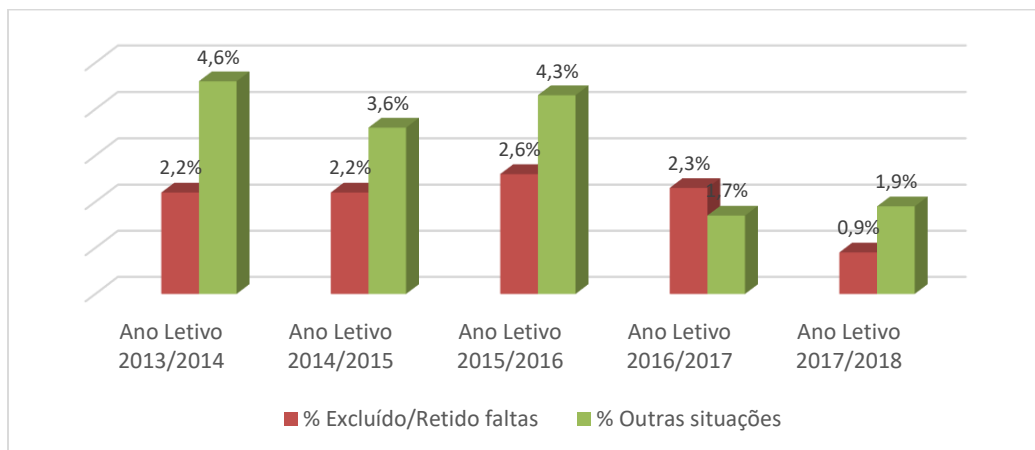
Figura 86. Evolução das taxas de transição/conclusão e retenção/não conclusão no 3.º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

Conforme Figura abaixo, a evolução da taxa média de alunos retidos/excluídos por faltas e “outras situações”, no período em análise, apresenta oscilações neste nível de ensino, ora descendentes ora ascendentes, sendo o valor mais elevado de alunos retidos/excluídos por faltas no Ano letivo 2015/2016 - 2,6% - e, o valor mais baixo, na mesma variável, no Ano letivo 2017/2018 - 0,9%; no que se refere às “outras situações”, os valores apresentados são ligeiramente mais elevados mas, mantém, a tendência de oscilação, sendo o valor mais elevado de 4,6% (Ano letivo 2013/2014) e o mais baixo (1,7%), no Ano letivo 2016/2017.

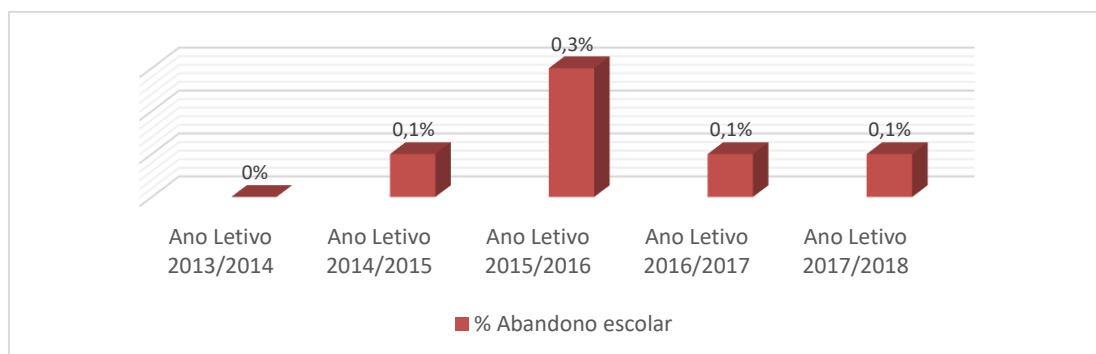
Figura 87. Evolução das taxas de excluídos/retidos por faltas e outras situações, no 3.º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

No que se refere à evolução das taxas de abandono escolar, no 3.º CEB e, conforme Figura abaixo, verificamos que, continua a tratar-se de valores pouco expressivos, à semelhança dos dois níveis de ensino precedentes - 1.º e 2.º CEB -, variando entre zero no Ano letivo 2013/2014 e 0,3% no Ano letivo 2015/2016, situando-se a expressividade dos restantes três anos letivos, nos 0,1%.

Figura 88. Evolução das taxas de abandono escolar, no 3.º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME

Numa análise mais detalhada dos indicadores que integram as taxas de sucesso/insucesso educativo no ensino básico, os mesmos revelam que, os percursos escolares marcados pelo insucesso vão aumentando à medida que avança o nível de escolaridade, isto é, o 1.º ciclo do ensino básico apresenta valores mais elevados de transição/conclusão, seguindo-se o 2.º ciclo e, por último, o 3.º ciclo do ensino básico, verificando-se o inverso, no que respeita às taxas de retenção/não conclusão, exclusão/retenção por faltas, e outras situações - aumento dos níveis de insucesso, à medida que avança o nível de escolaridade.

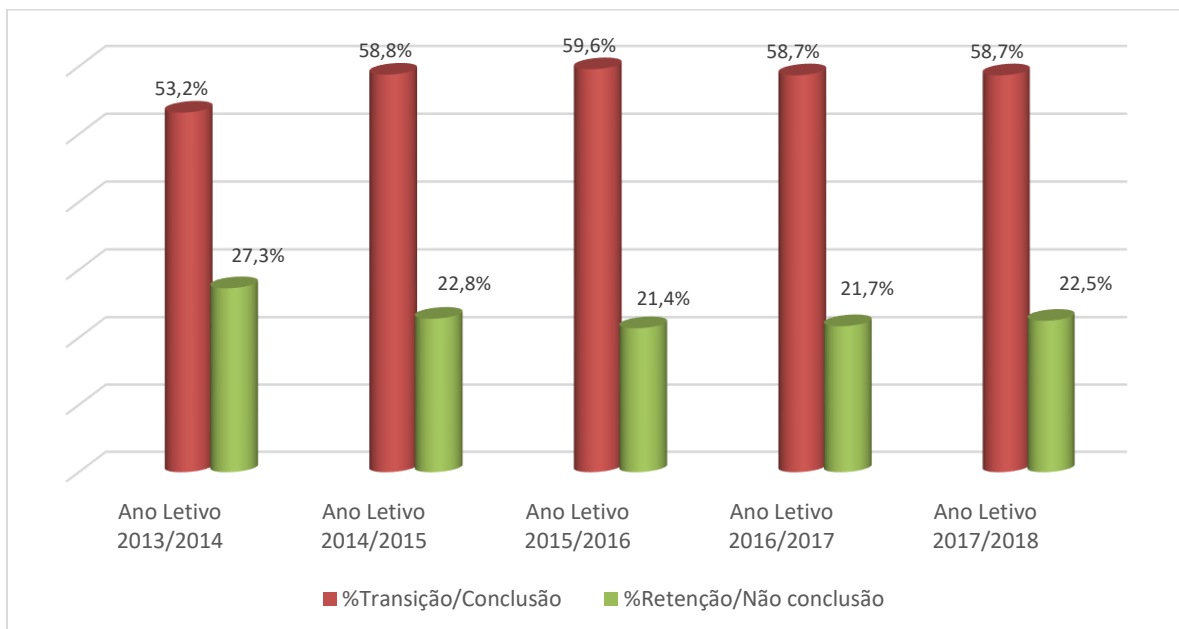
1.4. Ensino secundário

Neste ponto apresentam-se, os indicadores globais de sucesso/insucesso educativo, no ensino secundário regular.

Numa leitura mais exaustiva da Figura abaixo verificamos, mais uma vez, a tendência já evidenciada nos níveis de ensino precedentes (ensino básico), isto é, as taxas de retenção/não conclusão acentuam-se neste nível de ensino relativamente aos valores apresentados para o ensino básico - 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino regular.

Em termos gerais, as taxas de transição/conclusão no ensino secundário, durante o período em análise, situam-se entre um mínimo de 53,2% no Ano letivo 2013/2014 e um máximo de 59,6% no Ano letivo 2015/2016, fixando-se os restantes anos letivos, no intervalo entre os 58% e os 58,7,0%.

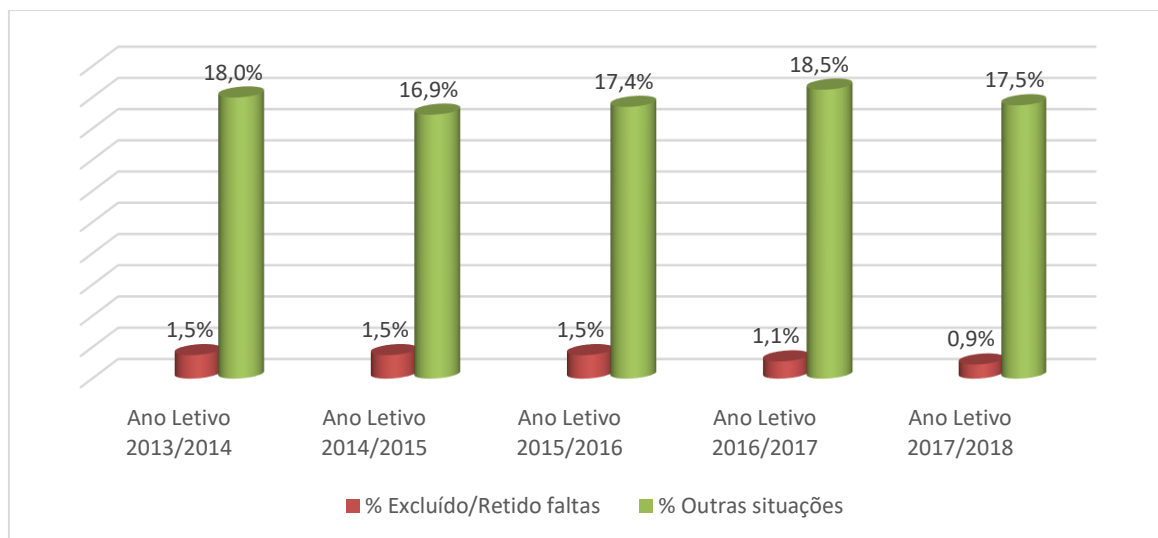
Figura 89. Evolução das taxas de transição/conclusão e retenção/não conclusão no ensino secundário



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

No que se refere às taxas de retenção/não conclusão, neste nível de ensino, as mesmas apresentam uma certa regularidade, em termos de decréscimo, de ano para ano - iniciando com 27,3% no Ano letivo 2013/2014, e terminando com 22,5% no Ano letivo 2017/2018 -, apresentando ligeiras oscilações entre o Ano letivo 2014/2015 e o Ano letivo 2017/2018.

Figura 90. Evolução das taxas de excluídos/retidos por faltas e outras situações, no ensino secundário



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

Relativamente à situação dos alunos excluídos/retidos por faltas, no nível de ensino secundário, verificamos que, os valores tendem a diminuir relativamente aos do ciclo precedente (3.º CEB) apresentando também, uma tendência de ligeiro decréscimo em todo o período, iniciando com 1,5% no Ano letivo 2013/2014 e terminando com 0,9% no Ano letivo 2017/2018, conforme Figura acima.

A percentagem de alunos tipificados como “outras situações” cresce, de forma significativa, relativamente ao nível de ensino precedente - entre um mínimo de 16,9% no Ano letivo 2014/2015 e um máximo de 18,5% no Ano letivo 2016/2017 -, podendo esta evidência neste nível de ensino ficar a dever-se, a interrupções no percurso formativo dos alunos, por mudança de curso ou área, anulações de matrícula, disciplinas em atraso, entre outras.

Se se considerar estes indicadores - excluídos/retidos por faltas e outras situações -, no contexto mais qualitativo das variáveis de sucesso/insucesso escolar dos alunos, poderá concluir-se, com algum grau de fiabilidade, que estes vão engrossar por certo, os resultados do insucesso escolar neste nível de ensino, e tipo de cursos.

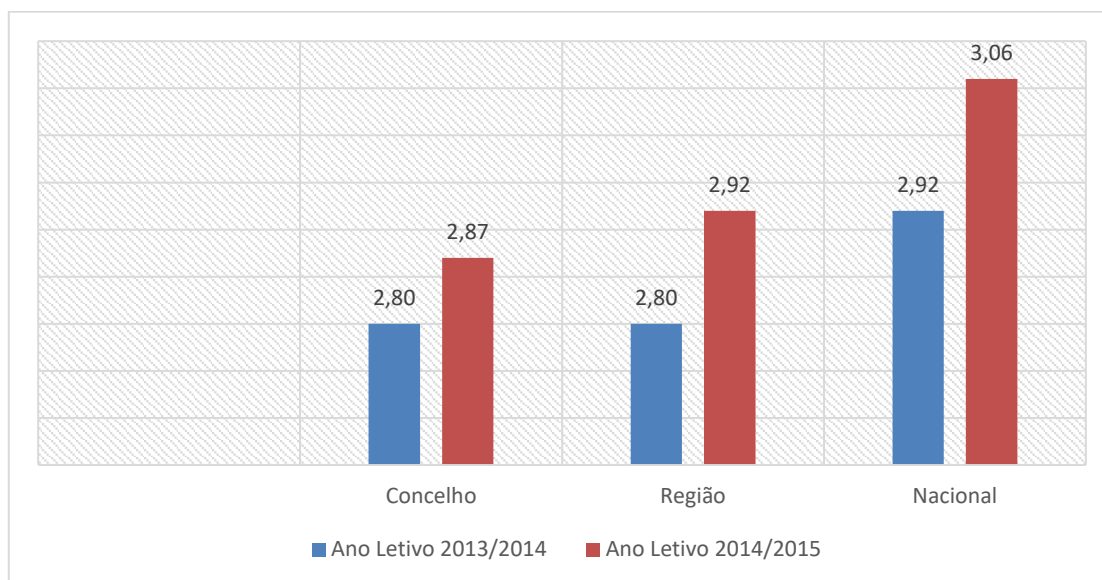
1.5. Resultados dos Exames Nacionais

Neste ponto, será feita uma abordagem geral aos resultados médios obtidos nas provas finais e ou nos exames nacionais pelos alunos do concelho de Odivelas que frequentam as escolas da rede pública, nos anos letivos e nos anos de escolaridade onde tal se aplicou ou aplica por força da legislação enquadradora, por comparação com as médias obtidas pelos alunos a nível regional e nacional, nos mesmos anos de escolaridade e período temporal.

1.5.1. 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB)

As Figuras abaixo apresentam, a evolução dos resultados dos alunos nas provas de 4º ano de escolaridade do 1º CEB, de Matemática e Português, nos Anos Letivos 2013/2014 e 2014/2015.

Figura 91. Evolução das médias nas provas de Matemática – 4º ano – 1º CEB

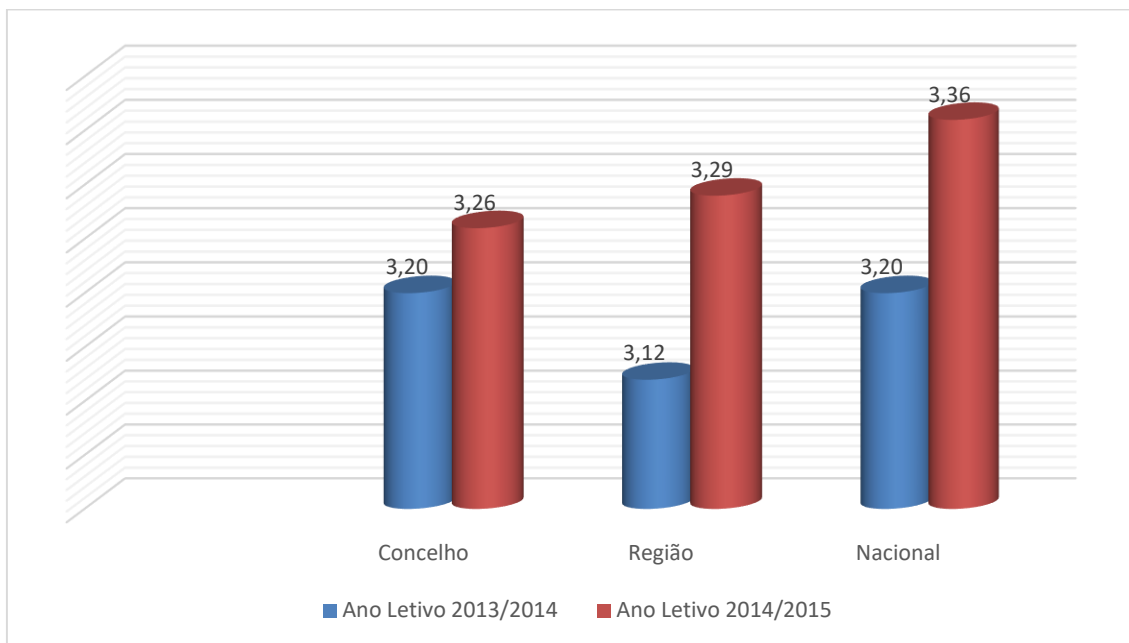


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

Conforme se verifica na Figura acima, os resultados médios obtidos pelos alunos do concelho de Odivelas, nas provas de Matemática do 4º ano/1º CEB, num intervalo de classificação que varia de 1 a 5, apresentam resultados negativos (abaixo do nível 3), situando-se abaixo dos valores médios obtidos a nível nacional nos dois anos letivos em referência.

No que respeita à comparação com os valores da região, situam-se abaixo da média regional no Ano letivo 2014/2015 e, em linha com a média regional, no Ano letivo 2013/2014.

Figura 92. Evolução das médias das provas de Português – 4º ano – 1º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

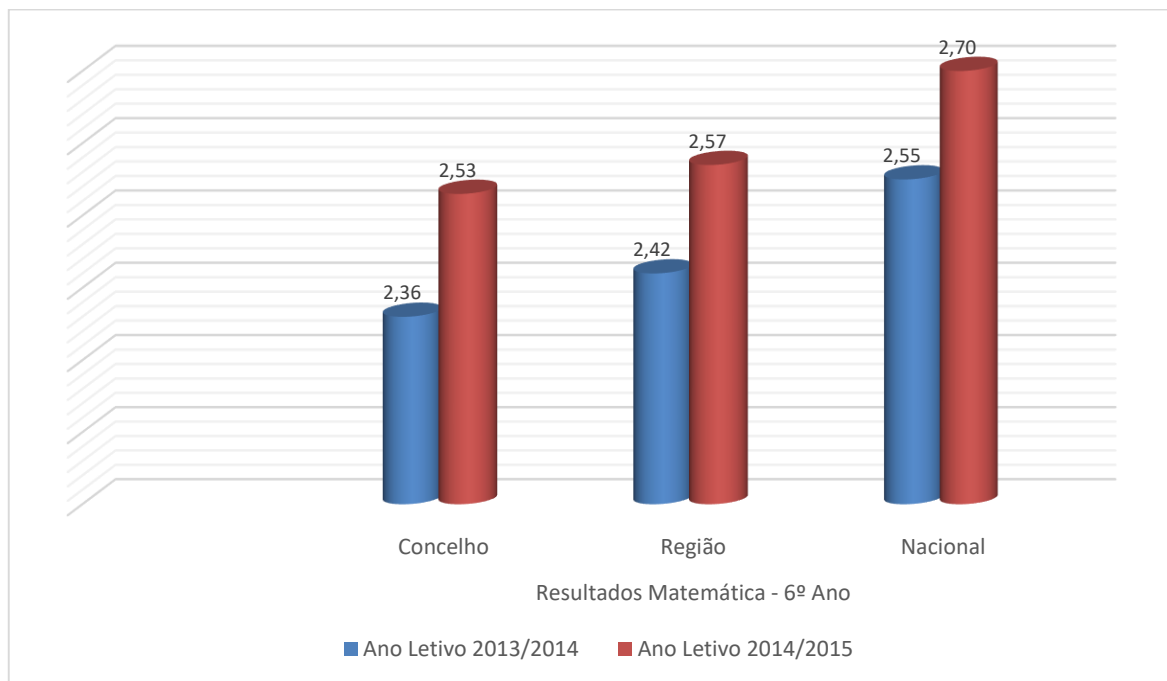
No que diz respeito às provas de Português e, conforme Figura acima, verificamos que os resultados médios dos alunos das escolas do concelho de Odivelas são considerados positivos (acima do nível 3) e, estão em linha com os resultados médios a nível nacional no Ano letivo 2013/2014 e, acima da média da região, no mesmo ano letivo; no Ano letivo 2014/2015, os resultados dos alunos do concelho continuam a manter-se positivos (nível 3) mas, situam-se abaixo dos valores médios da região e dos valores médios a nível nacional.

1.5.2.2.º Ciclo do Ensino Básico (2.º CEB)

No 2.º CEB, vão ser apresentados os resultados médios obtidos nas provas finais de Matemática e de Português de 6º ano, referentes aos alunos que frequentaram este ano de escolaridade nas escolas da rede pública do concelho de Odivelas, por comparação com os resultados médios obtidos pelos alunos da região e a nível nacional, nos dois anos letivos: 2013/2014, 2014/2015.

Na Figura abaixo apresentam-se, os resultados médios obtidos nas provas de Matemática, nos anos letivos em referência.

Figura 93. Evolução das médias nas provas de Matemática - 6º ano – 2.º CEB

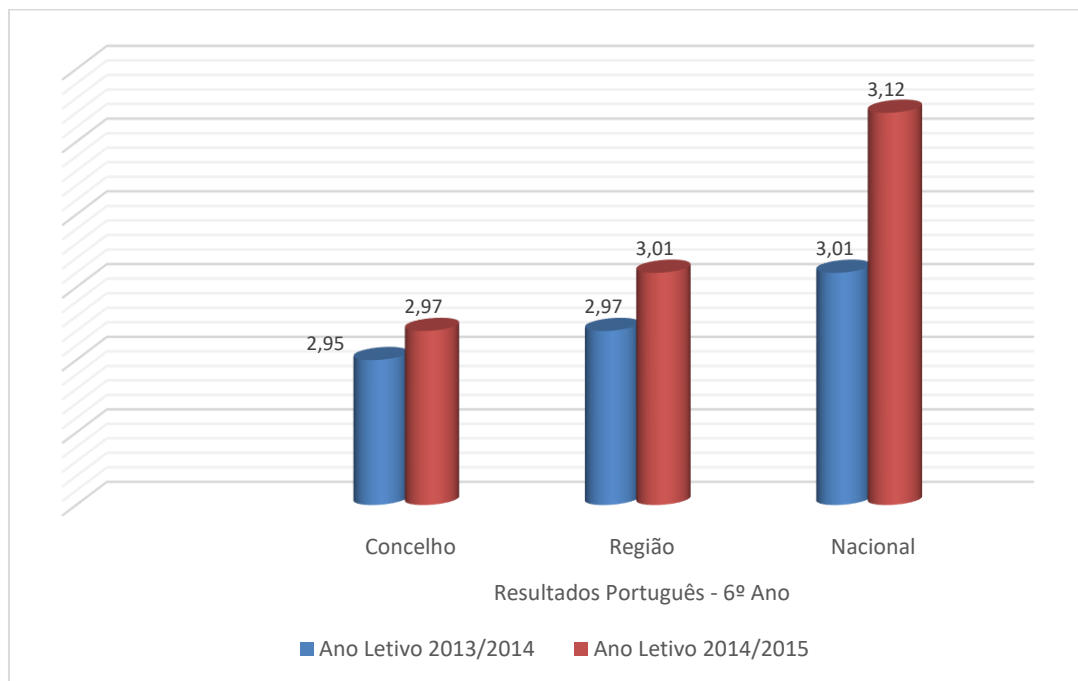


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

Numa leitura mais detalhada da Figura, verificamos que nos dois anos letivos em análise (2013/2014 e 2014/2015), os resultados obtidos pelos alunos do concelho de Odivelas ficaram abaixo das médias obtidas pelos alunos a nível da região e a nível nacional, sendo que, todos eles - resultados obtidos pelos alunos no concelho, na região e a nível nacional - apresentam valores considerados negativos (abaixo do nível 3).

No que se refere aos resultados das provas de Português, do 6º ano de escolaridade, e conforme Figura abaixo, verificamos que, nos dois anos letivos em análise, os resultados médios obtidos pelos alunos do concelho de Odivelas são inferiores, quer aos valores médios obtidos pelos alunos a nível regional quer a nível nacional.

Figura 94. **Evolução das médias nas provas de Português – 6º ano – 2.º CEB**

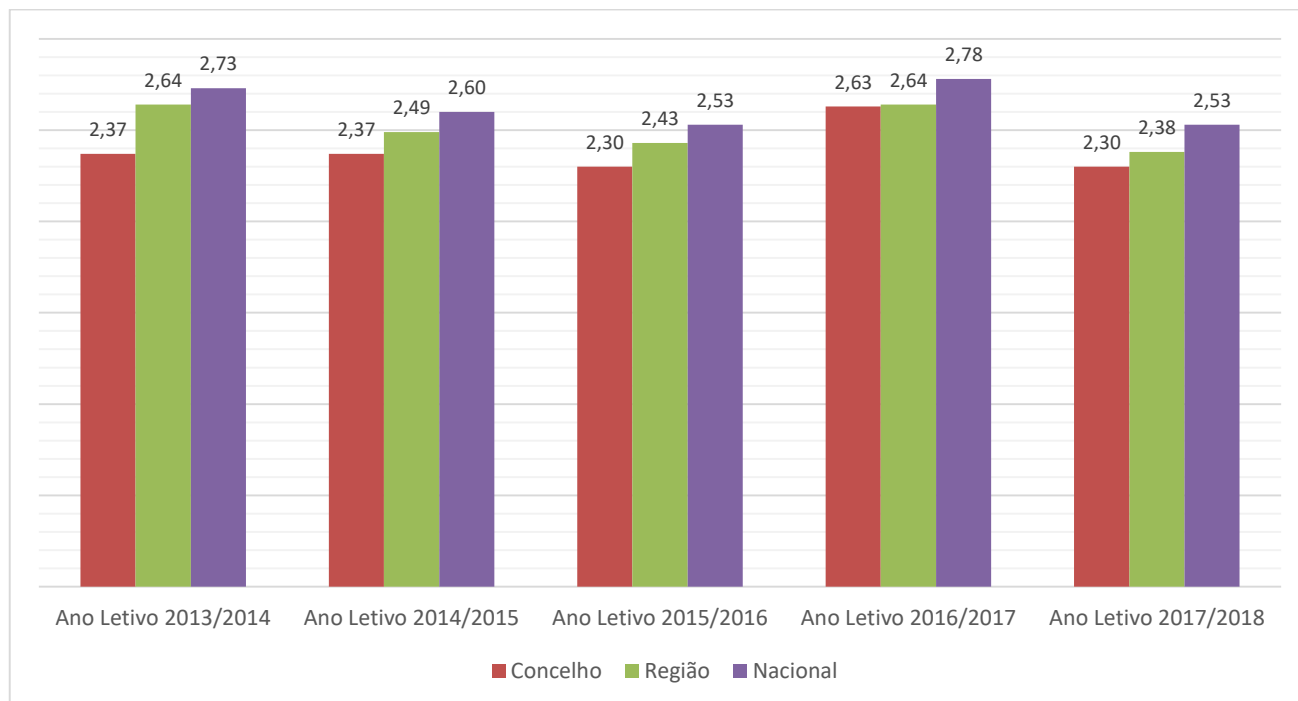


Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

1.5.3.3.º Ciclo do Ensino Básico (3.º CEB)

No 3.º CEB são apresentados, os resultados médios obtidos nas provas finais do 9º ano de escolaridade, de Matemática e Português, entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2017/2018.

Figura 95. Evolução das médias nas provas de Matemática - 9º ano – 3.º CEB



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (janeiro 2019)

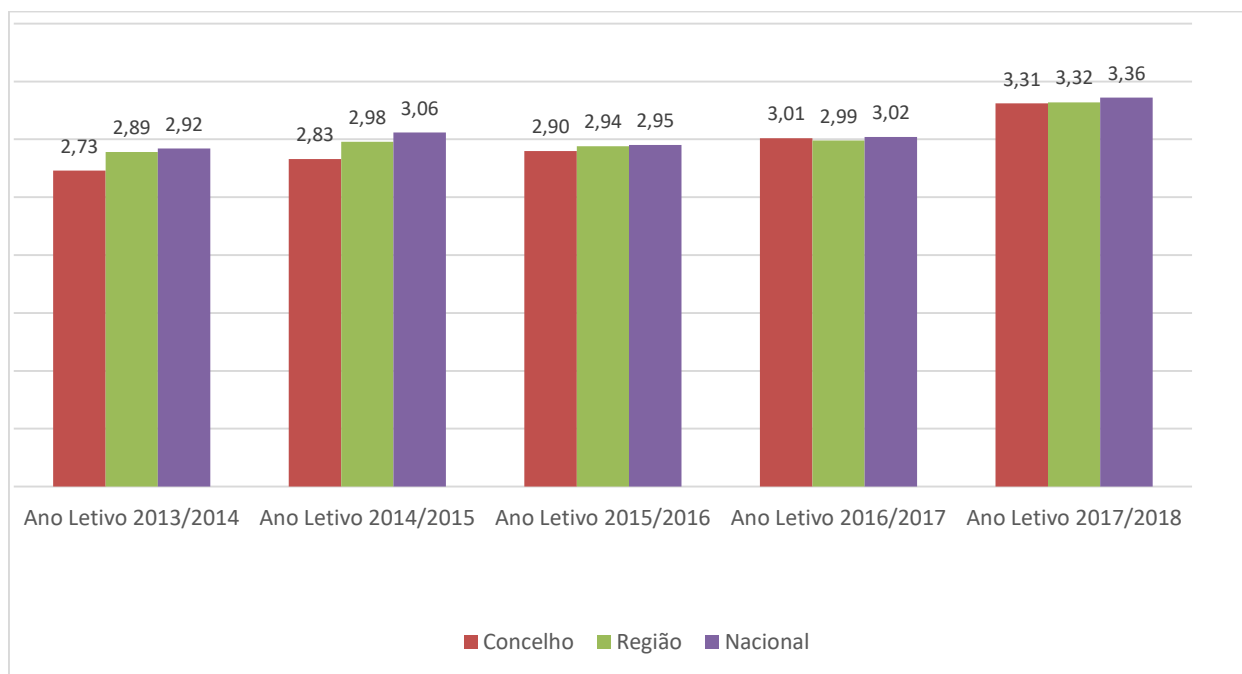
Quando analisamos a Figura acima verificamos que, os resultados médios obtidos pelos alunos do concelho de Odivelas nas provas de Matemática do 9º ano ficaram abaixo dos resultados médios obtidos pelos alunos a nível da região e a nível nacional, em todo o período em análise.

No que se refere à quantificação dos resultados verificamos que, nos cinco anos letivos identificados, os resultados são inferiores ao nível 3 (numa escala de 1 a 5), quer no concelho quer na região e, também, a nível nacional.

No que diz respeito à evolução dos resultados das provas de Português e, conforme Figura abaixo, verificamos que, em termos gerais, eles apresentam evidências mais positivas que os da disciplina de Matemática, quer no concelho quer na região e, também, a nível nacional.

Concretamente, no que respeita aos resultados dos alunos do concelho de Odivelas verifica-se que, nos dois últimos anos letivos em análise (Anos Letivos 2016/2017 e 2017/2018) os resultados são superiores ao nível 3, apresentando nos restantes quatro anos letivos, resultados inferiores a essa média; no Ano letivo 2016/2017, os resultados dos alunos do concelho de Odivelas, são superiores à média da região.

Figura 96. **Evolução das médias nas provas de Português - 9º ano – 3.º CEB**



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

1.5.4. Ensino Secundário

Neste ponto, serão analisados os resultados obtidos pelos alunos do concelho de Odivelas nas diferentes disciplinas do ensino secundário -11º e 12.º anos de escolaridade - que no período em análise foram alvo de exame nacional, por comparação, com a média de resultados dos alunos na região e a nível nacional.

Referir de qualquer modo que, a diferença dos resultados escolares entre diferentes anos letivos deverá sempre ser vista com alguma “reserva”, uma vez que, em cada ano estão a ser avaliados alunos diferentes e a ser utilizadas provas diferentes e, mais relevante do que analisar se as notas médias numa determinada disciplina subiram ou desceram, interessa olhar, de forma mais atenta, para aquelas disciplinas que sofreram grandes oscilações de ano para ano.⁴²

⁴² GAVE, MEC, agosto 2013. Análise Preliminar dos Resultados – Provas Finais de Ciclo. Exames Finais Nacionais 2013.

Numa análise mais detalhada aos dados apresentados na Tabela abaixo verificamos que, no período em análise, de uma forma geral, as diferenças de resultados de ano para ano, nas diferentes disciplinas, variam entre 0,5 a Português de 12.º ano e 3,5 em Literatura Portuguesa de 11º ano (numa escala de zero a 20).

Tabela 28. Evolução dos resultados dos exames do ensino secundário, por comparação com a média da região e com a média nacional

Anos Letivos	Disciplina	11º Ano			12.º Ano		
		Concelho	Região	Nacional	Concelho	Região	Nacional
Ano letivo 2013/2014	Biologia/Geologia	10,92	10,92	11,00	8,78	8,82	9,09
Ano letivo 2014/2015		9,04	9,69	9,89	7,00	7,72	7,66
Ano letivo 2015/2016		10,33	10,58	10,73	8,83	8,37	8,55
Ano letivo 2016/2017		11,34	10,61	10,82			
Ano letivo 2017/2018		10,71	10,7	10,83	10,00	7,41	7,72
Ano letivo 2013/2014	Físico-Química	9,51	9,54	9,58	6,92	6,90	6,80
Ano letivo 2014/2015		10,63	10,35	10,58	7,58	7,32	7,38
Ano letivo 2015/2016		9,76	11,04	11,24	8,77	7,93	7,96
Ano letivo 2016/2017		11,12	10,20	10,40	8,00	7,05	6,76
Ano letivo 2017/2018		10,16	10,84	11,05	8,30	8,07	7,92
Ano letivo 2013/2014	Geografia A	11,43	11,32	11,25			
Ano letivo 2014/2015		10,90	11,47	11,48	8,00	10,12	9,18
Ano letivo 2015/2016		11,10	11,59	11,52			
Ano letivo 2016/2017		11,29	11,10	11,16			
Ano letivo 2017/2018		11,40	11,51	11,57	10,00	9,17	9,14
Ano letivo 2013/2014	História A				8,77	10,70	10,38
Ano letivo 2014/2015					10,41	11,23	11,03
Ano letivo 2015/2016					9,75	10,14	9,92
Ano letivo 2016/2017					10,11	10,63	10,61
Ano letivo 2017/2018					9,40	9,84	9,69
Ano letivo 2013/2014	História B	12,55	11,35	11,88			
Ano letivo 2014/2015							
Ano letivo 2015/2016							
Ano letivo 2016/2017		9,20	12,20	11,60			
Ano letivo 2017/2018							
Ano letivo 2013/2014	Literatura Portuguesa	13,00	12,52	12,25			
Ano letivo 2014/2015		10,85	11,52	11,04			
Ano letivo 2015/2016		10,27	10,93	10,97			
Ano letivo 2016/2017		9,30	11,45	11,49			
Ano letivo 2017/2018		9,92	10,50	10,60			

Anos Letivos	Disciplina	11.º Ano			12.º Ano		
		Concelho	Região	Nacional	Concelho	Região	Nacional
Ano letivo 2013/2014	Matemática A	11,00	9,56	8,96	8,67	9,95	9,83
Ano letivo 2014/2015					11,25	12,31	12,25
Ano letivo 2015/2016					10,46	11,42	11,49
Ano letivo 2016/2017					10,82	11,49	11,64
Ano letivo 2017/2018					10,18	11,09	11,06
Ano letivo 2013/2014	Matemática B	6,60	9,40	9,81			
Ano letivo 2014/2015		8,50	11,12	11,57			
Ano letivo 2015/2016							
Ano letivo 2016/2017							
Ano letivo 2017/2018							
Ano letivo 2013/2014	Português	9,00	11,14	10,68	11,23	11,64	11,85
Ano letivo 2014/2015					10,79	11,23	11,37
Ano letivo 2015/2016					10,87	11,05	11,20
Ano letivo 2016/2017					10,78	11,22	11,43
Ano letivo 2017/2018					10,93	11,05	11,20

Fonte: Plataforma BIME EDU/ME

Numa leitura e análise mais pormenorizada, dos resultados expressos nesta Tabela, diríamos:

- As disciplinas que apresentam resultados mais preocupantes, porque bastante baixos, quer a nível do concelho de Odivelas quer a nível da região e a nível nacional, são as disciplinas de Biologia/Geologia e Físico-Química do 12.º ano de escolaridade, com valores negativos, verificando-se apenas uma exceção no Ano letivo 2017/2018, em que a média dos resultados no concelho de Odivelas na disciplina de Biologia/Geologia é de 10 valores;
- Os resultados mais positivos, porque são sempre superiores a 10 valores, em todos os anos letivos e também nos três campos em análise - concelho, região e nacional -, são a disciplina de Geografia A de 11º ano, e a de Português de 12.º ano;
- Os resultados dos alunos do concelho de Odivelas, a nível da disciplina de Matemática B de 11º ano, são muito baixos, se comparados com a média da região e nacional, nos dois anos letivos em que se apresentam resultados;
- Em alguns anos letivos e, em algumas disciplinas, os resultados escolares dos alunos do concelho de Odivelas, são ligeiramente superiores à média dos resultados obtidos pelos alunos da região e ou a nível nacional (Biologia/Geologia de 11º ano no Ano letivo 2016/2017, e de 12.º ano, no Ano letivo 2017/2018; Físico-Química de 11º ano no Ano letivo 2016/2017, e de 12.º ano, nos Anos Letivos 2013/2014-2015/2016-2016/2017-2017/2018; Geografia A de 11º ano, nos Anos Letivos 2013/2014 e 2016/2017, e de 12.º ano, no Ano letivo 2017/2018; História B de 11º ano, no Ano letivo 2013/2014;

Literatura Portuguesa do 11º ano, no Ano letivo 2013/2014; e Matemática A de 11º ano, no Ano letivo 2014/2015.

1.6. Taxas de sucesso educativo de alunos com ASE e de alunos sem ASE

A avaliação do PISA 2015⁴³ conclui que, na grande maioria dos países da OCDE, o nível socioeconómico das famílias influencia diferentes desempenhos dos alunos e, que em média, os alunos mais desfavorecidos são 2,8 vezes mais suscetíveis de não atingir o nível médio de competências em ciências, pelo que considera o mesmo estudo, que o investimento na melhoria das condições de equidade é um fator que contribui para o aumento das competências e para a promoção do desenvolvimento.

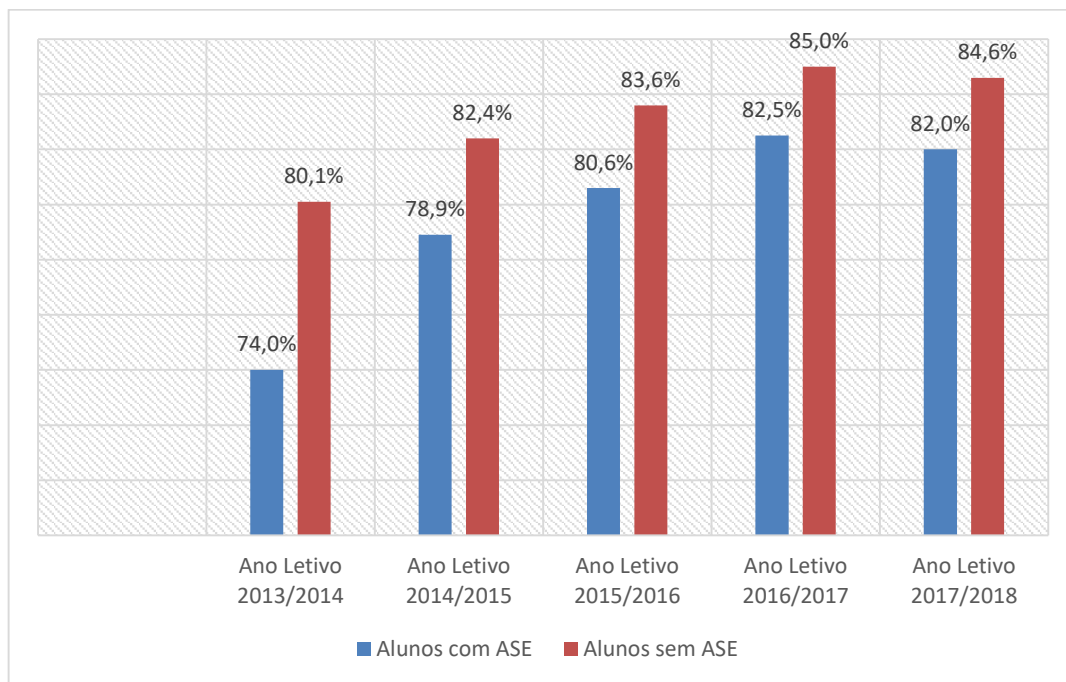
Diversos autores, nacionais e estrangeiros, partilham da ideia de que o (in) sucesso escolar é o resultado de múltiplas e complexas causas: condição socioeconómica do agregado familiar, qualidade dos professores, ser rapaz ou rapariga, habilitações académicas dos pais, relação com os colegas, frequência de pré-escolar, estilos de liderança da escola, qualidade das instalações escolares, ligação das escolas aos encarregados de educação, participação da comunidade educativa, entre outras.

Apesar do resultado destes estudos, profusamente difundidos por várias fontes do saber e, não havendo condições objetivas (com os dados disponíveis) para estabelecer correlações entre diferentes variáveis optou-se, por fazer um exercício de representação das possíveis relações entre os desempenhos escolares e a condição socioeconómica do agregado familiar, mais precisamente, a predominância de determinados resultados escolares nos diferentes níveis de ensino por correspondência ao maior ou menor percentagem de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar - percentagem de alunos posicionados no escalão A e no escalão B.

A Figura abaixo apresenta, a correlação entre os resultados escolares dos alunos - do 1º CEB ao ensino secundário- com a percentagem de alunos, dos mesmos níveis de ensino, abrangidos por medidas de ação social escolar (ASE), no período temporal em análise.

⁴³ Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

Figura 97. Taxas de transição/conclusão de alunos com ASE e alunos sem ASE



Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

Numa análise mais particular dos dados apresentados na Figura acima verificamos, numa abordagem muito genérica, que os alunos abrangidos por medidas de ASE⁴⁴ apresentam taxas mais baixas de transição/conclusão do que os alunos não abrangidos por estas medidas, em todos os anos letivos em análise, sendo que a diferença se tem vindo a esbater nos últimos anos letivos, começando com uma diferença de 6pp e, ficando nos últimos anos letivos, com uma diferença de 2,5pp.

Na Tabela abaixo apresenta-se, a evolução dos resultados globais, relativamente às taxas de abandono escolar e de alunos excluídos/retidos por faltas, no período em análise, entre os alunos abrangidos por apoios de ASE e alunos não abrangidos por esta medida, concluindo-se que, nestas variáveis, as diferenças não são estatisticamente relevantes.

⁴⁴ Ação Social Escolar

Tabela 29. Taxas de abandono escolar e de alunos retidos/excluídos por faltas (alunos com ASE e alunos sem ASE)

Anos Letivos	Alunos com ASE		Alunos sem ASE	
	% Abandono escolar	% Excluído/Retido faltas	% Abandono escolar	% Excluído/Retido faltas
Ano Letivo 2013/2014	0,0%	1,2%	0,1%	0,9%
Ano Letivo 2014/2015	0,0%	1,1%	0,1%	1,0%
Ano Letivo 2015/2016	0,1%	1,1%	0,1%	1,3%
Ano Letivo 2016/2017	0,0%	0,9%	0,1%	1,1%
Ano Letivo 2017/2018	0,1%	0,5%	0,0%	0,5%

Fonte: Plataforma BIME EDU/ME (fevereiro 2019)

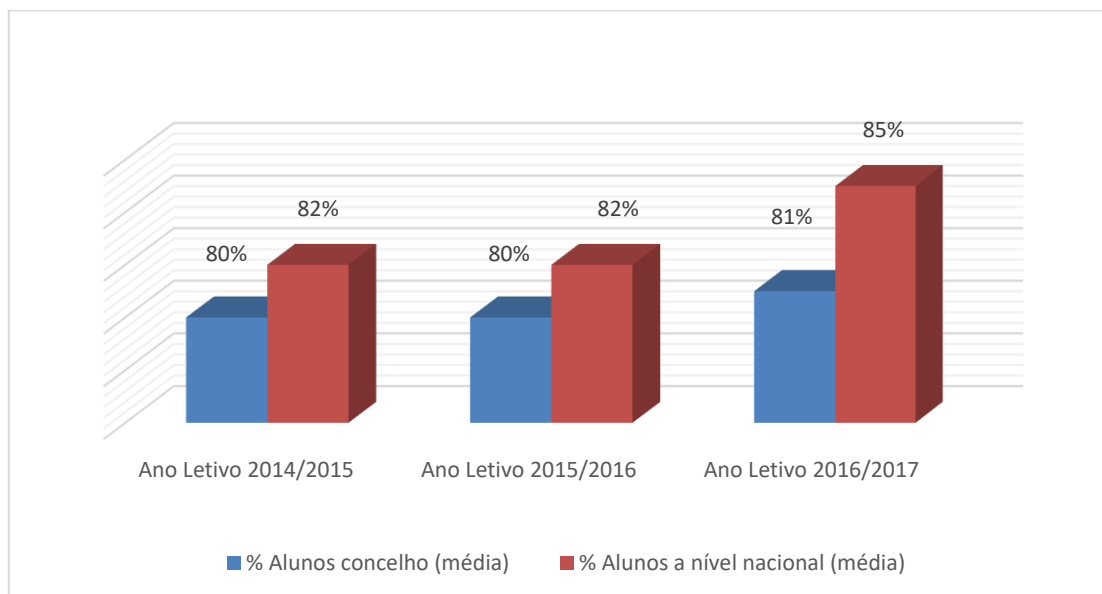
1.7. Percursos diretos de sucesso (rede pública e rede privada)

Neste ponto, serão abordados os percursos diretos de sucesso, dos alunos nos diferentes níveis de ensino - incluindo os alunos da rede pública e da rede privada – P/P, no concelho de Odivelas, por comparação, com os resultados dos alunos a nível nacional.

No 1º CEB, consideram-se percursos diretos de sucesso, a percentagem de alunos com a conclusão do 4º ano de escolaridade, após um percurso sem retenções, nos anos de escolaridade precedentes (2.º e 3.º anos de escolaridade, uma vez que não estão previstas retenções no 1º ano de escolaridade).

Ao analisarmos os indicadores apresentados na Figura abaixo concluímos que, nos três anos letivos em análise, a percentagem média de alunos com percursos diretos de sucesso a nível geral é sempre de 80% ou mais - entre 80% e 85% - e, que, os resultados médios dos alunos a nível nacional são sempre superiores aos resultados dos alunos do concelho de Odivelas, sendo que, essa margem diferencial se alarga, no último ano letivo aqui considerado (2016/2017), passando de 2pp para 4pp de diferença.

Figura 98. Percursos diretos de sucesso – 1º CEB (P/P)

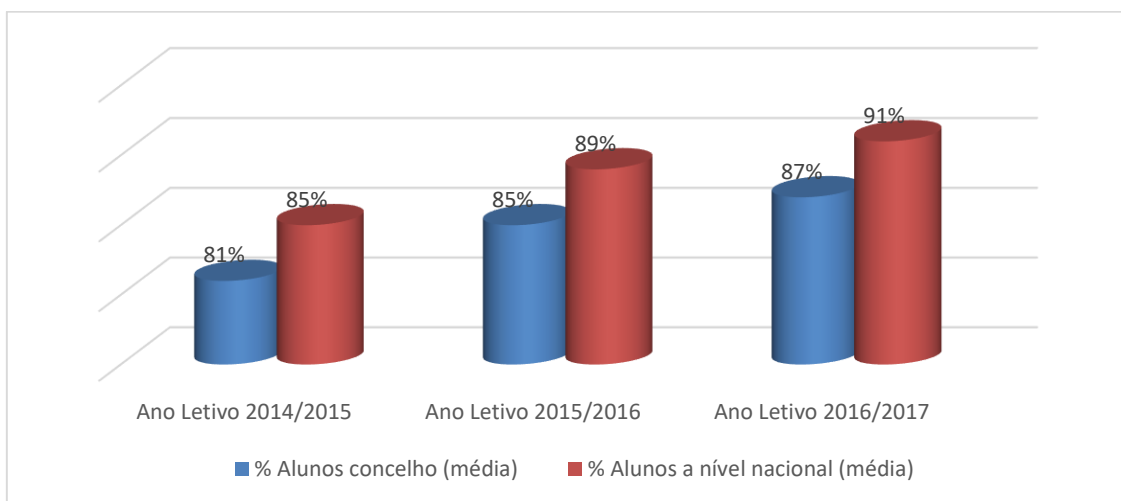


Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

No que se refere aos resultados do 2.º CEB e, considerando, que estamos a tratar de alunos que concluíram o 6º ano de escolaridade após um percurso sem retenções no 5º ano, a situação é idêntica à já verificada no 1º CEB, isto é, os resultados dos alunos do concelho de Odivelas são inferiores aos resultados médios a nível nacional, sendo que, os valores médios são ligeiramente superiores ao do ciclo precedente (1º CEB), quer no concelho de Odivelas quer a nível nacional (entre 81% e 87% no concelho, e entre 85% e 91% a nível nacional - se considerarmos os três anos letivos em análise), conforme Figura abaixo.

A diferença entre as duas realidades apresenta-se, com um valor constante, durante todo o período em análise, isto é, mais 4pp nos resultados dos alunos a nível nacional em todos os anos letivos do que os resultados dos alunos que frequentaram estabelecimentos de ensino no concelho de Odivelas, independentemente de serem de natureza pública ou privada.

Figura 99. Percursos diretos de sucesso – 2.º CEB (P/P)

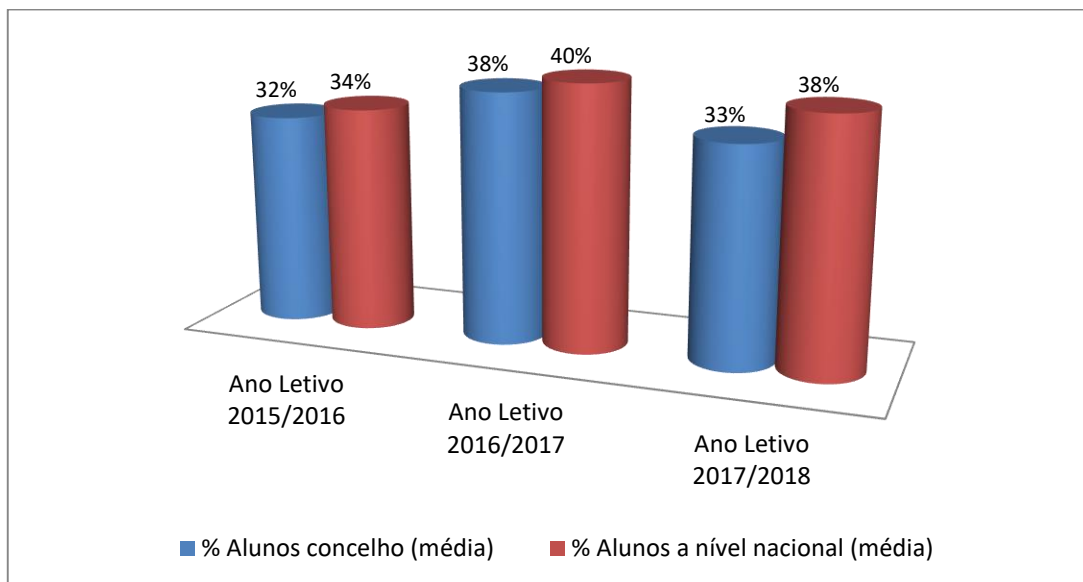


Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

No 3.º CEB, consideram-se percursos diretos de sucesso, a percentagem de alunos que obtém resultados positivos nas provas nacionais de Português e Matemática de 9º ano, após um percurso sem retenções no 7º e 8º ano de escolaridade.

A realidade neste nível de ensino (3.º CEB), no que diz respeito á comparação entre os resultados apresentados pelos alunos do concelho de Odivelas e a média dos resultados dos alunos a nível nacional apresenta-se similar, aos dois ciclos precedentes (melhores resultados a nível nacional do que no concelho de Odivelas), sendo que neste nível de ensino, as diferenças são mais evidentes no último ano letivo considerado (2017/2018), passando de 2pp para 5pp de diferença, conforme Figura abaixo.

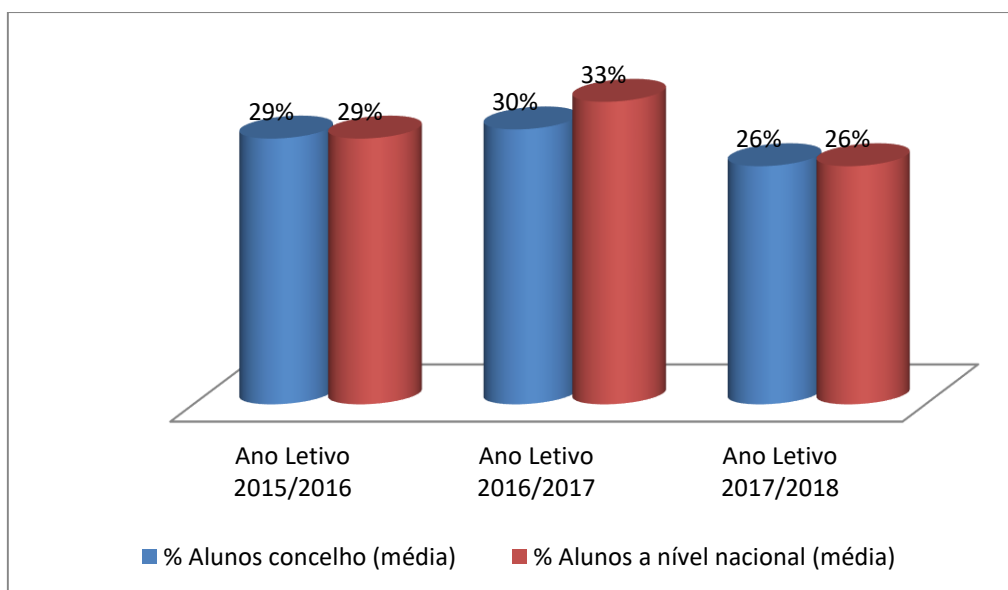
Figura 100. Percursos diretos de sucesso – 3.º CEB (P/P)



Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

Referir também que, a percentagem de alunos com percursos diretos de sucesso neste nível de ensino diminui, de forma significativa, relativamente aos dois ciclos precedentes (1.º e 2.º CEB), passando de valores globais entre os 80% e os 91% para valores médios entre os 32% e os 40%.

Figura 101. Percursos diretos de sucesso no ensino secundário – CCH (P/P)



Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

No ensino secundário (CCH), consideram-se percursos diretos de sucesso, a percentagem de alunos com conclusão do 12.º ano, após um percurso sem retenções no 10º e 11º ano de escolaridade.

Se analisarmos a Figura acima, concluímos que, a situação no ensino secundário, nos CCH (público e privado), se altera ligeiramente relativamente aos diferentes níveis do ensino básico, ou seja, só num dos três anos letivos em análise (2016/2017) os resultados médios do concelho são inferiores á média nacional, estando em linha com os resultados médios a nível nacional nos restantes dois anos letivos.

Referir também, que a percentagem de alunos com percursos diretos de sucesso neste nível de ensino e tipo de curso (CCH) diminui relativamente ao ciclo precedente (3.º CEB), passando de uma média de 32% a 40% (no 3.º CEB) para uma média de 26% a 33% (no ensino secundário).

No que se refere ao ensino secundário público, cursos profissionais, e considerando a percentagem de alunos que concluem este nível de ensino dentro do tempo normal (3 anos), por comparação com a média nacional de alunos com perfil semelhante verificamos que, conforme Tabela abaixo, nos 2 anos letivos considerados (2015/206 e 2016/2017), os resultados dos alunos que frequentam as escolas do concelho de Odivelas são inferiores aos resultados médios dos alunos a nível nacional (menos 9pp no primeiro ano letivo em análise, e menos 11pp no segundo ano letivo).

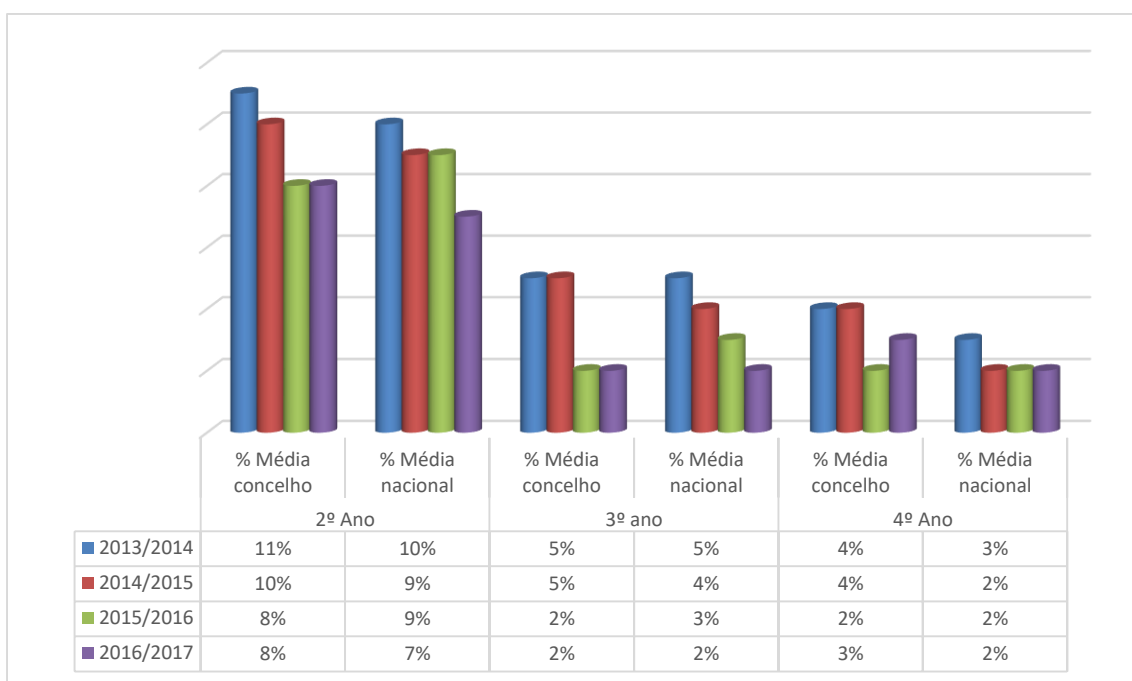
Tabela 30. Percursos diretos de sucesso no ensino secundário – cursos profissionais

Percursos diretos de sucesso (ensino secundário público)	Ano letivo 2015/2016		Ano letivo 2016/2017	
	% Alunos concelho (média)	% Alunos a nível nacional (média)	% Alunos concelho (média)	% Alunos a nível nacional (média)
Concluiu o ensino secundário em 3 anos (a)	38%	47%	44%	55%
Não conclui ensino secundário em 3 anos, e continuam inscritos (b)	27%	25%	28%	23%
Não concluiu o ensino secundário em 3 anos, e continuam inscritos em outra modalidade do ensino secundário (c)	14%	7%	10%	6%
Não conclui o ensino secundário em 3 anos, e não continuam inscritos em outra modalidade de ensino (d)	21%	21%	17%	16%

Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

Se considerarmos os restantes indicadores considerados na Tabela (b, c, d) verificamos que, a percentagem de alunos do concelho tipificados nos referidos descritores é sempre superior á média nacional, nos dois anos letivos em referência, com exceção do indicador d) - *Não conclui o ensino secundário em 3 anos, e não continuam inscritos em outra modalidade de ensino* – em que no Ano letivo 2015/2016 - os resultados se apresentam em linha com a média nacional (21% dos alunos) e, com apenas 1pp de diferença, no ano letivo seguinte (2016/2017).

Figura 102. Taxas de retenção e desistência no 1º CEB (P/P), por comparação com a média nacional



Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

Na Figura acima, consideramos as taxas médias de retenção e desistência⁴⁵ no 1º CEB (2.º, 3.º e 4.º ano de escolaridade) dos alunos que frequentaram escolas no concelho de Odivelas, entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2016/2017 (rede pública e rede privada), por comparação com a média obtida pelos alunos dos mesmos anos de escolaridade, a nível nacional.

Numa análise mais detalhada da mesma Figura verificamos que, as diferenças percentuais entre os resultados obtidos pelos alunos do concelho de Odivelas e os resultados obtidos pelos alunos a nível

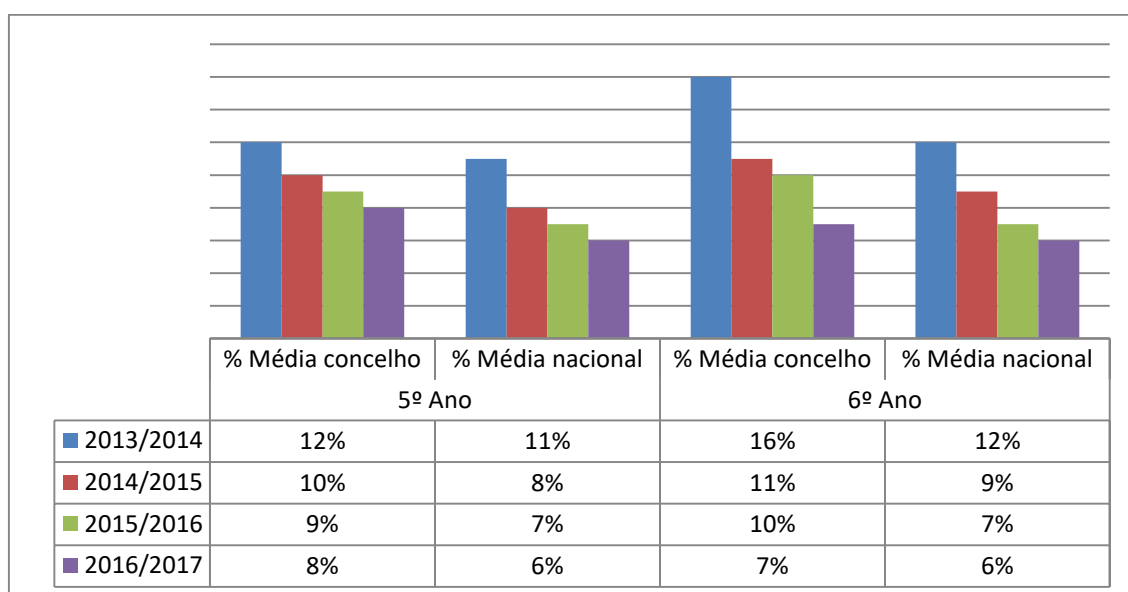
⁴⁵ Alunos que não transitaram de ano e alunos retidos ou excluídos por faltas, e outras situações.

nacional oscilam de ano para ano, mas não ultrapassam 1pp de diferença (com exceção do Ano letivo 2014/2015, em que a diferença no 4º ano de escolaridade, é de 2pp), podendo estar acima, abaixo ou em linha com a média nacional, dependendo dos anos de escolaridade e dos anos letivos em presença.

Destacar neste nível de ensino, o caso do 2.º ano de escolaridade, como aquele que apresenta em todos os anos letivos em análise, o maior valor percentual de retenção/desistência, provavelmente, em virtude de, não estar prevista a existência de alunos retidos no ano de escolaridade precedente (1º ano).

A Figura abaixo, apresenta as taxas de retenção e desistência nos anos de escolaridade que integram o 2.º CEB (5º e 6º ano de escolaridade), dos alunos que estiveram inscritos nas escolas da rede pública e da rede privada do concelho de Odivelas, por comparação com a média dos resultados dos alunos a nível nacional, nos quatro anos letivos já identificados anteriormente.

Figura 103. **Taxas de retenção e desistência no 2.º CEB (P/P), por comparação com a média nacional**



Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

Numa primeira abordagem, podemos afirmar que, globalmente, as taxas de retenção e desistência dos alunos que frequentaram as escolas do concelho de Odivelas são ligeiramente mais elevadas, do que as médias dos alunos a nível nacional, nos dois anos de escolaridade em questão e, em todo o período, em análise.

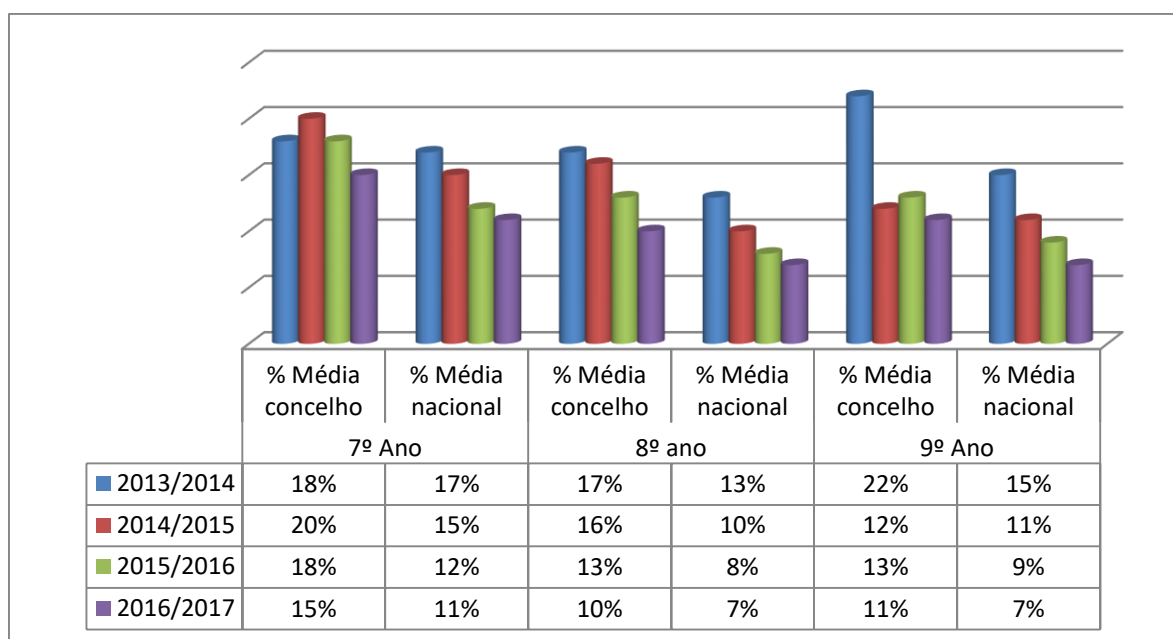
Numa análise mais detalhada, diríamos que, as diferenças se acentuam no 6º ano de escolaridade, variando entre um mínimo de 1pp no Ano letivo 2016/2017 e um máximo de 4pp no Ano letivo 2013/2014; no 5º ano

de escolaridade, a variação de resultados é mais pequena (entre 1pp e 2pp) e, manteve-se estável nos três últimos anos letivos (2pp de diferença).

No 3.º CEB, conforme Figura abaixo, estes resultados (taxas de retenção e desistência) apresentam um comportamento oscilatório, nos três anos de escolaridade que o integram (7º, 8º e 9º ano).

Neste nível de ensino, e com exceção dos resultados do 9º ano de escolaridade no Ano letivo 2014/2015, que se apresentam abaixo da média nacional, os restantes anos de escolaridade mantêm sempre, valores mais elevados nos alunos que frequentam as escolas do concelho de Odivelas por comparação com os resultados médios a nível nacional (diferenças que podem ir de 1pp no 7º ano – Ano letivo 2013/2014, até 7pp no 9º ano no mesmo ano letivo), situando-se os restantes anos de escolaridade e anos letivos, em valores intermédios.

Figura 104. Taxas de retenção e desistência no 3.º CEB (P/P), por comparação com a média nacional



Fonte: Infoescolas.mec.pt (fevereiro 2019)

O comportamento das taxas de retenção e desistência dos alunos inscritos nos CCH, do ensino secundário (rede pública e privada), por comparação com a taxa média dos resultados dos alunos a nível nacional para este mesmo tipo de cursos e nível de ensino apresenta, de acordo com a Figura abaixo:

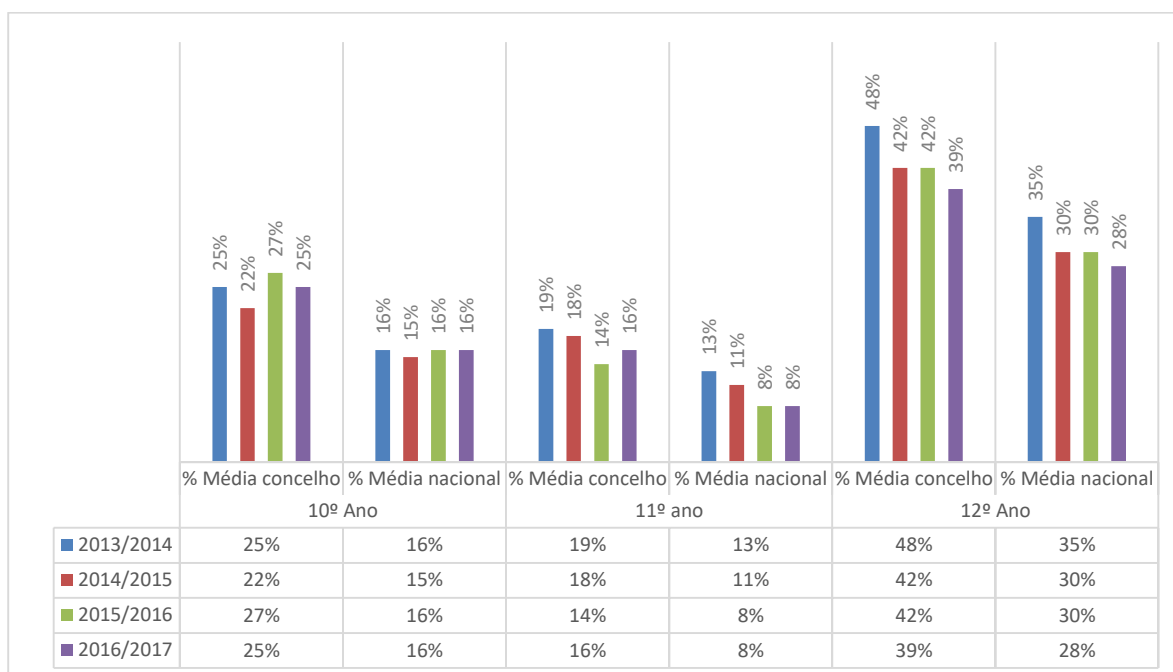
- Um comportamento oscilatório (ora crescente ora decrescente) no 10º ano de escolaridade - quer no concelho de Odivelas quer a nível nacional -, ainda que com valores mais acentuados, nos resultados dos alunos do concelho de Odivelas;

- Uma tendência de decréscimo no 11º ano de escolaridade, nos três primeiros anos letivos em análise, invertendo essa tendência no Ano letivo 2016/2017, com um crescimento da variável nos resultados dos alunos do concelho de Odivelas e, uma manutenção dos valores médios, a nível nacional;
- Um comportamento de decréscimo progressivo no 12.º ano de escolaridade, quer nos resultados dos alunos do concelho de Odivelas quer nos resultados dos alunos a nível nacional.

De referir, contudo, que as taxas de retenção e desistência são sempre mais elevadas nos alunos do concelho de Odivelas por referência com os resultados médios dos alunos a nível nacional, em todos os anos de escolaridade (10º, 11º e 12.º ano) e, em todo o período em análise.

Salientar também, as altas taxas de retenção e desistência no 12.º ano (entre 39% e 48% no concelho de Odivelas, e entre 28% e 35% de retenções, a nível nacional).

Figura 105. Taxas de retenção e desistência dos alunos nos CCH/ensino secundário (P/P), por comparação com a média nacional



Fonte: Infoescolas.mec.pt

2. Medidas de apoio e complemento educativo em contexto escolar

O papel desempenhado pelas diferentes modalidades de apoio, no âmbito da ação social escolar ASE), nos seus diferentes procedimentos de atribuição (aplicação universal, aplicação diferenciada ou restrita, apoios integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados), tem como principal fundamento, apoiar as crianças e os alunos que frequentam os diferentes níveis de educação e ensino e cujos agregados familiares se encontrem em situação socioeconómica desfavorecida, contribuindo desta forma, para a prevenção da exclusão social e do abandono escolar, dentro dos princípios gerais, de combate às desigualdades sociais e da criação de condições de igualdade de oportunidades no acesso, equidade no sucesso e, qualidade nos processos de ensino-aprendizagem para todos os alunos.

Neste âmbito, são atribuídos aos alunos, apoios ao nível da alimentação, material escolar, apoio para comparticipação de visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, apoio para frequência das AAAP, entre outros. O montante a atribuir a cada aluno é atualizado anualmente, sendo o escalão de apoio no qual se integra o agregado familiar, determinado em função do escalão de abono de família em que o mesmo se insere⁴⁶.

No âmbito da implementação destas medidas ⁴⁷ o Município de Odivelas concede, aos alunos do 1º CEB, apoios para a compra de material escolar (auxílios económicos) e para atividades de complemento curricular (visitas de estudo), sendo os limites da comparticipação financeira definidos anualmente, por Despacho do Ministério da Educação, publicado em Diário da República; por deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, os alunos integrados no escalão C, usufruem de apoio para a realização de visitas de estudo, cujo montante é aprovado pelos órgãos municipais.

Para além dos auxílios económicos, são ainda concedidos apoios para “Tecnologias de Apoio” para crianças com necessidades educativas específicas, através da transferência de verbas para os agrupamentos de escolas, para a aquisição de equipamentos e materiais didáticos especializados de suporte à aprendizagem e à inclusão, que permitam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes a nível da comunicação, interação e cognição.

A atribuição de recursos pedagógicos (fichas de trabalho) a todos os alunos do 1º e do 2.º ciclo do ensino básico, enquanto recurso relevante - ainda que não exclusivo - no contexto de ensino e aprendizagem, por

⁴⁶ Despacho n.º 725572018, de 31 de julho, que alterou o Despacho n.º 529672017, de 16 de junho, que alterou o Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho.

⁴⁷ Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

parte da Câmara Municipal de Odivelas, visa complementar o programa de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares, cujo procedimento geral é assegurado pela administração central (Ministério da Educação).

No que respeita às refeições escolares, o Município de Odivelas fornece 3 refeições diárias, no pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico (pequeno almoço, almoço e lanche), sendo o montante a pagar pelo almoço definido anualmente por despacho do Ministério da Educação e, o montante a pagar pelo lanche e pequeno-almoço, definido por deliberação da Câmara Municipal (uma vez que se trata de uma medida de opção municipal, com entrada em funcionamento, no Ano letivo 2011/2012).

Relativamente aos transportes escolares, a Câmara Municipal de Odivelas assegura, diferentes tipos de apoio: o transporte escolar adaptado - levado a cabo em carrinhas municipais, com acompanhamento de vigilantes que acompanham todo o percurso casa/escola e ajudam os alunos no embarque e desembarque - destinado a alunos com necessidades educativas específica de caráter permanente; o serviço de transporte através de “Circuito Especial - Olival Basto/Póvoa de Santo Adrião”, para responder a alunos que residem em Bairros destas localidades, e que não são servidos por transportes públicos; a atribuição do passe escolar, a alunos que residem a determinada distância da escola; e a atribuição do valor do passe escolar a alunos que frequentam escolas fora do concelho de Odivelas, por falta de vaga ou curso em escolas do concelho.

As atividades de animação e de apoio à família (AAAF), na vertente de prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias. São comparticipadas pela administração central e local, e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar.

A CAF (componente de apoio à família) no 1º ciclo do ensino básico, é promovida por instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e ou associações de pais (AP), em parceria com os diferentes agrupamentos de escolas⁴⁸ e, desenvolve-se em espaços escolares disponíveis, em cada unidade/escola. A intervenção da Câmara Municipal de Odivelas traduz-se, na cedência e manutenção dos espaços escolares, de forma gratuita, suportando ainda, indiretamente, os custos com o gasto de água, eletricidade e gás.

⁴⁸ Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

Tabela 31. Medidas de apoio e complemento socioeducativo em contexto escolar

Programas e medidas de apoio e complemento socioeducativo em contexto escolar	Níveis de educação e ensino a que se destinam					Breve descrição do Programa/Medida
	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	
AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família	x					Atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas.
AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular		x				Atividades de oferta obrigatória e de frequência facultativa, de natureza lúdica, formativa e cultural, que incidam, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação.
CAF - Componente de Apoio à Família		x				Atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico antes e ou depois da componente do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.
Serviço de pequeno-almoço	x	x				Serviço de pequeno almoço disponibilizado no estabelecimento de educação e ensino, mediante marcação prévia.
Serviço de almoço	x	x	x	x	x	Serviço de almoço disponibilizado no estabelecimento de educação e ensino, mediante marcação prévia.
Serviço de lanche	x	x				Serviço de lanche disponibilizado no estabelecimento de educação e ensino, mediante marcação prévia.

Fonte: CMO/DE

Desenvolvimento de Projetos Socioeducativos

Odivelas ratificou a sua adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras, em 16 de Novembro de 1999, ainda enquanto Comissão Instaladora do novo Município e, dentro desse espírito, tem vindo a desenvolver esforços no sentido de desenvolver políticas e atuações inspiradas nos princípios da Carta das Cidades Educadoras, em que a Câmara Municipal se assume, como um parceiro permanente na construção do “ato de educar”, cabendo-lhe um papel que transcende o mero exercício das competências que lhe são atribuídas no em qualquer quadro legal em vigor.

Não se pode entender o contributo da educação formal, essencialmente realizada na escola, para o desenvolvimento local, sem procurar alargar e consolidar a sua ligação à comunidade mais ou menos

envolvente, não ficando estreitamente fechada nos seus muros, reforçando a colaboração com ela, enriquecendo-se e enriquecendo-a.

Este é um novo paradigma, que aponta para a cidade como espaço social de encontro entre o global, o nacional e o local, entre a educação formal e a educação não formal e informal, para a descentralização e autonomia e, para o município, enquanto dinamizador e coordenador de uma política educativa local, partilhada por um amplo leque de entidades, cada uma com o seu nível de responsabilidade social.

Conforme é referido na Carta das Cidades Educadoras, “a cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política, de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento dos seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida”⁴⁹.

Tendo presente estes princípios, a Câmara Municipal de Odivelas desenvolve, a partir de diferentes unidades orgânicas, projetos e ações dirigidos à comunidade educativa, vocacionados para os diversos níveis de educação e ensino e, programados, em estreita articulação com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho, e outros.

Tabela 32. Projetos socioeducativos desenvolvidos pelo município em contexto escolar

Identificação dos Projetos/Ações/Atividades	Níveis de educação e ensino a que se destinam						Unidades orgânicas responsáveis pelos projetos/ações
	Pré-escolar	1º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Comunidade	
Programa da Atividade Física e Desporto na Escola	x	x					Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania
SerSeguro	x	x					
Arco-íris	x						
SEI! - Ser Família	x	x					
Educação para a Cidadania Democrática					x		
Hipoterapia	x	x	x	x			
Do Urbano ao Rural	x	x					
Projeto Inclusiv@ - Competências Transculturais	x	x	x	x	x		

⁴⁹ In Preâmbulo da Carta das Cidades Educadoras

Identificação dos Projetos/Ações/Atividades	Níveis de educação e ensino a que se destinam						Unidades orgânicas responsáveis pelos projetos/ações
	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Comunidade	
Oficina de reciclagem de Papel – Política dos 3R's		x					Divisão de Ambiente
Oficina de Reutilização de garrafas de plástico		3.º/4º ano					
Oficina de Reciclagem de Óleos Alimentares Usados			x	x			
Oficina de Reciclagem de Velas Usadas		x	x				
Projeção de vídeos e realização de debate – Política dos 3R's			x	x			
Concurso Separa e Ganha	x	x	x	x	x		
Mostra de Trabalhos Escolares: Património de Odivelas	x	x	x	x	x		
Concurso de Cartazes Eco Código – Código da Reciclagem		x	x				
Exposição Sensorial sobre a Água	x	x	x	x	x		
Ação de Sensibilização sobre Poupança e Uso Racional da Água	x	x	x	x	x		
Conhecer os jardins, parques, rios e ribeiras de Odivelas			x	x			
Visita a Estação de Tratamento de Águas Residuais			x	x			
Visita ao Projeto Água 360º	x	x	x	x	x		
Energia e Desenvolvimento Sustentável			x	x	x		
Alterações Climáticas			x	x	x		
Pegada Ecológica			x	x	x		
Pet's e Companhia		x	x		x		
Que qualidade do ar?			x	x	x		
Visita à Estação de Análise da Qualidade do Ar			x	x	x		
Consumo Sustentável, Ambiente mais Saudável		x	x				
Mobilidade Sustentável			x	x	x		
Oficina "Descobre as Árvores da Minha Escola"		x	x				
Oficina de Identificação e caracterização de espécies dos parques e jardins do Concelho		x	x	x			
Oficina de Sementeira		x	x	x			
Caça ao Tesouro no Jardim		x	x	x			
Visitas a equipamentos de Valorização Ambiental			x	x	x		
Comemoração das datas temáticas	x	x	x	x	x		

Identificação dos Projetos/Ações/Atividades	Níveis de educação e ensino a que se destinam						Unidades orgânicas responsáveis pelos projetos/ações
	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Comunidade	
Teatro Infantil	x	x	x	x	x		Divisão de Cultura e Turismo
Visitas orientadas - Centro de Exposições			x	x			
À Descoberta da Arte	x	x					
Noite com arte						8-12 anos	
Em tempo de férias descobre a Arte						6-12 anos	
Sábados com Arte						6-10 anos	
Visitas orientadas - Posto de Comando do MFA		x	x	x	x		
Estória (s) da História de Abril	x	x					
Peddy Paper		x	x	x			
Qual é o mais bonito - Coleção visitável da EPADD	x	x					
Visitas orientadas		x	x	x	x		
Histórias com Arte - Biblioteca D. Dinis						4-6 anos	
Mimos e leituras						1-18 meses	
Contar carneiros						6.8 anos	
Bibliófilo vai à escola	x						
Dois braços para embalar, uma voz para contar						9 meses-3 anos	
Semana da BD		x	x	x	x	x	
Verão na Biblioteca - Visita e jogo temático						ATL e similares	
Hora do conto	x	x				x	
Leituras Encenadas com Música ao Vivo					x	x	
Ler em família: atividades de leitura						3-6 anos	
Oficina das Histórias						3-12 anos	
Brincando com Histórias						3-6 anos	
Férias de Verão						6-17 anos	Divisão de Desenvolvimento Desportivo
Gabinete Orienta-te						12-35 anos	Gabinete de Juventude
Cartão Jovem Cidadão						12-35 anos	
Grupo Amador de Teatro: Expressões & Impressões						12-50 anos	
ExpressAr-te - Expor Arte na Casa						12-35 anos	
Grupo Dança Jovem						12-35 anos	

Identificação dos Projetos/Ações/Atividades	Níveis de educação e ensino a que se destinam						Unidades orgânicas responsáveis pelos projetos/ações
	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Comunidade	
Atividades de Ocupação de Tempos Livres – Páscoa e Natal						6-15 anos	
Clube PHDA						x	Gabinete de Saúde
Programa Eu e os outros				x	x		
Os Super Saudáveis		x					
Entre Escovas e Bochechos	x	x					
Práticas Sobre Educação Postural		x		x	x		
Ciclo de Workshops Saber Comer é Saber Escolher						Docentes	
Dieta Mediterrânica em Odivelas						Docentes	
Plano de Ação Educativa		x					Serviço Municipal de Proteção Civil
Semana Municipal de Proteção Civil		x					
Programa “Prevenir desde já!”	x	x					
Exercícios de Evacuação	x	x	x	x	x		
Rede de Escolas Amigas dos Animais						x	Serviço de Veterinária Municipal
Sensibilização Escolar sobre Animais de Companhia						x	
Bichos no Multusos						x	

Fonte: Diretório dos Projetos Municipais Socioeducativos 2018

V. INTEGRAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO NO TERRITÓRIO

A qualidade do sistema educativo local não se esgota de todo na importância do parque escolar, enquanto conjunto de equipamentos que devem ser dignos e dignificantes do território físico e humano que os fundamenta, e os acolhe no seu espaço. No entanto, a especificidade do património escolar edificado, no contexto mais global dos recursos educativos disponíveis e da sua reabilitação, não deixa de constituir um desafio e uma “exigência” a ter em conta nas intervenções a levar a cabo pelo Município de Odivelas, dentro de um contexto mais amplo que se prende com a qualidade das instalações escolares, a sua segurança e conforto.

1. Caracterização geral dos equipamentos escolares

No concelho de Odivelas existem 22 equipamentos escolares, com pré-escolar e 1º CEB, mas, apenas seis destes, foram planeados com projeto arquitetónico de raiz para oferecer as duas valências (EB Veiga Ferreira, EB Quinta da Condessa, EB Casais de Trigaches EB Porto Pinheiro, EB Eça de Queirós, EB Casal dos Apréstimos).

Trata-se de equipamentos educativos mais recentes, construídos numa altura em que a importância da frequência da educação pré-escolar começou a ser reconhecida pelas entidades oficiais e pelos especialistas da educação como tendo influência no sucesso escolar dos alunos, numa fase mais adiantada dos estudos académicos.

A este propósito referir que, apesar de a educação pré-escolar, de natureza pública, ter sido criada em 1977, sendo que os principais diplomas que enquadram o seu funcionamento já foram publicados na década de 90 – em 1997, com a Lei Quadro do Pré-Escolar entre outros normativos legais -, ano este, em que entra em funcionamento no concelho de Odivelas, o primeiro equipamento educativo concebido de raiz, com projeto integrado de pré-escolar e do 1º CEB (EB Veiga Ferreira, em Famões).

1.1. Antiguidade do parque escolar

Tabela 33. Antiguidade do Parque Escolar (EB 1º CEB e JI)

Entrada em Funcionamento/ Construção	Equipamentos/Tipologias			Observações:
	JI	1º CEB	EB 1º CEB/JI	
Década de 1950	- JI Gil Eanes (antiga EB n.º 1 da Pontinha – (1).	- EB Francisco Vieira Caldas/Caneças; - EB Maria Lamas (2); - EB Mário Madeira.		Um destes equipamentos funciona atualmente como JI (1) e, uma outra escola, já acumula 1º CEB com JI (2), após obras de ampliação/remodelação.
Década de 1960	JI Azenha (3).	- EB D. Dinis n.º 1 (4); - EB da Paiã (4); - EB Olival Basto (4); - EB António Maria Bravo.		Um destes equipamentos funciona atualmente como JI (3) e, 3 destas escolas, já acumulam 1º CEB com JI (4), após obras de ampliação/remodelação e/ou construção de um segundo edifício (caso da EB da Paiã).
Década de 1970		- EB Quinta das Dális (5); - EB Artur Alves Cardoso (5); - EB Rainha Santa; - EB Mello Falcão; - EB Maria Costa (5).		Três destes equipamentos já funcionam atualmente com as valências de 1º CEB e JI (5), após obras de ampliação/remodelação. No caso da EB Artur Alves Cardoso, Caneças, referir que esta escola já funcionava com 2 salas de pré-escolar em pavilhões pré-fabricados autónomos (mas implantados no mesmo logradouro), antes do processo de requalificação/ampliação.
Década de 1980	- JI Roque Gameiro; - JI Álvaro de Campos; - JI Dr. João dos Santos.	- EB Sofia Mello Breyner (6); - EB Bernardim Ribeiro; - EB Maria Máxima Vaz (6); - EB Cesário Verde (6); - EB Casal da Serra (6); - EB Vale Grande (6); - EB Quinta de S. José (6); - EB Barbosa du Bocage (6); - EB Amoreira; - EB João Villaret (6).		Oito destes equipamentos já funcionam atualmente com as valências de 1º CEB e JI, após obras de ampliação/remodelação (6).

Entrada em Funcionamento/ Construção	Equipamentos/Tipologias			Observações:
	JI	1º CEB	EB 1º CEB/JI	
Década de 1990		- EB Manuel Coco.	- EB Veiga Ferreira.	A EB Manuel Coco já funciona atualmente com as valências de 1º CEB e JI, após obras de ampliação/remodelação.
Década de 2000		- EB Serra da Luz (7)	- EB Quinta da Condessa; - EB Casais de Trigache.	Substituição do edifício de pré-fabricado degradado por pavilhões modelo tipo ALGECO, dadas as características do terreno onde está implantada (7).
Década de 2010	- JI Francisco Vieira Caldas (entrada em funcionamento em loja municipal; salas a desativar no final do Ano letivo 2018/2019).		- EB Porto Pinheiro; - EB Casal dos Apréstimos; - EB Eça de Queirós (8).	Este novo estabelecimento de ensino substituiu os pavilhões pré-fabricados onde apenas funcionavam 2 salas de aula do 1º CEB (8).

Fonte: Documento de Revisão da Carta Educativa de Odivelas Vol. II – Caracterização Funcional do Parque Escolar/Rede Pública (2012).

Ao analisarmos a Tabela acima verificamos que, o parque escolar do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, edificado e em funcionamento na atualidade, remonta ao início dos anos 50 - década em que foi instituída a escolaridade obrigatória da 4ª classe para o sexo masculino e da 3ª classe para o sexo feminino – ano de 1956 -, havendo depois construções em todas as décadas subsequentes (anos 60, 70, 80, 90, 2000, 2010, e na década atual), sendo contudo, na década de 80, que se verificou o maior número de construções escolares neste nível de ensino.

Referir que alguns destes edifícios, apesar de terem sido construídos para utilização exclusiva do 1º ciclo do ensino básico, funcionam atualmente com o pré-escolar integrado ou foram revertidos para função exclusiva de jardim-de-infância - caso do JI Gil Eanes e do JI da Azenha -, após terem sofrido obras de ampliação e/ou remodelação.

Tabela 34. Antiguidade do Parque Escolar (EB 2.º e 3.º CEB e Escolas Secundárias)

Entrada em Funcionamento/ Construção	N.º Equipamentos		Observações:
	EB 2.º /3.º CEB	Secundário/Profissional	
Década de 1910		EPADD – Paiã	Entrou em funcionamento no Ano letivo 1918/19.
Década de 1960	EB Avelar Brotero		Primeira escola do 2.º ciclo do concelho de Odivelas.
Década de 1970	EB da Pontinha	ES Odivelas	
Década de 1980	EB D. Dinis EB Carlos Paredes (1) EB Castanheiros	ES Caneças (2) ES Ramada ES Pedro Alexandrino (2) ES Braamcamp Freire (2)	No Ano letivo 2016/2017 integrou a oferta de 1º EB, para além de, continuar com a oferta de 2.º e 3.º CEB (1). Escolas intervencionadas no âmbito do Programa da Parque Escolar (2008/2009/2010/2011) – (2).
Década de 1990	EB António Gedeão EB Vasco Santana		
Década de 2010	EB Moinhos da Arroja.		Substituiu a EB Isabel de Portugal que funcionava em pavilhões pré-fabricados degradados.

Fonte: Documento de Revisão da Carta Educativa de Odivelas Vol. II – Caracterização Funcional do Parque Escolar/Rede Pública (2012).

A Tabela acima ilustra, de forma clara, que o parque escolar edificado que responde aos níveis de ensino do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário tem, o seu apogeu, de entrada em funcionamento, na década de 80, já no período pós - 25 de abril.

Referir que, em termos de antiguidade deste parque escolar, temos a EB Avelar Brotero, em Odivelas, que foi a primeira escola a responder à procura do 2.º ciclo no concelho e, que entrou em funcionamento, no final da década de 60 (Ano letivo 1969/70), não sendo alheia a esta construção o facto de, em 1964, ter sido decretado a escolaridade obrigatória de 6 anos.

No que diz respeito às escolas secundárias que, também acumulam a oferta de 3.º CEB, a primeira escola a ser construída, foi a Escola Secundária de Odivelas, que entrou em funcionamento no Ano letivo 1977/1978. Também a nível do parque escolar destes níveis de ensino se verifica que, foi na década de 80, que teve lugar a construção do maior número de equipamentos escolares podendo, também aqui, estabelecer-se uma relação direta com a publicação de normativos legais, nomeadamente: em 1980, aumentou-se a escolaridade de nível secundário em mais um ano, e foi criado o 12.º ano; e em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, a escolaridade obrigatória passou de 6 para 9 anos.

A Escola Profissional Agrícola D. Dinis, da Paiã, em termos de edificado e de funcionamento, é a mais antiga relativamente a todas as outras escolas da rede pública localizadas no concelho de Odivelas, tendo entrado

em funcionamento no Ano letivo 1918/19. Trata-se de uma escola com características diferentes, com oferta de formação profissional nas áreas específicas da agricultura e pecuária, apesar de, durante alguns anos ter acumulado turmas do ensino secundário de nível regular (década de 90).

1.2. Arquitetura escolar

À semelhança do ponto anterior, não é objetivo deste ponto apresentar a evolução exaustiva da arquitetura escolar e da sua evolução no tempo, mas, apenas, assinalar alguns projetos arquitetónicos, sobretudo a nível do 1º CEB, que numa determinada época se disseminaram a nível nacional e, de forma particular, no concelho de Odivelas.

Arquitetura Escolar (JI, EB 1º CEB/JI)

Tabela 35. Arquitetura Escolar (EB 1º CEB/JI)

Tipo de Arquitetura	Equipamentos (EB 1º CEB/JI)			Observações:
	JI	1º CEB	EB 1º CEB/JI	
Plano dos Centenários	- JI Gil Eanes (antiga EB1 n.º 1 da Pontinha); - JI Azenha.	- EB Mário Madeira; - EB António Maria Bravo.		
Plano dos Centenários + Pavilhões Pré-Fabricados		- EB Francisco Vieira Caldas/Caneças.		
Plano dos Centenários + Nova Arquitetura			- EB Maria Lamas; - EB D. Dinis n.º 1; - EB Artur Alves Cardoso; - EB Barbosa du Bocage; - EB Olival Basto.	
Plano dos Centenários + P3			- EB da Paiã.	
Novo Plano Tipo Urbano + Nova Arquitetura.			- EB Quinta das Dális.	
P3 - Área Aberta		- EB Rainha Santa; - EB Maria Costa; - EB Bernardim Ribeiro; - EB Mello Falcão; - EB Amoreira.	- EB Sofia Mello Breyner; EB Maria Máxima Vaz; - EB Quinta de S. José.	

Tipo de Arquitetura	Equipamentos (EB 1º CEB/JI)			Observações:
	Jl	1º CEB	EB 1º CEB/Jl	
P3 - Área Aberta + Pavilhões Pré-Fabricados + Nova Arquitetura.			- EB Manuel Coco.	Os pavilhões pré-fabricados foram instalados em 1999, para fazer face a um aumento significativo da população escolar do 1º ciclo nesse ano letivo, e uma vez que a escola existente na altura (Projeto P3) já funcionava toda em regime duplo.
P3 - Área Aberta + Nova Arquitetura			- EB Cesário Verde; - EB Casal da Serra; - EB Vale Grande; - EB João Villaret.	
Nova Arquitetura			- EB Veiga Ferreira; - EB Quinta da Condessa; - EB Casais de Trigache; - EB Casal dos Apréstimos; - EB Eça de Queirós; - EB Porto Pinheiro.	
Nova Arquitetura – Projeto tipo Jl	- Jl Roque Gameiro; - Jl Dr. João dos Santos.			
Edifício Pré-fabricado antigo + Monoblocos recentes	- Jl Álvaro de Campos.			
Edifício habitacional adaptado (lojas)	- Jl Francisco Vieira Caldas.			A desativar em setembro de 2019.
Monoblocos Modernos		EB1 Serra da Luz		Implantação recente (2004). Modelo escolhido - Monobloco leve - por questões relacionadas com as características geofísicas do terreno.

Fonte: Documento de Revisão da Carta Educativa de Odivelas Vol. II – Caracterização Funcional do Parque Escolar/Rede Pública (2012).

O projeto “Planos dos Centenários”, com início de construção no país em 1941 (coincidindo com a Exposição das Comemorações dos Centenários), vigorou oficialmente até 1961, apesar de a partir de 1958 ter começado a ser implementada uma solução mais simples e com menos custos, denominada “o Novo Plano” - tipo urbano e tipo rural - que introduz ligeiras alterações técnicas no projeto inicial.

Trata-se de escolas constituídas por salas de aula, distribuídas por 1 ou 2 pisos (conforme se trate do modelo tipo rural ou tipo urbano), instalações sanitárias e, com um pequeno logradouro coberto nas traseiras; algumas destas escolas foram concebidas, inicialmente, com dois edifícios ligados, com entradas independentes no edifício, destinando-se um deles à frequência de alunos do sexo feminino e, o outro, para os alunos do sexo masculino.

Numa fase posterior - finais dos anos 70 -, este tipo de projeto foi substituído pelo projeto P3 (também denominado de “Escola de Área Aberta”), que apresenta uma estrutura arquitetónica compacta, em que os módulos estão ligados ao bloco social, constituído por cozinha, sala polivalente, com polidesportivo independente com balneários para responder à prática da educação física - como na EB Cesário Verde e na EB Quinta de S. José.

As primeiras construções tipo P3 tinham uma construção industrializada e, as salas de aula, comunicavam umas com as outras através de um espaço denominado de “zona suja” - que tinha ponto de água para trabalhos de expressão plástica -, introduzindo uma lógica de flexibilização e versatilidade, na utilização dos espaços, como a partilha de conhecimentos e experiências entre grupos e entre professores de diferentes turmas.

O modelo de sala aberta sofreu várias reclamações por parte do corpo docente, evocando problemas de “falta de concentração dos alunos e aumento da instabilidade”, pelo que na década de 80 e 90, as autarquias locais foram respondendo a estas preocupações e, procederam ao fecho das “zonas sujas”, transformando algumas em gabinetes de trabalho e ou gabinetes de apoio educativo (como por exemplo na EB Rainha Santa, EB Maria Máxima Vaz, EB Amoreira, entre outras).

Com o 25 de Abril, e o acesso de um maior número de alunos ao ensino, todo o sistema educativo se teve de ajustar de forma rápida a uma procura acrescida de mais e melhores qualificações, recorrendo-se à construção de escolas em pavilhões pré-fabricados (de 1 ou 2 salas), por serem processos de construção mais rápida, com carácter provisório, coexistindo, em alguns casos, com edifícios do Plano do Centenário, do Novo Plano ou Edifício de Área Aberta (P3). Ao longo dos tempos, estes pavilhões foram sendo desativados, e substituídos por novos equipamentos, existindo, no entanto, pavilhões destes que se mantiveram até ao presente, como é o caso da EB Francisco Vieira Caldas (que será desativado no final do Ano letivo 2018/2019).

Gradualmente, as novas construções escolares, foram sendo contempladas com projetos que designaremos de “nova arquitetura escolar”, com uma preocupação de ajustar as instalações escolares às novas exigências estabelecidas nos normativos legais que enquadram a organização pedagógica e funcional das escolas, no

que respeita a dar resposta ao desenvolvimento de projetos educativos de escola, atividades de complemento curricular e, mais tarde, à implementação do ensino do inglês e outras atividades de enriquecimento curricular (AEC), entre outras.

A par das novas construções, com projetos tipificados por nível de educação e ensino, com a diversidade de espaços e áreas que as orientações técnicas que enquadram as novas construções escolares foram “exigindo e/ou recomendando” assiste-se, ao longo dos tempos, a intervenções para ampliação/remodelação dos edifícios com “Projetos Tipo P3” e “Plano dos Centenários”, quer no sentido de aumentar a rede de oferta de pré-escolar integrando de forma progressiva novas salas junto dos equipamentos do 1º CEB quer para modernizar as instalações e adaptá-las às novas necessidades do sistema educativo e das famílias, nomeadamente, a generalização do serviço de refeições e o “Programa da Escola a Tempo Inteiro”.

Arquitetura Escolar – Escolas do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário

No que se refere à arquitetura escolar dos níveis de ensino correspondentes ao 2.º, 3.º CEB e ensino secundário é, de uma forma geral, constituída por blocos isolados (EB D. Dinis, EB Carlos Paredes, EB dos Castanheiros) ou por blocos interligados semelhantes entre si (EB Vasco Santana, EB Moinhos da Arroja, EB António Gedeão), em que, normalmente, cada bloco tem os espaços afetos a determinadas funções: bloco de aulas teóricas, bloco de laboratórios, bloco administrativo (secretaria, direção, biblioteca), bloco social (refeitório, sala de alunos, bufete, papelaria/reprografia).

Existem no entanto, duas escolas, que acabam por ter uma configuração ligeiramente diferente, fruto de circunstâncias muito particulares: a EB Avelar Brotero, por ser uma escola muito antiga, acaba por ter um projeto indefinido, num edifício de 3 pisos ligados por rampas internas, e com os espaços afetos às diferentes funções independentemente de reunirem ou não as condições regulamentares em termos de área ou outra; a EB da Pontinha que, fruto de obras gerais de requalificação, alterou ligeiramente a configuração inicial, passando dos blocos isolados para blocos interligados pelo interior, com criação de uma sala nova de ginástica, entre outros espaços.

As escolas do 2.º e 3.º CEB mais antigas, como não foram construídas com pavilhão gimnodesportivo para a prática da educação física - disciplina curricular de carácter obrigatória nestes níveis de ensino -, apenas têm campos de jogos ao ar livre e balneários, acabando por arranjar uma resposta mais “precária” para a leção desta disciplina através da ligação de duas salas de aula normais ou da utilização de espaços indiferenciados, para este efeito.

As últimas escolas que foram construídas no concelho de Odivelas, com algum destes níveis de ensino, já foram contempladas com o pavilhão gimnodesportivo autónomo, devidamente equipado para a prática das diferentes modalidades físicas e desportivas - EB Vasco Santana e EB Moinhos da Arroja; a EB António Gedeão, também foi contemplada recentemente, com a construção de um pavilhão gimnodesportivo, já por iniciativa da Câmara Municipal.

No que se refere às escolas secundárias, e de uma forma geral, tinham o mesmo tipo de arquitetura das escolas de 2.º e 3.º CEB (blocos individualizados), sendo que neste caso, a totalidade das cinco escolas contam com pavilhões gimnodesportivos, pese embora o facto de quatro delas, já terem sido contempladas com a construção do pavilhão, numa fase bastante posterior à sua construção (ES Caneças, ES Braamcamp Freire, ES Pedro Alexandrino, ES Ramada).

Três das cinco escolas secundárias, que também lecionam o 3.º CEB, sofreram obras recentes de modernização/requalificação através da Empresa Parque Escolar, EP (entre 2008 e 2011), alterando completamente o projeto inicial de blocos isolados de estrutura rígida e, recriando o novo tipo de edifício numa articulação entre espaços, que concilia o conceito de aprendizagem formal com a aprendizagem informal (com grande permeabilidade física e visual), onde os espaços coletivos foram concebidos, em termos de acessibilidade espacial, para facilitar a sua fruição e rentabilização pela comunidade local.

A Escola Profissional Agrícola D. Dinis, da Paiã, pela sua história e, pela oferta formativa que oferece, não se enquadra neste tipo de arquitetura escolar, uma vez que, já teve internato de alunos, tem campos hortícolas, criação de animais domésticos, e produção agroalimentar, pelo que, os espaços escolares e a sua localização espacial foram concebidos para responder a estas particularidades.

2. Mobilidade dos alunos no território

Em termos operacionais, a distância percorrida e o tempo máximo despendido entre a escola e os locais de residência da população escolar são medidos, ao longo das vias de comunicação transitáveis e, varia em função da idade da população a escolarizar e do nível de educação e ensino em que estes se integram, isto é, a distância e o tempo despendido no percurso casa/escola deverá subordinar-se ao princípio geral de proximidade, aumentando a distância à medida que os alunos frequentam níveis de ensino mais avançados (a pé ou de carro/transporte público).

Tendo em conta uma maior autonomia dos alunos a partir da idade em que ingressam no 2.º CEB e, com base a georreferenciação dos códigos postais referentes aos locais de residência dos alunos que frequentam as escolas do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário construiu-se um exemplo prático, tendo por referência a área de influência definida para cada um dos estabelecimentos que respondem a estes níveis de ensino para aferir, uma maior ou menor mobilidade dos alunos no território (concelho de Odivelas), no seu percurso casa/escola.

Uma leitura detalhada da Figura abaixo permite ver, de forma mais clara, as dinâmicas de mobilidade e os movimentos pendulares realizados pelos alunos no seu percurso casa/escola, independentemente do trajeto realizado se dever à frequência de determinado estabelecimento de ensino por via da aplicação das prioridades de matrícula ou de renovação de matrícula, definidas anualmente por Despacho Normativo do Ministério da Educação⁵⁰, por via da frequência de determinadas ofertas formativas específicas e só oferecidas em determinadas escolas (CEF, PCA, PIEF, e outros), entradas tardias no sistema por transferência do local de residência e ou entrada de alunos estrangeiros ou, por via, de opções familiares de “escolha” de determinado estabelecimento de ensino (no caso em que as escolas conseguem responder de forma equilibrada à procura que se faz sentir em cada ano letivo, independentemente das áreas de influência de cada uma delas (não obstante os critérios definidos centralmente).

Em termos gerais verificamos que, todas as escolas que respondem ao 2.º e 3.º CEB no concelho de Odivelas têm alunos inscritos que pertencem a áreas de influência de outras escolas do mesmo nível de ensino, sendo essa evidência mais visível, nas escolas localizadas na freguesia de Odivelas.

A Figura 107 permite evidenciar a mesma realidade nas escolas secundárias do concelho e, que também respondem ao 3.º CEB, sendo que aqui, a situação tem uma dupla abordagem, uma vez que se trata de escolas com oferta simultânea de cursos de caráter geral e cursos de preparação para a vida ativa (cursos profissionais) e, com uma dimensão no que se refere à sua procura de nível secundário que extravasa os limites de cada concelho – escolas de natureza supramunicipal -, com uma maior expressão nas escolas localizadas em zonas limítrofes, o que implica movimentos pendulares para concelhos da AML.

Em termos gerais verificamos que, quatro das cinco escolas secundárias, recebem um conjunto significativo de alunos de outras áreas residenciais do concelho de Odivelas, sendo a ES Braamcamp Feire, da Pontinha, aquela que apresenta um número mais residual de alunos de outras localidades.

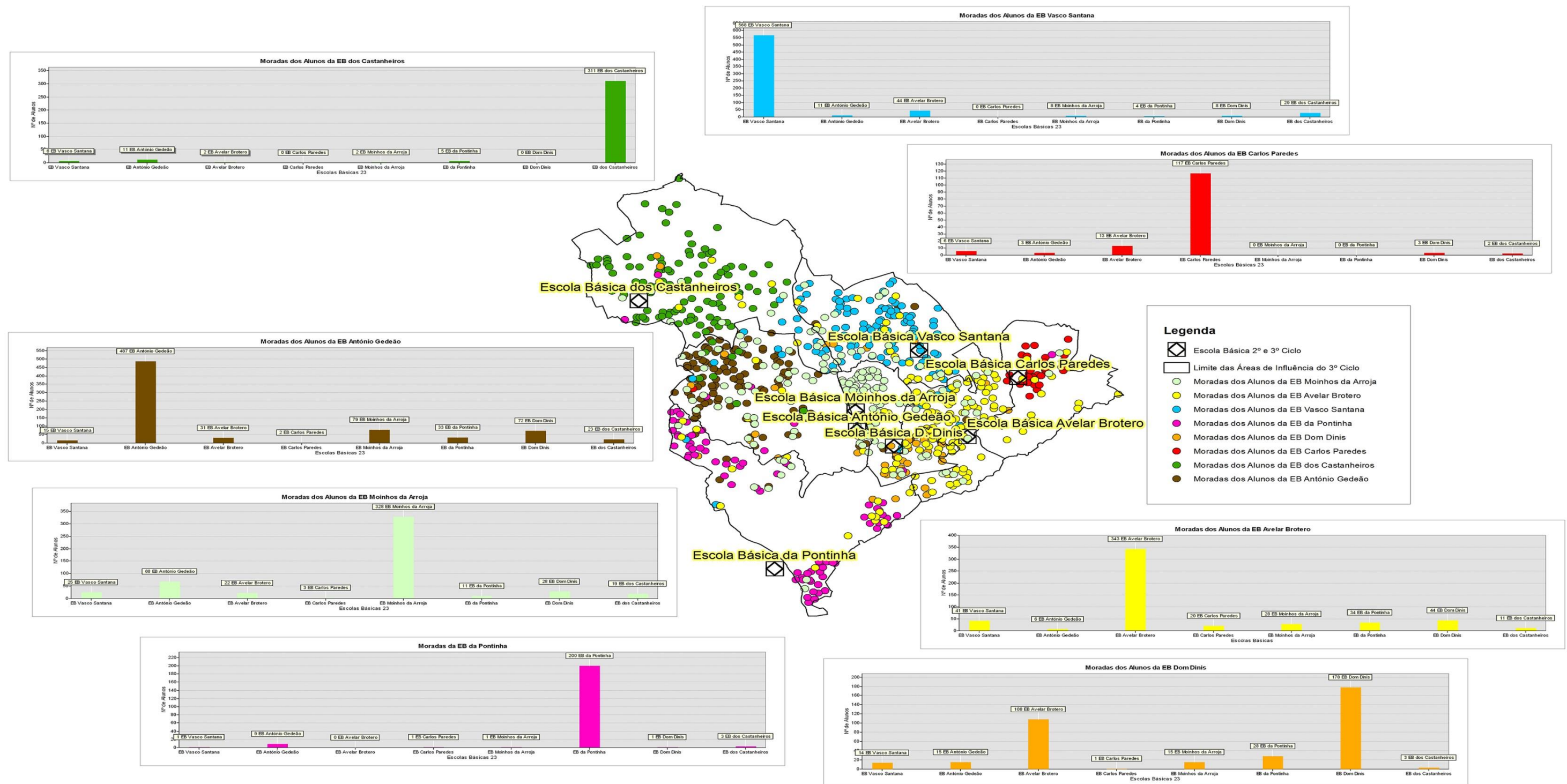
Referir ainda, apesar de não estar expresso na Figura em referência, a problemática das áreas de fronteira do município, designadamente com os municípios da Amadora, Loures, e Sintra, com implicações

⁵⁰ Despacho Normativo n.º 6/2018, 12 de abril.

expressivas na procura em três das cinco escolas secundárias aí localizadas (ES Braamcamp Freire, ES Pedro Alexandrino, ES Caneças), uma vez que são frequentadas por um número significativo de alunos não residentes no concelho de Odivelas, com um peso percentual que varia entre os 22%, 44% e 46% de alunos não residentes, respetivamente.

Figura 106. Georreferenciação dos códigos postais dos locais de residência dos alunos que frequentam as escolas do 2.º e 3.º CEB

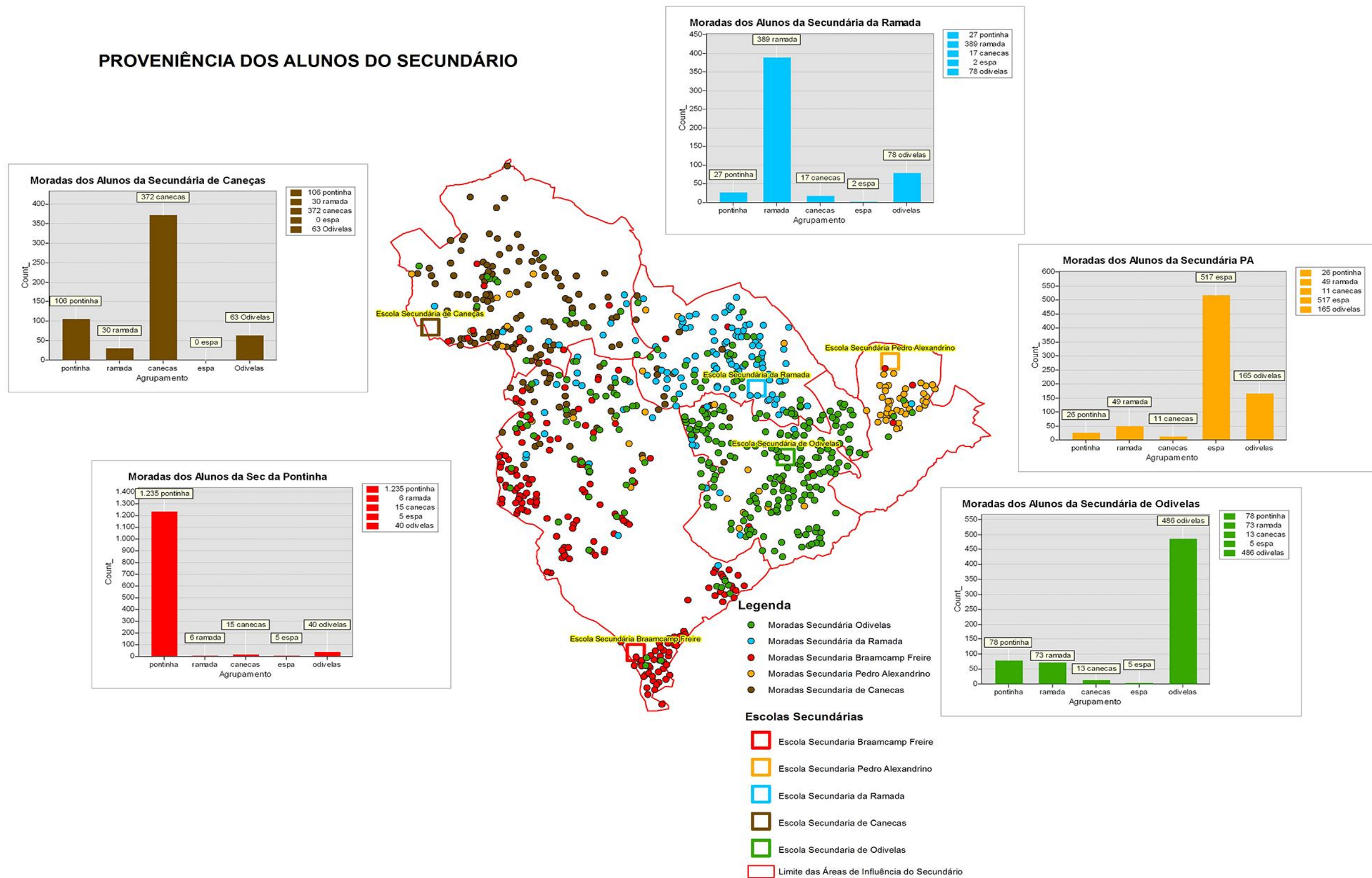
PROVENIÊNCIA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS DO 2º E 3º CICLO



Fonte: Dados fornecidos pelos AE /Ano letivo 2017/2018/Tratamento CMO/SIG

Figura 107. Georreferenciação dos códigos postais dos locais de residência dos alunos que frequentam as escolas do ensino secundário, com 3.º CEB

PROVENIÊNCIA DOS ALUNOS DO SECUNDÁRIO



2.1. Transporte público coletivo

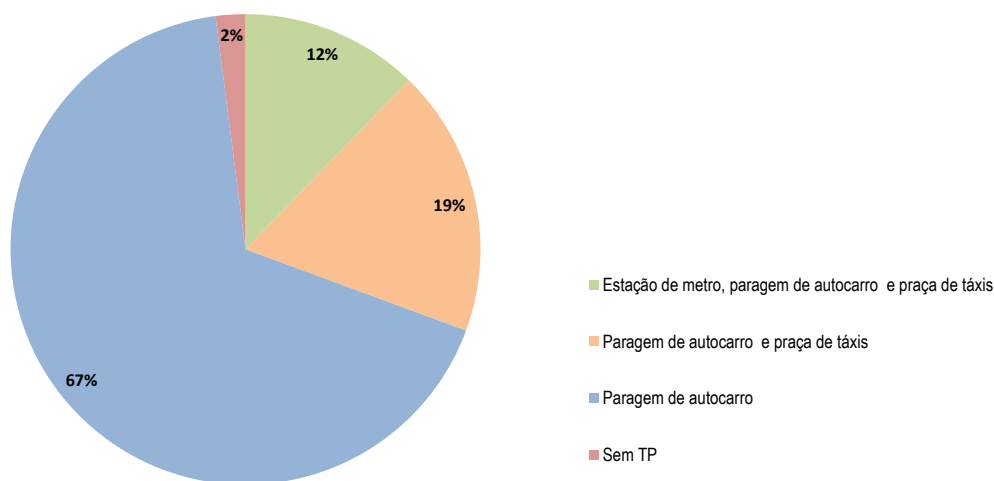
O território do município de Odivelas é servido pelo sistema de transporte rodoviário, cujo serviço é assegurado por vários operadores, entre os quais a Rodoviária de Lisboa, Barraqueiro, Vimeca e Carris, e pelo sistema ferroviário subterrâneo, operado pelo Metropolitano de Lisboa com 3 estações: Odivelas, Senhor Roubado (Olival Basto) e Pontinha.

A rede de transporte público coletivo assegura a mobilidade interna do concelho de Odivelas, estabelecendo a articulação entre as várias localidades e também as ligações interurbanas com os concelhos limítrofes, sobretudo com a cidade de Lisboa.

Em termos de cobertura geográfica, a rede de transportes públicos rodoviários estabelece um serviço de proximidade, cobrindo grande parte do território municipal, permitindo a ligação aos diferentes equipamentos de educação e ensino e disponibilizando dois tipos de horários (horário escolar e horário não escolar), em função dos períodos escolares e das interrupções letivas.

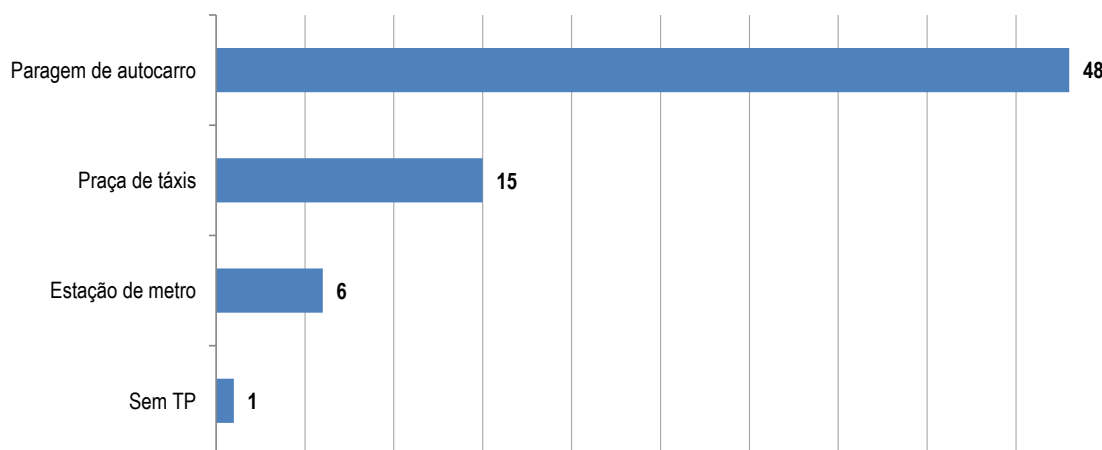
Com efeito, 67% dos estabelecimentos de ensino localiza-se a menos de 500m de uma paragem de autocarro, 19% dispõe de paragem de autocarro e praça de táxis e 12% estão perto de autocarro, táxi e estação de metro.

Figura 108. Estabelecimentos de ensino da rede pública servidos por transporte público (TP)



De facto, a rede rodoviária serve a quase totalidade dos estabelecimentos de educação e ensino e apenas uma escola se encontra a mais de 500m de um nó da rede de transportes públicos coletivos (estação de metro/paragem de autocarro/prça de táxis) – a EB da Quinta da Condessa, Pontinha.

Figura 109. **Estabelecimentos de ensino da rede pública servidos por transporte público (TP)**



Ainda que com razoável nível de cobertura em termos globais, existem áreas não servidas por transportes públicos, como o Bairro CTT (Caneças) ou Vale do Forno (Odivelas), bem como constrangimentos nas ligações transversais intraconcelhias, para além de alguns problemas ao nível da frequência da passagem de autocarros, o que condiciona uma maior eficácia da oferta de transportes públicos no concelho.

Com efeito, a presença de um equipamento escolar exerce um efeito polarizador no espaço envolvente, funcionando como polo gerador de tráfego, na medida em que concentra um significativo número de utentes: alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, entre outros.

A Área Metropolitana de Lisboa detém as atribuições e competências no domínio do transporte público de passageiros⁵¹, tendo constituído um Grupo de Trabalho para as questões da Mobilidade e Transportes.

No âmbito deste Grupo de Trabalho, encontram-se a ser equacionadas propostas de alteração da rede de transportes públicos, algumas das quais com o objetivo de dar resposta a sugestões e/ou recomendações efetuadas por alguns agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas e da comunidade educativa em geral, que passam pelo alargamento de percursos de autocarros e/ou reforço de horários mais ajustados às necessidades dos utilizadores dos estabelecimentos de educação e ensino.

⁵¹ Com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que extinguiu a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa.

2.2. Transportes Escolares

Genericamente, a oferta do serviço de transporte escolar destina-se aos alunos que frequentem o ensino básico, secundário e profissional no estabelecimento de ensino mais próximo da sua área de residência e, cuja distância se situe a mais de 4Km (com refeitório) e 3Km (sem refeitório), calculado a partir do percurso mais curto por estrada entre a residência e a escola, conforme legislação que enquadrava a matéria durante este período temporal.⁵²

Por opção municipal, e no sentido de contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola, a atribuição do passe escolar tem sido concedida aos alunos do ensino básico, integrados nos escalões de apoio do SASE e, cuja distância casa/escola, seja superior a 2 Km. A partir do Ano letivo 2018/2019 (ano letivo em curso) esta opção foi alargada, nas mesmas condições, aos alunos que frequentam o ensino secundário.

Na Tabela abaixo, é feita uma apresentação relativa à evolução do número de alunos que utilizam transporte público para aceder à escola espelhando, ainda que de forma limitada, a mobilidade interna que os alunos efetuam no concelho para aceder à escola. Não se retrata aqui, de qualquer forma, aqueles alunos que não têm atribuição de passe escolar, mas que também se deslocam em transporte coletivo e, aqueles, que são transportados por viatura ligeira da família ou de outra modalidade.

Tabela 36. N.º alunos com atribuição de passe a frequentar escolas dentro do concelho

Ano letivo	Pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
Ano letivo 2013/2014	0	38	558		212	808
Ano letivo 2014/2015	0	104	880		46	1030
Ano letivo 2015/2016	0	107	871		63	1041
Ano letivo 2016/2017	0	113	312	522	72	1019
Ano letivo 2017/2018	1	122	328	504	88	1043
Ano letivo 2018/2019	0	110	277	499	267	1153

Fonte: CMO/DE

⁵² Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

Como se pode verificar, no período em análise, o número de alunos do 1º CEB abrangidos por apoio em transporte escolar foi aumentando de forma gradual, verificando-se uma ligeira descida no Ano letivo 2018/2019 (de 38 alunos com passe no primeiro ano em análise, foi aumentando progressivamente, até atingir o máximo de 122 alunos no Ano letivo 2017/2018, diminuindo depois para 110 no último ano letivo).

Os níveis de ensino do 2.º e 3.º CEB tiveram, no seu conjunto, um crescimento significativo entre o Ano letivo 2013/2014 e o Ano letivo 2014/2015 (de 558 alunos passou para 880) mantendo, a partir daí, uma estabilidade numérica com alguma tendência decrescente, com uma retração mais visível, no Ano letivo 2018/2019 (776 alunos).

No que se refere ao apoio em transporte escolar para alunos que frequentam o ensino secundário, o mesmo começa por ter alguma expressão no ano letivo de início do período em análise (2013/2014), com 212 alunos com passe atribuído, mantendo depois números bastante mais reduzidos nos anos letivos subsequentes (entre 46 e 88 alunos), mas apresentando um número bastante expressivo no Ano letivo 2018/2019 (267 alunos), por força da alteração das normas de transportes escolares no município (com atribuição do valor do passe a 100% a alunos integrados nos escalões do SASE, e a residir a mais de 2Km de distância da escola frequentada)⁵³.

Tabela 37. N.º alunos com atribuição de passe a frequentar escolas fora do concelho

Ano letivo	Pré-escolar	1º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
Ano letivo 2013/2014	0	1	21		30	52
Ano letivo 2014/2015	0	3	25		28	56
Ano letivo 2015/2016	0	6	39		37	82
Ano letivo 2016/2017	0	4	8	30	35	77
Ano letivo 2017/2018	0	1	2	34	42	79
Ano letivo 2018/2019	0	0	2	22	98	122

Fonte: CMO/DE

⁵³ PASTE 2018/2019, CMO.

Considerando a mobilidade dos alunos para estudar em escolas fora do concelho de Odivelas e, no que se refere à atribuição de passe escolar, conforme Tabela acima, verificamos que o número de alunos do 1.º e 2.º CEB apresenta valores residuais, aumentando a sua expressão no 3.º CEB e no ensino secundário, por força da frequência de cursos profissionais diferenciados de nível secundário, e ou de outras ofertas formativas específicas de nível básico.

Considerando ainda, a facilidade ou dificuldade de mobilidade dos alunos casa/escola, apresentamos na Tabela abaixo, aquilo que se considera um “circuito especial”, modalidade prevista na legislação enquadadora para responder a zonas que não são servidas por transportes públicos e ou que sendo servidas por esta modalidade os meios de locomoção circulam em horários não compatíveis com os horários escolares, denominado “Circuito Especial Olival Basto/Póvoa de Santo Adrião”, assegurado através de Protocolo de Colaboração com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Olival Basto, para alunos residentes em Bairros da Zona de Olival Basto e que se deslocam para as escolas que integram o Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, na Póvoa de Santo Adrião.

Tabela 38. N.º alunos com atribuição de transporte por circuito especial - Olival Basto/Póvoa de Santo Adrião

Ano letivo	Pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
Ano letivo 2013/2014	9	19	20		0	48
Ano letivo 2014/2015	6	30	14		0	50
Ano letivo 2015/2016	9	31	8		0	48
Ano letivo 2016/2017	10	36	8	1	0	55
Ano letivo 2017/2018	4	36	8	2	0	50
Ano letivo 2018/2019	6	38	6	0	0	50

Fonte: CMO/DE

Aqui, e ao contrário do que acontecia com os alunos que se deslocam para frequentar escolas fora do concelho de Odivelas e que utilizam transportes públicos - onde são os alunos que frequentam níveis de ensino mais avançados - 3.º CEB e ensino secundário que procuram este tipo de resposta -, é no 1.º CEB, por serem crianças mais novas e com menos autonomia, que o número de alunos que acede a esta modalidade de transporte é mais expressivo (carrinhas de transporte escolar, de natureza particular).

Tabela 39. N.º de Alunos com apoio em transporte escolar a estudar em escolas fora do concelho de Odivelas, por freguesia

Ano letivo	Odivelas	Pontinha/Famões	Póvoa Sto. Adrião/Olival Basto	Ramada/Caneças
Ano letivo 2013/2014	26	11	22	9
Ano letivo 2014/2015	23	11	9	13
Ano letivo 2015/2016	32	18	9	23
Ano letivo 2016/2017	32	22	6	16
Ano letivo 2017/2018	43	18	5	12
Ano letivo 2018/2019	50	23	11	38

Fonte: CMO/DE

Com o objetivo de aferir se existe uma tendência mais ou menos explícita, de alunos que se deslocam em transportes públicos para estudar em escolas fora do concelho de Odivelas, e provenientes de determinada freguesia, apresentamos a Tabela acima.

Numa leitura mais aprofundada da mesma Tabela verificamos que, é na freguesia de Odivelas, onde genericamente encontramos mais alunos a estudar no exterior, mantendo as restantes 3 freguesias uma tendência mais ou menos equilibrada entre todas no que respeita ao número de alunos que usufruíram do apoio em passe escolar nas suas deslocações para escolas fora do concelho de Odivelas, durante o período em análise, pese embora se ter verificado um crescimento mais significativo no Ano letivo 2018/2019, no que concerne ao número de alunos provenientes do território geográfico que integra a União de Freguesias de Ramada e Caneças.

VI. REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

O planeamento, construção e ampliação de equipamentos escolares é um processo que implica observar um conjunto de dimensões, a saber: as características geográficas do território e a densidade populacional; a tipologia dos equipamentos a construir e/ou as características e tipologias dos espaços já existentes nas escolas a ampliar e/ou requalificar, tendo por base os programas a desenvolver; o número de alunos que se prevê dar resposta; as características de cada um dos espaços (espaços para aula, espaços sociais, espaços de natureza técnica/administrativa) e a partilha dos mesmos espaços pelos diferentes níveis de educação e ensino, com a especificidade de cada um deles; a disponibilidade e as características de terrenos municipais para afetar à sua construção; a necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas no mesmo território; entre outros.

1. Execução das medidas previstas no documento da primeira revisão da Carta Educativa

Neste ponto será feita uma breve análise do nível de concretização das prioridades definidas aquando da elaboração do Documento da Primeira Revisão da Carta Educativa de Odivelas, quer para o cenário de curto prazo (2013 -2018) quer para o cenário de médio prazo (2018-2022).

Tabela 40. Programação de prioridades (Cenário 2013 - 2018)

Programação	Nível de concretização das medidas
Construção	
EB1/JI Caneças	Prioridade executada com recurso à ampliação da EB de Castanheiros, que para além da resposta de 2.º e 3.º CEB alargou a oferta ao pré-escolar e 1º CEB, com a construção de um novo bloco escolar.
EB 2,3 Ribeirada	Pretendia-se que substituísse a EB Avelar Brotero. O Ministério da Educação fez obras de requalificação geral na Escola Básica Avelar Brotero para continuar a dar resposta às necessidades de rede nesta zona, a curto/médio prazo.
Ampliação/Remodelação/Reconversão	
JI Quinta de S. Carlos/Caneças	Aproveitando um espaço municipal, utilizado anteriormente com funções educativas por parte de uma IPSS, e tendo em conta a lista de espera de crianças de 3 e 4 anos no AE de Caneças para ingresso no pré-escolar da rede pública, foi criada uma solução temporária para aumento de resposta de pré-escolar neste espaço (2 sala de atividade). Estas salas serão desativadas no final do Ano letivo 2018/2019, com a transição das crianças para o JI Francisco Vieira Caldas (entretanto remodelado e requalificado).
EB1 Sophia de Mello Breyner ganha valência de pré-escolar	Aproveitando o decréscimo de procura de alunos do 1º CEB nesta escola, numa determinada altura, reconverteu-se 1 das salas de 1º CEB para pré-escolar, permitindo aumentar a rede de pré-escolar e contribuir para estabilizar a procura do 1º CEB na mesma escola.
EB1 Bernardim Ribeiro ganha valência de pré-escolar	Não se concretizou a obra para criação de 2 salas de pré-escolar, mas foi criado um refeitório em estrutura de Monobloco climatizado, permitindo que as salas de aula que eram utilizadas com o serviço de apoio à família, passassem à função original de sala de aula.
JI Álvaro de Campos (substituição do edifício)	Foram feitas obras de requalificação geral, e de ampliação do edificado com mais 2 salas de atividade, ficando com um total de 6 salas.
EB1/JI Quinta de S. José (ampliação para pré-escolar)	Aproveitando a criação da valência de 1º CEB na EB Carlos Paredes, e através de remodelação funcional dos espaços, reconverteram-se 2 salas de 1º CEB para pré-escolar, ficando a funcionar com 5 salas de 1º CEB e 3 salas de pré-escolar.

Fonte: Documento da Primeira Revisão da Carta Educativa de Odivelas – Vol. I.

Tabela 41. Programação de prioridades (Cenário 2018-2022)

Programação	Nível de concretização das medidas
Ampliação/Remodelação	
EB1 Rainha Santa ganha valência de pré-escolar	Com o aumento intempestivo do número de alunos no 1º CEB no concelho, a partir do Ano letivo 2016/2017, não foi possível concretizar esta prioridade. Foram instaladas 2 salas de aula provisórias, em monobloco climatizado, provisório, para aumentar a resposta de 1º CEB, permitindo que a escola funcione em regime normal.
EB1 Maria Máxima Vaz ganha valência de pré-escolar	Medida concretizada. Aumentou-se a rede de pré-escolar em mais 2 salas de atividade, por ampliação/remodelação do edifício. Foram ainda instaladas 2 salas de aula, em monobloco climatizado, provisório, para fazer face ao aumento de alunos no 1º CEB.
EB1 da Amoreira ganha valência de pré-escolar	Medida não concretizada, devido ao aumento de alunos do 1º CEB. Transferiu-se a Unidade de Apoio à Integração de Crianças Multideficientes da EB Eça de Queirós para esta escola, e colocaram-se 2 salas em monobloco climatizado, provisório, para responder ao aumento de alunos no 1º CEB.
EB D. Dinis/Pombais - Requalificação/modernização / construção de pavilhão gimnodesportivo.	Houve uma requalificação geral da escola que incluiu a retirada das coberturas de fibrocimento.
EB António Gedeão - Requalificação/modernização / construção de pavilhão.	Foi construído o pavilhão gimnodesportivo.
EB Carlos Paredes - Requalificação/modernização / construção de pavilhão.	Foi requalificado um pavilhão para criação de oferta de 1º CEB e foram requalificados outros espaços escolares.

Fonte: Documento da Primeira Revisão da Carta Educativa de Odivelas – Vol. I.

2. Evolução da organização da rede escolar

A rede educativa não é estática, havendo necessidade de adequar a oferta em cada novo ano letivo aos normativos da política educativa nacional, às alterações que se vão registando no território, e à evolução da procura dos públicos escolares, implicando por isso, um processo de ajustamento permanente na estrutura de planeamento/programação.

A Tabela abaixo identifica, a organização da rede escolar pública para o Ano letivo 2019/2020, no concelho de Odivelas, quer no que se refere às diferentes formas organizativas (agrupamentos de escolas e escolas

não agrupadas) quer no que se refere à denominação dos estabelecimentos, e níveis de educação e ensino que oferecem.

Tabela 42. Organização da rede escolar pública

Agrupamentos de Escolas (AE)	Código Agrupamento de Escolas	Estabelecimentos de Educação e Ensino	Código Escola	Níveis de Educação e Ensino
A Sudoeste de Odivelas	171918	Escola Básica António Gedeão (sede)	340340	2.º e 3.º Ciclos
		Escola Básica da Quinta das Dálias	238417	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Veiga Ferreira	246025	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Casais de Trigaches	254447	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andresen	252475	Pré-escolar e 1º Ciclo
Adelaide Cabette	171906	Escola Secundária de Odivelas (sede)	400609	Secundário e 3.º ciclo
		Escola Básica Avelar Brotero	340376	2.º e 3.º ciclos
		Escola Básica de António Maria Bravo	247480	1º Ciclo
		Escola Básica D. Dinis n.º1	251355	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Bernardim Ribeiro	253807	1º Ciclo
		Escola Básica Maria Máxima Vaz	254150	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Jardim de Infância Álvaro de Campos	622280	Pré-escolar
		Jardim de Infância Roque Gameiro	604057	Pré-escolar
Braamcamp Freire	171074	Escola Secundária Braamcamp Freire (sede)	401020	Secundário e 3.º ciclo
		Escola Básica da Pontinha	344679	2.º e 3.º Ciclos
		Escola Básica do Casal da Serra	293593	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica da Quinta da Condessa	287878	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Dr. Mário Madeira	240620	1º Ciclo
		Escola Básica Mello Falcão	248095	1º Ciclo
		Escola Básica da Quinta da Paiã	242081	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica da Serra da Luz	249490	1º Ciclo
		Escola Básica de Vale Grande	250910	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Jardim de Infância Gil Eanes	639825	Pré-escolar
Caneças	171920	Escola Secundária de Caneças (sede)	403544	Secundário e 3.º ciclo
		Escola Básica dos Castanheiros	340534	Pré-escolar, 1º, 2.º e 3.º Ciclos ⁵⁴
		Jardim de Infância Francisco Vieira Caldas	237437	Pré-escolar
		Escola Básica Artur Alves Cardoso	245124	Pré-escolar e 1º

⁵⁴ A partir do Ano letivo 2019/2020.

Agrupamentos de Escolas (AE)	Código Agrupamento de Escolas	Estabelecimentos de Educação e Ensino	Código Escola	Níveis de Educação e Ensino
				Ciclo
		Escola Básica Cesário Verde	250685	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Professora Maria Costa	251598	Pré-escolar e 1º Ciclo
D. Dinis	171992	Escola Básica D. Dinis (sede)	342660	2.º e 3.º Ciclos
		Escola Básica Maria Lamas	239987	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Rainha Santa	252657	1º Ciclo
Moinhos Arroja	171852	Escola Básica Moinhos da Arroja (sede)	341770	2.º e 3.º Ciclos
		Escola Básica Manuel Coco	254654	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica de Porto Pinheiro	295541	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Jardim de Infância Dr. João dos Santos	622291	Pré-escolar
Pedro Alexandrino	171086	Escola Secundária Pedro Alexandrino (sede)	402450	Secundário e 3.º ciclo
		Escola Básica Carlos Paredes	344655	1º, 2.º e 3.º Ciclos
		Escola Básica da Quinta de São José	253418	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Barbosa du Bocage	253819	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica de Olival Basto	251550	Pré-escolar e 1º Ciclo
Vasco Santana	171840	Escola Básica Vasco Santana	344620	2.º e 3.º ciclos
		Escola Básica de Amoreira	248344	1º Ciclo
		Escola Básica João Villaret	252750	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica Eça de Queirós	247327	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Escola Básica de Casal dos Apréstimos	295693	Pré-escolar e 1º Ciclo
		Jardim de Infância da Azenha	240898	Pré-escolar
Escolas Não Agrupadas (ENA)		Escola Secundária da Ramada	403507	Secundário e 3.º ciclo
		Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paiã	404019	Ensino profissional – 3.º CEB e ensino secundário.

Fonte: DGEstE /Portaria n.º 45/2019, de 4 de fevereiro.

Em termos gerais, e durante o período em análise (Ano letivo 2013/2014 a 2018/2019), a organização da rede escolar pública, do pré-escolar ao ensino secundário, conheceu algumas alterações em termos de reordenamento, fruto do exercício prático de adequar a oferta à procura que se faz sentir em cada novo ano letivo, por via de alterações legislativas e ou do aumento/diminuição da procura, quer a montante quer a jusante, de cada nível de educação e ensino.

Neste sentido, há a destacar, a nível de alterações verificadas no período em referência, o ganho ou a perda de valências em determinados estabelecimentos de educação e ensino e, um caso isolado, a alteração na composição de dois dos agrupamentos de escolas, conforme descrição sumária:

- Criação de valência de pré-escolar na EB Sophia de Mello Breyner Anderson (Ano letivo 2013/2014);
- Integração da EB Maria Costa no AE de Caneças, deixando de estar integrada no AE Vasco Santana, Ramada (Ano letivo 2014/2015);
- Criação de valência de pré-escolar na EB Maria Costa (Ano letivo 2015/2016);
- Criação de valência de 1º CEB na EB Carlos Paredes, Póvoa de Santo Adrião (Ano letivo 2017/2018);
- Criação de valências de pré-escolar e de 1º CEB na EB de Castanheiros, Caneças (a partir do Ano letivo 2019/2020);
- Perda de valência de 1º CEB na EB Francisco Vieira Caldas, ficando a funcionar com a valência de pré-escolar, com a denominação de Jardim de Infância Francisco Vieira Caldas, integrando as salas de pré-escolar a funcionar em equipamento municipal, na Quinta de S. Carlos, Caneças, e cujo espaço será desativado – Ano letivo 2019/2020.

3. Delimitação das áreas de influência dos estabelecimentos de educação e ensino

A necessidade de adequação, em permanência, da oferta educativa, nomeadamente a que decorre das alterações da procura em termos quantitativos e qualitativos, as alterações legislativas que enquadram a matéria, e o estado físico e as condições de adaptabilidade dos equipamentos, obriga a processos de apreciação e reajustamento das áreas de influência das diferentes unidades organizacionais e níveis de educação e ensino, em cada novo ano letivo.

A capacidade de resposta de cada um dos estabelecimentos de educação e ensino é aferida, pela sua dimensão em termos do número de turmas para que foram concebidos, no regime de funcionamento normal em período diurno, e com o número de alunos por turma, previsto em legislação própria para cada nível de educação e ensino e ou ano de escolaridade⁵⁵.

A consequente delimitação da área de influência territorial, de onde provém o conjunto da população a escolarizar, constituído pelos grupos etários correspondentes aos diferentes níveis de educação e ensino e,

⁵⁵ DGAE – Critérios de Planeamento. Outubro 1999

que constitui a procura potencial de determinado equipamento educativo é aferida, com base na agregação das subsecções estatísticas identificadas pelo INE (*“Unidade territorial que identifica a mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística. Corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas...”*⁵⁶), conforme exemplificado na Figura abaixo.

Figura 110. **Delimitação das subsecções estatísticas – concelho de Odivelas**



Fonte: INE

Na delimitação geográfica destes zonamentos, para além da capacidade de acolhimento de cada estabelecimento de educação e ensino, da maior ou menor proximidade a outros equipamentos com valências de resposta comuns, e das modalidades de agregação atende-se, igualmente, a outros aspetos complementares, mas também eles impactantes, como são: as características físicas da zona; as condições de acesso dos alunos à escola (vias de comunicação, tempo de percurso e segurança, quer em deslocações a pé quer em meio de transporte); e a rede de transportes públicos ou outra que seja disponibilizada (meios disponibilizados e adequação dos circuitos e dos horários).

⁵⁶ Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceitos/Detalhes/1926>

Tabela 43. Percursos escola – habitação dos alunos (tempos preferenciais para deslocação)

Percursos	Pré-escolar	1º CEB	2.º/3.º CEB	Secundário
A pé	Preferencial: até 15 minutos.	Preferencial: até 1 km ou 15 minutos; Máximo aceitável: até 1,5 km ou 30 minutos.	Preferencial: até 1,5 km ou 30 minutos; Máximo aceitável: 2,2 km ou 45 minutos.	Preferencial: até 2 km ou 30 minutos; Máximo aceitável: até 3 km ou 50 minutos.
Em transporte público	Máximo aceitável: 20 minutos.	Máximo aceitável: até 40 minutos.	Máximo aceitável: 60 minutos.	Máximo aceitável: 60 minutos.

Fonte: DGAE/ME (outubro de 1999)

Para além da capacidade de irradiação de cada estabelecimento de ensino e do tempo recomendado, escola/habitação do aluno, em termos gerais, há ainda, um conjunto de princípios que os normativos enquadram (Lei de Bases do Sistema Educativo, Decreto - Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e outros) identificam como estando subjacentes ao ordenamento da rede escolar e, que norteiam o percurso escolar dos alunos desde a entrada no pré-escolar (nível de educação ainda não considerado como de frequência obrigatória) até completarem a escolaridade obrigatória de 12 anos (conclusão do 12.º ano ou 18 anos de idade), os quais são tidos em consideração, quando se antecipa o percurso que os alunos vão fazer, durante esta trajetória educativa:

- Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição de referência dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e ensino, tendo em atenção as características geográficas do território, a densidade, e a idade da população a escolarizar;
- Contemplança da resposta de pré-escolar como primeira etapa da educação básica;
- Previsão de percursos sequenciais de ciclos e de percursos pedagógicos a montante e a jusante de cada nível de ensino;
- Oferta equilibrada entre a capacidade da resposta de cada nível de ensino;
- Integração dos diferentes níveis de educação e ensino, procurando que os alunos completem a escolaridade básica, e em alguns casos também o nível secundário, no mesmo agrupamento de escolas, ou em escolas mais ou menos próximas que assegurem a sequencialidade pedagógica;
- Racionalidade e complementaridade das ofertas que são asseguradas no mesmo território - para que não se verifiquem disparidades nas taxas de ocupação de escolas que respondem aos mesmos níveis de educação e ensino e que se localizam em zonas territoriais confluentes;
- Estabilização das trajetórias escolares, salvaguardando a razoabilidade nas deslocações dos alunos e das famílias, nas vertentes de conforto/segurança, distância a percorrer, e duração dos percursos.

Tabela 44. Percurso dos alunos - Sequencialidade de níveis de educação e ensino (cenário atual)

Agrupamentos de Escolas	Pré-escolar	Ensino Básico (1.ºCEB)	Ensino Básico (2.ºCEB)	Ensino Básico (3.ºCEB)	Ensino Secundário
AE A sudoeste Odivelas	EB da Quinta das Dálias		EB António Gedeão		ES Braamcamp Freire
	EB Veiga Ferreira				ES Caneças
	EB de Casais de Trigaches				ES Odivelas
	EB Sophia de Mello Breyner Andresen				
AE Adelaide Cabette	JI Álvaro de Campos	EB Bernardim Ribeiro	EB Avelar Brotero	EB Avelar Brotero	ES Odivelas
	JI Roque Gameiro	EB António Maria Bravo		ES Odivelas	
	EB D. Dinis n.º1				
	EB Maria Máxima Vaz				
AE Braamcamp Freire	JI Gil Eanes	EB Mário Madeira	EB Pontinha	EB Pontinha	ES Braamcamp Freire
		EB Mello Falcão		ES Braamcamp Freire	
	EB Casal da Serra				
	EB Quinta da Condessa				
	EB Quinta da Paiã	EB Quinta da Paiã			
		EB Serra da Luz			
EB Vale Grande					
AE Caneças	JI Francisco Vieira Caldas	EB Castanheiros	EB Castanheiros	EB Castanheiros	ES Caneças
		EB Castanheiros		ES Caneças	
	EB Artur Alves Cardoso				
	EB Cesário Verde				
	EB Professora Maria Costa				
AE D. Dinis	EB Maria Lamas	EB Maria Lamas	EB D. Dinis		ES Odivelas
EB Rainha Santa		ES Braamcamp Freire			
AE Moinhos Arroja	JI Dr. João dos Santos	EB Manuel Coco	EB Moinhos Arroja		ES Odivelas
	EB Manuel Coco				ES Ramada
	EB Porto Pinheiro				ES Caneças
AE Pedro Alexandrino	EB Quinta S. José		EB Carlos Paredes	EB Carlos Paredes	ES Pedro Alexandrino
	EB Barbosa du Bocage	EB Barbosa du Bocage		ES Pedro Alexandrino	
		EB Carlos Paredes			
	EB Olival Basto				
AE Vasco Santana	JI Azenha	EB Amoreira	EB Vasco Santana	EB Vasco Santana	ES Ramada ES Odivelas
	EB João Villaret			ES Ramada	
	EB Eça de Queirós				
	EB Casal dos Apréstimos				

VII. EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO (CENÁRIO PROSPETIVO)

De acordo com os princípios enunciados na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) “*o planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens*”.

Neste sentido, diríamos que, o sistema educativo funciona através de uma rede escolar, pelo que o cumprimento dos objetivos do mesmo tem implicações na forma de organização, de alargamento ou contração da rede, e que, compreender a evolução do sistema educativo - nas suas alterações legislativas e nos seus sucessos e limitações - passa também, por a nível local, se encontrarem algumas respostas “de caráter provisório ou mais definitivo” (dependendo das situações), para fazer face aos imponderáveis e aos acontecimentos imprevistos.

Assim, criar uma rede de estabelecimentos de educação e ensino, dotados de boas condições de funcionalidade, preferencialmente adaptados à oferta de um ou mais níveis de educação e ensino, e equipados com espaços educativos flexíveis e multifuncionais - contribuindo para a universalização da educação pré-escolar, básica e secundária - constitui o princípio basilar que está subjacente à programação da oferta a curto/médio prazo, que se apresenta no presente documento.

1. Evolução futura da população residente

Como atrás ficou demonstrado, tem-se assistido a um acréscimo populacional significativo desde 2011, data da realização dos últimos Censos por parte do Instituto Nacional de Estatística.

Esse fenómeno ficou a dever-se não só ao aumento do saldo natural, mas também do saldo migratório, pelo que o volume populacional estimado pelo INE para o município de Odivelas de 159.602 habitantes em 2018 extravasa os resultados perspetivados na década anterior nos vários documentos municipais.

A este respeito o Plano Diretor Municipal de Odivelas preconiza este fenómeno nos elementos de acompanhamento: “(...) o facto de esse crescimento ser resultante de crescimento urbano igualmente recente e motivado pela fixação de população jovem (agregados familiares recém constituídos) (...)”

associado à localização geoestratégica do município de Odivelas no seio da AML, determinará, seguramente, o incremento da sua dinâmica demográfica”⁵⁷.

De facto, o volume populacional atual é superior ao projetado para o horizonte temporal do PDM, que estimava 156.341 habitantes em 2025, pois considerou a taxa de variação populacional verificada nas décadas anteriores, inferior à taxa verificada no período 2011-2018 (10,4%).

Também os valores estimados na primeira revisão da Carta Educativa para 2021 de 155.251 habitantes, segundo a projeção aritmética, e 156.107 habitantes, segundo a projeção geométrica, foram já ultrapassados de acordo com as Estimativas Demográficas do INE.

O cálculo das projeções demográficas reveste-se de grande complexidade, sendo essencial que o mesmo seja “(...) acompanhado de análises críticas dos resultados que envolvam a realidade observada e o futuro perspectivado”⁵⁸.

O exercício aqui desenvolvido tem por base as Estimativas Provisórias Anuais de População Residente em Portugal em 31 de dezembro de 2018 face aos valores dos Censos 2011, tendo sido utilizados os métodos aritmético e geométrico de projeção da população.

Para este efeito, seria desejável a aplicação do método das componentes por coortes⁵⁹, segundo o qual as populações iniciais são agrupadas por sexo e por grupo etário, ou gerações (definidas pelo ano de nascimento), sendo atualizadas de forma contínua e de acordo com as hipóteses de evolução estabelecidas para cada uma das componentes e pelo natural envelhecimento anual da população.

Neste sentido, os resultados deverão ser considerados com muita reserva, destinando-se apenas a reforçar a tendência de crescimento populacional, o que aliás é expectável pelo conhecimento das dinâmicas territoriais.

Para o horizonte temporal do documento da segunda revisão da Carta Educativa (2024), estimam-se 172.505 habitantes, se considerarmos a projeção aritmética da população residente, ou 173.746 habitantes, se considerarmos a projeção geométrica.

⁵⁷ CMO (2015), PDM - Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, p.149

⁵⁸ INE (2005) – “Metodologias de cálculo das projecções demográficas: aplicação em Portugal”, in Revista de Estudos Demográficos, n.º 37, p.7.

⁵⁹ “Este método, de uso generalizado na execução de projeções populacionais, permite a elaboração de diferentes cenários de evolução demográfica, baseados em diferentes evoluções das componentes fecundidade, mortalidade e migrações” (INE, 2009 - *Projeções de população residente em Portugal, 2008-2060*).

Figura 111. Evolução da população residente e Odivelas para o horizonte temporal da Carta Educativa Odivelas, segundo a projeção aritmética

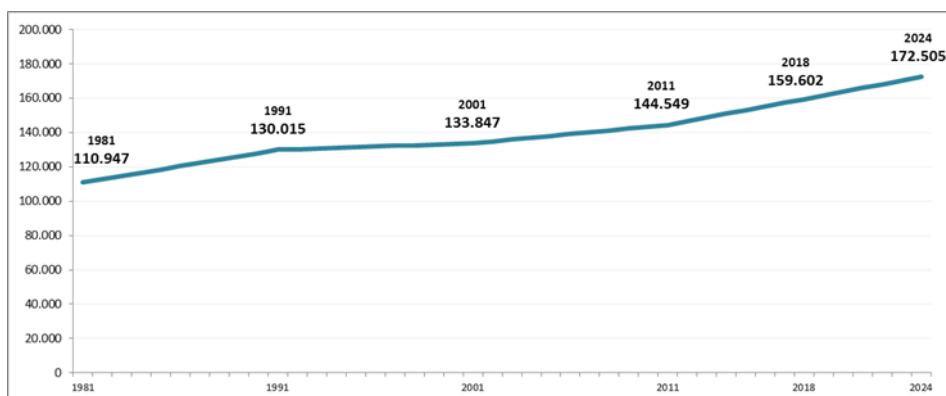
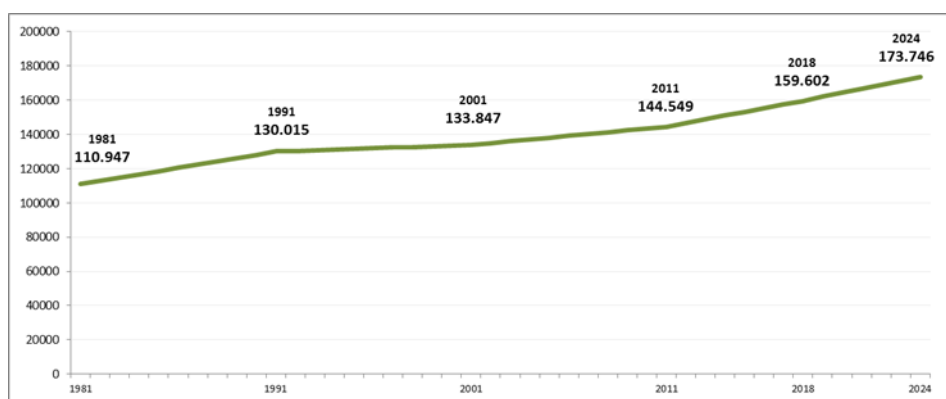


Figura 112. Evolução da população residente e Odivelas para o horizonte temporal da Carta Educativa Odivelas, segundo a projeção geométrica



O cenário tendencial de crescimento da população residente para o concelho de Odivelas explica-se, assim, tanto pelos movimentos migratórios, como pelo aumento dos valores de natalidade.

Em ambos os casos, tendo em conta a conjuntura política e económica que se vive, é previsível a manutenção ou agravamento dessas tendências, o que condiciona a procura atual e futura a nível dos estabelecimentos de educação e ensino do município.

Por um lado, em relação à imigração, é expectável a manutenção da tendência de entrada de população estrangeira em Portugal, com destino às grandes áreas urbanas, tendo em conta o contexto político e económico de alguns dos principais países de origem.

Por outro lado, continuamos a assistir ao fenómeno de gentrificação de Lisboa, isto é, à saída de população em direção à periferia devido à exponencial subida dos preços de habitação no centro da cidade. De facto, a valorização imobiliária da capital, refletiu-se num aumento da procura do mercado de habitação em Odivelas.

Ainda que este movimento atinja todos os escalões etários, faz-se sentir com maior incidência nos agregados familiares em idade ativa, não raras vezes com filhos em idade escolar, fenómeno que, ainda que condicionado por múltiplos fatores, alguns dos quais imponderáveis, tenderá a manter-se num futuro próximo.

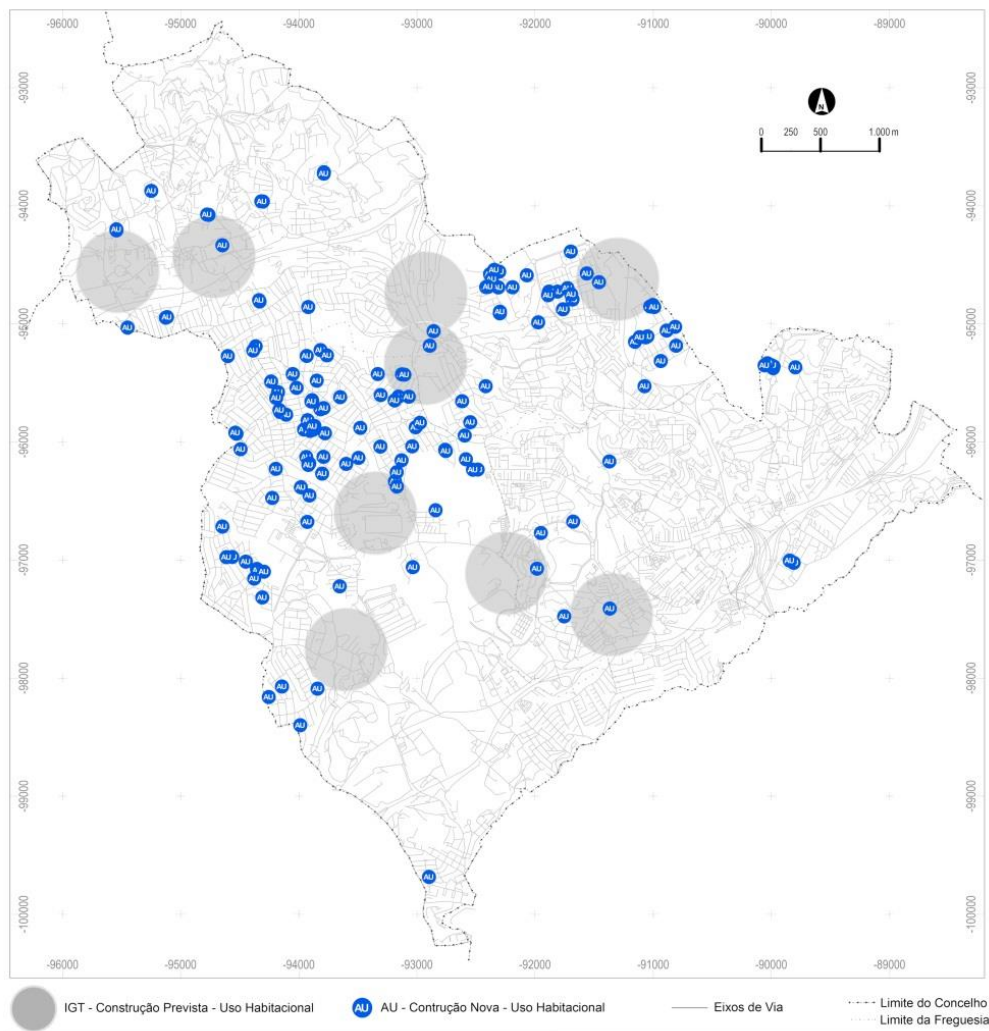
Numa tentativa de compreender quais as áreas sujeitas a maior pressão construtiva e, por consequência, populacional, foram cartografados os alvarás de Autorização de Utilização de construções novas para uso habitacional emitidos entre junho de 2015, data de aprovação do PDM, e dezembro de 2018, que correspondem a um total de 478 novos fogos, com uma predominância das tipologias T2 e T3.

Complementarmente foram, também, identificados os Planos Municipais de Ordenamento do Território e Unidades de Execução aprovadas que contemplam uso residencial, uma vez que representam áreas com potencial acréscimo demográfico a curto/médio prazo.

Da observação da figura seguinte é possível identificar as zonas sujeitas a maior pressão construtiva para fins residenciais: Ramada, Caneças, Famões e Odivelas. Contrariamente para a Póvoa de Santo Adrião, Olival Basto e Pontinha não é expectável um aumento do parque habitacional.

De facto, do total de 152 alvarás de Autorização de Utilização para construções novas destinadas ao uso habitacional, cerca de 90% localiza-se na União de Freguesias de Pontinha e Famões e na União de Freguesias da Ramada e Caneças.

Figura 113. Identificação de áreas com potencial acréscimo demográfico, em Odivelas



Fonte: CMO (2019), Monitorização do território – a dinâmica de ocupação pós-PDM

Tabela 45. Fogos novos, por freguesia e por tipologia | Odivelas, junho 2015 – dezembro 2018

Freguesias	Tipologia						N.º Fogos	AU emitidas
	T0	T1	T2	T3	T4	T5 e +		
Odivelas	0	1	33	43	4	1	82	6
UF Pontinha e Famões	0	12	28	44	48	10	142	76
UF Póvoa de St. Adrião e Olival Basto	0	10	77	43	1	0	131	8
UF Ramada e Caneças	1	3	26	57	26	10	123	62
Total do concelho	1	26	164	187	79	21	478	152

Fonte: CMO (2019), Monitorização do território – a dinâmica de ocupação pós-PDM

A tendência de crescimento demográfico e as variáveis do sistema educativo, nomeadamente a taxa de retenção entre níveis de ensino, que, tal como ficou demonstrado atrás, vai progredindo à medida que se avança num nível de ensino superior, sendo a sua presença mais expressiva a partir do 2.º ciclo do ensino básico, reforçada no 3.º ciclo e com valores significativos no nível secundário, e a diminuição progressiva do número de alunos por turma, irão refletir-se igualmente, num aumento da população a escolarizar no horizonte temporal da segunda revisão da Carta Educativa (2024).

2. Cenários prospetivos de oferta-procura

A escola é uma instituição que dá grande centralidade ao lugar, pelo que, a expressão simbólica, a imagem arquitetónica, e o conforto do edifício marcam, de forma indelével, as memórias que irão estruturar a ideia que o cidadão comum faz, do lugar e da comunidade a que pertence.

Em termos gerais pretende-se, que a programação dos equipamentos escolares seja subordinada aos princípios de diversidade de tipologias, flexibilidade e versatilidade de soluções, e complementaridade na gestão e utilização dos recursos respondendo, simultaneamente, à própria evolução da organização do sistema educativo - escola a tempo inteiro, integração de crianças com necessidades educativas específicas, componentes de apoio à família, e outras -, uma vez que, tendo presente as dinâmicas familiares da vida moderna, a escola é o local onde as crianças e os jovens permanecem e vivem cada vez mais tempo, rentabilizando-a também, como meio de integração social e fruição de tempos livres.

A crescente abertura da escola à comunidade tem vindo a valorizar a relação de complementaridade entre a escola e os demais equipamentos urbanos, pelo que o estabelecimento de uma efetiva relação de proximidade no plano da localização espacial, em zonas urbanisticamente consolidadas ou com planos já aprovados, e com ligações estabelecidas por transporte público ou outro em condições de segurança aos locais de residência da população a que irá responder, se apresenta como fundamental.

A construção de raiz de novos equipamentos escolares ou a sua implementação a partir de intervenções de requalificação/ampliação de estabelecimentos de educação e ensino já existentes é planeada, dentro de um conceito programático, que visa a criação de espaços flexíveis e acolhedores, com boas condições de ensino e de aprendizagem, com níveis de conforto e funcionalidade adequados, que permitam satisfazer as exigências que recaem sobre a "Escola"- entendida como espaço educativo para acolhimento de todas as crianças e jovens.

A garantia do direito de acesso de todas as crianças e jovens que pretendem frequentar os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, em edifícios com qualidade funcional, arquitetónica e de segurança, a necessidade de prever os termos de prossecução, pelo município, do desenvolvimento de ações complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, vem reforçar, a necessidade de, gradualmente, se ir diminuindo aquilo que foram recursos de provisórios de emergência encontrados numa determinada altura para fazer face ao aumento intempestivo de alunos no 1º CEB, assim como, deixar de ter taxas de ocupação em algumas escolas do concelho de 2.º, 3.º CEB e ensino secundário, superiores a 100%.

O exercício de criar cenários prospetivos de oferta/procura num horizonte temporal de 5 e 10 anos, partem da capacidade de oferta da rede escolar que se encontra em pleno funcionamento - incluindo as entradas em rede no Ano letivo 2019/2020 -, cruzada com as projeções da procura de educação e ensino para este período temporal, procurando identificar-se défices ou excedentes de capacidade, em termos do binómio oferta/procura.

A análise centra-se, de forma particular, na rede pública, uma vez que é aquela em que dispomos de um conjunto de variáveis a ponderar, apoiada por indicadores mais gerais da rede privada (rede solidária e rede particular), no que se refere à sua capacidade atual enquanto resposta complementar.

A projeção de novos equipamentos escolares por via da construção e/ou ampliação dos edifícios é apresentada por localidade, tendo por base a evolução da procura manifestada nos agrupamentos de escolas/escola não agrupada, mas tendo presente alguma reserva que o próprio exercício de fazer projeções implica, uma vez que há um conjunto de variáveis que influenciam estas projeções e, que podem alterar-se de um ano para o outro - fenómenos migratórios futuros; alterações nas modalidades de avaliação no que respeita aos indicadores da transição/retenção de alunos; entradas e saídas de moradores no concelho, por via do mercado de aquisição e arrendamento habitacional, mudança de emprego; alteração do quadro legislativo de matrículas; e outros.

Ter também presente, que a procura também é influenciada pelo mercado de trabalho local, isto é, alunos que frequentam determinadas escolas por via do local de trabalho do encarregado de educação (independentemente do local e ou concelho de residência), e a perceção da opinião pública sobre determinada escola, seja por via da sua localização geográfica, por ser uma escola mais recente, por via dos resultados escolares publicitados no âmbito dos rankings, ou outros.

Não obstante todas as reservas identificadas anteriormente, não deixamos de reforçar a necessidade de valorizar os cenários que vão ser apresentados, no momento de equacionar o reajustamento do parque escolar existente, uma vez que, por um lado, nos dão indicações de um futuro otimista, com a previsão de

aumento de população jovem a escolarizar, mas, por outro, coloca imensos desafios, em termos da adequação da oferta à procura em quantidade e em qualidade.

2.1. Projeção da oferta – cenários a curto e médio prazo

De acordo com Guy Odie, Conselheiro do Programa sobre as Construções Escolares da OCDE, *“Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”*.⁶⁰

A Tabela abaixo apresenta o cenário prospetivo, relativo à necessidade de construir e ou ampliar/requalificar o parque escolar da rede pública, a curto/médio prazo, tendo como princípios orientadores: assegurar a coerência municipal do sistema educativo e contribuir para atenuar os desequilíbrios entre localidades; assegurar a diversidade, flexibilidade e complementaridade das respostas, visando alargar a oferta de tipologias; racionalizar a oferta educativa, tendo em vista o cumprimento dos objetivos pedagógicos definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).

O cenário apresentado, tem por base: as projeções da população a escolarizar nos próximos anos (que tende a crescer); a emissão de licenças para novas construções de habitação em determinados locais do concelho; as taxas de retenção nos diferentes níveis de educação e ensino; a necessidade de dar resposta de pré-escolar às crianças de 3, 4 e 5 anos de idade; a prossecução do princípio definido a nível do Ministério da Educação para a diminuição progressiva do número de alunos por turma até ao Ano letivo 2021/2022⁶¹; tendo igualmente presente, o objetivo estratégico de criar melhores condições de acesso à aprendizagem e à inclusão, nas escolas já edificadas.

Referir também, a opção espelhada na proposta, de apostar na construção de escolas básicas integradas, reafectando de forma progressiva as escolas secundárias ao nível de ensino secundário e, diminuindo de forma progressiva, a oferta de 3.º CEB nas mesmas, no sentido de as libertar para responderem de forma mais equilibrada, à diversidade e especificidade das ofertas deste nível de ensino.

⁶⁰ In Manual para a Elaboração da Carta educativa. Ministério da Educação (DAPP). Setembro de 2000.

⁶¹ Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho.

Na base dos fundamentos da programação apresentada no cenário abaixo, foram tidos em conta, critérios de natureza pedagógica, de articulação entre diferentes níveis de ensino no âmbito do cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos e da viabilidade de funcionamento equilibrado a nível da sua gestão funcional, e indicadores claros, de défice de oferta de rede no âmbito das respostas de proximidade, nomeadamente: regimes de funcionamento duplo; valores médios preferenciais relativamente ao número de alunos por turma; e capacidade total de acolhimento das escolas situadas na mesma zona territorial ou num território próximo.

Tabela 46. Rede escolar – cenário prospetivo

Localidade	Estabelecimento de educação e ensino	Tipo de intervenção	Implicações na oferta
Caneças	Escola Básica de Castanheiros	Ampliação	Criação de resposta de pré-escolar e 1º CEB (6 salas de 1º CEB e 3 salas de pré-escolar); a escola mantém a resposta de 2.º e 3.º CEB.
	Escola Básica Francisco Vieira Caldas	Remodelação	Converter em estabelecimento de educação pré-escolar (2 salas), permitindo desativar as instalações da Quinta de S. Carlos, na mesma localidade, que não tem dimensão adequada nem zona de recreio.
	Escola Básica Cesário Verde	Ampliação	Reconversão das 2 salas de pré-escolar para a sua função inicial: 1º CEB; construção, por ampliação do edificado, de 2 salas para o pré-escolar; desativar as 2 salas do 1º CEB, em monobloco, em sistema de aluguer.
Famões	Escola Básica Integrada Quinta do Segulim	Construção de raiz	Aumento da oferta de pré-escolar e de 1º, 2.º e 3º CEB (2 salas de pré-escolar, 8 salas de 1º CEB, T20 de 2.º e 3.º CEB); desativação das 2 salas de 1º CEB, em monobloco de aluguer, na EB Veiga Ferreira; diminuição da taxa de ocupação da EB António Gedeão.
Odivelas	Escola Básica das Colinas do Cruzeiro	Construção de raiz	Alargamento da oferta de pré-escolar e de 1º CEB (12 salas de 1º CEB e 3 salas de pré-escolar); desativar as salas em monobloco de aluguer na EB Rainha Santa (2 salas) e na EB Maria Máxima Vaz (2 salas).
	Escola Básica António Maria Bravo	Ampliação/remodelação	Alargamento da oferta de pré-escolar (2 salas) e criação de refeitório e sala polivalente (a partir da utilização das atuais instalações da PSP).
	Escola Básica Bernardim Ribeiro	Ampliação/remodelação	Aumento da oferta de 1º CEB (2 salas), construção de refeitório, cozinha e Unidade de Apoio; desativação das salas em monobloco.
	Escola Básica Rainha Santa	Ampliação	Alargamento da oferta de pré-escolar (construção ou reconversão de 2 salas), quando forem desativados as salas de

Localidade	Estabelecimento de educação e ensino	Tipo de intervenção	Implicações na oferta
			aula de 1º CEB, de monobloco, em sistema de aluguer.
Pontinha	Escola Básica Mello Facão	Requalificação/ampliação	Criação de 2 salas de pré-escolar, e responder ao 1º CEB com as 8 salas; esta projeção poderá passar, a médio prazo, pela ampliação em altura da escola (2.º andar).
Póvoa de Santo Adrião	Jardim de Infância da Póvoa de Santo Adrião	Requalificação/ampliação	Criação de 3 salas de pré-escolar, com serviços de apoio, nas antigas instalações da EB n.º2 da Póvoa de Santo Adrião, escola que respondia ao 1º CEB, e que se encontra desativada desde 2000.
	Escola Básica da Quinta de S. José	Remodelação/ampliação	Criação de 3 salas de pré-escolar, e devolver as atuais salas de pré-escolar ao 1ºCEB (função inicial), ficando com 11 salas (3 de pré-escolar e 8 de 1º CEB).
Ramada	Escola Básica da Amoreira	Remodelação/ampliação	Criação de 2 salas de pré-escolar, quando forem desativadas as salas de monobloco, em sistema de aluguer, utilizadas para responder ao 1º CEB.
	Escola Básica Amoreira n.º 1	Construção de raiz	Aumento da oferta de pré-escolar e de 1º CEB (8 salas de 1º CEB e 3 salas de pré-escolar).
	Escola Básica Casal dos Apréstimos n.º 1	Construção de raiz	Aumento da oferta de 2.º e 3.º CEB (T24 turmas), no lote contíguo à atual EB dos Apréstimos, que responde ao pré-escolar e ao 1º CEB.

Fonte: CMO/DE/DOMHT

Para além das intervenções de construção, ampliação, e reconversão dos equipamentos escolares identificados na Tabela acima, reforçar também a necessidade, de requalificação de outros equipamentos escolares existentes, com vista à rentabilização e dignificação dos mesmos, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, tais como: requalificação geral da Escola Básica D. Dinis/Pombais/Odivelas com a consequente construção do pavilhão gimnodesportivo e o reafirmar da sua centralidade para responder a uma parte da procura dos residentes do Bairro das Colinas do Cruzeiro; a construção de pavilhão gimnodesportivo na Escola Básica Carlos Paredes/Póvoa de Santo Adrião; a requalificação geral das Escolas Secundárias, de Odivelas e da Ramada.

Numa síntese conclusiva, sobre este ponto, dizer que, as propostas de reorganização da rede escolar do município de Odivelas numa projeção a curto e médio prazo, assentam, fundamentalmente, na manutenção dos equipamentos educativos existentes e em intervenções de ampliação, requalificação e reconversão em alguns dos mesmos, no sentido de os dotar de melhores condições físicas e funcionais, para assegurar práticas de ensino/aprendizagem de qualidade e ou para reequilibrar a oferta em zonas do concelho mais consolidadas; mas também, na construção de novos equipamentos escolares (de pré-escolar e de ensino

básico) em zonas residenciais mais impactantes, em termos de crescimento previsível de população a escolarizar a médio/longo prazo.

2.2. Reordenamento das unidades organizacionais

O princípio subjacente à criação de agrupamentos de escolas com a integração vertical de valências de diferentes níveis de educação e ensino⁶², sem implicar obrigatoriamente a sua integração física, mas num modelo de unidades disseminadas no território, é o de assegurar um percurso sequencial e articulado e uma transição adequada entre níveis e ciclos de educação e ensino numa única unidade de gestão organizacional, que permita aos alunos completar a escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas, através de uma efetiva inclusão do pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º CEB e, em alguns casos, do nível secundário.

Como já referido em capítulo próprio, a rede educativa do concelho de Odivelas está organizada, em termos funcionais, em oito agrupamentos de escolas (quatro deles que integram resposta desde o pré-escolar ao ensino secundário e, outros quatro agrupamentos de escolas, que integram o pré-escolar e todas as valências do ensino básico), e duas escolas não agrupadas.

Com a perspetiva de construção de raiz de novos equipamentos educativos, que integram níveis de educação e ensino diferenciados, coloca-se a possibilidade de se proceder ao reordenamento da rede educativa do município, de modo a, encontrar as respostas mais adequadas, sobretudo em zonas geográficas onde estão aprovados instrumentos de planeamento e alvarás de loteamento que proporcionam a criação e ou aumento de áreas habitacionais, com a consequente necessidade, de construção de mais que uma escola, quer por força do aumento da procura quer pela incapacidade de resposta dos equipamentos escolares existentes.

Sendo prematuro apresentar propostas concretas de reorganização das unidades de gestão existentes, importa, contudo, esclarecer a importância que esta reorganização pode assumir no atual contexto educativo, já que a projeção de novas respostas educativas para o território, poderá conduzir à criação de novos modelos de regulação do sistema educativo a nível local e, justificar, outras opções aquando do processo de reorganização da rede escolar.

Apresenta-se assim, um cenário de previsível necessidade de estudo desta questão, num futuro próximo, em algumas das áreas.

⁶² Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 137/2012, de 2 de julho.

Tabela 47. Reordenamento das unidades organizacionais – cenário prospetivo

Identificação de novos equipamentos escolares	Níveis de educação e ensino/aumento de respostas	Reordenamento da rede escolar
Escola Básica Colinas do Cruzeiro, Odivelas.	Pré-escolar e 1º CEB.	Reforço da oferta de pré-escolar e de 1º CEB num dos Agrupamentos de Escolas com áreas comuns de partilha.
Escola Básica Amoreira n.º 1, Ramada.	Pré-escolar e 1º CEB.	Implica estudo para reordenamento das unidades organizacionais existentes (AE/ENA).
Escola Básica Casal dos Apréstimos n.º 1, Ramada	2.º e 3.º CEB.	
Escola Básica Integrada Quinta do Segulim, Famões.	Pré-escolar, 1º, 2.º, 3.º CEB.	Implica reordenamento de unidade organizacional que responde a esta zona.

3. SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações

A rede de oferta de formação profissional qualificante intermédia, do nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), correspondendo aos cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação é, no concelho de Odivelas, de oferta exclusiva das escolas secundárias que integram a rede pública.

A apresentação deste ponto é feita com base no Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Área Metropolitana de Lisboa (AML) – Atualização do Diagnóstico 2015/2016, levado a cabo em 2018/2019 pela Quaternaire Portugal, por solicitação da AML, o qual assenta na atualização do diagnóstico regional e na atualização de informação sobre as necessidades e procura de qualificações, utilizando como metodologia de trabalho, a realização de sessões de trabalho com os diferentes municípios, escolas e empregadores.

O Estudo em causa surge na sequência do estabelecimento de um Protocolo de Cooperação entre a AML e a ANQEP, IP,⁶³ em que no âmbito das atribuições e competências de cada uma destas entidades, foi estabelecido o desenvolvimento de um módulo de aprofundamento regional do SANQ⁶⁴, tendo em vista a antecipação de necessidades regionais de qualificações intermédias para o respetivo território, tendo presente: o planeamento intermunicipal da rede da oferta educativa, com caráter plurianual; equilíbrio entre as necessidades do mercado de trabalho e a capacidade formativa já instalada; dar corpo a oportunidades e possibilidades de inovação no ensino profissional; dar relevância ao planeamento, coordenação, racionalização e partilha de recursos na oferta de educação e formação em territórios de fronteira; reforço da

⁶³ Agência Nacional Para a Qualificação e o Ensino Profissional.

⁶⁴ Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações.

inovação e da qualificação das qualificações de nível intermédio, como estratégia de atratividade para os estudantes/famílias, e respetivo reconhecimento social.

Constituindo este tipo de cursos, percursos de formação com uma significativa componente prática, onde a aprendizagem realizada valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão é, fundamental, em termos do planeamento da sua oferta, que a comunidade-escola e a comunidade local se articulem entre si, com o entendimento recíproco de que se trata de estruturas de interdependência e de influência recíproca, nesta matéria.

Em termos gerais, referir que de acordo com este estudo, a opção pelas vias de dupla certificação é, na AML, menos expressiva do que no continente (38,5% e 40,7%, respetivamente) apresentando, para os jovens residentes no concelho de Odivelas, uma atratividade ainda mais reduzida (25,5%)⁶⁵.

A dinâmica da evolução do emprego e das necessidades de qualificações e de sinalização de áreas prioritárias e saídas profissionais para a rede de educação e formação foi aferida, nesta proposta da AML, a partir de um estudo prospetivo do CEDEFOP para o horizonte temporal 2025⁶⁶ e da análise de informação do GEP/MTSSS (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) sobre a evolução do emprego em profissões associadas às qualificações intermédias e, com base na matriz disponibilizada pela ANQEP, foi estabelecida a correlação entre as profissões da componente profissional e as qualificações/designações de cursos de nível 4 - cursos profissionais de nível secundário.

O indicador de relevância foi aferido com base na combinação do volume e dinamismo do emprego jovem na qualificação, e de indicadores de procura da qualificação.

As Tabelas abaixo identificam a relevância dada às diferentes qualificações intermédias que integram o Quadro Nacional de Qualificações, numa escala de classificação entre A+ e E- (sendo A+ a análise prospetiva mais favorável e E- a análise menos favorável), assim como, o ajustamento proposto pela AML para as mesmas qualificações (com base no estudo já referido anteriormente), tendo em conta as necessidades identificadas para este território num período a curto prazo, e o nível de empregabilidade aferido para cada uma delas.

A Tabela 48 identifica, numa visão prospetiva, o grupo de qualificações com maior relevância no Quadro Nacional de Qualificações (com uma valoração entre 8 e 10), num intervalo de 1 a 10 pontos (constituindo 1 ponto a relevância mínima e 10 pontos a relevância máxima), e a proposta de “relevância regional” atribuída

⁶⁵ Dados 2017 – Estudo AML/Quatenaire Portugal.

⁶⁶ <http://www.cedefop.europa.eu/en/events-and-projects/projects/forecasting-skill-demand-and-supply/publications>

pelo estudo da AML (aumento, diminuição, manutenção da ponderação, ou SP – sem posição, por falta de elementos), com base nas classificações retrospectivas e prospetivas da evolução de emprego na qualificação profissional.

Tabela 48. Antecipação de necessidades de oferta de qualificações intermédias - Grande Lisboa

Qualificação Nível 4 QNQ (Grupo de Relevâncias 8-10 pontos)	Visão prospetiva das necessidades da qualificação (a)	Relevância das Qualificações	Relevância Regional das Qualificações (AML)
Técnico/a de Restaurante/Bar	A+	10	10
Técnico/a de Cozinha/Pastelaria	A+	9	9
Técnico/a Auxiliar de Saúde	A	9	9
Artes do Espetáculo – Cenografia, Figurinos e Adereços; Artes do Espetáculo- Luz, Som e Efeitos Cénicos.	A	8	8
Assistente de Arqueólogo/a.	A	8	SP (b)
Técnico de Comércio; Técnico de Vendas; Técnico de Vitrinismo.	B	8	SP
Técnico/a Comercial; Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital; Técnico/a de Distribuição.	B	8	8
Técnico/a de Vendas e Marketing.	B	8	9
Técnico de Gestão.	B	8	SP
Técnico/a de Apoio à Gestão.	B	8	8
Técnico/a Administrativo/a.	B	8	8
Bombeiro/a	B	8	8
Desenhador/a de Sistemas de Refrigeração e Climatização; Técnico/a de Refrigeração e Climatização.	A	8	8
Técnico/a de Frio e Climatização.	A	8	SP
Técnico/a de Manutenção de Máquinas de Calçado e de Marroquinaria.	A	8	7
Técnico de Apoio à Infância.	A	8	SP
Técnico/a de Ação Educativa; Técnico/a de Juventude.	A	8	8
Acompanhante de Turismo Equestre.	A	8	7
Técnico/a de Informação e Animação Turística; Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural.	A	8	SP
Técnico/a em Animação de Turismo.	A	8	9
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva.	B	8	6

a) Escala de classificação: A+, A, b, C, D, E, E-, sendo A+ a análise prospetiva mais favorável e E - a menos favorável;
SP - Sem posição.

Fonte: Quaternaire Portugal e AML. (2018). Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações Intermédias na AML.

Neste grupo de relevâncias (relevância alta) destacar, a proposta para aumentar na Região da Grande Lisboa, a classificação atribuída pela ANQEP à formação intermédia em “Vendas e Marketing” e a “Animação e Turismo”, por via do apuramento das dinâmicas de emprego e, proposta de diminuição, da relevância atribuída à formação em “Manutenção de Máquinas de Calçado e de Marroquinaria”, “Acompanhante de Turismo Equestre”, e “Apoio à Gestão Desportiva”, pela pouca expressividade da sua empregabilidade.

Por outro lado, destacar ainda, em termos de visão prospetiva para um futuro próximo, a posição bastante favorável, da evolução do emprego para a qualificação intermédia de “Restaurante/Bar” e “Cozinha/Pastelaria”.

A Tabela 49 identifica o grupo de qualificações, que numa visão prospetiva, apresentam uma relevância intermédia no Quadro Nacional de Qualificações (entre 6 e 7 pontos), sendo que se considerou todas as qualificações classificadas com estes valores pelo Estudo da AML, independentemente de a ANQEP ter atribuído uma classificação mais baixa.

Tabela 49. Antecipação de necessidades de oferta de qualificações intermédias - Grande Lisboa

Qualificação Nível 4 QNQ (Grupo de relevâncias 6-7 pontos)	Visão prospetiva das necessidades de qualificação (a)	Relevância das Qualificações	Relevância Regional das Qualificações (AML)
Técnico/a de Animação 2D e 3D.	B	7	7
Técnico/a de Organização de Eventos.	B	7	5
Técnico/a de Contabilidade.	A	7	SP (b)
Técnico/a de Serviços Jurídicos.	A	7	SP
Técnico/a de Informática – Instalação e Gestão de Redes; Técnico/a de Informática – Sistemas.	B	7	8
Técnico/a de Fabrico e Manutenção de Cunhos e Cortantes.	A+	7	7
Técnico/a de Eletrotecnia; Técnico/a de Instalações Elétricas.	B	7	7
Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações; Técnico/a de Eletrónica Médica.	A	7	8
Técnico/a de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV; Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando; Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores; Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação.	A	7	7
Técnico/a de Mecatrónica.	A	7	8
Técnico/a de Manutenção Industrial – Mecatrónica Automóvel; Técnico/a de Aprovisionamento e Venda de Peças; Técnico/a de Mecatrónica Automóvel; Técnico/a de Reparação e Pintura de Carroçarias.	A+	7	7
Técnico/a de Manutenção Industrial – Manutenção de Aeronaves.	C	7	7

Qualificação Nível 4 QNQ (Grupo de relevâncias 6-7 pontos)	Visão prospetiva das necessidades de qualificação (a)	Relevância das Qualificações	Relevância Regional das Qualificações (AML)
Técnico/a de Sistemas de Informação Geográfica.	B	7	7
Técnico/a Assistente Dentário.	C	7	7
Rececionista de Hotel.	C	7	7
Técnico/a de Receção.	C	7	SP
Técnico/a de Receção Hoteleira.	C	7	8
Técnico/a de Andares.	C	7	8
Técnico/a de Desporto.	B	7	7
Esteticista; Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar.	B	7	7
Técnico/a de Design Gráfico; Técnico/a de Desenho Digital 3 D; Técnico/a de Artes Gráficas.	C	6	SP
Técnico/a de Desenho Gráfico; Técnico/a de Multimédia.	C	6	6
Técnico/a Comercial Bancário/a; Técnico/a de Banca e Seguros.	C	6	5
Técnico/a de Administração Naval; Técnico/a de Secretariado.	C	6	6
Técnico/a da Qualidade.	B	6	6
Programador/a de Informática.	B	6	8
Técnico/a de Informática de Gestão	C	6	6
Técnico/a de Produção em Metalomecânica - Controle da Qualidade; Técnico de Manutenção Industrial – Eletromecânica; Técnico de Manutenção Industrial – Mecatrónica; Técnico de Produção em Metalomecânica - Programação e Maquinação.	B	6	6
Técnico/a de CAD/CAM; Técnico/a de Fabrico de Componentes de Construção Metálica; Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica; Técnico/a de Maquinação CNC; Técnico/a de Maquinação e Programação CNC.	B	6	7
Técnico/a de Soldadura.	A+	6	8
Técnico/a de Eletricidade Naval.	A	6	6
Técnico/a de Relojoaria.	C	6	SP
Técnico/a de Análise Laboratorial.	D	6	7
Técnico/a de Produção Automóvel.	B	6	7
Técnico/a de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar.	D	6	SP
Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar; Técnico/a de Industrias Alimentares.	D	6	7
Técnico/a da Qualidade – Calçado e Marroquinaria.	B	6	SP
Técnico/a de Laboratório Cerâmico.	D	6	SP

Qualificação Nível 4 QNQ (Grupo de relevâncias 6-7pontos)	Visão prospetiva das necessidades de qualificação (a)	Relevância das Qualificações	Relevância Regional das Qualificações (AML)
Técnico/a de Cartografia – Cartógrafo; Técnico/a de Cartografia – Fotogrametrista; Topógrafo – Geómetra.	D	6	SP
Técnico/a de Ensaio da Construção Civil e Obras Públicas.	D	6	6
Técnico/a de Construção Civil; Técnico de Topografia.	D	6	SP
Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes.	A	6	6
Técnico/a de Termalismo	C	6	6
Técnico/a de Geriatria.	A	6	8
Técnico/a de Pastelaria/Padaria.	A	6	6
Técnico/a de Turismo; Técnico/a de Agências de Viagens e Transportes.	C	6	SP
Técnico/a de Operações Turísticas.	C	6	9
Técnico/a de Serviços Funerários.	A	6	SP
Contramestre (Marinha Mercante).	B	6	6
Artes do Espetáculo - Interpretação e Animação Circenses; Intérprete de Dança Contemporânea.	E	5	6
Artes do Espetáculo -Técnico/a de Produção e Tecnologias da Música.	D	5	7
Técnico/a de Som; Técnico/a de Vídeo.	D	5	6
Técnico/a de Planeamento Industrial de Metalurgia e Metalomecânica; Técnico/a de Produção e Montagem de Moldes; Técnico/a de Produção e Transformação de Compósitos; Técnico/a de Projeto de Moldes e Modelos – Fundição.	B	5	6
Técnico/a de Química Industrial.	C	5	6
Animador/a Sociocultural.	B	5	7
Técnico de Apoio Psicossocial; Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade.	B	5	7
Técnico/a de Proteção Civil.	D	5	7
Instrumentista de Cordas e de Tecla; Instrumentista de Jazz; Instrumentista de Sopros e de Percussão.	C	4	6
Artes do Espetáculo - Interpretação.	E -	4	6
Técnico/a de Fotografia.	B	4	6
Técnico/a de Logística.	C	4	9
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos.	C	4	7
Técnico de Mecânica Naval; Técnico/a de Construção Naval/Embarcações de Recreio.	B	4	6
Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Auditiva; Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Maxilo-Facial; Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Orbitocraneal; Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Ortopédica; Técnico/a de Ótica Ocular.	E	4	6

Qualificação Nível 4 QNQ (Grupo de relevâncias 6-7 pontos)	Visão prospetiva das necessidades de qualificação (a)	Relevância das Qualificações	Relevância Regional das Qualificações (AML)
Técnico/a de Tráfego de Assistência em Escala.	E	4	6
Técnico/a de Transportes	E	4	9
Técnico/a de Tratamento de Metais.	D	3	6
Técnico/a de Redes Elétricas.	C	3	6
Técnico/a Vitivinícola.	C	3	6
Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais; Técnico/a de Gestão Cinegética; Técnico/a de Máquinas Florestais.	D	2	6
Técnico/a de Gestão do Ambiente.	E	2	6
Técnico/a de Segurança e Higiene do Trabalho	E	2	6
a) Escala de classificação: A+, A, b, C, D, E, E-, sendo A+ a análise prospetiva mais favorável e E - a menos favorável; SP - Sem posição.			

Fonte: Quaternaire Portugal e AML. (2018). Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações Intermédias na AML.

Neste grupo de relevâncias intermédias (6 - 7 pontos) destacar a proposta para aumentar, na Região da Grande Lisboa, a relevância atribuída pela ANQEP a uma grande quantidade e diversidade de qualificações, dado o potencial de crescimento das mesmas enquanto áreas de qualificação e oportunidades profissionais crescentes, destacando-se as qualificações de “Operações Turísticas”, “Logística”, e “Transportes”, por terem aumentado de forma expressiva a sua relevância; e a proposta de diminuição da relevância atribuída à formação em “Organização de Eventos”, “Comercial Bancário e Banca e Seguros”, pela pouca expressividade da dinâmica do emprego.

Destacar, em termos de visão prospetiva para um futuro próximo, neste grupo de relevâncias intermédias, a posição bastante favorável da evolução do emprego para a qualificação de “Fabrico e Manutenção de Cunhos e Cortantes”, “Manutenção Industrial”, “Aprovisionamento e Venda de Peças”, “Mecatrónica Automóvel”, “Reparação e Pintura de Carroçarias”, e “Soldadura”; e pouco favorável (apesar de a proposta ser no sentido de aumentar o grau de relevância na Região da Grande Lisboa), a qualificação nas “Artes do Espetáculo – Interpretação”.

Referir ainda, a proposta de aumento de relevância para as qualificações ligadas às áreas dos “Recursos Ambientais e Florestais”, por via da prioridade nacional atribuída à prevenção e gestão integrada dos fogos florestais; e da qualificação nas áreas da “Segurança e Higiene do Trabalho”, dado tratar-se de uma área transversal de crescimento profissional, em virtude da necessidade de aumentar as competências profissionais nas áreas da segurança e higiene no trabalho em organizações de maior dimensão, por via do cumprimento da legislação laboral.

VIII. PROGRAMAÇÃO DE NOVAS INTERVENÇÕES

A questão central que gostaríamos de deixar espelhada na programação que se apresenta neste capítulo, assenta no princípio base de que, o investimento público a fazer na educação não se deve restringir à garantia do acesso, mas, também, ao imperativo da qualidade da oferta e do sucesso educativo de todos os alunos.

1. Cronograma das intervenções

Neste sentido, nos novos edifícios escolares a construir, ter em consideração a possível integração das denominadas “salas de aula do futuro” também identificados como “ambientes educativos inovadores”⁶⁷, constituídos por alguns espaços flexíveis, equipados com mobiliário/equipamento e tecnologias que permitam criar diferentes zonas de trabalho e proporcionem a utilização de algumas metodologias inovadoras, como por exemplo, o trabalho de projeto, funcionando como um “laboratório de aprendizagem para alunos e professores”.

Estas salas poderão ser concebidas com zonas funcionais diferenciadas, que permitam criar, interagir, apresentar, investigar, partilhar, e desenvolver, em função das necessidades e características dos alunos, com capacidade para acolher uma ou duas turmas e respetivos professores, podendo funcionar ao mesmo tempo como espaço de frequência rotativa, à semelhança das Bibliotecas Escolares e outros espaços de utilização comum.

⁶⁷ Projeto Future Classroom Lab, desenvolvido pela European Schoolnet (CNE. Estado da Educação 2017).

Tabela 50. Cronograma de intervenção

Estabelecimento de educação e ensino	Tipo de intervenção	Cronograma
Escola Básica de Castanheiros, Caneças	Ampliação	2019
Escola Básica Francisco Vieira Caldas, Caneças	Remodelação	2019
Escola Básica Cesário Verde, Caneças	Remodelação/ampliação	Cenário médio prazo
Escola Básica Integrada Quinta do Segulim, Famões	Construção de raiz	Cenário médio prazo
Escola Básica Colinas do Cruzeiro, Odivelas	Construção de raiz	Cenário curto prazo
Escola Básica António Maria Bravo, Odivelas	Ampliação/remodelação	Cenário médio prazo
Escola Básica Bernardim Ribeiro, Odivelas	Ampliação/remodelação	Cenário curto prazo
Escola Básica Rainha Santa, Odivelas	Ampliação	Cenário médio prazo
Escola Básica D. Dinis/Pombais, Odivelas	Requalificação/remodelação/construção pavilhão gimnodesportivo	Cenário curto prazo
Escola Básica Mello Facão/Pontinha	Requalificação/ampliação	Cenário médio prazo
Jardim de Infância da Póvoa de Santo Adrião	Requalificação/ampliação	Cenário curto prazo
Escola Básica Carlos Paredes, Póvoa Santo Adrião	Construção pavilhão gimnodesportivo	Cenário curto prazo
Escola Básica Quinta de S. José, Póvoa de Santo Adrião	Remodelação/ampliação	Cenário médio prazo
Escola Básica Amoreira, Ramada	Remodelação/ampliação	Cenário médio prazo
Escola Básica Amoreira n.º 1, Ramada	Construção de raiz	Cenário curto prazo
Escola Básica Casal dos Apréstimos n.º 1, Ramada	Construção de raiz	Cenário médio prazo

Fonte: CMO/DE/DOMHT

2. Identificação de terrenos com potencial para construção de equipamentos escolares

Para a programação da rede educativa foram identificadas as seguintes localizações:

- Rua Cristiano Augusto Bramão/Rua do Poder Local | Ramada (PIM)
- Av. 25 de Abril, Casal dos Apréstimos | Ramada (PIM)
- Área empresarial Quinta do Segulim | Famões (área de cedência)

Rua Cristiano Augusto Bramão/Rua do Poder Local – Ramada [EB1/JI]

Enquadramento PIM

Da consulta dos Mapas Interativos⁶⁸ do tema “Património Imobiliário Municipal”, foi identificada a seguinte parcela (a verde):

LOCALIZAÇÃO (SIG): Rua Cristiano Augusto
Bramão, Parcela B, Amoreira

INVENTARIO: 39372

FREGUESIA (Limite antigo): Ramada

DESCRIÇÃO (SIG): Parcela de Terreno

ALVARÁ (SIG): 19/98

ÁREA DO POLÍGONO: 9780,7426



Enquadramento PDM

Ordenamento – Uso do Solo

Classes: Solo Urbano

Categorias Operativas: Urbanizado Consolidado

Categorias e Subcategorias Funcionais: Espaço Urbanizado Consolidado Central - Nível 1

Atravessado por Espaços Canais de Mobilidade - Rede Ferroviária - Rede Metropolitano Proposta de Prolongamento Linha Amarela

Ordenamento – Ruído

Classificação de Zonas: Zona Mista

Ordenamento – Riscos

NA

Ordenamento – Património Arquitectónico

NA

Ordenamento – Património Arqueológico

NA

Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal

NA

Condicionantes – Servidões administrativas

Atravessada por Rede Ferroviária - Metropolitano (Linha amarela prolongamento previsto)

Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional

NA

Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional

Zonas declivosas - Escarpas e outras áreas de elevada suscetibilidade geológica - Área com proposta de exclusão – área efetivamente comprometidas (C38)

⁶⁸ <https://www.cm-odivelas.pt/pages/718>

Avenida 25 de Abril, junto à EB Casal dos Apréstimos- Ramada [EB23]

Enquadramento PIM

Da consulta dos Mapas Interativos⁶⁹ do tema “Património Imobiliário Municipal”, foi identificada a seguinte parcela (a verde):

LOCALIZAÇÃO (SIG): Rua Amadeu de Sousa
Cardoso - Casal da Carochia

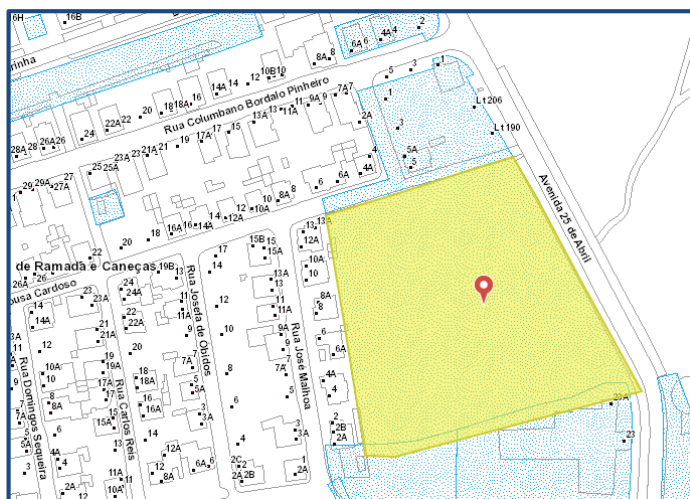
INVENTARIO: 39469

FREGUESIA (Limite antigo): Ramada

DESCRIÇÃO (SIG): Futuras Instalações 1º
Ciclo EB Jardim Infância, Escola 2.º e 3.º Ciclo
Casal Apréstimos - Lote 40

ALVARÁ (SIG): 5/97

ÁREA DO POLÍGONO: 16943,239



Enquadramento PDM:

Ordenamento – Uso do Solo

Classes: Solo Urbano

Categorias Operativas: Urbanizado Consolidado

Categorias e Subcategorias funcionais: Espaço Urbanizado de Uso Especial – Equipamentos

Ordenamento – Ruído

Classificação de Zonas: Zona Mista

Ordenamento – Riscos

NA

Ordenamento – Património Arquitetónico

NA

Ordenamento – Património Arqueológico

NA

Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal

NA

Condicionantes – Servidões administrativas

Servidão Aeronáutica: Áreas Críticas

Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional

NA

Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional

NA

⁶⁹ <https://www.cm-odivelas.pt/pages/718>

Área empresarial Quinta do Segulim | Famões – Área de cedência

Enquadramento PIM

Da consulta dos Mapas Interativos⁷⁰ do tema “Património Imobiliário Municipal”, a parcela em questão não está classificada



Enquadramento PDM

Ordenamento – Uso do Solo

Classes: Solo Urbano

Categorias Operativas: Urbanizável (sujeito a prévia programação)

Categorias e Subcategorias Funcionais: Espaço Urbanizável de Atividades Económicas

Ordenamento – Ruído

Classificação de Zonas: Zona Mista

Ordenamento – Riscos

NA

Ordenamento – Património Arquitetónico

NA

Ordenamento – Património Arqueológico

NA

Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal

NA

Condicionantes – Servidões administrativas

NA

Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional

NA

Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional

NA

⁷⁰ <https://www.cm-odivelas.pt/pages/718>

3. Programação orçamental das intervenções de construção/ampliação

A tabela abaixo apresenta o orçamento global para as obras de construção/ampliação e requalificação/modernização, previstas para o parque escolar da rede pública, num período de curto/médio prazo, e identificadas nos pontos acima.

Tabela 51. Programa orçamental para construção/ampliação do parque escolar

Estabelecimento de educação e ensino	Tipo de intervenção	Implicações na oferta	Orçamento global
Escola Básica de Castanheiros, Caneças	Ampliação e requalificação	Criação de resposta de pré-escolar e 1º CEB (6 salas de 1º CEB e 3 de pré-escolar), e requalificação dos blocos de 2.º e 3.º CEB.	2.100.000 €
Jardim de Infância Francisco Vieira Caldas, Caneças	Remodelação	Converter em estabelecimento de educação pré-escolar (2 salas), permitindo desativar as instalações da Quinta de S. Carlos - Caneças, que não tem dimensão regulamentar nem zona de recreio.	150.000 €
Escola Básica Cesário Verde, Caneças	Ampliação/remodelação	Reconversão das 2 salas de pré-escolar para a sua função inicial - 1º CEB; construção, por ampliação do edifício, de 2 salas para o pré-escolar e 1 sala polivalente; desativar salas em monobloco em sistema de aluguer.	180.000 €
Escola Básica Mello Falcão, Pontinha	Requalificação/ampliação	Ampliar com 2.º andar: criar condições para funcionar com 10 salas de aula.	500.000 €
Escola Básica Integrada Quinta do Segulim, Famões	Construção de raiz	Aumento da oferta de pré-escolar e de 1º, 2.º e 3º CEB (8 salas de 1º CEB, 2 salas de pré-escolar, T20 turmas de 2.º e 3.º CEB); desativação das salas em monobloco, em sistema de aluguer, na EB Veiga Ferreira.	6.500.000 €
Escola Básica Colinas do Cruzeiro, Odivelas	Construção de raiz	Aumento da oferta de pré-escolar e de 1º CEB (12 salas de 1º CEB e 3 salas de pré-escolar); desativar as salas de monobloco, em sistema de aluguer, na EB Rainha Santa e EB Maria Máxima Vaz.	2.500.000 €
Escola Básica António Maria Bravo, Odivelas	Ampliação/remodelação	Criação da oferta de pré-escolar (2 salas), de refeitório e de sala polivalente (utilização das atuais instalações da PSP).	260.700 €
Escola Básica Bernardim Ribeiro, Odivelas	Ampliação	Aumentar a oferta de 1º CEB, passando de 8 para 10 salas de aula (mais 2 salas), refeitório, cozinha, unidade de apoio.	700.000 €
Escola Básica Rainha Santa, Odivelas	Ampliação/remodelação	Aumento da oferta de pré-escolar (2 salas de atividade), quando forem desativados as 2 salas de 1º CEB,	180.000 €

Estabelecimento de educação e ensino	Tipo de intervenção	Implicações na oferta	Orçamento global
		em monobloco.	
Jardim de Infância da Póvoa de Santo Adrião, Póvoa de Santo Adrião	Requalificação/ampliação	Aumento da oferta de pré-escolar, com a criação de 3 salas de pré-escolar, com serviços de apoio, nas antigas instalações da EB n.º 2 da Póvoa de Santo Adrião (que se encontra desativada).	800.000 €
Escola Básica Quinta de S. José, Póvoa de Santo Adrião	Remodelação/ampliação	Criação de 3 salas de pré-escolar, para devolver as atuais salas de pré-escolar ao 1º CEB (função inicial), ficando com 11 salas (3 de pré-escolar e 8 de 1º CEB).	1.300.000 €
Escola Básica da Amoreira, Ramada	Remodelação/ampliação	Aumento da oferta de pré-escolar, através da criação de 2 salas de atividade, e desativar os monoblocos, em sistema de aluguer, utilizados para resposta de 1º CEB.	180.000 €
Escola Básica Amoreira n.º 1, Ramada.	Construção de raiz	Aumento da oferta de pré-escolar e de 1º CEB (8 salas de 1º CEB e 3 salas de pré-escolar).	1.800.000 €
Escola Básica Casal dos Apréstimos n.º 1, Ramada.	Construção de raiz	Aumento da oferta de 2.º e 3.º CEB (T24 turmas), podendo ficar uma escola básica integrada em articulação com a escola já existente, e que responde ao pré-escolar e ao 1º CEB.	5.000.000 €
Escola Básica D. Dinis, Odivelas.	Requalificação geral e construção de pavilhão gimnodesportivo	Aumento da oferta em mais 2 salas de aula, que atualmente estão ocupadas com a prática da educação física (e que ficarão libertas após construção do pavilhão gimnodesportivo).	800.000 €
Escola Básica Carlos Paredes, Póvoa de Santo Adrião.	Requalificação/modernização	Construção de pavilhão gimnodesportivo.	600.000 €

Para além das intervenções de construção, ampliação e requalificação de equipamentos escolares identificados na Tabela acima, referir também, a necessidade de intervenção nas Escolas Secundárias de Odivelas e da Ramada, para a qual foi assinado Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Ministério da Educação, no dia 31 de julho de 2019, para a realização de obras de requalificação e modernização nestas duas escolas.

IX. METODOLOGIA DE MONITORIZAÇÃO

A importância do planeamento da rede escolar, sendo imprescindível, não se esgota com a apresentação das propostas de reordenamento/ampliação/construção de equipamentos educativos, carecendo de uma monitorização e atualização permanente, no sentido de adequar as propostas apresentadas às dinâmicas que se vão desenvolvendo no território em cada novo ano letivo, designadamente no que se refere à evolução demográfica e socioeconómica, movimentos migratórios, alterações legislativas, dinâmicas urbanísticas, recursos financeiros disponíveis, e outros.

A sociedade está em constante mutação, desencadeando em sequência, incertezas, dúvidas e, ao mesmo tempo, construindo desafios e abrindo novas janelas de oportunidade. Estes desafios refletem-se diretamente nas escolas, onde convive uma grande heterogeneidade de culturas e de grupos sociais e porque condiciona e é condicionada por um conjunto de fatores multicausais, sendo importante destacar, as condicionantes demográficas que derivam dos nascimentos e dos fluxos migratórios.

Apesar da importância da componente das migrações, a sua previsão reveste-se de alguma dificuldade, dada a volatilidade do comportamento dos fluxos migratórios internacionais, influenciados por acontecimentos de natureza de ordem económica e política bem como por desequilíbrios demográficos e sociais entre países de origem e de destino, levando a que alterações no seu volume, características demográficas e sentido dominante, possam ocorrer de um momento para o outro.

O planeamento estratégico naquilo que às questões da educação diz respeito é aqui encarado como um processo cíclico, onde se definem as metas de desenvolvimento, as prioridades de atuação e os programas de ação, tendo implícito a operacionalização de um sistema eficiente de acompanhamento e monitorização contínuos, tendo sempre presente, um conjunto de princípios que orientam toda a intervenção a efetuar:

- Prevenir ruturas e inadequações da rede educativa relativamente à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Dar resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede escolar colocadas, quer pela evolução das políticas educativas quer pelas oscilações da procura, através da rentabilização do parque escolar edificado;
- Fornecer suporte à “tomada de decisão informada” no que respeita à reconversão e adaptação do parque escolar;
- Garantir um percurso sequencial e articulado, assegurando uma transição adequada entre níveis e ciclos de educação e ensino em unidades de gestão que permitam aos alunos completar a escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas, caso esse seja o entendimento das famílias;

- Reduzir as assimetrias existentes no território, quer em termos de cobertura de proximidade quer em termos da eliminação de assimetrias de diferenciação negativa entre escolas mais recentes e escolas mais antigas, em termos da qualidade das instalações;
- Criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos, no sentido de evitar a tendência para criar uma imagem pública de “escolas de primeira opção e escolas de segunda opção”, no mesmo território;
- Assegurar a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis de educação e ensino, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, nas suas diferentes modalidades;
- Assegurando a permanência no sistema de todos os jovens até aos 18 anos de idade, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Como ressalta do atrás referido, o processo de monitorização/avaliação da Carta Educativa reveste-se de grande importância para a gestão do sistema educativo a nível local, tendo em vista a sua permanente adequação à evolução da realidade e, ao mesmo tempo, o permitir avaliar o seu impacto, através da deteção precoce de eventuais desajustamentos, e num momento posterior, da aferição sobre se as soluções apresentadas inicialmente ainda se consideram as mais adequadas ao tempo presente introduzindo, se necessário, fatores de correção.

O conhecimento das variáveis que se vão alterando no funcionamento do sistema educativo, em cada novo ano letivo, com as implicações inerentes ao nível da gestão local, acrescido de um conjunto de variáveis incertas que dificultam a antevisão do cenário de crescimento da população a escolarizar, obriga os serviços municipais, a um esforço permanente e contínuo, de acompanhamento das dinâmicas de procura e de frequência escolar, no sentido de permitir trabalhar e construir diferentes cenários, de forma atempada e tecnicamente fundamentada, diminuindo os níveis de incerteza, quer no que se refere à programação de cada novo ano letivo quer no que diz respeito ao planeamento do sistema educativo local, no seu conjunto.

A monitorização partilhada, através do envolvimento e participação dos representantes dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas neste processo, tendo em conta o seu conhecimento e a sua experiência de terreno para o apoio ao processo de tomada de decisão, a articulação com os serviços regionais de gestão da rede escolar do Ministério da Educação, num compromisso para continuar a implementar e a consolidar práticas colaborativas e de troca de informação e conhecimento sobre o funcionamento do sistema, a prestação de contas ao Conselho Municipal de Educação e o acompanhamento destas dinâmicas por parte deste mesmo órgão, enquanto estrutura de coordenação e articulação a nível local das políticas educativas com outras políticas sociais, permitirá ter uma visão integrada do conjunto da realidade educativa e social do concelho contribuindo para reforçar a capacidade de diálogo e de aprendizagem constante entre todos os intervenientes.

Sendo os valores relativos à projeção da população a escolarizar determinado por variáveis incertas, como já ficou demonstrado em ponto próprio, e tendo em conta que se aproxima a altura de ter dados mais robustos a nível do conhecimento aprofundado da população residente a partir dos resultados provenientes dos Censos 2021, adianta-se como meta para uma monitorização mais aprofundada, o momento a partir do qual sejam disponibilizados os dados demográficos provenientes do referido procedimento censitário, com maior desagregação territorial e desdobrados por escalão etário, independentemente de se dar continuidade à metodologia de atualização anual dos indicadores referentes ao funcionamento do sistema educativo.

Fazer ainda referência à nova legislação que enquadra a transferência de competências para as Câmaras Municipais em matéria de educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), que identifica duas novas áreas que deveriam ser refletidas nas Cartas Educativas: a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo; e a previsão dos termos da prossecução, pelo município, de ações na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar. Considerou-se, no entanto, que a inclusão destas matérias no documento iria comprometer todo o calendário definido para a sua elaboração e apresentação, optando-se por isso, por não o fazer, prevendo-se a sua formulação num documento autónomo, a apresentar em tempo oportuno.

ANEXOS

Bibliografia e fontes eletrónicas

Bibliografia de consulta

AML e Quaternaire (2018). Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na AML. Lisboa.

Associação Internacional das Cidades Educadoras (1990). Carta das Cidades Educadoras. Barcelona, AICE (Revista em Génova - 2004).

CML (1997). Carta Escolar - Município de Loures. Tomo I. Loures.

CMO (2007). Carta Educativa do Município de Odivelas. Odivelas.

CMO (2012). Carta Educativa do Município de Odivelas. Diagnóstico e Reordenamento da Rede Educativa (Vol. I). Odivelas.

CMO (2012). Carta Educativa do Município de Odivelas. Caraterização Funcional do Parque Escolar/Rede Pública (Vol. II). Odivelas.

CNE (2018). Estado da Educação 2017. Lisboa.

Direção Regional de Educação do Alentejo (2008). Resenha Histórica do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Fundação Calouste Gulbenkian (2017). Gestão e Financiamento das Escolas em Portugal. Indicadores, políticas e Atores. Lisboa.

Instituto de Ciências Sociais da universidade de Lisboa (2017). Gestão e Financiamento das Escolas em Portugal. Indicadores, Políticas e Atores. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

Ministério da Educação (DAPP) (2000). Manual para a Elaboração da Carta Educativa. Lisboa.

Ministério da Educação (DAPP) (2000). Critérios de Reordenamento da Rede Educativa. Lisboa.

Ministério da Educação (DGRE) (1996). Muito Anos de Escolas – Edifícios para o Ensino Infantil e Primário – Anos 40-Anos 70, Volume II, 1996.

MTSS (2018). Carta Social 2018. Lisboa.

OCDE (2018) - Reviews of School Resources – Portugal.

Pau-Preto, Fernando (Coord.) (2006). Cartas Educativas. - APPLA – Associação Portuguesa de Planeadores do Território/Universidade de Aveiro.

Villar, Maria Belén Caballo (2001). A Cidade Educadora Nova Perspetiva de Organização e Intervenção Municipal. Lisboa, Instituto Piaget.

Fontes de consulta eletrónica

<https://bime.mec.pt>,

http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=11&cod_concelho=16&cod_freguesia=03&cod_area=11&cod_valencia=1104&nome=&localpostal=&temCert=false

<http://www.cedefop.europa.eu/en/events-and-projects/projects/forecasting-skill-demand-and-supply/publications>

<https://www.cfpsa.pt/>

http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/mapa_2.asp

<http://dgeec.mec.pt/np4/dgeec>

<https://www.dgeste.mec.pt/>

<http://www.igefe.mec.pt/>

<http://smi.ine.pt/Conceitos/Detalhes/>

<http://infoescolas.mec.pt>.

<http://www.isce.pt/>

<https://www.pordata.pt/>

https://www.portaldasescolas.pt/portal/server.pt/community/00_inicio/239

Glossário

Ano letivo – Período de tempo compreendido entre o início e o fim das atividades letivas que no ensino não superior corresponde a um mínimo de 180 dias efetivos de atividades escolares.

Auxílios económicos - Traduzem-se no apoio aos alunos carenciados para aquisição de livros e outro material escolar, sendo a responsabilidade mais uma vez repartida entre os municípios (para os alunos do 1º ciclo), e o Ministério da Educação (para os alunos do 2.º e 3.º ciclos e secundário).

Contratos Simples - Têm por objetivo permitir especiais condições de frequência às escolas particulares não abrangidas por Contratos de Associação, o que se traduz na concessão de apoio às famílias menos favorecidas economicamente que, no exercício do direito de escolha do processo educativo dos seus filhos, optem pela inserção em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Contratos de Desenvolvimento da educação pré-escolar - Destinam-se a apoiar as famílias, em particular as menos favorecidas economicamente, que no exercício do direito de escolha do processo educativo dos seus filhos, queiram optar pela sua inserção em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Contratos de Patrocínio - Os contratos de patrocínio têm por fim estimular e apoiar o ensino em domínios não abrangidos, ou insuficientemente abrangidos pela rede pública, através do apoio financeiro às entidades titulares de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, dança e artes visuais e audiovisuais da rede do ensino particular e cooperativo.

Curso Científico-Humanístico - Curso de ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos de nível superior que atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 3.

Curso de Educação e Formação - Curso destinado a jovens com idade superior a 15 anos que lhes permite concluir o 3.º ciclo do ensino básico ou o 12.º ano de escolaridade, através de um percurso flexível, concretizando um projeto profissional, sem prejuízo do prosseguimento de estudos, com um percurso flexível e adaptado aos interesses dos alunos destinado, preferencialmente, a alunos em risco de abandono escolar.

Curso de Educação e Formação de Adultos - Oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se através de percursos de dupla certificação, ou de habilitação escolar quando se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos. Destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que pretendam completar o 4º, 6º, 9º e 12.º ano de escolaridade ou desejem obter uma qualificação profissional.

Cursos Profissionais - Cursos conducentes a uma qualificação profissional que facilita o ingresso no mercado de trabalho e simultaneamente garante uma habilitação escolar que permite o prosseguimento de estudos. Atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 4.

Cursos vocacionais – Cursos destinados a alunos em risco imediato de abandono escolar e que pretendam reorientar o seu percurso escolar para uma oferta educativa de carácter mais prático.

Ensino Doméstico – Trata-se de um ensino que é lecionado no domicílio do aluno por um familiar ou por pessoa que com ele habite. Direito de escolha legalmente consagrado.

Ensino Recorrente – Cursos que se destinam a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que tenham concluído o 9º ano de escolaridade ou equivalente e pretendam obter uma formação de nível secundário.

Ensino Regular - Conjunto de atividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei.

Idade ideal - Considera-se aqui, à semelhança do conceito utilizado pelo INE e pelo GEPE na publicação *50 Anos de Estatísticas da Educação (2009)*, como idades expectáveis para a frequência dos diferentes ciclos de estudo, as seguintes: Educação pré-escolar, 3-5; 1º ciclo, 6-9; 2.º ciclo, 10-11; 3.º ciclo, 12-14; ensino secundário, 15-17.

PCA (Percurso Curriculares Alternativos) – É permitida a constituição de turmas com percursos curriculares alternativos no ensino básico, destinadas a grupos específicos de alunos até aos 15 anos de idade, inclusive, que se apresentem em qualquer das seguintes situações: Ocorrência de insucesso escolar repetido; Existência de problemas de integração na comunidade escolar; Ameaça de risco de marginalização, de exclusão social ou abandono escolar; Registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem (elevado índice de abstenção, baixa auto-estima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro, bem como o desencontro entre a cultura escolar e a sua cultura de origem).

PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) - Programas Integrados de Educação e Formação (formação assente em metodologias de carácter prático e diferenciado, que pretende fomentar competências de cidadania e a realização de atividades de interesse social, comunitário e de solidariedade, depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar. Tem como finalidade promover a inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens.

Programa PISA - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). Estudo lançado pela OCDE sobre os conhecimentos e as competências dos alunos de 15 anos.

Regime Articulado – Regime aplicado no ensino artístico em que os alunos que frequentam o ensino regular em escolas dos diferentes graus de ensino (5º ano do básico; 10º ano do secundário), e tem as componentes especializadas do currículo nos estabelecimentos de referência reconhecidos pelo Ministério da Educação, através de protocolos.

Regime Supletivo - Regime aplicado no ensino artístico, em que os alunos frequentam escolas públicas ou privadas que não são de referência, desde que o desfasamento entre o ano de escolaridade que frequentam e o grau das disciplinas constantes do plano de estudos do curso especializado de música, não seja superior a 2 anos.

Taxa bruta de escolarização - Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Taxa de retenção e desistência – Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Taxa de transição/conclusão - Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo. Utiliza-se a designação “taxa de conclusão” quando se refere o aproveitamento no fim do nível de ensino (9º e 12.º anos).

Tecnologias de Apoio – Dispositivos facilitadores destinados a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno, tendo como impacto permitir o desempenho de atividades nos domínios da aprendizagem.

Transportes Escolares - É da competência das autarquias locais a oferta de um serviço de transporte escolar entre o local de residência e o estabelecimento de ensino básico, secundário, profissional, oficial ou particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico, que os alunos frequentam, quando residam a mais de 4km ou 3km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente com ou sem refeitório.

Legislação de referência

Leis

- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
- Lei n.º 65/2015, de 3 de julho – primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 agosto. Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.
- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro. Estatuto do Aluno e Ética Escolar.
- Lei n.º 85/2009, de 27 agosto. Escolaridade Obrigatória: 12.º Ano de escolaridade e 18 anos de idade.
- Lei n.º 5/1997, de 10 de fevereiro. Lei-Quadro do Pré-Escolar.
- Lei n.º 46/86, de 14 de setembro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decretos – Lei

- Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Estabelece o currículo do ensino básico e secundário.
- Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão de todos os alunos, e altera do decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.
- Decreto-lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, alterado pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho. Estatuto das IPSS.
- Decreto-lei n.º 152/2013, de 4 de novembro. Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.
- Decreto-lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Cumprimento da escolaridade obrigatória.
- Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho – Princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino básico e do ensino secundário.
- Decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de março. Medidas de ação social escolar.
- Decreto-lei n.º 220/2008, de 12 novembro. Regime Jurídico de Segurança contra incêndios em edifícios.
- Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de julho. Transferência de novas competências em matéria de educação para os municípios.
- Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho. Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.
- Decreto-lei n.º 3/2008, de 15 de janeiro.
- Decreto-lei n.º 299/2007, de 22 agosto, com alterações ao Decreto-Lei n.º 314/97 de 15 de novembro e ao Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de dezembro. Denominação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino da rede pública e respetiva tipologia.
- Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com 1ª alteração pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto. Criação dos Conselhos Municipais de Educação.
- Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro. Organização dos Transportes Escolares.
- Decreto-lei n.º 387/90, de 10 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de agosto – Estabelece as normas relativas à denominação dos estabelecimentos de educação e ensino.

Portarias

- Portaria 31/2018, de 23 de janeiro. Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, a funcionar no Ano letivo 2017/2018.
- Portaria n.º 272-A/2017, de 13 setembro. Regulamenta os critérios de afetação de pessoal não docente aos AE e ENA do Ministério da Educação, que altera a Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro.
- Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto. Regulamentação dos Centros QUALIFICA.
- Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. Regras a observar no funcionamento bem como na oferta de AAAF, CAF e AEC.
- Portaria n.º 224-A/2015, de 29 de julho. Funcionamento do Ensino Artístico.
- Portaria n.º 216-B/2012, que altera a Portaria n.º 126272009, de 15 de outubro. Regulamenta os Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas.
- Portaria n.º 272/2012, de 4 setembro. Regulamenta o Programa PIEF (criado pelo Despacho conjunto n.º 882/99).
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 dezembro. Regulamento Técnico de Segurança contra incêndios em edifícios

Despachos

- Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho. Procede à alteração do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 45172017, de 11 de julho.
- Despacho n.º 6020-A/2018, de 19 de junho. Procede à aprovação do calendário para o ano letivo 2018/2019.
- Despacho n.º 6020-A/2018, de 19 de junho. Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino.
- Despacho n.º 5106-A/2012, de 12 de abril – Despacho de matrículas e organização do ano letivo.

Despachos Conjuntos

- Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25 de agosto. Define requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Despachos Normativos

- Despacho Normativo n.º 10- B/2018, de 06 de julho. Estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo.
- Despacho Normativo n.º 6- A/2018, de 12 de abril. Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição das crianças e jovens, que alterou o Despacho Normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio.
- Despacho Normativo n.º 1- A/2017, de 10 de fevereiro. Estabelece as regras e procedimentos gerais a que deve obedecer a realização das provas de aferição, provas finais, e exames finais nacionais.

- Despacho Normativo n.º 96/89, de 21 de outubro - Estabelece as Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento dos Centros de Atividades de Tempos Livres com Fins Lucrativos.

Siglas utilizadas

SIGLAS - Letras

AAAF – Atividades de Animação e Apoio À Família
AE – Agrupamento de Escolas
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras
AML - Área Metropolitana de Lisboa
ANQEP - Agência Nacional Para a Qualificação e o Ensino Profissional.
AP – Associações de Pais
ASE – Ação Social Escolar
BIME - *Business Intelligence* - Plataforma de Informação EDU
CAF – Componente de Apoio à Família
CB – Competências Básicas
CCH - Cursos Científico-Humanísticos
CEB – Ciclo do Ensino Básico
CEF - Cursos de Educação e Formação
CFSA – Centro de Formação Setor Alimentar
CG – Conselho Geral
CMDD – Conservatório de Música D. Dinis
CME – Conselho Municipal de Educação
CMO – Câmara Municipal de Odivelas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CP – Cursos Profissionais
DE – Divisão de Educação
DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
EB – Escola Básica
EEE – Estabelecimento de educação e ensino
EFA – Educação e Formação Adultos
ENA – Escolas Não Agrupadas
EP – Escola Profissional
EPDD – Escola Profissional Agrícola D. Dinis
ER – Ensino Recorrente
ES – Escola Secundária
FM – Formação Modular
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas

JI – Jardim – de – infância
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo
INE – Instituto Nacional de Estatística
MARE – Movimento Anual da Rede Escolar
ME – Ministério da Educação
PDM – Plano Diretor Municipal
PCA – Percursos Curriculares Alternativos
PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação
PISA - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)
PLNM – Português Língua Não Materna
PND – Pessoal Não Docente
pp – Pontos percentuais
P/P – Público e privado
PPE – Português Para Estrangeiros
PPFOL - Português Para Falantes de Outras Línguas
QNQ - Quadro Nacional de Qualificações
RBE – Rede de Bibliotecas Escolares
SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações
SASE – Serviço de Ação Social Escolar
TE – Transportes Escolares
UAE - Unidade de Apoio à Educação de Crianças e Jovens com Perturbações do Espectro do Autismo
UEA - Unidade Especializada para Apoio à Educação de Crianças e Jovens com Multideficiência e Surdo Cegueira
UO - Unidades Orgânicas

SIGLAS – Números

EB1 – Escola básica de primeiro ciclo
EB1/JI – Escola básica com primeiro ciclo e jardim de infância
EB123 – Escola básica de primeiro, segundo e terceiro ciclos
EB23 - Escola básica de segundo e terceiro ciclos
ES/3.º CEB – Escola secundária com 3.º ciclo